

RAFAEL DAMASCENO FERREIRA E SILVA

**PODER JUDICIÁRIO E HEGEMONIA:
O CASO DOS MAGISTRADOS ALTERNATIVOS DO RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito.

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.

Ilha de Santa Catarina

Fevereiro de 1995

RAFAEL DAMASCENO FERREIRA E SILVA

**PODER JUDICIÁRIO E HEGEMONIA:
O CASO DOS MAGISTRADOS ALTERNATIVOS DO RIO
GRANDE DO SUL**

Ilha de Santa Catarina

Fevereiro de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

A Dissertação

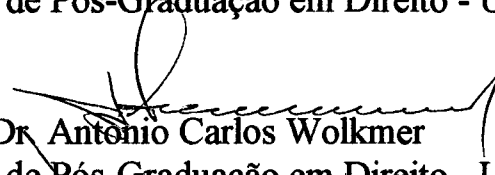
Poder Judiciário e Hegemonia: O Caso dos
Magistrados Alternativos do Rio Grande do Sul.

elaborada por

Rafael Damasceno Ferreira e Silva

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada
adequada para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS
HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.
Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC



Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC



Prof. Dr. Clémerson Merlin Clève
Faculdade de Direito - UFPR



.....
Orientador: Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.



.....
Coordenador do CPGD-UFSC:
Prof. Dr. Alcebiades de Oliveira Júnior

Ilha de Santa Catarina, 16 de fevereiro de 1995

A aprovação do presente trabalho acadêmico não significa endosso do Professor orientador, da banca examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta.

R E S U M O

O surgimento de práticas jurídicas alternativas no interior do Poder Judiciário, aparelho tradicionalmente conservador, indica a existência de uma diversidade ideológica e de projetos, questão que há poucos anos não mereceria atenção.

Este trabalho tem por objetivo analisar a correlação de forças no Estado através do movimento de juízes alternativos no Rio Grande do Sul, - examinando o ~~caráter político e social deste movimento e suas possíveis implicações em relação à transformação social.~~

Num primeiro momento, abordamos as categorias da teoria política e social fundamentais para desenvolver esta compreensão, tais como ~~Direito, Estado, Ideologia e Hegemonia.~~

Em seguida, faz-se uma análise do Poder Judiciário como instância de dominação e reprodução de ideologia, bem como de alguns aspectos da crise na instância jurídica em relação ao surgimento de novas práticas jurídico-políticas.

Posteriormente, o movimento de juízes alternativos, tal como aparece entre o final da década de 80 e o início da década de 90 no Rio Grande do Sul, é tratado sob uma perspectiva empírica, onde procuramos desvendar o conteúdo político e ideológico deste movimento através das falas dos atores sociais envolvidos.

Ao final, com base nos dados coletados e nas reflexões teóricas efetuadas, tecemos algumas considerações a respeito do significado político do movimento, bem como sobre os limites e as possibilidades de ação concreta deste, no sentido da construção de um novo modelo de sociedade, radicalmente democrático, no Brasil.

A B S T R A C T

The rise of alternative juridical practices inside of the Justice, a traditionally conservative apparatus, shows the existence of a clear diversity in what concerns ideology and projects, which is a matter that had no importance few years ago.

This work aims to understand the power correlation inside the State by analyzing the alternative judge's movement in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, that is by examining this movement's social and political character and its implications regarding social transformation.

Firstly, we will discuss the categories of social and political theory which are fundamental to deepen its comprehension, such as Law, State, Ideology and Hegemony.

Next, we will analyze the Justice as an instance of domination as well as of ideology reproduction; in addition, we will discuss some aspects of the juridical instance crisis, regarding new political and juridical practices.

Later, the alternative judge's movement, as seen from the late 80's to the early 90's in Rio Grande do Sul, is analyzed from an empirical point of view. In this analysis we will seek to disclose its political and ideological content by examining the speeches of the social actors concerned.

Finally, based upon the data collected and the reflections presented throughout this work, we will make some remarks about the political character of this movement as well as the limits and possibilities of action towards a new model of society, radically democratic, in Brazil.

A G R A D E C I M E N T O S:

- Aos Funcionários e Professores do Curso de Pós-Graduação em Direito-UFSC.
- À CAPES, por possibilitar financeiramente a realização desta pesquisa.
- Aos colegas do curso de mestrado, que me acompanharam nas alegrias e frustrações desta jornada.
- A todos os que estiveram a meu lado em Florianópolis.

- Ao meu orientador, Prof. Edmundo Lima de Arruda Júnior - batalhador incansável por um novo Direito e uma nova sociedade - pelo estímulo e exemplo intelectual.
- A todos os amigos que seguraram a barra: eles sabem quem são.
- A todos os meus familiares, especialmente à Lígia, sem a qual esta dissertação não seria possível.
- À mãe, pelo amor, carinho, educação, apoio e, principalmente, por ensinar-me o significado da palavra JUSTIÇA.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO -	x
 I - ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO TEÓRICA DA INSTÂNCIA JURÍDICA -	 01
1.1 - NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM CRÍTICO-DIALÉTICA DO DIREITO -	01
1.2 - A DIALÉTICA DA TOTALIDADE SOCIAL -	11
1.3 - A QUESTÃO SUPERESTRUTURAL: ESTADO E IDEOLOGIA -	20
1.3.1 - Introdução ao Conceito de Ideologia -	20
1.3.2 - Teoria Restrita e Teoria Ampliada do Estado -	28
1.3.3 - A Noção de Hegemonia em Gramsci -	39
1.4 - PROCESSO HISTÓRICO E AS PRÁTICAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL -	45
1.5 - INSTÂNCIA JURÍDICA E DIALÉTICA -	58
1.5.1 - A Concepção de Instância Jurídica e o Bloco Histórico -	58
1.5.2 - <u>Direito e Transformação Social</u> -	70
 II - PODER JUDICIÁRIO, HEGEMONIA E PRÁTICAS ALTERNATIVAS -	 76
2. 1. - PODER JUDICIÁRIO E HEGEMONIA -	78
2.1.1 - O Poder Judiciário como Espaço da Política -	78
2.1.2 - Ideologia Jurídica e Disciplina: o Controle "Interno" do Poder Judiciário -	91
2.2. - A CRISE DA INSTÂNCIA JURÍDICA E SEUS REFLEXOS NO- PODER JUDICIÁRIO: ELEMENTOS PARA UMA CONFIGURAÇÃO -	103
2.3 - DIREITO ALTERNATIVO E USO ALTERNATIVO DO DIREITO -	128

III - O MOVIMENTO DE JUÍZES ALTERNATIVOS NO RIO GRANDE DO SUL -	141
3.1 - HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE JUÍZES ALTERNATIVOS -	143
3.2 - A PERCEPÇÃO DO MOVIMENTO PELA SOCIEDADE CIVIL: IMPrensa E OPERADORES JURÍDICOS/-	161
3.3 - O IMAGINÁRIO E AS PRÁTICAS DOS JUÍZES ALTERNATIVOS -	171
3.3.1 - Metodologia e Contexto das Entrevistas -	171
3.3.2 - A Política, o Estado e a Lei -	177
3.3.3 - O Mundo do Trabalho: Carreira e Poder Judiciário -	189
3.3.4 - A Prática dos Juízes Alternativos -	200
3.4 - LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO ALTERNATIVA	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS -	227
BIBLIOGRAFIA -	231

I N T R O D U Ç Ã O

Esta dissertação é resultado e parte de uma inquietação que vem, há alguns anos, se manifestando no ambiente acadêmico e nos locais onde trabalham e vivem profissionais ligados ao Direito. Esta inquietação parece revelar, especialmente onde tem assumido um caráter de agitação intelectual, como nos meios estudantis de algumas universidades, que há um verdadeiro turbilhão de idéias e atitudes, antes ocultas sob uma superfície aparentemente calma.

Daí tem resultado nada menos do que um profundo repensar do papel dos operadores jurídicos na sociedade brasileira contemporânea, e, mais do que isto, uma tomada de posição não apenas profissional, mas também política, filosófica, ou mesmo existencial.

Referimo-nos ao surgimento de um movimento que tem ameaçado as formas tradicionais de encarar o Direito e procurado desenvolver novas práticas jurídicas e judiciais na busca de um novo modelo de vida. Este movimento, chamado por alguns de *Direito Alternativo*, aparece no ambiente dos tradicionalmente encarregados de encobrir ou legitimar o *status quo* - os juristas - abrindo um espaço de lutas onde havia, e há ainda, de forma hegemônica, conservadorismo e desprezo pelo engajamento, exatamente no momento em que se alardeia a vitória do neoliberalismo, o "fim das ideologias" e o conseqüente esgotamento das energias utópicas.

Esta dissertação, bem como o seu objeto, insere-se no atual contexto global de crise econômica, social e cultural, crise esta que se reflete em desemprego, miséria, violência, fome, desequilíbrio-ecológico, e exclusão política das maiorias - elementos que têm dificultado, para não dizer impedido, a vida humana com dignidade para a maior parte da população do planeta. Este contexto, global - porque resultado de um vetor de forças internacional - reflete-se em sua face mais perversa nesta Periferia do Mundo, América Latina, Brasil.

Assim, antes de ser um trabalho acadêmico para fornecer uma titulação de

mestre a seu autor e, quem sabe, destinar-se posteriormente à "crítica roedora dos ratos", ou ao pó do esquecimento das estantes cristalizadas do saber diletante, este trabalho pretende, porque também fruto dela, responder, neste contexto, à esta inquietação. Mais do que um estudo sobre este objeto: o Movimento de Direito Alternativo, pretende ser um estudo *com* o objeto, e *parte* dele.

O Direito Alternativo pode ser definido, inicialmente, como um movimento prático-teórico que propõe uma atuação do operador jurídico e/ou da comunidade no sentido da construção de um novo Direito, - daí "alternativo"- à legalidade instituída, ou ainda uma nova forma de trabalhar o próprio Direito vigente no sentido da conquista da cidadania. A denominação "Direito Alternativo" não é pacífica mas, como acepção correntemente aceita, será usada neste trabalho, sempre no sentido amplo do termo.

Este trabalho não trata, porém, do Direito Alternativo como um todo, mas mais especificamente do reflexo deste no Judiciário, abordando como objeto central o Grupo de "juízes alternativos" formado no Rio Grande do Sul. Esta delimitação espacial justifica-se na medida em que é aí onde o movimento parece ser mais articulado e conhecido nacionalmente, tendo vindo a público através da grande imprensa no final da década de 80.

O objetivo central desta dissertação é investigar as condições de emergência do Movimento de "juízes alternativos" e a possibilidade de uma ação transformadora no sentido da extensão da cidadania a partir deste. Sobre esta questão, as hipóteses centrais às quais se pretende examinar são, basicamente, (a) a que afirma ser o Poder Judiciário pura e simplesmente um aparelho de dominação, afastando de seu âmbito todo e qualquer projeto político de reversão do atual quadro político-social, e (b) a que, assumindo o caráter contraditório do Direito e do Estado, admite a possibilidade de um projeto progressista de transformação social passar por esta instituição.

Outros objetivos desta pesquisa são:

- a) problematizar o papel do Poder Judiciário enquanto instância atravessada por conflitos e reprodutora de ideologias.
- b) caracterizar as bases ideológicas e sociais, a dinâmica interna do movimento de juízes alternativos e as bases de sua atuação.
- c) fornecer aos operadores jurídicos vinculados com uma "praxis" libertadora, uma contribuição teórica sobre a natureza de sua atuação.

Deve-se deixar claro, sobretudo, que não há, aqui, a preocupação com a busca de uma fundamentação jusfilosófica ou hermenêutica das decisões dos juízes alternativos. Não importa, aqui, se estas são, ou não, justas ou adequadas ao caso concreto; importa, sim, compreender este movimento em seu sentido político-social.

Assumimos o caminho da interdisciplinaridade, com os riscos que possam acompanhá-lo. Para tanto, esta investigação ultrapassa a dimensão meramente jurídica, penetrando no campo da Sociologia e da Ciência Política, buscando compreender o Direito para além do objeto tal qual se apresenta, *enquanto instância que se relaciona e é parte do todo social*.

A inserção do objeto de pesquisa neste quadro tem por norte uma perspectiva humanista radical, na medida em que se assume o Homem como "raiz do próprio Homem", conforme ensinava o filósofo de Trier, sem esquecer o Homem como parte de um todo natural e social, atravessado por complexas e múltiplas determinações, mas dotado fundamentalmente da capacidade de construir uma nova realidade a partir da realidade dada, da capacidade de *fazer história*.

Esta dissertação assume, também, o seu caráter relativo e histórico, compreendendo seus limites na medida em que fotografa, sob um ângulo particular, um momento de algo que é processo, que além do caráter de novidade nos meios jurídicos nacionais, está em fase inicial de construção da qual, aliás, este trabalho é parte.

Não queremos, porém, escapar de desenvolver um trabalho com um recorte definido, ainda que saibamos serem as rígidas delimitações acadêmicas correntes, ao

gosto da ciência de corte positivista, frágeis, na realidade, para captar um objeto em sua multiplicidade de fatores, em sua dinâmica relacional.

Não pretendemos efetuar, por igual, um discurso sociológico neutro sobre o movimento de juízes alternativos, mas desenvolver uma compreensão engajada na construção de uma vida melhor para todos, envolvida ideologicamente com as correntes políticas e filosóficas que se empenham nesta busca. Aqui o objetivo é mais a geração de hipóteses do que a sua verificação, pretendendo assim desenvolver-se mais como diálogo do que como discurso puramente acadêmico. Procuramos, dentro dos limites deste trabalho, assumir o desafio de ajudar na construção de uma Sociologia Jurídica Alternativa, adequada à realidade das práticas jurídicas emancipatórias na América Latina.

Acreditando na possibilidade transformadora deste Movimento na busca de uma nova sociedade, mais justa e igualitária, e percebendo profundas diferenças entre sua atuação e a propugnada pelos juristas tradicionais, buscamos apreender elementos que nos possibilitem compreender suas práticas sociais.

Pensamos que quem quer pensar o Direito para além do dado imediato, do Direito posto e acabado, deve, no mínimo, dialogar com o pensamento social de esquerda, ainda que para refutá-lo, - não o convertido numa construção inerte, mas uma teoria viva, resgatada em sua capacidade de dar respostas aos nossos problemas e gerar novos questionamentos. Isto por que uma teoria fechada não sobrevive ali onde a própria história permanece aberta.

A pesquisa se justifica no esforço de tentar responder a esta inquietação e pela atualidade e importância do tema, uma vez que pretende contribuir para o debate sobre o que tem preocupado os operadores jurídicos, especialmente os comprometidos com a transformação social, num contexto de crise e renovação dos paradigmas jurídicos que têm pautado até aqui a atuação destes profissionais.

Existem muitos trabalhos anteriores sobre o Poder Judiciário no Brasil numa perspectiva sociológica e histórico-crítica¹, porém o material específico sobre magistrados alternativos é bastante escasso. Destaca-se, também, o trabalho de Lédio Rosa de Andrade, em dissertação de mestrado defendida no CPGD/UFSC em 1991, onde foi utilizada a metodologia de pesquisa quantitativa (questionários), numa perspectiva interna das próprias práticas judiciais alternativas².

O trabalho aqui é desenvolvido em duas linhas, constituindo-se de uma parte de pesquisa bibliográfica e outra onde se desenvolve pesquisa de campo.

A parte bibliográfica consiste basicamente no exame de material referente ao campo propriamente teórico, especialmente no que se refere à crítica jurídica e social. A pesquisa específica sobre o movimento no Rio Grande do Sul baseou-se na leitura de sentenças, artigos de revista e jornal produzidos pelos próprios partícipes do movimento, bem como por críticos, e material propriamente jornalístico sobre o assunto.

Quanto à pesquisa de campo, optou-se pela metodologia qualitativa, uma vez que pensamos serem os dados numéricos de pouco relevo para uma compreensão histórico-crítica do movimento. Assim, privilegiamos as características do discurso e concepção de mundo dos atores envolvidos, que demonstram com maior riqueza como eles produzem e percebem suas práticas sociais.

As entrevistas permitem extrair dados históricos para a reconstrução do movimento, bem como elementos para configurar o perfil sociológico dos juízes que integram o movimento, suas concepções políticas, a percepção a respeito de sua atividade, enfim, sua ideologia.

A dissertação está estruturada em três capítulos:

¹ destaca-se, aqui, como pioneiro das pesquisas empíricas de cunho crítico, a realizada por João Baptista Hekenhoff, em 1975. HERKENHOFF, João Baptista. A Função Judiciária no Interior. In: SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim de Arruda. Sociologia e Direito. São Paulo: Pioneira, 1980; e O Direito dos Códigos e o Direito da Vida. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.

² o Trabalho foi publicado no ano seguinte, pela Editora Acadêmica: ANDRADE, Lédio Rosa. Juiz Alternativo e Poder Judiciário. São Paulo, Acadêmica, 1992.

No primeiro capítulo, ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO TEÓRICA DA INSTÂNCIA JURÍDICA, procura-se estabelecer pressupostos conceituais para uma apreensão dialética do fenômeno jurídico de modo geral, sua inserção na totalidade social e ~~no processo de transformação social, a partir de~~ categorias como ~~bloco histórico, Estado, ideologia, hegemonia, processo histórico,~~ instância jurídica e dialética, ~~sem pretensão de esgotá-las.~~

No segundo capítulo, denominado PODER JUDICIÁRIO, HEGEMONIA E PRÁTICAS ALTERNATIVAS, estabelecemos, num primeiro momento, as bases para a compreensão das ~~funções do Poder Judiciário enquanto instância estatal no~~ contexto ~~capitalista: como este poder tem servido à dominação social enquanto~~ instância ideológica e coercitiva, ~~bem como os pressupostos que têm pautado as~~ teorias e práticas dominantes entre os juristas, referindo também a mecanismos de reprodução *interna corporis* da ideologia dominante. Num segundo momento intentaremos estabelecer um quadro geral sobre as práticas jurídicas alternativas, com especial atenção à sua importância na configuração da atual crise do Judiciário.

O terceiro capítulo, O MOVIMENTO DE JUÍZES ALTERNATIVOS NO RIO GRANDE DO SUL - consiste num tratamento descritivo e analítico do objeto em questão, contemplando as circunstâncias históricas do surgimento do grupo, sua dinâmica interna, e a percepção do movimento pela imprensa e alguns operadores jurídicos. Posteriormente, traçamos um perfil político e ideológico a partir da auto-percepção dos atores envolvidos - magistrados alternativos - através de entrevistas e do exame de sua produção intelectual e, por fim, efetuamos uma reflexão sobre os limites e possibilidades de sua atuação.

O projeto político que está por trás deste trabalho é o projeto democrático da emancipação popular. Acreditamos no fim das desigualdades objetivas que separam os homens em classes, sem que isto comprometa a diversidade subjetiva individual. Este estudo tem em vista contribuir para uma atuação jurisdicional crítica e libertadora, no sentido da concretização dos ideais de justiça, liberdade e igualdade, nos marcos da democracia e dos direitos humanos.

CAPÍTULO I - ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO TEÓRICA DA INSTÂNCIA JURÍDICA -

- Would you tell me, please, which
way I ought to go from here?
- Depends a good deal on where you
want to go to, said the cat.

Lewis Carrol - "Alice in Wonderland".

1. 1 - NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM CRÍTICO-DIALÉTICA DO DIREITO -

~~Se o poeta tem razão~~ quando diz: *“caminante, no hay camino, se hace camino al andar”*¹, não menos correta é a constatação de que, para andar, é necessário olhar para os lados, escolher uma direção e segui-la. Mesmo que a caminhada se faça por vias tortuosas, atalhos, avanços, recuos, sempre o passo seguinte é condicionado pelo passo anterior, que condiciona o próximo passo, e assim sucessivamente. Mas na caminhada há sempre uma escolha radical, que se renova a cada passo, que é a escolha da direção que se quer tomar. Se o caminho se faz ao andar, é também verdade que nenhum navio sai do porto sem destino.

No que se refere à abordagem do fenômeno jurídico, vários caminhos foram traçados, mas pode-se dizer que há basicamente duas direções a serem seguidas. A escolha de uma dessas direções é fundamental para estabelecer a natureza do conhecimento que se quer produzir sobre este fenômeno, condicionando todo o seu processo de apreensão. São prismas de abordagem, pontos de vista diversos, que, por sua vez, atendem a finalidades diversas.

¹ Antonio Machado, *Proverbios y Cantares*, citado por KONDER, Leandro. O Futuro da Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 131.

Um ponto de vista é o ponto de vista *interno*, é o Direito visto a partir de dentro, de seus próprios referenciais, servindo a fins instrumentais: uma tecnologia visando operacionalizar o exercício do poder. Aqui se insere a dogmática jurídica² em todos os seus matizes, mas, também, uma certa filosofia do Direito justificadora, legitimadora do Direito vigente.

Outro caminho é o caminho da *crítica*, o caminho da produção de um conhecimento capaz de visualizar o Direito “de fora”³, procurando conhecê-lo enquanto objeto social. A crítica opera uma metalinguagem, ou seja, uma linguagem que visa compreender outra, superando o discurso auto-referente do Direito. É a diferença entre o caminho que procura desvendar *o que é direito* (crítica) e o que diz *o que é de direito*⁴.

Nossa filiação à perspectiva crítica dá-se por razões não apenas epistemológicas, mas fundamentalmente políticas, na direção de um conhecimento que procure “*fazer aparecer o invisível*”, como quer Miaille⁵, retirando a máscara de certos discursos jurídicos a fim não apenas de compreender o Direito mas, essencialmente, de transformá-lo, atendendo ao reclamo marxiano da undécima Tese sobre Feurbach⁶.

Não se quer, aqui, dizer que o discurso que diz *o que é de direito* seja falso ou sempre se coloque enquanto encobrimento da realidade. Não visualizamos a

² para uma abordagem mais detalhada sobre a dogmática jurídica e suas implicações, ver capítulo II item 2.1. desta dissertação.

³ não procuramos, com esta imagem, atribuir conotação de neutralidade à crítica, no sentido positivista, de uma ciência pura que pudesse visualizar o Direito como se visualiza uma ameba no microscópio. Pensamos não ser possível um conhecimento neutro, especialmente em ciências humanas. Queremos dizer com esta imagem apenas que o discurso crítico opera uma meta-linguagem que vai além da mera concepção reducionista e auto-referente da dogmática jurídica.

⁴ cf. Cerroni, destacado por CLÈVE, Clémerson Merlin. Temas de Direito Constitucional. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 195.

⁵ cf. MIAILLE, Michel. Introdução Crítica ao Direito. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. (Imprensa universitária, 70). p. 21.

⁶ “*Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se, entretanto, de transformá-lo*”. MARX, Karl. Teses sobre Feurbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 15.

dogmática jurídica numa posição negativa nem do ponto de vista valorativo, nem no sentido epistemológico. O que se combate é o dogmatismo⁷. O conhecimento produzido pela dogmática é útil, mas insuficiente para abordar o Direito como um todo, especialmente quando buscamos entender o fenômeno jurídico a fim de tentar explicar o objeto de nossa dissertação. O essencial aqui, portanto, é conhecer *o que é o direito*, quais as suas funções e a quem serve, para poder determinar as conexões da prática dos operadores jurídicos com este nível maior da prática político-social no sentido da emancipação⁸.

Uma vez escolhida esta direção, coloca-se outra questão, a necessidade de outra escolha, ainda mais radical do que a primeira, a escolha de *qual crítica adotar*.

A crítica que se quer desenvolver aqui abdica da tentativa de produzir uma “ciência jurídica” contraposta ao conhecimento “ideológico”, afastando as metodologias “puras” que procuram explicar *o que é direito* a partir de uma ótica normativista interna. A crítica do direito, para ser efetivamente crítica, precisa ultrapassar o âmbito do conhecimento *meramente jurídico* e afirmar-se enquanto *crítica social*. A teoria que aqui se adota é uma teoria “impura”⁹ do Direito, uma leitura da ordem jurídica *sob o prisma da teoria social*; leitura esta que ultrapassa as

⁷ isto é, o apego a dogmas jurídicos, a repetição acrítica de pseudo-axiomas, a recorrência ao princípio da autoridade, enfim, a cristalização do pensar/fazer o Direito. A dogmática, em contrapartida, enquanto tecnologia indispensável ao fazer jurídico, não deve ser desprezada, mas conhecida e aperfeiçoada numa direção libertária. Sobre a distinção ver CLÈVE, Clémerson M. *Uso Alternativo do Direito e Saber Jurídico Alternativo*. In: ARRUDA JR (organizador). *Lições de Direito Alternativo*. São Paulo, Acadêmica, 1991. v. 1. p. 107.

⁸ deve-se salientar, contudo, que esta separação entre conhecimento “interno” e “externo” do Direito não é absoluta, mas refere-se, antes, a dois pontos de vista que não raro se entrecruzam e complementam. A crítica jurídica vale-se do conhecimento produzido no âmbito da dogmática, bem como produz um efeito-reflexo sobre as práticas dos operadores jurídicos, como é o caso do próprio Direito Alternativo. Pretendemos abandonar os vícios da Teoria Crítica do Direito da década de 70 que, pelo excessivo academicismo (mas também por uma certa conjuntura concreta, como veremos no capítulo II) distanciou-se da prática. Assumimos o compromisso e os riscos de produzir um conhecimento que, mesmo não discutindo “o que é de Direito”, sirva à *praxis* jurídica e judicial.

⁹ a expressão é de Luis Fernando Coelho. Para ele a Teoria Crítica do Direito “(...) é uma teoria ‘impura’ no sentido de que se fundamenta em pressuposto ontológico oposto ao do purismo metodológico de Kelsen; a teoria que proponho repele a atribuição ao direito de estatuto ontológico alheio à ontologia do social, e considera falaciosa a redução do fenômeno jurídico às possibilidades óticas elaboradas a partir dos esquemas lógicos que o antecedem como experiência”. COELHO, Luis Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. Curitiba: Livros HDV, 1987. p. 18.

compartimentalizações do saber jurídico, buscando fora do discurso dogmático as bases de sua compreensão.

Esta teoria social, que está na base das críticas do Direito, desenvolveu-se fundamentalmente em duas direções contrapostas, denominadas *sociologia do consenso* e *sociologia do conflito*¹⁰; caminhos dicotômicos que sintetizam a contraposição básica entre uma sociologia que privilegia a coesão e integração espontânea dos sistemas sociais (de cunho sistêmico ou positivista), e uma teoria social que elabora sua concepção de sociedade a partir da ótica da contradição, privilegiando as relações de poder entre grupos e classes (representada basicamente pela sociologia marxista).

Pensamos que o caminho a ser seguido é o da “sociologia do conflito”. O conflito reflete-se inclusive no próprio objeto a que se pretende explicar. Isto por que o movimento de juízes alternativos parece revelar antes de mais nada a existência de um *embate político-ideológico no lugar onde as doutrinas que encobrem a conflituosidade da realidade social (baseadas na sociologia do consenso) contavam como unívoco. É o conflito penetrando no bastião da “integração social”, no Estado: órgão “regulador” da sociedade.*

A escolha deste caminho como referencial teórico básico dá-se, porém, por motivos que ultrapassam a mera escolha arbitrária de uma epistemologia a ser seguida. Esta escolha assume-se como ideológica, refletindo-se em um compromisso político, em uma aposta histórica.

Afastamos, portanto, as “críticas” funcionalistas, sistêmicas, de base neo-positivista, bem como a “crítica” pós-moderna, ou “transmoderna”, sedutora, porém profundamente marcada por um niilismo afirmador do fim da racionalidade iluminista ou da “morte de todos os paradigmas”, onde, ao fim e ao cabo, não

¹⁰ neste sentido, reportamô-nos ao esquema elaborado por Arruda Jr., onde o autor sintetiza os elementos básicos contrapostos das correntes centrais da sociologia, cf. ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 87.

sobra espaço para a construção de uma nova racionalidade, nem para a luta política conseqüente, mas para a eclosão de toda a sorte de irracionalismos¹¹.

Em resumo, a teoria que aqui buscamos para compreender o Direito não se constitui em mais uma tentativa frustrada de fazer uma “Teoria Geral do Direito”, uma vez que o Direito não pode ser compreendido isolado de seu contexto histórico específico; não pretendemos, também, desenvolver uma nova “Teoria Crítica do Direito”, mas apenas procurar trabalhar com uma abordagem social crítica e dialética que contemple o fenômeno jurídico e possibilite compreender o sentido político-social das práticas judiciais objeto deste estudo. E esta teoria, pensamos, não pode ser uma teoria puramente “jurídica”, mas deve apresentar-se fundamentalmente enquanto uma *teoria social*.

Mas o que é uma abordagem crítico-dialética? ¹

De acordo com Mialle, o pensamento crítico, ao fazer “*aparecer o invisível*”, não se confunde com mera abstração, que seria a capacidade de evocar realidades na sua própria ausência. O pensamento crítico, para Mialle, “*é mais do que o pensamento abstrato: é preciso ‘acrescentar-lhe’ a dialética*”¹². Porém, é necessário salientar que existe a possibilidade de colocar-se um pensamento crítico do Direito, enquanto fala “externa”, metalinguagem, sem a preocupação em visualizá-lo de forma dialética (ou mesmo fazendo-o de forma anti-dialética, por vezes).

O pensamento crítico que aqui apresentamos, é dialético no sentido da tradição marxista, que se encontra, porém, mediatizada no contexto deste trabalho. Entendemos ser necessário assumir o caráter transitório e histórico da própria doutrina crítica, sem a qual esta não passa de uma cristalização do saber. A tradição

¹¹ aqui, vale a advertência de Arruda Jr.: “Os operadores jurídicos comprometidos com uma melhor compreensão da complexidade do quadro social, que exige complexidade teórica mediatizadora da análise e de ações políticas de maior peso não devem render-se aos discursos da modernidade, há tempo sob crítica dos que não tinham ilusões quanto à modernidade modernizante, nem tampouco cair nos braços do milismo pós-moderno, sopesando o potencial do discurso da modernidade, (...)”, bem como questionando a ‘carnavalização’ da modernidade/pós-modernidade em transmodernidade esperta, fora da luta de classes, fora da contextualização histórica, ao ponto de vaticinar-se, até no direito constitucional, a presença irreversível do pós-moderno” op. cit. p. 103.

¹² MIALLE, Michel. op. cit p. 21.

marxista deve ser contextualizada e atualizada, sob pena de negar-se enquanto dimensão histórica de explicação da realidade social¹³.

Salienta-se aqui, igualmente, que esta é *uma* leitura, entre tantas possíveis, das categorias dos pensadores marxistas aqui referidos. Procuramos retirar da tradição dialética os seus conceitos mais importantes para compreender o fenómeno jurídico, numa perspectiva de construção democrático-participativa, de base, de um sistema que atenda as reais necessidades dos trabalhadores. A leitura do marxismo que aqui se adota é a leitura humanista e libertária¹⁴.

Ao depois, a obra de Marx, como toda a obra clássica, é “aberta”, isto é, sujeita a leituras multifacetadas. A fragmentação no pensamento marxista, e até certas contradições presentes ao longo de sua evolução teórica não são sinónimo de pobreza teórica ou incoerência.

Não reivindicamos a busca de um marxismo “verdadeiro”. Pensamos ser inútil hoje, dizer qual é a interpretação do pensamento de Marx que mais se adequa ao Marx-homem - e isto vale para qualquer outro autor que aqui utilizemos, pois nossos objetivos não são históricos, mas aplicados¹⁵. Estamos no século XX, e se

¹³ estamos com Leandro Konder, quando adverte que *“não podemos ler Marx nos transportando artificialmente para o tempo dele: vivemos uma história que ele não viveu, vimos coisas que ele não viu, temos preocupações que ele não tinha. Somos, irreversivelmente diferentes dele; não podemos retomar seu discurso fazendo abstração dessa diferença”*. op. cit p. 56.

¹⁴ libertárias, p/ Michel Lowy *“não são apenas as doutrinas anarquistas, mas as que recorrem ao marxismo, caracterizando-se por uma orientação antiautoritária e antiestatista pronunciada”*. LÖWY, Michel. *Redenção e Utopia: o Judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 25-6.

¹⁵ não há nenhum constrangimento de nossa parte em assumir que, muitas vezes, escolhemos uma entre outras leituras possíveis de um mesmo autor. Se um clássico nos auxilia a compreender certa realidade, muitas vezes o utilizamos para justificar teoricamente uma posição a partir de nossos pressupostos. Não se trata de valer-se do princípio da autoridade, mas de buscar uma universalidade. O teólogo medieval Bernard de Chartres afirmava, referindo-se aos “grandes mestres” da época, *“nós somos como que anões em cima dos ombros dos gigantes”* apud ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985. p. 92. Isto é, baseando-se nos clássicos, operamos muitas vezes uma *aufhebung* de conservação/superação de seu pensamento, atualizando-o e colocando este referencial teórico numa perspectiva jamais imaginável pelo autor clássico à sua época. Eis a base de toda a cultura enquanto acúmulo dialético de conhecimento. Não há nada de mal na releitura ou no uso de Marx, Gramsci, etc. Isto, porém, não justifica confusões ou distorções propositadas, fazendo-os porta-vozes de qualquer asneira. Aí entramos no terreno da falsificação.

nos referenciamos na tradição marxista é porque entendemos ser possível, como Konder¹⁶, pensar um marxismo para o século XXI.

Nesta linha, filiamo-nos ao pensamento *marxista historicista*, que não teme aplicar a dialética materialista a si próprio, sem cair no reducionismo de concepções positivistas ou economicistas (como as desenvolvidas no seio da IIª Internacional no final do século XIX, ou por Louis Althusser, na década de 60 deste século), ou no relativismo afirmador da absoluta arbitrariedade do conhecimento¹⁷.

Na realidade, pode-se destacar duas tendências na obra marxiana, que caracterizam a sua riqueza dialética. Marx conseguiu conciliar uma dimensão filosófica, valorativa, com a objetividade aguda da análise da realidade social - ou "corrente quente" (dimensão utópica) e "corrente fria" (análise das condições objetivas), no dizer de Ernst Bloch¹⁸ - ambas complementares, jamais excludentes - não "correntes" no sentido de "tendências de pensamento", mas de linhas que se complementam, a destacar o papel igualmente importante da pesquisa científica aliada aos valores políticos desenvolvidos a partir da militância¹⁹.

Mas o que vem a ser o elemento dialético que aqui se pretende?

A noção de dialética é muito antiga, remontando à filosofia taoísta chinesa (opostos complementares - *Yin/ Yang*), ou à noção de *Physis* dos pré-socráticos (totalidade que compreende tudo o que existe) - especialmente a Heráclito (séc IV a.C.), que elegeu a *contradição* como princípio básico da natureza. Mas é

¹⁶ ver KONDER, Leandro. op. cit pp. 131-140.

¹⁷ sobre a questão da cientificidade dos discursos positivista, historicista e marxista na sociologia e sobre os limites históricos e ideológicos do conhecimento ver LÖWY, Michel. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 5ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1991.

¹⁸ cf. AYDOS, Marco Aurélio. Utopia e Possibilidade - elementos para uma filosofia jurídica militante. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC, 1991. Sobre a filosofia de Ernst Bloch ver, também, MÜNSTER, Arno. Ernst Bloch - filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: UNESP, 1993.

¹⁹ também neste sentido destaca Agnes Heller que, "*sin premisas de valor Marx sería un crítico inmanente del capitalismo y sin una investigación inmanente del capitalismo sería un anticapitalista romántico*". HELLER, Agnes. op. cit p. 42.

principalmente a partir do Idealismo Alemão que a dialética moderna se desenvolve, especialmente na contribuição de Hegel.

Escapa aos limites deste trabalho estabelecer a natureza do pensamento dialético. A princípio, afirmamos a dialética enquanto forma de apreensão da realidade social - o pensamento dialético é utilizado, aqui, para compreendê-la enquanto totalidade e movimento, - adotando o valor heurístico dos postulados da dialética como exercícios lógicos que permitem uma aproximação mais dinâmica da realidade²⁰.

A dialética marxiana é denominada "materialista" no sentido da inversão proposta por Marx ao esquema hegeliano abstrato e idealista, colocando como momento determinante, não a "idéia", o "espírito absoluto", mas as *relações sociais* construídas pela *praxis* humana:

*"Totalmente ao contrário do que ocorre na Filosofia Alemã que descende do céu sobre a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Quer dizer, não se parte do que os homens dizem, (de como) se representam ou se imaginam, nem tampouco do homem predicado, pensado representado ou imaginado, para chegar (...) ao homem de carne e osso; parte-se do homem que realmente atua"*²¹

Desta forma, estabelecemos, para efeitos desta dissertação, como suficiente o princípio dialético que contempla uma dada realidade enquanto *totalidade e movimento*: a sociedade como um todo estruturado, ou um determinado objeto em suas relações e interconexões com este todo; e como movimento, como conflito, tendência à mudança. Portanto, a dialética compreende a realidade como:

a) Totalidade: a realidade é um todo composto por elementos multi-condicionantes que se interpenetram. Assim, não tem sentido compreender o direito,

²⁰ a compreensão da natureza do método dialético é complexa e consiste num dos maiores problemas da filosofia contemporânea. A dialética ora se apresenta como ontologia, como por exemplo, para Hegel ou o Engels da "*Dialética da Natureza*" ou do "*Anti-Dühring*", ora como lógica, ou visão de mundo, aplicável somente às ciências humanas. O processo dialético possui em Hegel uma conotação essencialista, enquanto desenvolvimento natural do ser; já Engels estabeleceria como postulados gerais da dialética, os princípios de (a) passagem da quantidade à qualidade, (b) unidade e interpenetração dos contrários e (c) negação da negação.

²¹ MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Ideologia Alemã*. cit. p. 37.

o Estado, a ideologia, a economia, em seus aspectos isolados, mas enquanto realizações parciais de um todo estruturado multicondicionante.

b) Processo Histórico - este todo social, porém, não é um “*holos*” no sentido organicista, mas uma totalidade dinâmica, tendente à transformar-se, não uma totalidade estática (como para os sistêmicos) mas profundamente atravessada pela história enquanto construção do “*homem de carne e osso que realmente atua*”.

De acordo com Kosik, a originalidade do método marxista de apreensão da realidade consiste em conceber esta mesma realidade enquanto “totalidade concreta”²². Esta totalidade, porém, não se apresenta enquanto totalidade estática, mas enquanto processualidade. Assim, “totalidade social” e “processo histórico” consistem em dois momentos que se confundem, se interpenetram.

Portanto, o todo não se apresenta pronto e acabado, mas enquanto um todo que “*se cria a si mesmo na interação das partes*”²³. Foi o congelamento desta realidade social dinâmica efetuado pelo estruturalismo, que o impediu de perceber que os fatos não estão dados desde já, mas que são construídos pela *praxis* humana.

A compreensão crítico-dialética do Direito seria, em suma, a aplicação deste método na análise do fenômeno jurídico. Assim, o Direito somente pode ser entendido dialeticamente enquanto parte de um *todo social* e enquanto *movimento*, conflito envolvido pela *praxis* humana da construção da história.

Porém, resta um problema básico que teremos de enfrentar: o marxismo não foi capaz de avançar significativamente na compreensão dialética do fenômeno jurídico. A tradição marxista inseriu o Direito na totalidade social mas não foi capaz de desenvolver uma compreensão do Direito enquanto conflito, enquanto instância

²² “O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo” - este princípio desempenha, para Kosik “(...) uma função dupla, (...) de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo” KOSIK, Karel. A Dialética do Concreto. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 40.

²³ KOSIK, Karel. op. cit. p. 42.

de mudança social. A interpretação dominante do marxismo não conseguiu deduzir - no dizer de Tarso Genro - o Direito “*como valor e contratendência*”²⁴.

Ao contrário, o que predominou ao longo do século XX foram as doutrinas mecanicistas, ou, no dizer de Díaz, “marxistas-mecanicistas” do Direito e do Estado. Estas teorias tenderam a rebaixar os campos do Direito e do Estado a simples epifenômenos da estrutura econômica, constituindo-os em meros instrumentos de conservação da ordem, obstáculos insalváveis para a mudança social²⁵.

A seguir procuraremos desenvolver as condições para um afastamento destas interpretações redutoras, partindo da análise de como a realidade social é compreendida no âmbito da sociologia do conflito, quais foram as dificuldades e quais são as possibilidades de afastamento deste reducionismo e uma re-construção do direito enquanto espaço de lutas sociais.

Num primeiro momento desenvolveremos a compreensão das noções de totalidade social, com especial atenção aos aspectos superestruturais, bem como das interpretações do processo histórico. Posteriormente tentaremos estabelecer os marcos para uma compreensão da instância jurídica sob o capitalismo.

²⁴ GENRO, Tarso. Direito e Marxismo. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de. (org.). Licções de Direito Alternativo. V. 2. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 12

²⁵ Cf. DÍAZ, Elias. De la Maldad estatal y la Soberania Popular. Madrid: Editorial Debate, 1984. p. 150.

1.2 - A DIALÉTICA DA TOTALIDADE SOCIAL -

Concordamos com Michel Harrington quando diz que:

“O conceito marxista fundamental sobre a sociedade não é o de uma base econômica que determina uma superestrutura política e cultural, mesmo que Marx assim o considerasse às vezes, displicentemente, como no prefácio à Contribuição de 1859. É, ao contrário, a imagem de um todo orgânico, cheio de movimento interno, de uma `rica totalidade de muitas determinações e relações”²⁶

Porém, se devemos afastar o determinismo econômico de certas interpretações de Marx, é certo que este “todo orgânico de múltiplas relações” consiste numa totalidade concreta, material, cuja base é determinada, em última instância, pelo modo como os homens estabelecem entre si relações na vida real. Marx inverte o esquema estrutural de Hegel, que privilegiava o Estado, enquanto encarnação do Espírito Absoluto, sobre a sociedade civil (reino dos indivíduos atomizados e particularistas), colocando a dominância sobre esta.

É importante salientar que o fato de Marx privilegiar a sociedade civil não significa privilegiar a “economia”, no sentido vulgar do termo. Marx não era economista, mas um crítico social; não pretendeu construir uma “ciência econômica”, mas uma “crítica à economia política”.

Engels advertia contra o equívoco de certas interpretações economicistas, já em 1890. Em uma carta à J. Bloch escreveria:

“Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu temos afirmado mais do que isto. Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. (...) De outro modo, aplicar a teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau”²⁷.

²⁶ HARRINGTON, Michel. O Crepúsculo do Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 63.

O “Prefácio de 1859”, referido por Harrington, muito provavelmente tenha sido o principal responsável pelas interpretações reducionistas da obra de Marx, interpretações que o fizeram declarar *“tudo o que sei é que eu não sou marxista”*²⁸. Eis um trecho do famoso “Prefácio à Crítica da Economia Política”:

“Nos meus estudos cheguei à conclusão de que as relações jurídicas - assim como as formas de Estado - não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência (...).

*(...) na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”*²⁹.

Estes trechos não deixam de conter preciosas indicações a respeito da forma como Marx compreendia que esta “totalidade” estaria estruturada. A realidade aparece, aqui, enquanto produção social da vida. Assim, Estado e Direito não podem ser compreendidos através de explicações auto-referentes, mas apenas no âmbito do modo de produção que integram, afastando, portanto, tanto a compreensão do Direito a partir de “si mesmo”, como pretende a dogmática, ou mesmo as teorias analíticas ou de cunho sistêmico, como a partir da “evolução geral do espírito humano”, como na metafísica jusnaturalista.

Neste esquema, em contrapartida, são as “condições materiais de existência” que se apresentam como base para a compreensão do Estado, do Direito, das ideologias. Porém, não se deve compreender esta relação entre “base” e “superestrutura” num sentido mecânico. A metáfora topográfica do “edifício social”

²⁷ ENGELS, Friederich. Carta à J. Bloch de 21/22 de setembro de 1890. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, [ca. 1980]. p. 284. (grifo nosso).

²⁸ cf. ENGELS. Carta à Schmidt, de 05 de agosto de 1890. In: op. cit p. 283.

²⁹ MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. cit. V. 1. p. 301 (grifo nosso).

não pode ser afastada do que é: uma metáfora³⁰. O fator que determina - em última instância - a realidade social, nem é o “econômico” entendido isoladamente, mas o conjunto produção *mais* reprodução da vida social, o chamado “Modo de Produção” como um todo. Poulantzas salienta que o próprio “campo da economia”, não é depositário de leis independentes. “Estado” e “economia” podem significar coisas diferentes em modos de produção diferentes. Assim, o determinante é, não esta ou aquela categoria dada *a priori*, mas a própria relação entre os diferentes campos, cuja importância e configuração será dada pelo Modo de Produção como um todo³¹.

Podemos dizer que há uma interpretação humanista e uma interpretação cientificista vulgar do marxismo. Mas, conforme destaca Konder³², Marx não é de todo irresponsável por certas leituras positivistas, reducionistas ou deterministas de sua obra. Afinal, foi um pensador do século XIX e, como tal, estava profundamente influenciado pelo cientificismo de matiz positivista.

³⁰ metáfora esta que teria provocado, para Poulantzas, uma vulgarização do marxismo. Em sua última obra, *O Estado, O Poder, O Socialismo*, em que faz uma autocrítica do estruturalismo, salienta que *"a imagem construtivista da 'base' e da 'superestrutura' (...) não somente não pode convir a uma representação correta da articulação da realidade social, e conseqüentemente de seu papel determinante, como revelou-se com o tempo desastrosa em vários sentidos"* POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990 p. 19.

³¹ de acordo com Poulantzas, *"um modo de produção não é o produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuiria previamente, ao se relacionar, uma estrutura intangível. É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços (...): é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma"* op. cit p. 21.

³² KONDER, Leandro. op. cit. pp 17 e ss. Sobre o aspecto da metáfora base/superestrutura, escreve: *"Certamente quando recorreu às categorias de 'base' e 'superestrutura' Marx estava querendo garantir o caráter materialista da sua dialética na interpretação do movimento da sociedade, precavendo-se contra qualquer contaminação por parte das concepções idealistas da história, difundidas pela ideologia conservadora dominante. Era perfeitamente coerente com sua concepção do homem como um ser que se faz a si mesmo, a partir do trabalho, da sua atividade material. Entretanto, as duas categorias iam além da função de preservação do caráter materialista que lhes era atribuída e, de algum modo, tendiam a cristalizar (...) duas esferas diferentes no interior de um mesmo movimento global. De fato elas espacializavam na representação dois momentos de um processo que se realiza no tempo. Eram metáforas que procuravam tornar imediatamente acessíveis a pessoas formadas no espírito da ideologia dominante (comprometida com uma 'ciência' mais voltada para o espaço do que para o tempo) aspectos muito complexos do processo histórico"* op. cit. p. 39.

Exercitando uma interpretação mais abrangente do papel do "econômico", no marxismo, compreende-se que a noção de base, ou infra-estrutura³³, não está ligada a índices frios, ou "leis-de-ferro", mas à forma concreta como o homem vive e produz, à *praxis*³⁴.

A noção de *praxis* consiste numa das principais categorias do pensamento marxista. É através da *praxis*, enquanto atividade concreta que os homens se afirmam no mundo, transformam-no e, assim, transformam a si mesmos. Não existe, nesta concepção, uma essência humana dada *a priori*: o Homem é o que ele faz. "*Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles*".³⁵

Esta noção é incompatível com a vulgarização determinista do marxismo. Ela consiste em última análise na afirmação da liberdade humana sob bases materialistas pela primeira vez na história do pensamento. Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx afirmaria que "*toda a chamada História mundial não é senão a produção do homem pelo trabalho humano*"³⁶. Porém, é certo que, se o homem faz a história, ele não a faz como quer, mas sob determinadas condições objetivas que são exteriores a ele: condições sociais e naturais que existem independentemente de sua vontade. Estas condições, porém, são modificáveis (caso contrário não haveria história, nem espaço para a *praxis*, ou para a afirmação da subjetividade). Parece estar aí a chave para decifrar o "mistério" da "determinação econômica em última instância".

³³ a base, ou infra-estrutura, do modo de produção capitalista consiste nos meios de produção: máquinas, terras, fábricas, apropriados de forma privada e nas relações de produção, revestidas na forma de classes sociais antagônicas fundamentais: o proletariado e a burguesia.

³⁴ *práxis* não significa tão somente "prática" no sentido que lhe atribui o senso comum, enquanto "o oposto da teoria". O conceito marxiano de *praxis* engloba toda a atividade concreta do homem. "*A expressão praxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico a si mesmo; atividade específica do homem que o torna diferente de todos os outros seres*". BOOTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p. 292.

³⁵ MARX, Karl. ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. cit. p. 27

³⁶ MARX *apud* KONDER, Leandro. op. cit. p. 105.

Marx irá desvendar a forma como os homens organizam esta atividade produtiva sob o Modo de Produção Capitalista, baseando-se, inicialmente, na crítica da noção hegeliana de alienação³⁷, e, posteriormente num estudo sistematizado da economia política inglesa.

A partir de seus estudos, Marx descobre o capitalismo enquanto formação social baseada numa alienação dos (e ditadura sobre os) carecimentos³⁸ (necessidades). O trabalho produtivo, ao invés de servir para a satisfação das necessidades de quem o produz, acaba servindo para a satisfação dos interesses de acumulação e reprodução do capital. O trabalhador, assim, não tem controle nem sobre o processo de trabalho, nem sobre o seu resultado³⁹.

Assim, embora sob a sociedade capitalista o indivíduo seja "livre" - não possa ser vendido como mercadoria, como na sociedade escravista - sua força de trabalho é alienada à classe detentora dos meios de produção (a burguesia), transformando-se em mercadoria (valor de troca), passível de gerar lucro através do

³⁷ Marx, a partir dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, desenvolve o conceito de *alienação* (que já existia em Hegel enquanto alienação do "Espírito") em referência ao homem concreto, que trabalha. A alienação consiste em estar "desprovido de si mesmo", isto é, estado no qual o indivíduo ou a comunidade encontram-se alheios a sua própria atividade produtiva. Consiste na condição social em que o homem deixa de ser o pólo ativo, criativo da realidade social para tornar-se objeto passivo de processos externos (valorização do capital, acumulação, etc.) que não controla. Neste sentido ver CODO, Wanderlei. O Que é alienação? São Paulo, Brasiliense, 1985; HELLER, Agnes. Teoria de las Necesidades en Marx. cit. e KONDER, Leandro. op. cit.

³⁸ adoto aqui a tradução de Carlos Nelson Coutinho para a expressão alemã "*Bedürfnissen*" (= necessidade, mas no sentido mais amplo, para além do conceito determinista, implicando também o *desejo*, a subjetividade), adotada na versão brasileira de "Mudar a Vida". O alemão possui outra palavra (*notwendigen*) para designar necessidade no sentido imperativo, "famélico". Esta, porém, não foi a opção do tradutor espanhol de "Teoria de las Necesidades en Marx". HELLER, Agnes. Mudar a Vida. cit. e HELLER, Agnes. Teoria de las Necesidades en Marx. cit.

³⁹ a contradição principal do capitalismo em Marx, consiste na criação, de um lado, de carecimentos múltiplos e ricos, e, de outro, da alienação, que se traduz, para Heller, fundamentalmente na inversão da relação meio-fim (onde um homem se converte em meio para a satisfação dos interesses privados de outro) e no incremento dos carecimentos de caráter quantitativo sobre os de caráter qualitativo (todos os carecimentos qualitativos acabam reduzidos ao carecimento de TER), bem como no empobrecimento dos carecimentos. Na sociedade alienada o produto do trabalho concreto não serve para a satisfação dos valores de uso: ao trabalhador é completamente indiferente o tipo de valor de uso que produziu, não tem nenhuma relação com o produto: o que o mantém é a satisfação apenas das necessidades necessárias (*notwendigen*). O trabalho sob o capitalismo acaba servindo para o incremento do capital, e não para a auto-realização humana. Cf. HELLER, Agnes. Teoria de las Necesidades en Marx. cit.

processo de extração da mais-valia⁴⁰. A principal descoberta de Marx em termos econômicos foi que o lucro é gerado, no capitalismo, pela única mercadoria capaz de criar valor e reproduzir-se: a força de trabalho. Ao contrário do que ocorria no modo de produção feudal, no capitalismo os meios de produção não se encontram sob a posse e o controle dos produtores diretos (os trabalhadores assalariados), mas dos proprietários dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras), os capitalistas.

É com o pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937), porém, que a relação dialética entre base e superestrutura irá melhor se explicitar, através do conceito de *bloco histórico*.

Gramsci compreendeu a lição de Marx de que não existe uma essência absoluta no ser humano, dada *a priori*. O Homem é um ser que se faz através da *praxis* e, em se fazendo, constrói a História. O autor dos Cadernos do Cárcere (*Quaderni*) resgata o papel da subjetividade em Marx contra a vulgarização que o pensamento marxista havia sido submetido pela leitura economicista, por ele qualificada como: “*a doutrina da inércia do proletariado*”⁴¹.

A genialidade de Gramsci não foi ainda completamente explorada - sua obra permitiu o resgate do pensamento marxista sob óticas não dogmáticas, especialmente no movimento de abertura dos partidos comunistas europeus a partir do pós-guerra (eurocomunismo), e no repensar da luta político-cultural na América Latina⁴². Gramsci tem se prestado, porém, a diversas interpretações e leituras,

⁴⁰ O lucro capitalista baseia-se no diferencial que há entre a soma do custo da matéria-prima, do desgaste das máquinas e do custo com a mão-de-obra, e o preço final do produto. Marx descobriu que a força de trabalho é a única mercadoria capaz desta “mágica” produtora do lucro para o capitalista. A mais-valia consiste na diferença entre o que o trabalhador produziu, e o que lhe foi pago por esta produção.

⁴¹ GRAMSCI, Antonio. A Crítica Crítica. In: CAVALCANTI, Pedro e PICCONE, Paulo. Convite à Leitura de Gramsci. Rio de Janeiro: Achaimé, [ca. 1980] p. 71. Gramsci colocaria como central em sua obra o papel da vontade humana na construção do real, insurgindo-se contra a apropriação “positivista” de Marx pela Segunda Internacional. O voluntarismo em Gramsci é mais forte nos escritos jornalísticos de juventude, mas também está presente, de forma mais mediatizada, nos Cadernos.

⁴² Gramsci parece ter sido o principal responsável por uma recuperação da luta cultural e da democracia por parte da esquerda. Este fenômeno ocorreu tanto na Europa, especialmente no interior dos partidos comunistas Italiano e Espanhol, desde o pós-guerra e na América Latina na década de 70. Não que sua obra tenha sido catalizadora de movimentos sociais que se encaminharam neste sentido, mas serviu de ponto de ligação da teoria marxista com novas práticas políticas. Sobre a recepção de Gramsci no Brasil, ver COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadão Brasileiro. Teoria e Debate. São Paulo, n. 9, p. 58-63, jan./1990.

devido ao caráter fragmentário de sua obra - o que não a desqualifica, ao contrário, constitui a própria fonte de riqueza do seu pensamento⁴³.

O bloco histórico, conceito formulado durante o período em que estivera preso (1927-1937), representa o conjunto formado pela relação dialética entre base e superestrutura, o todo social [o mesmo que a "totalidade concreta" de Lukács]. Porém o conceito foi desenvolvido para *destacar* o papel que os elementos *político-culturais* desempenham para a configuração de uma determinada realidade social num dado momento histórico.

"Bloco Histórico" designa uma formação histórica determinada para a qual concorrem fatores econômico-sociais, político-jurídicos e culturais, num processo de interação dialética. Com este conceito, Gramsci propõe um esquema de análise mais complexo do que o simples edifício base/superestrutura, permitindo compreender o poder de classe em toda a sua extensão, demonstrando como a própria configuração de um modo de produção é o resultado da ação política e cultural de determinada classe social (ou aliança de classes/frações de classe).

Esta noção não pode ser confundida com mera "aliança de classes", no sentido instrumental. Engloba, também, o domínio que uma determinada classe social exerce sobre o conjunto da sociedade, domínio este que começa no terreno da produção e se estende à direção político-ideológica. Haverá Bloco Histórico sempre que a superestrutura garantir a coesão social, a unidade das diferentes forças sociais em um projeto global de sociedade. Assim, não existe tal coisa como um bloco histórico "dominante", aliança de classes e frações dominantes, sobre um bloco

⁴³ De acordo com Henriques, os Cadernos do Cárcere "talvez não devam sua forma fragmentária (...) e por muitas vezes contraditória, apenas às vicissitudes da prisão e da tragédia pessoal do autor. Pode ser que o motivo mais poderoso deste caráter aberto esteja na própria forma mentis de Gramsci, profundamente dialógica e atenta ao novo na história e na política". HENRIQUES, Luis S. Do PCI ao PDS: As Incertezas de um Novo Início. Presença. Rio de Janeiro, n. 17, p. 43-4, nov./1991. Tal é, também, a opinião de Mancina: "o caráter fragmentário não é incoerência ou falta de um programa de investigação. Deve ser referido a uma ótica intelectual tipicamente do século XX". MANCINA, Cláudia. Um Grande Revisionista. Presença. Rio de Janeiro, n. 17, p. 64-9, nov. 1991.

"dominado". O bloco histórico reúne as classes dominantes e seu sistema de hegemonia econômica e jurídico-político-cultural *sobre* as classes dominadas⁴⁴.

Portanto, o que Gramsci enfatiza não é a *diferença*, mas a relação dialética entre infra-estrutura e superestrutura. Uma classe só domina na infra-estrutura se domina no campo político e ideológico. Esta noção consegue superar os limites tanto do idealismo (que não vê conexão entre o Estado, as ideologias e o mundo da produção) quanto do economicismo (que não vê a importância destes campos).

O "bloco histórico" enquanto esquema de análise pode ser reproduzido como a imagem de um círculo onde na parte inferior teríamos a base ou infra-estrutura e na parte superior a superestrutura política e ideológica, que Gramsci denomina "Estado" em sentido ampliado, isto é, sociedade civil *mais* sociedade política, que corresponde, respectivamente, às funções de hegemonia e dominação política.

Porém, enfatizaremos aqui, mais uma vez, que este esquema é apenas ilustrativo, explicativo. A realidade é rebelde a esquemas estruturais e a cardealidades norte/sul, embaixo/em cima. Precisamos destes para dominá-la teoricamente, mas é bom ter-se em vista que o fenômeno é sempre mais amplo do que a estrutura⁴⁵. O Bloco Histórico não consiste numa estrutura ontológica dada *a priori* no qual a realidade teria de ajustar-se como num leito de Procusto. O esquematismo deve ser afastado; nas palavras do próprio Gramsci: "*a experiência*

⁴⁴ Cf. destacam Bocayuva e Veiga, "*A palavra bloco pretende ultrapassar os limites da noção de alianças de classes pois pretende representar mais do que uma unidade instrumental e passageira. O Bloco representa uma forma de coesão orgânica que une o conjunto do regime econômico-social aos padrões de uma dada supremacia de classe. A palavra histórico coloca a questão da longa duração como uma exigência-chave de estabilização para qualquer projeto de fundação de um dado regime*". op. cit p. 45.

⁴⁵ Gramsci, na *Concepção Dialética da História*, dá pistas de que o conceito de bloco histórico não deve cristalizar-se, mas sim refletir a realidade contraditória das relações entre base e superestrutura: "*a estrutura e a superestrutura formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (...). O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)*". GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986. p. 52-3. Ou seja, a relação entre os dois níveis é sempre complexa, conflitiva, mas, em última análise, baseia-se numa correspondência não mecânica verificável entre o mundo prático e suas representações.

*sobre a qual se baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada: ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade"*⁴⁶.

No próximo item veremos a questão superestrutural, especialmente no que se refere ao lugar que os conceitos de Estado e Ideologia ocuparam no pensamento crítico até hoje, em linhas gerais, a fim de possibilitar uma compreensão do objeto de nossa pesquisa, uma vez que este se insere no interior de um aparelho de Estado e possui/difunde uma determinada ideologia. Inicialmente abordaremos o conceito de ideologia, a fim de dissipar possíveis dúvidas que possam surgir na leitura deste trabalho, passando num segundo momento ao conceito de Estado; no âmbito desta abordagem, ligaremos a noção ampliada de Estado com a ideologia e os conceitos de aparelho de Estado, hegemonia, e intelectuais.

⁴⁶ GRAMSCI, Antônio. op. cit. p. 152 (grifo nosso). "Filosofia da práxis" é o termo que Gramsci utiliza para referir-se ao marxismo.

1.3 - A QUESTÃO SUPERESTRUTURAL: ESTADO E IDEOLOGIA -

1.3.1 - Introdução ao Conceito de Ideologia -

A multiplicidade de significados que assume o conceito de ideologia no pensamento social contemporâneo pode ser resumida em duas vertentes compreensivas básicas:

- a) ideologia como um conhecimento falso, tendencioso, oposto ao conhecimento científico, ou teórico "verdadeiro" (aqui podem ser colocadas as noções de Marx e Engels na Ideologia Alemã, e as concepções positivistas ou neo-positivistas de modo geral, incluindo Kelsen).
- b) ideologia como um conjunto mais ou menos organizado de valores, crenças e opiniões que formariam a visão de mundo (*weltanschauung*) de um indivíduo, grupo ou classe social (Lenin e Gramsci, a partir de uma leitura de Marx - e as concepções historicistas de um modo geral - Dilthey).

Ambos os conceitos de ideologia encontram-se presentes nas diversas fases da obra de Marx. É o primeiro conceito, porém, que domina em sua produção teórica, a começar da *Ideologia Alemã*.

Nesta obra, Marx e Engels apontam o fenômeno da alienação como produtor de uma inversão da realidade, ou "falsa consciência". Nesta inversão, as mercadorias, tais como aparecem em dimensão abstrata, e não as relações sociais concretas, tornam-se os princípios explicativos da realidade. Aqui o conceito de ideologia liga-se diretamente com o conceito de alienação, inexistindo uma "ideologia do proletariado", ou mesmo uma "ideologia da burguesia", mas apenas, pura e simplesmente "ideologia", inversão do real, "falsa consciência".

Esta concepção teve por mérito descobrir que a forma como os homens vêem o mundo, suas idéias, não possuem uma forma independente da vida real. Não há, assim, uma "história das idéias" independente da história da vida. Não é o mundo das idéias que determina o mundo da vida, mas a forma como os homens vivem estabelece os limites, os horizontes a partir dos quais produzem suas representações. De acordo com Marx e Engels, as formas de pensamento:

*"não possuem sua própria história nem seu próprio desenvolvimento, senão que os homens que desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material, mudam também, ao mudar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência"*⁴⁷.

Porém, esta vertente de compreensão da ideologia assumiria a dicotomia "conhecimento ideológico", de um lado e "conhecimento científico" do outro, bem como permitiria a assunção de uma concepção que vê o marxismo enquanto ciência capaz de libertar o proletariado das inversões ideológicas em que se encontra submerso, perspectiva esta que foi capaz de aplicar a crítica histórica às idéias da burguesia, que se pretendiam científicas e permanentes, mas incapaz de aplicá-la a si mesmo⁴⁸.

Consideramos a separação entre "ciência verdadeira" e ideologia elitista e indiferente ao plano da política. Não existe, aqui, possibilidade de lutas no plano ideológico, nem dialética, uma vez que a instância ideológica (e portanto os aparelhos encarregados de sua produção/difusão)⁴⁹ é vista como instância unívoca de legitimação e reprodução. Adelmo Genro já havia salientado o equívoco desta abordagem, encontrada em autores como Chauí⁵⁰.

Já um conceito de ideologia enquanto "ideologia de classe" irá aparecer em alguns momentos da obra de Marx, como na Miséria da Filosofia, no Dezoito Brumário e no Capital.

⁴⁷ op. cit p. 18 (grifo nosso).

⁴⁸ "O marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a 'desmascarar' as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais. Restava resolver a questão espinhosa da aplicação do materialismo histórico a si mesmo - esboçada por Marx, mas insuficientemente desenvolvida. Certos teóricos marxistas (especialmente sobre a influência do positivismo) procuraram contornar o problema apresentando o marxismo como a ciência da sociedade (ou da história), objetiva e sem vínculos sociais, isto é, excluindo-o do processo geral de determinação social da consciência e do conhecimento - o que os fez na realidade cair na armadilha do 'princípio da carruagem', tal como foi enunciado por Max Weber: se o materialismo histórico é um princípio de explicação universal, como poderia deter-se como uma vulgar carruagem, diante do próprio pensamento marxista?" LOWY, Michel. op.cit p. 95.

⁴⁹ vide ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁵⁰ ver a obra de CHAUI, Marilena. O Que é Ideologia? São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Primeiros Passos, 13), e a crítica de GENRO FILHO, Adelmo. Marxismo, Filosofia Profana. Porto Alegre, Tchê!, 1986.

Na *Miséria da Filosofia* (1845), Marx reconhece que pode haver ciência de classe, e que o próprio marxismo pode ser visto enquanto concepção de mundo, representação ideal dos interesses dos trabalhadores⁵¹.

Porém, é no *Dezoito Brumário* que o conceito aparece com maior clareza. Em dado momento, o autor, quando se pergunta o que tornaria os representantes democráticos do parlamento francês representantes da pequena burguesia, afirma que:

*"(...) é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam"*⁵².

Em nenhum momento, nestes trechos, Marx fala em "ideologia"; porém estes são importantes na medida em que reconhecem:

- a) a ligação entre determinada classe social e sua concepção de mundo.
- b) que esta ligação não é mecânica: a relação dá-se pelo limite do interesse material e posição social, ou seja, um determinado indivíduo pensa como membro daquela classe, não porque a realidade para ele apareça invertida, mas porque, na prática, seus interesses o impelem na direção de determinada concepção de mundo.

A relação entre os chamados "representantes políticos e literários" e a classe "representada", não é, desta forma, mecânica, mas dá-se por uma conexão entre o interesse de classe, seu *horizonte*⁵³ e as idéias produzidas por estes representantes

⁵¹ *"Assim como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária"* MARX apud LOWY, Michael. op. cit. p. 107. Tal entendimento aparece, igualmente, no Posfácio de 1873 ao *Capital*, quando Marx refere-se à crítica da economia política: *"Na medida em que esta crítica (...) representa uma classe, ela não pode representar senão a classe cuja missão histórica é a derrubada (umwältzung) do modo de produção capitalista e a abolição final das classes - o proletariado"*. op. cit. p. 109.

⁵² MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Obras Escolhidas*. v. III. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. p. 227. (grifo do autor)

⁵³ A questão do *horizonte*, do alcance ideológico que determinada classe poderia atingir foi abordado especialmente por Lukács e, mais recentemente, por Lucien Goldmann. Lukács entendia o ponto de vista do proletariado como mais avançado em relação ao das outras classes pelo caráter universal de sua posição (classe a qual não interessaria o encobrimento da realidade nem a dominação de outra classe social). De acordo com Michel Lowy, a posição de Lukács não se confunde com a que atribui à ideologia caráter de

que, justamente por produzirem idéias adequadas à esta concepção de mundo, tornam-se os representantes desta classe social.

É com Gramsci que a ideologia irá assumir uma forma satisfatoriamente explicativa enquanto processo dialético, isto é, como lugar de lutas e instância constituinte da realidade.

Vimos anteriormente que Gramsci desenvolveu a noção de bloco histórico como articulação das diferentes instâncias do real. Assim as instâncias ideológica e política não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte do processo de inter-relacionamento entre classes e frações de classe. Em Gramsci a ideologia irá aparecer como *visão de mundo* relativa às diversas classes sociais.

Qualquer ordem social de classe desenvolve, ao lado da superestrutura político-jurídica, responsável pela dominação pela violência (o "Estado" propriamente dito), uma concepção de mundo tendente à unidade, fazendo com que os diversos grupos sociais não vejam além de um horizonte definido pela classe dominante. Gramsci destaca não tanto o aspecto gnosiológico da ideologia (conhecimento ideológico *versus* conhecimento científico) mas seu aspecto *político*. A ideologia aparece aqui enquanto concepção de mundo que desenvolve um padrão ético e pauta ações correspondentes plano material; *"é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens"*⁵⁴.

"falsa consciência", Lukács reconhece o caráter de classe da ideologia, apenas procura critérios objetivos para qualificar a superioridade da ideologia proletária sobre a burguesa. Esta ideologia proletária, porém, não é a *consciência real*, do senso comum dos indivíduos pertencentes à classe operária, mas ao que chama de *consciência adjudicada*, isto é, a consciência que a classe operária "deveria ter" se correspondesse à sua situação objetiva de classe. Já Goldmann desenvolveu o conceito de "consciência possível", ou o limite máximo a partir do qual uma classe não pode ultrapassar sem colocar em risco sua existência enquanto classe. A consciência possível define os quadros categoriais e o campo no interior do qual um grupo pode variar suas maneiras de pensar. Neste sentido ver LOWY, Michel. op. cit. Porém, pensamos ser desnecessário para efeito deste trabalho discutir se o "proletariado" produz, intrinsecamente, uma consciência superior. Não queremos ser intérpretes de uma consciência "adjudicada", mas apenas denunciar os limites de uma visão burguesa de mundo encontrada, também, no interior da instância jurídica, bem como produzir um saber que sirva à emancipação social. A superioridade deste saber emancipatório somente poderá ser verificado na prática, isto é, na "terrenalidade do seu pensamento".

⁵⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 65.

Assim, ideologia não consiste apenas num conjunto de idéias mas, igualmente, num conjunto de *práticas materiais* relacionadas com a esfera da produção da vida material, conforme destacamos quando nos referimos ao aspecto intelectual presente no trabalho; assim, inscreve-se na materialidade das relações de produção, sendo uma esfera co-constituente do real, um "real-imaginário" que pauta o "modo de vida" que as coletividades assumem em determinado contexto histórico. Gramsci destaca que as ideologias *"organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc"*⁵⁵.

Neste sentido, podemos falar em uma visão dialética da ideologia, capaz de aglutinar a instância ideológica em relação a outras instâncias, num processo onde não há determinação mecânica. Conforme Kosik,

*"(...) até Marx insistiu que o que distingue o pior dos arquitetos da melhor abelha é o fato de o arquiteto erigir estruturas na imaginação antes de lhes dar forma material. Mudanças na maneira como imaginamos, pensamos, planejamos e racionalizamos estão fadadas a ter conseqüências materiais"*⁵⁶.

Claro, não podemos confundir "ter conseqüências materiais" com a afirmação de que tudo o que se imagina está fadado a realizar-se, o que seria absurdo. O que Kosik quer dizer é que a consciência produz resultados materiais na medida em que impulsiona as comunidades humanas para a realização de seus objetivos. As formas de consciência não são simplesmente reflexos fantasmagóricos, invertidos, do real, mas partes constitutivas deste mesmo real.

⁵⁵ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. cit. p. 62-3. Poulantzas também salienta o aspecto da materialidade da ideologia, apresentando-a enquanto prática social moldadora de comportamentos desenvolvidos nos terrenos da política e da produção, de forma a garantir as relações sociais. Para ele a ideologia *"compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção"*. POULANTZAS, Nicos. op. cit. p. 33.

⁵⁶ KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 110.

Assim, a consciência é ao mesmo tempo *reflexo* de uma dada realidade material e *projeção* de uma realidade que existe apenas em "germe", enquanto possibilidade de realizar-se. Ao mesmo tempo que a consciência é moldada por fatores externos, constitui-se, também, em elemento ativo⁵⁷.

A noção gramsciana de ideologia engloba desde formas mais desenvolvidas, como a filosofia propriamente dita, a religião ou mesmo a ciência, até formas menos sistematizadas, como o folclore e o senso comum. A afirmação de que *"todos os homens são filósofos"*⁵⁸ coloca a centralidade da esfera ideológica na vida prática dos homens. De acordo com Gramsci, toda a atividade humana possui um caráter, ainda que subordinado ou pouco desenvolvido, de atividade intelectual. Além da referência ao caráter intelectual de toda a atividade produtiva (que importa na medida em que se procura compreender não apenas a esfera da legitimação do poder mas o papel da ideologia na configuração do modo de produção: como elemento que se reflete na forma de encarar o trabalho, de aceitar com naturalidade a alienação, o cotidiano da fábrica, etc.).

Gramsci destaca a dimensão intelectual, (ou "filosófica" em sentido amplo) como constitutiva de todo o indivíduo:

*"Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa da alguma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar"*⁵⁹.

⁵⁷ ver KOSIK, Karel. op. cit p. 30. Engels reconheceu o elemento ativo da ideologia numa carta a Schmidt (de 05 de agosto de 1890) onde diz que *"embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isso não impede que a esfera ideológica reaja por sua vez sobre elas (...)"*. ENGELS, Friedrich. *apud* MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. cit. p. 283.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. op. cit. p. 15. (na base desta concepção coloca-se a inseparabilidade, já presente em Marx, entre *homo sapiens* e *homo fáber*).

⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 7-8.

É na noção de *senso comum* que o pensamento de Gramsci assume um carácter original no que se refere à ideologia. Onde os críticos sociais anteriores viam apenas uma coleção fragmentária de idéias e opiniões anticientíficas, Gramsci coloca que é aí que se desenvolve a visão de mundo "prática" das massas, e onde a ideologia burguesa penetra de forma mais eficaz. Entre filosofia e "senso comum" há uma diferença de grau, mas não de qualidade, a primeira sendo apenas uma espécie de "senso comum dos intelectuais".

No senso comum haveria um núcleo de "bom senso" a ser conservado e elevado a nível superior, para que se pudesse criar um "novo senso comum" capaz de inscrever no campo da prática, das relações concretas, as formulações desenvolvidas pela teoria socialista (que por sua vez é também fruto da prática social - há aqui, portanto, uma relação dialética).

Esta noção permite compreender a identidade existente entre filosofia, ideologia, ação política e vida cotidiana. Além disso, dá um salto de qualidade na compreensão da relação entre a teoria crítica e o senso comum, onde a teoria tem a desempenhar a tarefa de crítica e organização deste ideário popular esparso e contraditório. A tarefa da filosofia é sempre crítica, porém, tanto mais crítica será a filosofia capaz de gerar "*catarsis*", expressão que significa a passagem do plano de lutas meramente "egoístico-passionais" (marcadas pelo individualismo e reformismo), para um momento "ético-político" em que as classes populares transformam as relações sociais, transformando-se a si mesmas e construindo novos valores.

Porém, as ideologias não se constituem em um reflexo imediato dos interesses de determinada classe social. Os indivíduos pertencentes a classes diferentes podem ter as mais diversas ideologias, independentemente da origem de classe (caso contrário, a ideologia dominante na sociedade jamais poderia ser a ideologia de uma classe minoritária). A ideologia dominante não deve ser compreendida como um ardil conspiratório - esta ideologia serve não apenas para convencer as outras classes, mas, fundamentalmente, para "convencer" a própria

classe dominante. Não se trata, aqui, de mera atitude negativa de "encobrir" ou "enganar" as massas (embora tais práticas estejam também presentes); ideologia não se reduz à "propaganda", mas constitui-se numa dada visão de mundo capaz de criar positivamente uma ética, de pautar atitudes. Para tanto deve possuir ao menos pretensão de coerência e universalidade.

Gramsci denomina "*intelectuais*" os agentes da superestrutura encarregados da difusão da ideologia, da formação da unidade intelectual da classe fundamental em dado bloco histórico. O conceito de intelectual é ampliado para além da noção corrente que se refere aos "grandes intelectuais". Intelectual, nesta perspectiva, é qualquer elemento pensante e organizador de dada classe social.

Os intelectuais não constituem uma classe, mas um grupo ligado às diversas classes sociais. Se todos os homens são intelectuais, nem todos desempenham uma função intelectual, ou seja, a função de estabelecer uma relação entre as classes sociais e a superestrutura político-jurídica e ideológica, denominada por Gramsci de *vínculo orgânico*. Os intelectuais possuem uma função dirigente e organizativa, estabelecendo a supremacia de uma determinada visão de mundo.

Há intelectuais *orgânicos* e *tradicionais*. Esta classificação de Gramsci, porém, somente pode ser compreendida tendo-se em vista o bloco histórico do qual se está falando, bem como o ponto de vista de classe. Gramsci define desta maneira o intelectual orgânico:

*"Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc...etc."*⁶⁰.

E continua mais adiante: "*cada grupo social 'essencial', contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior*" isto é, no caso, a burguesia, grupo 'essencial' do bloco histórico capitalista, "*(...) encontrou - pelo menos na história*

⁶⁰ Gramsci, Antonio. op. cit. p. 3-4 (grifo nosso).

que se desenrolou até nossos dias - categorias intelectuais preexistentes, (...)" que Gramsci chama "intelectuais tradicionais" ⁶¹. Estes intelectuais tradicionais, provenientes de diversos extratos sociais, tendem a ser cooptados às ideologias das classes fundamentais do modo de produção:

"uma das mais marcantes características de todo o grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista esta que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos" ⁶².

É importante salientar que a concepção gramsciana de intelectuais é incompatível com a pretensão de algumas teorias em afirmar a "independência" dos intelectuais. Aqui *inexistem intelectuais neutros*. Gramsci atribui aos intelectuais tradicionais esta ilusão de neutralidade embora não se possa dizer que a própria forma como a ideologia das classes dominantes, portanto, "orgânica", não se paute, fundamentalmente, pela legitimação através do cientificismo que assume como paradigma a neutralidade do conhecimento e do cientista.

Para uma melhor compreensão destes conceitos e de sua relação com o Direito, é necessário, neste momento, salientar a importância que o conceito de hegemonia e a elaboração de uma noção *ampliada* de Estado desempenham no sistema gramsciano - modelo que permitiu avançar a compreensão do fenômeno do poder nas sociedades capitalistas ocidentais.

1.3.2 - Teoria Restrita e Teoria Ampliada do Estado -

Os estudos de Gramsci sobre o Estado representam, no interior do marxismo, uma ruptura na compreensão do fenômeno do poder nas sociedades capitalistas, operando uma *dialética de conservação/superação* frente a concepção "tradicional"

⁶¹ op. cit. p. 06 (grifo nosso).

⁶² op. cit. p. 09 (grifo nosso).

de Estado, denominada por Coutinho de "Teoria Restrita" ⁶³, que se desenvolveu sob condições históricas específicas encontráveis no tempo de Marx e Engels mas também em virtude de uma leitura posterior que privilegiou, por razões políticas e históricas determinadas em que o movimento de esquerda se encontrava, os aspectos tendentes a enquadrar o Estado enquanto aparelho correspondente, de forma mecânica, à vontade da classe dominante ou às injunções da economia.

Sendo as relações econômicas determinantes em última instância, e sendo estas relações de classe e de poder, o Estado consistiria no órgão de poder da classe dominante destinado a dominar as classes subalternas para submetê-las ao regime de exploração e propriedade privada capitalista; e como o fim da sociedade de classes significaria o fim do Estado e do Direito, estas instâncias acabaram sendo relegadas a segundo plano nesta perspectiva, apresentando-se como instâncias insalváveis para a ação política⁶⁴.

Não houve na obra de Marx preocupação maior com a questão do Estado. Bobbio⁶⁵ defende, inclusive, não existir uma teoria marxista de Estado - o que não é de todo falso se compreendermos "teoria do Estado" enquanto uma teoria independente, ou "geral" do Estado. Na medida em que a teoria política retira o fenómeno estatal de sua especificidade histórica e relação com o campo da economia, da ideologia e da vida social, certamente nem há, e nem poderia haver, como salienta Poulantzas⁶⁶, tal teoria. Porém, acreditamos, como Díaz⁶⁷, que

⁶³ cf. COUTINHO, Carlos Nelson. A Dualidade de Poderes. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁶⁴ na Ideologia Alemã os autores referem-se ao Estado enquanto "*a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns*". op. cit. p. 98. No Manifesto Comunista o Estado aparece sob a clássica figura do "*comitê dos negócios da burguesia*". Porém, nas análises sobre o Dezoito Brumário, Marx faz uma análise mais profunda do Estado francês, onde aparece a questão da autonomia relativa. MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Obras Escolhidas. cit. v. III.

⁶⁵ na obra *Quale Socialismo?*, citado por DÍAZ, Elias. De la Maldad Estatal y la Soberania Popular. cit. p. 151. A obra de Bobbio ganhou tradução brasileira pela editora Paz e Terra.

⁶⁶ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. cit. p. 25

⁶⁷ op. cit. p. 152

existem elementos suficientes na obra de Marx e Engels, ainda que germinais, capazes de servir para a reconstrução de uma compreensão dialética do Estado.

Marx desenvolve sua teoria social a partir da crítica a Hegel, cujas formulações político-jurídicas encontram-se sintetizadas na obra *Filosofia do Direito* (1821): o Estado como síntese absoluta, momento supremo e definitivo da vida coletiva do Homem contraposto à sociedade civil: espaço do conflito de interesses, dos indivíduos atomizados e particularistas. Na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1843), o jovem Marx inverte a perspectiva hegeliana, denunciando o seu idealismo e colocando o momento dominante na sociedade civil, destacando o caráter terreno do Estado:

*"Hegel concebe os negócios e as atividades estatais abstratamente, em si, e como contrário deles a individualidade particular. Mas ele se esquece de que a individualidade particular é humana e que os negócios e atividades estatais são funções humanas"*⁶⁸.

Durante a evolução da obra de Marx e Engels, a compreensão do Estado segue subordinada à crítica econômica. O mérito destes autores está, aqui, em desmistificar a neutralidade estatal, desvendando o caráter de classe do Estado - enquanto realidade resultante e subordinada ao conflito de classes, e não, como queria Hegel, entidade neutra que pairaria incólume fora e acima dos conflitos sociais.

*"(...) a grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo o fenômeno estatal; essa descoberta os levou, em contraposição a Hegel, a dessacralizar o Estado, a desfetichizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e superioridade dele encontra sua gênese e explicação nas contradições iminentes da sociedade como um todo"*⁶⁹.

Em Lenin o Estado aparece, também, nos marcos desta "teoria restrita", de forma instrumentalista. Em sua principal obra política, *O Estado e a Revolução*, escrito às vésperas da Revolução de 1917, Lenin afirma que o Estado é fruto de um

⁶⁸ MARX, Karl *apud* SCHAFF, Adam. A Concepção Marxista de Indivíduo. In: Moral e Sociedade cit. p. 89.

⁶⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. op. cit. p. 74

antagonismo inconciliável de classes⁷⁰. Tal postura contesta a posição de certos membros da social-democracia na época que "corrigiam" o ponto de vista de Marx, transformando o Estado num órgão neutro cuja função seria a conciliação de classes.

Tanto a concepção leninista quanto a social-democrata não foram capazes de desenvolver uma análise do Estado capaz de superar seus limites, respectivamente marcados pelo instrumentalismo e economicismo, no sentido de uma teoria do Estado que o captasse enquanto correlação de forças, espaço relativamente autônomo, ou mesmo que fosse capaz de identificar formas diferenciais de dominação política, apresentando uma certa incapacidade de conceber uma teoria do Estado capitalista que explicasse as diferenças políticas e as transformações históricas no âmbito desse contexto⁷¹.

Podemos identificar estas noções reducionistas como concepções de (a) "Estado-Coisa" - ou instrumentalismo - que tende a ver o Estado enquanto um organismo monolítico, sem fissuras e sem autonomia frente à vontade da classe no poder, e (b) "Estado-Sujeito" - como órgão dotado de uma função racionalizante em si mesmo, atuando seja como árbitro independente das classes sociais, seja como estrutura fatalmente condicionada à reprodução do Capital⁷².

É importante salientar neste momento que, estas noções, especialmente as desenvolvidas por Marx, Engels e Lenin, não podem ser afastadas da compreensão

⁷⁰ LENIN. O Estado e A Revolução. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 09.

⁷¹ cf. POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. cit p. 143 Visão que impediu em certos momentos, na prática, a distinção entre democracia parlamentar e fascismo. Tal foi o erro político, por exemplo, do KDP (Partido Comunista Alemão), ao não desenvolver uma estratégia de frentes contra o nazismo, na década de 30.

⁷² cf. terminologia de POULANTZAS, Nicos. op. cit p. 145 e ss: "*segundo a primeira tese, a do Estado-Coisa, a política do Estado em favor da burguesia se estabelece pelo simples controle exercido sobre o Estado-instrumento, de uma única fração da burguesia, atualmente o capital monopolista, passando ela mesma por comportar uma unidade política em qualquer sentido prévia à ação estatal. O Estado não desempenha uma fração própria na organização do bloco de poder burguês, e não possui nenhuma autonomia em relação à classe ou fração dominante ou hegemônica. Na tese do Estado-Sujeito, em troca, é o Estado dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação às classes sociais, sempre exterior a elas, que imporia 'sua' política, a da burocracia ou das elites políticas, aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil*". op. cit p. 150-1.

que estes autores tinham da realidade social e histórica da época em que viveram, sutilmente diferente do contexto em que Gramsci escreveu os *Quaderni*. Reduzir a caracterização do Estado como aparelho repressivo a uma visão unilateral dos clássicos seria falta de compreensão da historicidade inerente à produção de toda teoria⁷³.

As análises de Gramsci sobre o Estado encontram-se frente às formulações anteriores, numa posição não de ruptura completa, mas de apropriação e conservação/superação (a rigor, melhor seria falar-se em adaptação), consistindo numa superação denominada por Coutinho de "Teoria Ampliada do Estado"⁷⁴.

Para Gramsci o Estado vai além da mera função repressiva, consubstanciada na *sociedade política*, ou seja, nos aparelhos identificados como o núcleo "duro" do poder burguês, ou "Estado propriamente dito: polícia, exército, administração pública, isto é, os organismos que desempenham as funções públicas "clássicas" do Estado liberal burguês do século XIX (Estado-gendarme). Além disto, o Estado enquanto poder de classe é, para Gramsci, baseado na *sociedade civil*⁷⁵, formada

⁷³ cf. destaca Coutinho. Para ele, "essa percepção do aspecto repressivo (ou ditatorial) como aspecto principal da dominação de classe corresponde, em grande medida, à natureza real dos Estados com os quais se defrontaram Marx, Engels e Lênin. Numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia sobretudo através de vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando compulsoriamente na clandestinidade, era natural que esse aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade". Já Gramsci desenvolve sua reflexão numa conjuntura diferente: "ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da política, que tomam corpo nos países 'ocidentais' sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado". COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. cit. p. 75.

⁷⁴ cf. COUTINHO, Carlos N. *Dualidade de Poderes*. cit.

⁷⁵ o conceito de sociedade civil desempenha um papel importantíssimo neste sistema, uma vez que, aqui, diferencia-se do conceito marxiano, quando aparece como sinônimo de *estrutura*, ou base social em oposição à superestrutura político-jurídica ou Estado. Em Gramsci a sociedade civil é parte da superestrutura. Isto não significa porém, como quer Bobbio (na obra "*O Conceito de Sociedade Civil*", referida por COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. cit. p. 73 e ss.), que o conceito gramsciano carregue à superestrutura a dimensão explicativa da totalidade social que possui em Marx, fazendo de Gramsci um idealista. Sociedade civil, em Gramsci, possui um sentido mais próximo ao do significado usual do termo, como o conjunto de organismos ditos "privados", tais como escolas, jornais, associações, partidos políticos, etc. É nesta noção que reside grande parte da novidade de suas formulações, mas isto não significa que a superestrutura possua centralidade ou "dominância" frente a outras instâncias. É a noção de bloco histórico que desempenha o papel explicativo da totalidade social, enquanto relação dialética e orgânica entre base e superestrutura.

pelos organismos encarregados de difundir a ideologia de legitimação e/ou conformação do sistema.

Este modelo de Estado "ampliado", como *sociedade civil mais sociedade política*, consubstancia-se enquanto função de direção intelectual e moral e dominação pela coerção mas, igualmente, em aparelhos, possuindo uma materialidade específica: a sociedade política enquanto detentora do monopólio legal da violência, no aparelho de Estado propriamente repressivo, enquanto que a sociedade civil nos "aparelhos privados de hegemonia" - privados no sentido que possuem autonomia com relação ao Estado em sentido estrito/sociedade política.

O esquema acima descrito representa a orientação básica dos Cadernos em que o "Estado" aparece enquanto soma - em relação dialética - entre sociedade civil e sociedade política, consubstanciado na fórmula: *"Estado = sociedade política + sociedade civil, hegemonia encouraçada de coerção"* ⁷⁶. Assim, quando Gramsci refere-se à sociedade civil em oposição ao Estado, está, na realidade, usando o termo "Estado" em sentido restrito, como sinônimo de sociedade política. Porém, mantém-se, aqui, a característica principal de sua formulação: a extensão do poder da classe dominante para além da mera capacidade repressiva.

"Por enquanto, pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico' " ⁷⁷.

Ambos os planos em que se manifesta o poder de Estado - sociedade civil e sociedade política - aparecem diferenciados analiticamente mas o que Gramsci pretende destacar não é a separação entre estes planos, mas a sua relação dialética.

⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 32.

⁷⁷ GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. cit. p. 10.

Não pode haver a linearidade pretendida por Anderson⁷⁸ num pensamento dialético como o de Gramsci.

Os elementos do Estado são interpenetrantes e multicondicionantes. Pode haver tanto elementos repressivos numa organização da sociedade civil quanto elementos ideológicos numa entidade tipicamente ligada ao Estado-coerção, como o exército, por exemplo. Sem um mínimo de crença, motivação ou consenso, não há obediência, e sem obediência não há organização militar. O próprio exército desempenha funções tipicamente ideológicas, especialmente em tempo de paz⁷⁹.

Gramsci destaca não a antinomia, mas a correlação, o equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política. Numa carta a Tatiana Schuch, esclarece:

"(...) Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia em um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc)"⁸⁰.

Isto caracteriza o próprio Estado como um aparelho de centralização política da classe dominante, não vinculado mecanicamente aos seus interesses econômicos

⁷⁸ ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antonio Gramsci. In: Crítica Marxista - a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Joruês, n. 1, p. 7-74, 1986. Este artigo foi originalmente publicado na revista inglesa *New Left Review* em 1976. Anderson denuncia em Gramsci uma certa descontextualização presente em determinadas passagens dos Cadernos, que apareceriam como "um protocolo de axiomas gerais de sociologia política", numa forma de expor o pensamento "estranha a qualquer outro marxista" responsável por uma "indeterminação de foco" no qual tanto a burguesia quanto o proletariado poderiam ser sujeitos de uma mesma passagem, ou esta referir-se a momentos históricos pouco precisos (ver op. cit. p. 21), na tentativa de promover uma "depuração crítica" do que considera excessiva abertura conceitual em Gramsci, especialmente quando a fragmentação serve a interpretações alinhadas com o que chama de "social-democracia de esquerda". Discordamos desta perspectiva por considerar o caráter fragmentário da obra de Gramsci não um defeito, mas justamente o que o transforma num autor clássico capaz de ser relido e reapropriado a cada novo obstáculo que se apresenta ao movimento social. Apesar das contradições, acreditamos haver um núcleo essencial coerente capaz de conciliar os diversos conceitos de hegemonia e Estado presentes nos *Quaderni* numa perspectiva unitária.

⁷⁹ cf. salientou ARRUDA Jr. Edmundo Lima de. Gramsci e o Direito - elementos para novas jurisdições. In: Introdução à Sociologia Jurídica. cit. p. 154, destacando o papel do Exército no Brasil pós-64 na reprodução ideológica do *status quo* através da ideologia de segurança nacional.

⁸⁰ GRAMSCI apud COUTINHO, Carlos N. op. cit. p. 76. A carta é datada de setembro de 1931 (grifo nosso).

imediatos (ou econômico-corporativos), mas que, em contrapartida à uma visão meramente instrumentalista, deve ser compreendido em sua dimensão relacional:

*"o grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses do grupo subordinado; equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluído o interesse econômico-corporativo estreito"*⁸¹.

Assim, podemos salientar que a teoria ampliada do Estado em Gramsci contém elementos capazes de servir para a formulação de uma teoria do Estado como relação, espaço privilegiado da política. É com Poulantzas, porém, especialmente em *O Estado, O Poder, O Socialismo* (1978), obra em que o autor revê sua filiação ao pensamento estruturalista althusseriano, apropriando-se das análises de Gramsci e atualizando-as, que podemos atingir um nível de reflexão analítica sobre a questão do Estado passível de abarcar os fenômenos que pretendemos explicar nesta dissertação, como a própria extensão do caráter relacional do Estado, inclusive para a compreensão da *sociedade política como espaço de luta*.

Poulantzas critica tanto as concepções que consideram o Estado como um simples apêndice ou reflexo da base econômica quanto as formulações que tendem a reduzi-lo à dominação política. Para ele, carece de sentido pensar em anterioridade da divisão de classes em relação ao Estado e vice-versa:

*"falar de um campo social de divisão do trabalho em classes e poder de classe anterior à existência do Estado, de uma base originariamente primeira (no sentido cronológico e genealógico) que em seguida geraria o Estado (...) não faz sentido de forma alguma. Onde existe divisão de classes, há portanto luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado"*⁸².

Assim, são as próprias relações de produção que definem o lugar do Estado frente à economia. Tanto o Estado quanto a economia não existem como entidades

⁸¹ op. cit. p. 63.

⁸² POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. cit. p. 45.

isoladas *a priori*, uma a definir o campo da outra, mas a própria existência destas instâncias de forma autônoma é definida pela totalidade do modo de produção e as relações políticas e ideológicas, são esferas co-constituintes da economia.

Aqui, o Estado enquanto lugar central do exercício do poder político possui um papel fundamental na própria configuração do modo de produção capitalista na medida em que *“baliza (...) o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante”*⁸³

Mas se as relações políticas e ideológicas estão presentes na formação das relações de produção, o próprio Estado não se limita à dupla "repressão mais ideologia". Esta concepção negativa de Estado, encontrada em autores como Althusser, é criticada por Poulantzas, pois esta tende a considerar o econômico como instância auto-reprodutível ⁸⁴. Este autor procura, em contrapartida, recuperar a noção gramsciana do *Estado como educador*, - enquanto instituição que, para além das funções negativas (o Estado que engana, pune, proíbe, exclui) *“também age de forma positiva, cria, transforma e realiza”*⁸⁵.

O aspecto essencial na teoria de Poulantzas, que aqui queremos destacar, é a questão do *caráter relacional do Estado*, assunto que adquire uma importância ainda maior se quisermos compreender os aspectos que determinam as políticas públicas, em especial no contexto do Estado contemporâneo. Para compreender esta questão é necessário atentar ao fato de que o fundamental no que se refere ao Estado é que seu fundamento encontra-se nas relações de poder, nas relações de produção e nas lutas de classe, e as lutas sociais detêm a *primazia* sobre os próprios aparelhos de Estado,

⁸³ op. cit. p. . 45

⁸⁴ *“(...) o econômico como instância auto-reprodutível e auto-reguladora, onde o Estado apenas coloca regras negativas do 'jogo' econômico. O poder político não está presente na economia, só poderia organizá-la, nela não poderia engajar-se devido a uma positividade própria, pois só existe para impedir (pela repressão e pela ideologia) as intervenções perturbadoras. Trata-se de uma antiga visão jurídica do Estado, a da filosofia jurídico-política dos primórdios do Estado burguês e que jamais correspondeu à realidade”.* op. cit. p. 35.

⁸⁵ op. cit p. 35

sobre as instituições e, freqüentemente, ultrapassam estas próprias instituições. Esta primazia, porém, não significa uma precedência genética das lutas em relação ao Estado, uma vez que *"não há uma história de lutas onde, um dado momento, o Estado seja fruto e resultado, pois esta história é inimaginável sem Estado"*⁸⁶.

Estas formulações podem ser confundidas com uma perspectiva estatista se não se estabelecermos claramente que o aparelho de Estado⁸⁷ é atravessado pelas lutas sociais e pelas contradições de classe, lutas e contradições que *ultrapassam* este Estado⁸⁸. O Estado, porém, não se constitui apenas de lutas, mas possui uma ossatura material própria, irreduzível à mera dominação política pura e simples - ou seja, o aparelho de Estado não se reduz ao poder de Estado, embora seja por ele atravessado, na medida em que determinada classe é hegemônica.

Em resumo, o Estado, para Poulantzas, é a *condensação material de uma relação de forças*. Seu papel na sociedade capitalista consiste exatamente em organizar a classe dominante e o equilíbrio (sempre instável, pois trata-se de uma sociedade onde o conflito é a tônica) dos compromissos - é, assim, palco privilegiado da luta pela hegemonia de classe.

"Compreender o Estado como condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o

⁸⁶ op. cit. p. 45.

⁸⁷ é importante distinguir-se, a fim de dissipar possíveis dúvidas, a diferença conceitual entre aparelho de Estado e poder de Estado. Poder de Estado consiste no Estado enquanto poder da classe dominante em determinado bloco histórico - supremacia de classe. Aparelhos de Estado são as instituições criadas como manifestações do poder de Estado, como os aparelhos encarregados da difusão da ideologia, (aparelhos ideológicos de Estado, para usar uma terminologia althusseriana), ou os aparelhos repressivos - em suma, o exército, a polícia, os partidos, a escola, o parlamento, organismos governamentais, a Justiça etc. A redução do Aparelho de Estado a poder de Estado é típica, segundo Poulantzas, da concepção instrumentalista, incapaz de identificar elementos contraditórios, resultado de lutas sociais, presentes naqueles.

⁸⁸ este trecho do texto de Poulantzas é especialmente esclarecedor: *"todo o poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detêm o papel fundamental, luta cujo o campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos-instituições, e constantemente os ultrapassam"*. POULANTZAS, Nicos. op. cit p. 51 (grifo nosso).

*Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento*⁸⁹.

A sociedade é contraditória. O Estado, não menos. O resultado de suas políticas é, não irracional, mas não completamente determinado mecanicamente pela vontade da classe dominante, ou por qualquer característica intrínseca. A política do Estado é resultado do entrechoque de forças, das relações de poder e de exploração presentes na sociedade. Esta é, para Poulantzas, *"resultante de uma coordenação conflitual de micropolíticas e táticas explícitas e divergentes que como formulação racional de um projeto global e coerente"*⁹⁰.

Das noções presentes nas análises de Gramsci e Poulantzas retiramos duas importantes conclusões:

a) o Estado não é somente "sociedade política", encarregada da coerção, mas também "sociedade civil", ou seja, que a supremacia de uma determinada classe social não se dá apenas pela força, mas, igualmente, pela ideologia, pela capacidade política e estratégica de formular um consenso sobre o conjunto da sociedade - Gramsci.

b) o aparelho de Estado, aqui entendido enquanto "sociedade política", não no aspecto funcional, mas em relação aos aparelhos que compõe o "Estado propriamente dito", não é mero reflexo do poder da classe dominante, ou de políticas "neutras", mas é atravessado pelas contradições sociais - Poulantzas.

⁸⁹ op. cit. p. 152 De acordo com Poulantzas, o Estado organiza a unidade do bloco político no poder, a unidade da classe dominante, mas não se coloca em relação à própria luta de classes como um aparelho exterior, como se fosse resolver as contradições de classe simplesmente por existir enquanto Estado. O autor salienta que, *"(...) ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado"*. op. cit. p. 153.

⁹⁰ op. cit p. 157.

1.3.3 - A Noção de Hegemonia em Gramsci -

A noção de *hegemonia* relaciona-se com o processo de organização da totalidade social que a ideologia dominante produz. Sob qualquer forma que venha a se revestir, dada ideologia será dominante na exata medida em que permitir funcionalmente a organização do bloco no poder, isto é, permitir e articular o funcionamento de um determinado Modo de Produção.

Hegemonia, do grego, significa "direção". Esta categoria está presente já nos escritos de Lenin, como "supremacia" da classe operária na aliança com o campesinato durante a revolução de outubro de 1917. Neste sentido de aliança de classes é que o termo aparece também no ensaio de Gramsci *Alcuni temi della Quistioni Meridionale* (1926).

Porém o conceito de hegemonia em Gramsci, apesar de crucial para o entendimento de sua obra, não possui um sentido unívoco: ora aparece significando aliança de classes subalternas, ora a supremacia ou direção cultural que a burguesia exerce sobre o conjunto da sociedade.

A partir da necessidade de compreender as derrotas do movimento operário italiano durante a tentativa de revolução nos anos 1919 e 1920, e a adesão das massas ao fascismo após 1922, Gramsci estenderia o conceito de hegemonia enquanto aliança das classes exploradas no combate ao capitalismo para descrever a natureza do poder burguês. Para ele, o poder não residiria apenas na violência da classe dominante e dos aparelhos repressivos de Estado, mas, fundamentalmente, na difusão de ideologia, na aceitação dos dominados de uma concepção de mundo pertencente aos dominadores.

Este conceito não apresenta, porém, um sentido unívoco mesmo nos Cadernos do Cárcere, conotando tanto o processo de direção ideológica (intelectual e moral) que a classe ou fração de classe dominante exerce sobre as frações aliadas, quanto em relação à imposição desta visão de mundo às classes subalternas. Há ambigüidade também no que respeita à distinção entre sociedade civil e sociedade política, em que a hegemonia corresponderia ora à sociedade civil em oposição ao

domínio/coerção presentes na sociedade política, ora enquanto o processo de supremacia estatal de dada classe social dominante no bloco histórico, ou seja, como o conjunto consenso/coerção⁹¹.

Porém, o fundamental no conceito de hegemonia está em que a supremacia de uma dada classe social estende-se para além do Estado entendido meramente enquanto repressão/domínio, penetrando no campo ideológico. Gramsci concebe o poder a partir da imagem maquiaveliana da dupla natureza do Estado enquanto Centauro - metade homem, metade fera. Esta natureza dupla corresponderia, de acordo com o esquema de Anderson⁹², aos seguintes níveis:

Força = Dominação = Violência = Sociedade Política

X

Consentimento = Hegemonia = Civilização = Sociedade Civil

A importância da hegemonia seja enquanto consenso, seja enquanto soma entre consenso e coerção, indica que as bases da supremacia de determinada classe no bloco histórico encontram-se para além do mero do uso da força mas, fundamentalmente, na direção intelectual e moral, ou ideológica, sobre o conjunto da sociedade. Esta perspectiva de hegemonia enquanto "consenso" não deve ser confundida com o paradigma da "sociologia do consenso" referido anteriormente. Gramsci, como marxista, vincula-se à teoria do conflito. O "consenso" na sociedade capitalista é sempre precário, conflitivo e, fundamentalmente, político - tanto o consenso ativo das classes que se empenham na direção do bloco histórico quanto o consenso passivo, das massas excluídas sobre as quais recai a ideologia dominante enquanto encobrimento da realidade *é sempre permeado pelo conflito*.

⁹¹ "Nesse caso, a hegemonia não é mais um pólo de consentimento em contraste com outro pólo de coerção, mas é a síntese de consentimento e repressão. A hegemonia não está mais limitada à sociedade civil, porém está também presente no Estado como 'hegemonia política em contraste com a hegemonia civil'". CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1986. p. 99.

⁹² ANDERSON, Perry. op. cit. p. 22

Anderson salienta que o conceito de hegemonia ora é colocado como função da sociedade civil, em oposição ao Estado em sentido estrito, como um pólo de consentimento em oposição à coerção, ora aparece enquanto a soma entre consentimento e coerção, enquanto sinônimo de supremacia de classe presente tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Em algum momento dos Cadernos, Gramsci refere-se à existência de uma hegemonia civil e de uma hegemonia política, descrevendo os órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário enquanto órgãos de hegemonia política, situando-a, também, *no interior do Estado*.

*"O exercício normal da hegemonia no terreno agora clássico do regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e de consentimento que forma equilíbrios variáveis, nos quais jamais a força predomina muito sobre o consentimento"*⁹³.

Assim, com o conceito de hegemonia, Gramsci pretende realçar o papel da ideologia e dos fenômenos culturais na configuração de uma ordem social determinada. Hegemonia é supremacia de classe, de acordo com este conceito mais amplo, mas *supremacia que se destaca pelo caráter de direção intelectual e moral que o grupo dominante exerce sobre as classes aliadas e subalternas*. Neste sentido, a hegemonia é um processo (e isto parece ser o que Anderson não compreendeu) em que a classe dominante torna-se, através das instituições político-estatais e/ou privadas, ao mesmo tempo dirigente e dominante em uma dada fase histórica. O processo de hegemonia enquanto supremacia de classe é, necessariamente, um processo que se dá no Estado e na Sociedade Civil, com a dominância da direção intelectual e moral sobre a ditadura/coerção⁹⁴. E aqui está o diferencial entre uma sociedade liberal ocidental e formas políticas ditatoriais -

⁹³ GRAMSCI apud ANDERSON, Perry. op. cit. p. 24. - Anderson identifica esta variação semântica da "hegemonia enquanto consentimento" para a "hegemonia enquanto consentimento-coerção" como versões inconciliáveis. E realmente não podem ser conciliadas, se entendidas enquanto conceitos fechados (o que não parece ser a melhor opção para a compreensão dialética do Estado). A realidade é sempre mais aberta e rica do que os esquematismos, e Gramsci sabia disto.

⁹⁴ esta também parece ser a opinião de Portelli, quando salienta que *"Gramsci utiliza o termo ditadura ou dominação para definir a situação de um grupo social não hegemônico, que domina a sociedade exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de Estado"*. PORTELLI, Huges. op. cit. p. 68.

como o czarismo e o fascismo - em que o elemento coerção tende a predominar sobre o elemento consenso.

Se o Estado é um fenômeno de poder de classe caracterizável como *"hegemonia encouraçada de coerção"*, isto deve ser compreendido dialeticamente enquanto um efeito de retorno mútuo, da coerção para a hegemonia/consentimento e vice-versa. Se hegemonia é o predomínio de uma determinada visão de mundo, na sociedade de classes este predomínio ideológico, apesar de produzido fundamentalmente "fora" do Estado-coerção, nos aparelhos privados de hegemonia, é garantido pela possibilidade de uso da força em última instância.

Uma classe pode ser dirigente sem antes ser dominante, isto é, pode conquistar a hegemonia na sociedade civil antes de conquistar o aparelho de Estado. Determinada classe é dirigente quando ultrapassa os seus interesses imediatos, econômico-corporativos, e coloca como central um programa político, nacional. Foi exatamente o que fez a burguesia francesa durante a Revolução de 1789. Na Itália, em contrapartida, deu-se um processo de revolução "passiva" (sinônimo de "revolução-restauração", ou "revolução pelo alto"), onde não houve preocupação com a cooptação das classes subalternas, nem a construção de uma nova ordem intelectual e moral. Houve, frente às classes que a burguesia italiana não foi capaz de exercer uma função dirigente, o que Gramsci denominou "ditadura sem hegemonia".

O processo de hegemonia, ao contrário, pressupõe consenso político. É aqui que tem sentido a afirmação de que *"toda a relação de hegemonia é uma relação pedagógica"*⁹⁵, bem como a imagem de Estado como educador, isto é, a referência à realidade do Estado que cria um novo tipo de civilização, conformando a atividade e o pensamento das massas em um determinado modo de produção da vida social. A capacidade de direção de uma classe social implica necessariamente no desenvolvimento e homogeneidade do bloco ideológico, e a conseqüente redução do aspecto coercitivo do Estado, como salienta Portelli:

⁹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. cit p. 37.

*"Esse controle ideológico dos outros grupos tem por consequência enfraquecer o papel da sociedade política e, assim, da coerção. É nessa medida que a hegemonia é qualificada por Gramsci de 'democrática'. A sociedade política reduz-se, deste modo, a um papel auxiliar e inclusive tende a integrar-se parcialmente à sociedade civil"*⁹⁶.

Esta tendência de enfraquecimento do Estado/coerção em detrimento da sociedade civil pode ser verificada em alguns momentos em virtude da pressão dos movimentos sociais, e dos consequentes ajustes no Estado por estes provocados, dentro do contexto do Estado de classe. Porém, de acordo com Gramsci, este consenso é sempre limitado, uma vez que apenas numa sociedade regulada (autônoma) sem classes sociais, poderá o Estado diluir-se completamente na sociedade civil (ou desaparecer, se adotarmos a hipótese marxista).

Para Gramsci, então, a hegemonia é um processo estatal tipicamente político onde a supremacia de determinada classe social dá-se numa situação de equilíbrio precário, em que existe a possibilidade de recurso à força, mas o predomínio dá-se no campo cultural e econômico:

*"A existência da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e tendências dos outros grupos sobre os quais a hegemonia deve se exercer, e que um certo compromisso de equilíbrio deve ser estabelecido, quer dizer, que o grupo dirigente deve fazer sacrifícios de natureza econômico-corporativa. Mas, não há dúvida alguma que, apesar da hegemonia ser ético-política, ela deve ser também econômica, deve necessariamente estar baseada na função decisiva exercida pelo grupo dirigente nos setores decisivos da atividade econômica"*⁹⁷.

Quando este compromisso é rompido, tem-se o que Gramsci denomina "*crise de hegemonia*", porta de entrada da "*crise orgânica*", isto é, quando há uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura do bloco histórico. A crise orgânica distingue-se de uma mera crise ocasional/conjuntural, enquanto não comporta uma solução rápida por parte das classe dominantes, tendendo (não necessariamente) à progressiva desagregação do bloco histórico.

⁹⁶ PORTELLI, Huges. op. cit. p. 68. .

⁹⁷ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. cit. p. 31.

A crise de hegemonia é a manifestação superestrutural da crise orgânica, expressão política desta crise, e ocorre quando as massas se separam das ideologias tradicionais, passando a não mais aceitá-las. Então, a classe dirigente perde esta condição para tornar-se apenas dominante. Tal crise pode ser resultado de um fracasso da política da classe dirigente, ou resultar da ação (organizada ou não) das classes subalternas.

A crise de hegemonia pode ter diferentes soluções, como (a) dominação pura e simples (ditadura sem hegemonia), necessariamente precária e temporária; (b) a classe dominante recompor a hegemonia por meio de reformas e concessões e (c) as classes subalternas organizadas tornarem-se dirigentes, abrindo caminho para a desagregação do antigo bloco histórico (crise orgânica) e construção de um novo.

A possibilidade de uma ação transformadora da totalidade social, especialmente a partir da superestrutura (contra-hegemonia) será abordada no próximo item, onde procuraremos compreender como se desenvolveram as concepções de processo histórico e transformação social.

1. 4 - PROCESSO HISTÓRICO E AS PRÁTICAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Vimos nos itens anteriores que o método dialético de apreensão da realidade social traduz-se, não apenas na referência a um plano de totalidade, mas, por igual, na apreensão desta totalidade enquanto *movimento*.

A dialética permite tratar a realidade não de forma dada, pronta, mas de forma perspectiva e globalizante, isto é, captar o presente enquanto relação complexa de diversos elementos multicondicionantes que se interpenetram e se transformam no tempo, através de uma referência histórica. O que aí está nem sempre foi assim e nem sempre será - é resultado de um processo conflitivo, parte de um contínuo vir-a-ser.

A realidade é conflito, movimento. Heráclito já sabia disto: um homem não se banha duas vezes no mesmo rio. Tudo muda, tudo é conflito, identidade e harmonia dos opostos, luta. Hegel recupera estas formulações de Heráclito⁹⁸, e Marx traduz o método dialético de ambos, metafísico (e o que é pior, profundamente elitista) para a perspectiva materialista, isto é, do homem concreto, da *praxis*.

Vista sob o prisma dialético a realidade apresenta-se não apenas enquanto resultado de um movimento que existiu no passado mas enquanto desenvolvimento de uma história que acontece *agora*. Desta forma, podemos afirmar que este método, ao apreender a realidade enquanto processo, o faz de forma também *prospectiva e utópica*. Neste sentido é que ganha relevo a afirmação de Gramsci de que é possível

⁹⁸ Hegel estabelece, com clareza, o liame que prende sua filosofia à de Heráclito (*circa* 500 A.C): "*não há em Heráclito uma só proposição que não tenhamos procurado recolher em nossa Lógica*". HEGEL *apud* LLANOS, Alfredo. *Introdução à Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 24. Quanto à obra de Hegel, a Lógica, influenciou toda a geração de Marx, a chamada esquerda hegeliana, a ponto de Lenin comentar, em seus Cadernos Filosóficos, que sem compreender a Lógica de Hegel não é possível compreender a filosofia de Marx. O fio condutor que prende estes filósofos é, aqui, evidente.

"prever o futuro", não de forma divinatória, mas a partir das tendências que se encontram no presente, dos germes de uma sociedade nova, do possível concreto⁹⁹.

A perspectiva dialética liga-se com um projeto maior de realização, de engajamento¹⁰⁰ em que a "previsão" aparece como análise das condições objetivas (corrente fria), e da dimensão utópica, do projeto que, a partir do dado real, quer-se ver realizado (corrente quente)¹⁰¹.

A história, aqui, deve ser compreendida enquanto *praxis* e enquanto *utopia*, projeto. É, portanto, construção humana. Afastamos, desta maneira, as interpretações deterministas que foram desenvolvidas a partir de algumas reflexões de Marx, onde os homens passaram, de sujeitos, a meros objetos de uma História (assim, com "H" maiúsculo) hipostasiada nas relações econômicas puramente "objetivas", de forma que não há lugar para o sujeito, nem para a organização consciente, ou, se há, esta segue a "cartilha" da História¹⁰².

A história, pelo que ensina Marx, não realiza nenhum plano *a priori*, não "dá combates", como se fosse uma entidade dotada de uma vontade própria. Ela é realização humana.

⁹⁹ "prever significa apenas ver bem o passado e o presente como movimento". GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. cit. p. 41

¹⁰⁰ conforme destaca Konder, atentando para o fato de que esta dinâmica histórico-social é algo que se constrói pela *praxis*: "*O presente é contraditório, está sempre sobrecarregado de passado, mas ao mesmo tempo está sempre grávido das possibilidades concretas de futuro. Uma postura que se limite a interpretar passivamente o que está presente, diante de nós, de maneira imediata, não capacita o sujeito para distinguir de modo conseqüente os elementos que 'amarram' as coisas (e se opõem, tendencialmente, às mudanças mais ousadas) e os elementos que empurram as coisas para a frente, pressionando-as no sentido de engendrar o novo. O sujeito só pode se libertar das armadilhas de uma continuidade hipostasiada se assumir uma postura crítico-prática que lhe permita identificar as rupturas necessárias e ajudá-las a se concretizar*". KONDER, Leandro. op. cit. p. 123.

¹⁰¹ a este respeito, reportamo-nos aos esclarecimentos *supra*, à p. 7 desta dissertação.

¹⁰² nesta concepção, o próprio desenvolvimento da passagem do modo de produção feudal para o capitalista, e deste para a fase socialista e, por fim, ao comunismo, de tendência e simplificação de um movimento real que poderia ser antevisto em germe a partir das condições objetivas dadas à época de Marx, passou a ser dogma, determinação histórica. O socialismo viria de qualquer forma, não haveria porque lutar por ele; as etapas se desenvolveriam necessariamente, e necessariamente daquela forma e naquela ordem. Assim, onde as forças produtivas do modo de produção capitalista não tivessem se desenvolvido plenamente, não poderia haver socialismo. Desta forma, esta concepção acabou por incorporar, sem querer, o "Espírito absoluto" de Hegel, só que, do Estado Alemão, foi transferido para a História. Aqui, não é a forma como os homens organizam sua vida a base material da história, mas a realização do "plano" da História a base da vida.

Dito isto, passaremos à análise das transformações por que passou o conceito de mudança social, mais especificamente a mudança social revolucionária, conforme compreendida pelas tendências não deterministas ou economicistas da teoria crítica.

Acreditamos que a revolução, como a história, não realiza um projeto exterior aos homens, mas apenas pode aparecer enquanto *prática revolucionária*, isto é, consiste em um processo contraditório que vai se construindo ao longo do tempo. Dado que a história não é linear, mas um processo de avanços e recuos, poder-se-ia dizer que as práticas revolucionárias são as que representam o avanço - não um avanço ontológico (como se a história possuísse um programa a ser realizado e as práticas revolucionárias fossem as que "apressassem" a sua realização), mas no sentido da construção de um novo bloco histórico, de uma realidade radicalmente democrática, que aponte para o fim da divisão em classes sociais, da exploração e da opressão política.

Como salienta Arruda Jr., estas práticas revolucionárias

*"(...) não são as práticas necessariamente de fuzil em mãos. Por revolucionárias tomamos toda a prática que tende a negar o status quo, ou a lógica dominante, influyendo de forma radical na transformação de dada conjuntura, ou dada situação social"*¹⁰³.

Ainda que desgastado ultimamente (por conjunturas adversas no plano político e ideológico a nível internacional), quando referido, o conceito de "revolução" não possui um sentido unívoco para a teoria e a prática de esquerda. A antiga dicotomia reforma x revolução parece não ter mais sentido, não por que tenha havido uma derrota absoluta das utopias transformadoras neste final de século, mas porque estes conceitos certamente sofreram um deslocamento.

Para melhor ilustrar os diferentes tipos de práticas políticas transformadoras, utilizaremos uma tipologia desenvolvida por Agnes Heller¹⁰⁴, que classifica estas em

¹⁰³ ARRUDA JR. Edmundo Lima de. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. cit. p. 32.

¹⁰⁴ HELLER, Agnes. Teoría de las Necesidades en Marx. cit p. 166-182.

quatro tipos: reforma parcial, reforma geral, movimentos políticos revolucionários (ou revolução política) e revolução social total.

As duas primeiras estratégias consistem em práticas políticas, como sugere o nome, reformistas. Por *reforma parcial* Heller entende o tipo de atividade que se propõe a transformar setores de atividade, ou esferas específicas como a educação, as leis, o sistema de transportes, etc. Estas atividades desenvolvem-se no âmbito do sistema capitalista, sendo conduzidas por *experts*, já que a participação das massas é dispensável, embora possa existir. Já por *reforma geral*, compreende as práticas que procuram transformar a sociedade como um todo através de reformas parciais sucessivas. O caso paradigmático seria a estratégia da social-democracia europeia até 1914.

A questão dos movimentos políticos revolucionários, ou a prática da *revolução política*, consiste no ponto mais polêmico e crítico desta tipologia. Aqui encontram-se os movimentos que procuram a transformação radical da sociedade tendo como ponto decisivo de seu programa a conquista do poder político, que pode ser considerado o objetivo final, se bem que na maioria dos casos seja esta conquista compreendida enquanto um ponto de partida. A crítica de Heller a este modelo impõe-se no sentido de que a força que guia estes movimentos constitui-se em uma elite revolucionária "iluminada" que goza do apoio das massas para o momento em que o poder político é tomado de assalto. A partir daí ocorreria um momento de refluxo da atividade das massas, que restariam, novamente, num estado de passividade. Como modelo clássico deste tipo de revolução, a autora destaca a Revolução Francesa. As revoluções políticas seriam típicas do modelo burguês de revolução, e, mesmo quando procurariam modificar o *status quo* capitalista, terminariam por reproduzir a mesma relação alienada entre as massas e o Estado¹⁰⁵.

¹⁰⁵ a autora traça um paralelo entre este tipo de prática política e a formulação de Marx sobre a cisão do homem burguês entre o *bourgeois* e o *citoyen*: "*La 'existencia natural' del hombre en la sociedad capitalista es la de bourgeois, la de persona particular privada que lucha por su interés. Esa es evidentemente una existencia alienada, desde el momento en que la persona particular privada renuncia, entre otros, al derecho de participar activamente en la transformación de la sociedad. La existencia del citoyen no es menos alienada, en cuanto que para él la actividad en la esfera política está estrictamente separada de la vida cotidiana (...). En la orientación hacia la revolución política y en la praxis consiguiente, esa dicotomía entre bourgeois e citoyen no desaparece; el modo de vida tradicional de la mayoría del*

A autora propõe, frente a estes modelos, uma *revolução social total* - prática que passa, fundamentalmente, pela *transformação do modo de vida das pessoas*. De acordo com este modelo, a vida cotidiana sofre uma transformação às custas de sua participação neste processo, em que *"la base de masas del movimiento se amplía permanentemente"*¹⁰⁶. A autora sustenta que as revoluções sociais totais são sempre revoluções no modo de vida, embora o contrário não seja necessariamente verdadeiro.

A autora destaca que Marx tinha presente exatamente este tipo de prática revolucionária, pois se referia à "emancipação humana", e não à mera emancipação política. Porém, é certo que há a necessidade de conquistar o poder, mas este momento é apenas uma etapa, não necessariamente a primeira, ou a última, desta emancipação. A revolução social total é completa a medida em que é irreversível, pois modifica a própria maneira como as massas se relacionam com o poder e com a produção.

Foi na forma de revolução política enquanto estratégia para a revolução social que as práticas revolucionárias de esquerda apareceram centralmente, em especial após os acontecimentos de 1917. Aqui, o campo da política desempenha um papel central, onde a "tomada do poder" surge como condição básica e efetiva para a transformação social.

Segundo destaca Coutinho¹⁰⁷, existem dois modelos básicos de compreensão da estratégia de ação política revolucionária na tradição marxista. São eles:

- a) revolução explosiva -
- b) revolução processual -

pueblo permanece inalterado. Por tanto, no es extraño que después de la conquista del poder político la base de masas disminuya progresivamente hasta desaparecer del todo. La mayoría de la población vuelve a la vida de bourgeois (en el sentido de individuo particular privado) y una minoría se fosiliza en la existencia alienada del citoyen". HELLER, Agnes. op. cit p. 168.

¹⁰⁶ op. cit p. 169.

¹⁰⁷ cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A Dualidade de Poderes*. op. cit.

O modelo de revolução explosiva caracteriza-se pela forma insurrecional, concepção que encara a revolução como precisamente o momento político de assalto ao poder, de tomada do Estado. Este modelo consiste na ação de *revolução política*, tal qual foi descrita acima, e encontra-se presente na obra de Marx e Engels desenvolvida sobretudo no período de 1848-1850. Esta concepção está presente também em *O Estado e a Revolução* (1917)¹⁰⁸ e na própria atividade política do bolchevismo, em Trotski e em todos os processos de revolução política que estiveram em curso nos países do chamado "socialismo real".

O modelo de revolução processual, em contrapartida, consiste em conceber a revolução enquanto um movimento prolongado, de acúmulo de experiências e transformações num dado período histórico. Aqui, o momento de "tomada do poder", nas formulações teóricas que admitem a necessidade, ou mesmo a existência deste momento¹⁰⁹, não desempenha um papel tão importante na configuração do processo revolucionário. As reflexões de Gramsci, mais uma vez, possuem importância fundamental neste contexto.

A preocupação de Gramsci em investigar as causas do fracasso da Revolução na Europa nas primeiras décadas do século XX leva-o a refletir sobre uma estratégia de construção do socialismo adequada à realidade da Europa Ocidental num contexto em que a esquerda ainda se mantinha presa à idéia de revolução enquanto enfrentamento essencialmente político, enquanto "choque armado".

¹⁰⁸ em *O Estado e a Revolução*, Lenin afirma categoricamente que "*a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é impossível sem uma revolução violenta*" op. cit. p. 27. Lenin propunha uma revolução política como caminho para a revolução social. O Estado deveria ser destruído e substituído por uma forma radicalmente diferente: um conjunto de instituições destinadas a construir a hegemonia do proletariado (ditadura do proletariado) e destruir a burguesia. A estratégia desenvolvida nesta obra consiste na formação de um duplo poder ao lado do Estado, o poder dos soviets, a fim de substituir o Estado czarista por estas organizações após a tomada do poder, com a conseqüente destruição do aparelho de Estado. Em outra obra, escrita em 1903 (*Que Fazer?*) Lenin defende a estratégia do cerco- um acúmulo de forças para o preparo da tomada do poder, mantendo-se ainda na perspectiva de uma concepção explosiva de revolução.

¹⁰⁹ para Agnes Heller, por exemplo, "*la victoria de los movimientos para la revolución social total no puede ser fijada en un punto determinado del tiempo. No constituye un acto o un conjunto de actos, sino invariablemente en un proceso. Es un proceso cuyo sujeto son las masas, en medida cada vez mayor.*" HELLER, Agnes. op. cit. p. 178.

Gramsci desenvolve, portanto, nos Cadernos¹¹⁰, duas estratégias paralelas, que denomina *guerra de posição* e *guerra de movimento*, em alusão à imagem militar. A estratégia revolucionária de choque frontal, típica da concepção de revolução explosiva, Gramsci denomina "guerra de movimento", como estratégia própria de uma conjuntura histórica em que a sociedade civil era praticamente inexistente: "(...) *própria de um período histórico no qual não existem ainda os grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, em estado de fluidez sob muito aspectos*"¹¹¹. Esta estratégia aplicar-se-ia, de forma eficaz, em sociedades "orientais"¹¹², caracterizadas justamente pela "fluidez" da Sociedade Civil no contexto de um bloco histórico em que a coerção tende a dominar sobre a hegemonia, situação em que não há muitos espaços a disputar e o caminho tem de ser aberto mais ou menos "à força", caso da Rússia czarista quando da Revolução de Outubro.

Para o "ocidente", porém, onde há uma relação mais equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil, a superação do atual bloco histórico passaria pela conquista de espaços no seio da sociedade civil, por uma expansão contra-hegemônica dos valores das classes subalternas, estratégia denominada "*guerra de posição*"¹¹³.

¹¹⁰ Já na fase anterior Gramsci demonstra uma proximidade com a noção de revolução processual. No texto "O Relojoeiro", escreve: "*Distinguimo-nos dos outros homens porque concebemos a vida como sendo sempre revolucionária, e por isso amanhã não consideraremos como definitivo um mundo realizado por nós, deixaremos sempre aberto o caminho para o melhor, para harmonias superiores. Jamais seremos conservadores, nem sequer em regime socialista (...)*". GRAMSCI apud CAVALCANTI, Paulo e PICCONE, Pedro. *Convite à Leitura de Gramsci*. cit p. 70.

¹¹¹ GRAMSCI apud COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. cit. p. 64. Gramsci refere-se, neste trecho, às formulações marxianas sobre a Revolução Francesa e os acontecimentos de 1848 (tempos verbais conforme o original).

¹¹² a questão da orientalidade e ocidentalidade, em Gramsci, não se refere à um fato meramente geográfico, mas principalmente histórico. Trata-se de uma metáfora referente às estruturas ainda arcaicas presentes na Rússia antes de 1917, onde a sociedade civil seria "gelatinosa" e o Estado (sociedade política) tendia a abarcar todas as relações de poder. No "ocidente", em contrapartida, haveria um equilíbrio maior entre sociedade civil e sociedade política, daí a diferenciação estratégica apontada.

¹¹³ não há espaço, aqui, para fazermos uma reflexão aprofundada sobre a característica ocidental ou oriental do Brasil. Assumimos, para efeitos desta dissertação, a *ocidentalidade* da sociedade brasileira neste final de século. As transformações econômico-sociais após a década de 50, mais aceleradas a partir dos anos 80, e o surgimento de partidos e sindicatos de massa, novos movimentos sociais, e democratização da sociedade política, além do aspecto da globalização da economia, importante para compreender os

No momento da guerra de posição, dá-se uma luta pela transformação ideológica e prática, que Gramsci denomina "*reforma intelectual e moral*", onde as classes dominadas, através da superação da luta meramente reivindicatória, atingem um momento "ético-político", em que levam a cabo um projeto de transformação das relações sociais. Tais lutas podem provocar uma *crise de hegemonia*, que, dependendo do grau de organização das classes populares, pode resolver-se numa "crise orgânica", desagregando o antigo bloco histórico e fazendo nascer o novo

Em Gramsci, porém, não há uma oposição absoluta entre estas estratégias. A guerra de posição não descarta o recurso à uma estratégia mais ofensiva no momento da conquista da sociedade política. Porém, como observa Coutinho, a contribuição de Gramsci para a superação de certos vícios da esquerda foi imensa, especialmente na questão da revolução, onde, na perspectiva da "guerra de posição":

*"não há lugar para a espera messiânica do grande dia, para a passividade espontaneísta que conta com a irrupção de uma explosão de tipo catastrófico como condição para o assalto ao poder. O critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições (...)"*¹¹⁴.

Com respeito à prática transformadora, esta noção desempenhou um duplo papel de renovação, na medida em que serviu para resgatar a importância da ação no cotidiano e desenvolver a compreensão do socialismo enquanto democratização radical da sociedade.

A estratégia da guerra de movimento parece-nos hoje, tendo em vista o acúmulo de experiências que a esquerda dispõe neste final de século, incorreta, não

aspectos modernizantes que o capitalismo (mesmo o periférico) vem assumindo no contexto latino-americano, permitem defender esta tese. Os indicadores sociais revelam o caráter excludente e profundamente injusto do capitalismo na periferia mas, pensamos, nada tem a ver com a fluidez ou não da sociedade civil. Sobre os argumentos a favor e contra o caráter ocidental do Brasil ver. Mesa-Redonda: a Estratégia da Revolução Brasileira. in: *Crítica Marxista - a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Juruê, n. 1. 1986. Especialmente as posições de Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort (à qual nos filiamos, em defesa da ocidentalidade) e Teotônio dos Santos (contra).

¹¹⁴ COUTINHO, Carlos N. op. cit. p. 93.

apenas do ponto de vista estratégico, mas como uma prática que deixa vazios no desenvolvimento democrático da sociedade.

A perspectiva gramsciana opera um corte radical nas práticas denominadas revolucionárias. Se a revolução era antes definida do ponto de vista do poder, enquanto atividade negativa, define-se hoje do ponto de vista da construção positiva de uma nova realidade, onde a luta democrática adquire centralidade. No processo dialético de destruição de um sistema antigo/construção de um novo, a proposta de revolução explosiva privilegia o primeiro momento, enquanto que as práticas processualistas, o segundo.

A noção de revolução processual não afasta as práticas parciais, as pequenas conquistas, antes, incorpora as reformas, dissolvendo a dicotomia reforma *ou* revolução, e traduzindo-a para o plano da maior ou menor radicalidade do projeto e das práticas sociais transformadoras.

Gramsci não chegou a desenvolver todas as potencialidades democráticas de sua teoria, mas foi a partir da leitura dos *Quaderni* que o próprio PCI encaminhou-se progressivamente para uma crítica ao modelo soviético, estabelecendo a luta pelo socialismo enquanto luta pela democratização da sociedade¹¹⁵.

Outro fator relevante para esta transformação, foi o surgimento de novas formas de fazer política para além dos partidos/sindicatos, como demonstraram as agitações estudantis em 1968 e o posterior surgimento dos chamados *novos movimentos sociais*: a ecologia, o feminismo, comunidades de base, associações de moradores; bem como o processo de politização dos estratos médios da população,

¹¹⁵ Isto por que a questão da democracia assumiria, após a morte de Gramsci, uma importância central. Os partidos comunistas da Europa Ocidental passam por um processo de ruptura crescente com a URSS e com o stalinismo (eurocomunismo), especialmente após 1956 (data do XXº Congresso do PCUS onde Krushev denuncia os crimes de Stalin), estes partidos se reestruturam a caminho de formas mais democráticas de gestão interna, e para uma reflexão do papel da democracia na conquista do socialismo, processo que se acelera na década de 70, com o PCI à frente. Líder do PCI no pós-guerra, Togliatti falava em reformas "de estrutura", ou "não reformistas" enquanto etapas e instrumento para abrir gradualmente o caminho para o socialismo, conceito desenvolvido no artigo *Comunismo e Riformismo* de 1962 - "*o problema do reformismo não é propor objetivos imediatos e concretos ao movimento social, mas cancelar o objetivo geral e final destas lutas, isolar as reformas, aceitando a ordem vigente*". TOGLIATTI *apud* ZANGHERI, Renato. Entre a Crise do Capitalismo e o Novo Socialismo no Ocidente. In: HOBBSBAWN, Eric (organizador). *História do Marxismo*. v.12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 221-282 (o marxismo hoje - segunda parte). p. 222-3.

especialmente entre profissionais liberais. Estes processos provocaram uma reavaliação das estratégias políticas de esquerda onde as análises de Gramsci desempenharam um papel explicativo fundamental.

O deslocamento que o conceito de revolução enquanto conquista de uma hegemonia na sociedade civil opera baseia-se no caráter *radicalmente democrático* que a transformação socialista, enquanto revolução social total, na expressão de Heller, assume. A especificidade da revolução socialista frente às revoluções burguesas, pensamos, é que aquela apenas pode constituir-se como *revolução antipassiva*¹¹⁶.

A revolução passiva constrói-se sem a participação das maiorias, ou com o seu consentimento passivo. Enquanto modelo de revolução burguesa, tanto nas experiências de revolução passiva (Itália, Alemanha, Brasil) quanto na "ativa" (França), as massas voltam, após o momento da tomada do poder, a uma posição de passividade. Isto porque a ordem construída pela burguesia após a consolidação do poder é uma ordem de classe.

O processo de revolução social total, em contrapartida, não procura construir uma nova ordem baseada na exploração e na opressão de classe. Enquanto projeto de transformação radical da sociedade onde as massas são o sujeito central, e na medida em que dá-se por um *processo pedagógico* de conquista da hegemonia, não há que falar em "revolução passiva", mas em "revolução antipassiva".

Portanto, cabe entender a guerra de posições enquanto revolução antipassiva, engajamento permanente na transformação das relações sociais; um processo de aprendizado (educativo) que termina por difundir uma nova ideologia e um novo modo de vida que conta com o consenso ativo das massas. Este consenso não se dá sobre uma ideologia entendida enquanto um conjunto de idéias pré-concebidas por um partido ou uma instituição, de forma externa; mas como a

¹¹⁶ cf. destaca Buci-Glucksmann, "a hegemonia, como revolução antipassiva, longe de ser um conceito totalitário oposto ao pluralismo, é a própria condição do pluralismo (...). Gramsci designa um ponto sem retorno para a reflexão política: não há transição democrática sem revolução antipassiva" apud CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Paprus, 1986.p. 111

própria hegemonia das massas no bloco histórico. O processo de reforma intelectual e moral compreende o engajamento das massas na construção de uma nova ideologia, de um novo modo de vida que lhes é próprio; onde, ao fim e ao cabo, rompe-se com a dicotomia entre dirigentes e dirigidos.

Entendemos que a busca de uma alternativa socialista radicalmente oposta ao totalitarismo encontra, portanto, no conceito de hegemonia a possibilidade de desenvolvimento teórico. A guerra de posição enquanto estratégia democrática deve incluir o pluralismo¹¹⁷; passando pelos mais diversos grupos sociais e projetos de sociedade, pela complexidade dos carecimentos presentes na sociedade, e não por uma homogeneização artificialmente imposta.

Em suma, a contra-hegemonia pode ser definida como o processo que visa:

*“Romper com as formas de hegemonia na sociedade civil - que servem à manipulação e ao controle social - exige a quebra da adesão direta ou indireta, consciente ou inconsciente, ao complexo ideológico cultural dominante. Sem este processo de construção de uma contra-hegemonia, qualquer mudança de regime político trará, pela porta dos fundos, as formações e projetos políticos que pretendia ultrapassar”*¹¹⁸.

Gramsci compreendia a guerra de posição, porém, apenas enquanto estratégia localizada na sociedade civil, a ser desenvolvida no interior dos "aparelhos privados de hegemonia". É com Poulantzas que teremos um desenvolvimento teórico mais elaborado da estratégia da guerra de posição para o interior do aparelho de Estado¹¹⁹, enquanto aperfeiçoamento teórico das reflexões já desenvolvidas no interior dos partidos de esquerda na Europa.

Vimos que Poulantzas considera equivocadas as concepções economicistas e instrumentalistas de Estado. Se o Estado é, como definimos anteriormente, uma

¹¹⁷ em Pietro Ingrao, o conceito de hegemonia ganha uma explícita dimensão de pluralismo: *"falamos hoje de hegemonia e pluralismo. Eu diria mais precisamente: hegemonia da classe operária no pluralismo. É uma fórmula que não se limita a indicar a direção da classe operária baseada no consenso; é uma fórmula que já alude a uma precisa forma política e estatal do consenso"*. INGRAO apud COUTINHO: *A Dualidade de Poderes*. cit. p. 107.

¹¹⁸BOCAYUVA, Pedro Cláudio, VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo Vocabulário Político*. cit. p. 23.

¹¹⁹ op. cit. p. 297

correlação de forças, e não um instrumento, tal afirmação possui correlação direta com a estratégia política das massas frente ao Estado:

*"o Estado não é uma coisa-instrumento que se surrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratégias nem um cofre-forte que só abre arrombando-o: ele é o centro de exercício do poder político"*¹²⁰.

De acordo com o autor, as massas devem desenvolver um *"longo processo de tomada do poder numa via democrática para o socialismo"*, processo este que consiste, basicamente, na ocupação de espaços privilegiados de intervenção. Assim, propõe a estratégia de *"(...) desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras"*¹²¹.

Este tipo de prática, de acordo com a tipologia de Heller, seria uma prática de revolução política ou revolução social total? Pensamos que o desenvolvimento de uma estratégia de guerra de posição no interior dos aparelhos de Estado deve ser compreendido enquanto parte de um processo em que as massas transformam (e não simplesmente ocupam espaços, topograficamente) a totalidade do bloco histórico, em que o Estado desempenha um papel importante enquanto *locus* central de exercício do poder político. A modificação da relação de forças diz respeito a todo o conjunto de "aparelhos e dispositivos" presentes no seio do Estado, aí incluindo não apenas o parlamento, ou a administração pública, mas os aparelhos mais propriamente repressivos, como o Exército, ou a Justiça.

O processo de "via democrática para o socialismo", desenvolvida enquanto estratégia de guerra de posição no seio dos aparelhos de Estado, não deve ser compreendido como simples via parlamentar ou eleitoral, aos moldes da social-democracia. Poulantzas chama atenção para o fato de que *"a ação das massas*

¹²⁰ POULANTZAS, Nicos. op. cit. p. 296. Poulantzas condena expressamente a concepção, oriunda segundo ele de uma leitura parcial da obra de Gramsci, onde *"a estratégia de uma modificação da relação de forças só seria válida exclusivamente para os aparelhos ideológicos, e que os aparelhos repressivos (que estariam, realmente, vedados às lutas populares), só poderiam ser tomados frontalmente do exterior"*. op. cit. p. 298.

¹²¹ op. cit. p. 296.

populares no seio do Estado é a condição necessária para a sua transformação, mas não é o bastante"¹²². Ao lado desta estratégia, deve-se combinar o desenvolvimento de formas de democracia direta e autogestão.

Assim, o projeto de construção de uma sociedade nova não deve estar atrelado à idéia de "tomada do Palácio de Inverno", mas no desenvolvimento da capacidade das massas enquanto alternativa de poder, através da ampliação da democracia, dos direitos humanos e da cidadania, compreendidos sob uma perspectiva radical e participativa.

¹²² op. cit. p., 165.

1.5 - INSTÂNCIA JURÍDICA E DIALÉTICA

1.5.1 - A Concepção de Instância Jurídica e o Bloco Histórico

Nos itens anteriores estabelecemos as bases teóricas fundamentais para a compreensão crítico-dialética do Direito, que se desenvolve sob a noção de realidade social enquanto totalidade dialética (perpassada pelo conflito e pelas contradições), e histórica, (isto é, tendente a transformar-se), sob a categoria de totalidade concreta ou bloco histórico. Nesta perspectiva, configuramos nossa compreensão de Estado, ideologia, hegemonia e transformação social.

Neste item, procuraremos compreender o Direito a partir dos referenciais anteriormente expostos, analisando as formas diferenciais em que a instância jurídica é tratada nas perspectivas teóricas críticas. Neste sentido, é necessário destacar o papel que o jurídico desempenha neste sistema teórico, para, em seguida, compreendê-lo enquanto realidade histórica, não mecanicamente determinada pela estrutura ou pela vontade da classe dominante, mas como instância contraditória, atravessada pela diversidade de interesses e projetos.

Em princípio é importante colocar que, apesar das dicotomias presentes nas diversas análises sobre o Direito que tomam como referencial teórico o marxismo, ainda que em muitos pontos demonstrem um completo antagonismo na percepção do fenômeno jurídico, todas elas, ortodoxas ou heterodoxas, concordam num ponto, possuem um núcleo central: o Direito, ainda que dotado de especificidade, não pode ser explicado por si mesmo, mas somente no quadro da totalidade das relações sociais.

As instituições jurídicas, portanto, não são variáveis independentes da economia e da política, mas interdependentes, pois que relacionadas, em determinada fase histórica, às lutas sociais, à conjuntura político-institucional e ao sistema ideológico-cultural. Desta forma, não há um direito que paire acima dos conflitos sociais, da dinâmica dos interesses humanos, da estrutura dos carecimentos, das formas de produção da vida material - elementos esses que

condicionam não somente a feitura das leis - forma e conteúdo - no sentido de "fontes materiais", mas as características da "ciência" do Direito que se produz em determinada fase histórica, bem como *o próprio lugar que o jurídico (e a própria definição do que é jurídico ou deixa de ser) ocupa no modo de produção.*

A fim de estabelecer um parâmetro para a compreensão do Direito enquanto fenômeno em relação com determinada configuração histórica, estabeleceu-se o conceito de *instância jurídica*, noção que, ao nosso ver, instrumentaliza mais facilmente a apreensão do fenômeno jurídico pois (a) permite a percepção da especificidade (autonomia relativa) do campo jurídico e (b) localiza o Direito no interior da totalidade do modo de produção, enquanto esfera específica do bloco histórico.

De acordo com Mialle, a expressão "instância jurídica" apresenta certas vantagens sobre a simples referência ao "Direito" em sentido genérico:

"(...) o 'direito' como sistema de regras não tem, nem na sua existência e no seu funcionamento, nem na ideologia que o suscita, o mesmo sentido numa sociedade feudal ou numa sociedade capitalista. (...) O conceito de instância jurídica dá conta desta necessidade. O próprio termo indica que se trata de uma parte de um todo e que portanto não tem valor ou não é compreensível senão em função deste todo; mas por outro lado, significa que este todo, sendo um dos modos de produção teoricamente definidos, dá a esta instância um lugar, uma função, uma eficácia particulares" ¹²³.

Porém, a própria noção de Direito dentro de um mesmo modo de produção pode variar - mas esta variabilidade está contida dentro desta realidade mesma. Na atualidade, por exemplo, é difícil englobar sob a capa de um conceito unívoco de "instância jurídica" noções díspares como o direito posto pelo Estado (direito positivo) e o Direito como movimento da história, a luta por uma nova juridicidade. O uso da expressão, aqui, significa a referência ao plano dos lugares de produção do direito: o plano da lei e do Poder Judiciário, bem como o das lutas sociais quando formulam novos referenciais jurídicos (compreendidos tanto no plano das utopias

¹²³ MIALLE, Michel. Introdução Crítica ao Direito. cit p. 84.

jurídicas, quanto da inscrição destas no seio da positividade estatal, ou na perspectiva do Pluralismo Jurídico¹²⁴). É um plano condicionado pela totalidade do modo de produção, pois que imerso nas relações de poder do atual bloco histórico, mas atravessado pelo conflito, pela dialética, e compreendido tanto como positividade quanto como devir.

A concepção de instância jurídica dominante no marxismo não foi capaz de captá-la nesta dialeticidade, afirmando-a enquanto campo completamente determinado pela economia ou pela vontade da classe dominante, configurando o que Ibañez denomina "*niilismo jurídico*" ¹²⁵, representação imaginária do Estado e do Direito como 'o Mal' - na expressão de Díaz¹²⁶ - exclusiva e aprioristicamente.

Díaz destaca a existência de uma teoria mecanicista do Direito e do Estado, predominante nos meios marxistas, que considera os planos político e jurídico como um reflexo passivo absolutamente determinado pelo campo econômico, ou vinculado à vontade expressa da classe dominante no poder. Estado e Direito, nesta perspectiva, são apenas epifenômenos superestruturais, meros instrumentos de conservação do *status quo*.

A maior parte dos intérpretes de Marx, nesta perspectiva, negam ou subestimam a eficácia das lutas no campo político-jurídico, propugnando estratégias de tomada do poder via ação armada, insurreição, ou mesmo um trabalho processual de guerra de posição exclusivamente localizado na "sociedade civil". Tal concepção, hegemônica no interior do pensamento crítico ao longo do século XX, provocou um efeito de distanciamento entre a *prática política* e a *ortodoxia jurídica*, reproduzindo

¹²⁴ assumimos, basicamente, a possibilidade da existência de planos jurídicos positivos extra-estatais; porém, abordar a problemática do Pluralismo Jurídico implicaria uma nova dissertação, fugindo aos objetivos limitados deste trabalho. A questão será abordada apenas de forma puntual, no capítulo II. Sobre a questão do Pluralismo Jurídico, há a tese de doutorado de WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas, cit., onde o autor desconstrói o paradigma monístico, abordando a evolução histórica do conceito e as novas juridicidades produzidas pelos movimentos sociais.

¹²⁵ conforme IBAÑEZ, Perfecto, CALERA, Nicolás e LÓPEZ, Modesto Saavedra. Sobre el Uso Alternativo del Derecho. Valencia: Fernando Torres, 1978. p. 12. Perspectiva que caracteriza o Direito como "burguês" e absolutamente insalvável, sem qualquer possibilidade de utilização pelas classes populares, não conseguindo captá-lo dialeticamente.

¹²⁶ DÍAZ, Elias. De la Maldad Estatal y la Soberania Popular. cit.

de certa forma a separação burguesa entre Política e Direito, como destacaram Barcelona e Coturri¹²⁷, apresentando-as como linhas paralelas tendentes a nunca se encontrar, como podemos visualizar na forma abaixo¹²⁸:

----- x ----- práticas políticas

----- x ----- ortodoxia jurídica (teoria/prática tradicional dos juristas).

Díaz resume a concepção "marxista-mecanicista" a partir das seguintes características:

"El Estado y el Derecho, a) como absolutos y exclusivos instrumentos de opresión y represión; b) por tanto, el primero definido indiscriminadamente y en todo caso como dictadura social y también política; y ambos c) destinados por apriorista necesidad a extinguirse, disolverse y desaparecer del todo en el seno de la nueva sociedad de clases" ¹²⁹.

Apesar de hegemônicas, estas formulações não são as mais coerentes com os fundamentos do pensamento marxista, conforme chamou a atenção Díaz¹³⁰, ao lado de Lyra Filho¹³¹. Este autores crêem que, mesmo que não se possa falar em uma "Teoria do Direito" em Marx, é possível reconstruir o sistema marxiano ao aplicar-se a dialética ao Direito e estudá-lo enquanto fenômeno capaz de abranger oposições e valores de classe distintos.

¹²⁷ BARCELONA, Pietro, COTURRI, Giuseppe. El Estado y los Juristas. Barcelona: Fontanella, 1976. p. 259

¹²⁸ a questão será retomada mais adiante, no capítulo II. Evidentemente que as práticas da ortodoxia jurídica são e sempre foram políticas num sentido amplo, conforme abordaremos no item 2.1.1. O esquema acima refere-se apenas à cisão que há entre Direito e Política na ideologia dos juristas tradicionais, bem como ao desprezo e abandono, por razões não apenas teóricas, mas referentes à própria natureza do Estado e à dinâmica das lutas sociais, da instância jurídica como espaço de conquistas sociais, por parte da esquerda tradicional, conforme acima referido.

¹²⁹ op. cit. p. 155.

¹³⁰ op. cit p. 156.

¹³¹ LYRA FILHO, Roberto. Karl, meu Amigo: Diálogo com Marx sobre o Direito. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1984.

Lyra Filho sustenta não haver um sentido unívoco ou uma concepção uniforme a respeito da instância jurídica na obra de Marx, ora aparecendo na perspectiva de um *"positivismo [jurídico] de esquerda"*, ou seja, considerando todo o Direito como o Direito posto pelo Estado, ora numa perspectiva identificada como jusnaturalista, onde Marx fala em "direitos", como o "direito à revolução" ou como quando Marx estabelece o que seriam princípios jurídicos, para Lyra, como a noção de *"a cada um de acordo com as suas necessidades..."*¹³².

Apesar das diferenças conceituais, a noção que predomina em Marx é a primeira, e não a segunda. Assim, Marx não teria sido capaz de conceber o direito como abrangedor das contradições entre dominantes e dominados (concepção dialética); passando da mera identificação mecânica do direito com a dominação para uma concepção capaz de abarcar, ainda que de forma incipiente, a idéia de *"direitos socialistas"*¹³³. Esta incapacidade deve-se à preocupação encontrada em Marx e Engels em afirmar uma doutrina social materialista frente ao moralismo idealista dos socialistas utópicos¹³⁴.

Podemos estabelecer, de forma esquemática, que a concepção de Direito em Marx/Engels (presente também, de certa forma no desenvolvimento posterior do

¹³² Lyra Filho salienta que para Marx, *"(...) vencido o direito burguês, o Direito não se extingue, senão que se consuma, para Marx, em comunidade perfeita, que, ainda assim, exige certas normas operacionais que ele se recusa a chamar de jurídicas, porque, de início, identificou (...) Direito, Estado e classe e grupos dominantes"*. op. cit p. 83.

¹³³ por exemplo, Marx refere-se às *"leis simples da moral e da justiça, que devem governar tanto as relações entre indivíduos, como as regras principais do intercâmbio entre as nações"* Ou *"a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim uma luta por direitos e deveres iguais (...)"* MARX, Karl. ENGELS, Friederich. Manifesto de Lançamento da AIT. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. cit. v. 3. p. 322. Lyra Filho sustenta que sempre ao lado da idéia de direito enquanto instrumento de opressão coexiste uma concepção que faz referência *"a mais ampla contradição entre as normas da classe dominante e as reivindicações jurídicas dos dominados"*. LYRA FILHO, Roberto. op. cit. p. 24 (grifo nosso).

¹³⁴ *"Não é menos exato, entretanto, que leva esta reprovação razoável a extremos de, eventual e injustificadamente, negar, às vezes, o Direito e a justiça em tese e em princípio. Tais exageros, entretanto, são, com não menor freqüência, corrigidos pela volta dos termos banidos, para atender à necessidade de fundamentar a própria contestação do status quo. Por outro lado, entretanto, é lícito supor que só mesmo o receio de se ver confundido com um socialismo palavroso e oco o impediu de ver e proclamar que o problema jurídico se põe na própria infra-estrutura, enquanto modo de produção, visceralmente injustos (sic), sacrificam direitos dos espoliados e oprimidos"*. LYRA FILHO, Roberto. op. cit. p. 25 (nota 89).

pensamento de esquerda ao longo do século XX) aparece, *predominantemente*, sob três características:

- a) identificação com a doutrina do monismo jurídico, isto é, Direito é o que emana do Estado¹³⁵;
- b) o Direito que emana do Estado serve pura e simplesmente à repressão de classe e
- c) ausência de dialética interna ou conflito na instância jurídica.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o desenvolvimento da noção de processualidade e contradição na instância jurídica foi atrofiado em relação à percepção do Direito como resultado de fatores externos (totalidade), tendo a própria teoria, ao longo do século, se mantido dentro do âmbito desta perspectiva mecanicista, como atestam as experiências soviéticas na teoria do Direito, inicialmente de tendência economicista (Stucka, Pashukanis), posteriormente de matiz voluntarista e apologético do regime totalitário (Vyschinsky, Reisner, Golunskii e Strogovich)¹³⁶.

Porém, se é certo que podemos estabelecer tal visão de Direito como a hegemônica, encontramos em Marx e Engels idéias embrionárias - especialmente nos últimos escritos deste e nos comentários de Marx aos episódios do Dezoito

¹³⁵ tal é a opinião também de Poulantzas, para quem *"Para Marx, Engels y Lenin no hay, distinción histórica significativa, genética o específica, entre derecho y Estado"*. POULANTZAS, Nicos. *El Examen Marxista del Estado y del Derecho y la Cuestión de la "Alternativa"*. In: CAPELLA, Juan Ramón. (organizador). *Marx, el Derecho y el Estado*. Barcelona: Oikos-Tau, 1969. p. 78.

¹³⁶ nos primeiros anos da Revolução Russa, ainda durante o período leninista, Stucka e Pashukanis, formularam uma teoria do Direito de inspiração notadamente economicista, ou seja, apresentando o Direito como reflexo da infra-estrutura econômica. Para Pashukanis o Direito estaria fundamentalmente relacionado com a esfera da produção, de maneira que o desaparecimento das contradições de classe implicaria no desaparecimento do Estado e, com este, do Direito. Num momento posterior, durante o período stalinista, é desenvolvida uma teoria voluntarista, que encontra em Vychinsky sua principal expressão. Aqui o Direito aparece como o conjunto de normas emanadas do Estado, cujo "poder-vontade" expressa a vontade da classe dominante, no caso do regime soviético, consubstanciada na figura do Partido. A substituição do paradigma anterior por este não se fez sem luta, terminando com o próprio extermínio físico dos juristas que defendiam o posicionamento anterior (que tendia a uma desjuridificação das relações sociais, pretendendo apressar o processo de descentralização do Estado, incompatível com a máquina burocrático-militar-policial que se formara na URSS nos anos 30). Também no campo da social-democracia não se desenvolveu uma noção dialética do Direito, tendo a teoria oscilado entre um mero economicismo, um marxismo com tinturas neokantianas empobrecidas (Renner), ou a própria aceitação da ideologia jurídica hegemônica, afirmadora da neutralidade do campo jurídico e das instituições estatais. Sobre o Direito na URSS ver WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

Brumário - de que o Direito pode servir a finalidades diversas das que possuía quando foi promulgado, podendo ser, inclusive, espaço de luta¹³⁷.

No *Dezoito Brumário*, por exemplo, Marx comenta que a legalidade burguesa passou a ser, em dado momento histórico, "incômoda" à própria burguesia, o que a fez "*perder a coroa para salvar o bolso*" - isto é, entregar em dado momento a direção da sociedade política a um aventureiro populista a fim de conservar-se enquanto classe economicamente dominante.

"A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a tinham abandonado. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos de progresso atacavam e ameaçavam seu domínio de classe, e se tinham, portanto, convertido em socialistas.
(...)

*Assim, denunciando agora como 'socialista' tudo o que anteriormente exaltara como 'liberal', a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do self-government; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa e que a espada que a deve salvar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça"*¹³⁸.

Este trecho do *Dezoito Brumário* revela que há, na perspectiva de Marx, uma visão dialética das instituições estatais, incluindo a concepção de autonomia relativa destas frente ao poder de Estado e que, muitas vezes, as próprias instituições estatais "da burguesia" podem servir a interesses que ameaçam seu próprio poder de classe. A referência às "*armas que forjara contra o feudalismo*" - trata-se evidentemente

¹³⁷ Roberto Lyra Filho verifica na obra de Marx a presença três correntes de pensamento jurídico, o positivismo de esquerda, o jusnaturalismo e noções embrionárias do que o autor denomina "*noção dialética do Direito*" - a afirmação, a negação e a negação da negação do Direito - citando como exemplos de 'negação da negação' (concepção dialética que vê o Direito como "ser-em-devenir") trechos da *Sagrada Família* e na *Crítica ao Programa de Gotha*; de acordo com LYRA FILHO, Roberto. *Karl, meu Amigo: Diálogo com Marx sobre o Direito*. cit. especialmente p. 51 e ss.

¹³⁸ MARX, Karl. O Dezoito Brumário. In: MARX, Karl e ENGELS, Friederich. cit. p. 237-8. v. I.

das liberdades públicas e dos Direitos Humanos liberais - salienta a tendência que ao final do século XIX se tornaria mais palpável: a luta por avanços jurídicos, ou melhor, luta por avanços sociais tradutíveis ao plano jurídico a partir das próprias conquistas liberais burguesas.

Em 1895, pouco antes de sua morte, Engels fez reflexões bastante avançadas a respeito das novas estratégias de luta no plano da legalidade que se desenvolviam na Alemanha de Bismarck. No *Prefácio à Luta de Classes na França*, escreve:

"Quando Bismarck viu-se obrigado a instituir êsse direito de voto como o único meio de interessar as massas populares em seus projetos, nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel ao 1º Reichstag constituinte. E, a partir destes dias, utilizaram de tal maneira o direito de voto que tiveram mil e uma recompensas, o que serviu de exemplo aos operários de todos os países. Transformaram o direito de voto (...) de meio de engodo que foi até agora em meio de emancipação.

*No entanto, utilizando tão eficazmente o sufrágio universal, o proletariado praticava um método de luta inteiramente novo que se desenvolveu com rapidez. Viu-se que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las"*¹³⁹.

E continua Engels, mais adiante:

*"A ironia da história põe tudo de pernas para o ar. Nós, os 'revolucionários', os 'subversivos', florescemos muito melhor pelos meios legais que pelos ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como se denominam eles, perecem em virtude da legalidade que eles próprios criaram (...) nós, nesta legalidade, ganhamos músculos rijos, faces coradas e respiramos a eterna juventude. E se não formos tão insensatos que nos deixemos arrastar ao combate de ruas para ser-lhes agradáveis, não lhes restará, afinal, outra coisa a fazer que romperem eles mesmos esta legalidade que lhes é tão fatal"*¹⁴⁰.

Porém, note-se que quando Marx e Engels colocam a luta no plano da legalidade nos escritos acima referidos¹⁴¹, não está colocada a luta processual no

¹³⁹ ENGELS, Friedrich. *Prefácio à Luta de Classes na França*. In: op. cit. p. 102-3 (grifo nosso).

¹⁴⁰ op. cit p. 108

¹⁴¹ outros exemplos ainda poderiam ser arrolados: na *Questão da Habitação*, por exemplo, escreve: *"E essa justiça é sempre a expressão no plano ideológico, divinizada, das relações econômicas existentes, às vezes em seu sentido conservador, outras vezes em seu sentido revolucionário"*. apud MARX,

interior do Poder Judiciário, mesmo porque era impossível, dadas as condições sócio-políticas da época, pensar-se em um movimento como o Uso Alternativo do Direito.

A produção dos autores clássicos do marxismo em relação ao Direito é bastante escassa, destacando-se a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*¹⁴², escrita por Marx em 1843, onde a problemática jurídica nem mesmo é central. Em 1887 é que irá Engels escrever novamente sobre Direito, num opúsculo pouco conhecido, em colaboração com Kautsky: *O Socialismo Jurídico*¹⁴³, crítica à obra de Anton Menger¹⁴⁴ e à tendência idealista presente nos juristas de explicar o mundo a partir de formulações jurídicas. Também está presente, aqui, ainda que de forma tímida, uma perspectiva dialética do Direito, já que a preocupação da obra não era a de criar qualquer teoria jurídica, mas fundamentalmente criticar o idealismo de Menger e

Karl. ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. cit. v. II, p. 173. Escapa ao nossos objetivos neste trabalho pesquisar sobre a concepção de Direito em Marx e Engels com profundidade. A obra de Engels neste sentido é particularmente rica, merecedora de um estudo mais aprofundado, especialmente por ter militado no interior da IIª Internacional numa fase em que o movimento operário partiria para uma posição defensiva - "guerra de posição" frente ao que respecta ao período 1848-50, ou 1871.

¹⁴² também aqui está presente não uma recusa completa do Direito, mas também uma concepção positiva. Ao contrário do que possa parecer a uma primeira vista sobre a obra de Marx, ele, antes de crítico do capitalismo, era um apologista da modernidade que o capitalismo propiciava - enquanto desenvolvimento das forças produtivas e libertação dos vínculos feudais - trazendo em seu bojo uma dialética de destruição/construção fástica e, pela primeira vez a história, produziam-se as condições concretas para a libertação do homem. Este Marx 'modernista' aparece mais claramente no Manifesto, como destaca BERMAN, Marshall. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Tal concepção certamente teria de refletir-se no Direito. Conforme salienta Poulantzas: "*Marx y Engels, efectivamente, reconocieron un carácter positivo al derecho y al Estado burgueses, en comparación con los del período histórico anterior - e aqui Poulantzas remete à Crítica da Filosofia do Estado de Hegel - (...) el proceso histórico de la base, el cual, del lado de las clases dominantes, engendra estos valores alienados de la libertad y de igualdad formales y abstractas, presenta también otra cara positiva, del lado de las clases oprimidas: ésta consiste en la génesis progresiva, en estas clases, como carencia y como necesidad, de los valores de libertad y igualdad cada vez más concretos y materiales, de una democratización 'humana'.*" POULANTZAS, Nicos. El Exámen Marxista del Estado y del Derecho y la Questión da la 'Alternativa'. In: CERRONI, Umberto. (organizador). Marx, el Derecho y el Estado. Barcelona: Oikos-Tau, 1969. p. 77-107.

¹⁴³ ENGELS, Friedrich, KAUTSKY, Karl. O Socialismo Jurídico. São Paulo: Ensaio, 1991 (Cadernos Ensaio, Série Pequeno Formato, 7). O artigo foi publicado originalmente em 1887 na revista da Social-Democracia alemã *Die Neue Zeit*, iniciado por Engels e terminado por Kautsky em razão da doença que se abateu sobre o primeiro.

¹⁴⁴ em 1886 o jurista Anton Menger publicaria sua obra *Das Recht auf den vollen Arbeitsertrag in geschichtlicher Darstellungsstellung*, ou "O Direito ao Produto Integral do Trabalho Historicamente Exposto", que teve uma boa aceitação inicial entre setores da social-democracia européia.

responder os ataques ao marxismo por ele formulados. Mesmo assim, pode-se extrair uma noção de como o Direito era percebido à época. Em *O Socialismo Jurídico* não se encontra a recusa ao Direito e à luta no plano da legalidade, mas à toda e qualquer cristalização do processo histórico operada pela ideologia jurídica.

Há uma tensão permanente entre o marxismo e o Direito. Esta tensão tem motivos que remetem tanto às origens filosóficas do marxismo enquanto negação da postura idealista ou materialista vulgar, bases filosóficas dominantes nas concepções jurídicas hegemônicas ainda hoje, quanto à própria experiência prática dos movimentos libertários ao longo da história - o Direito quase sempre representou o discurso do poder, da opressão; quase sempre jogou do outro lado do campo em que jogava o movimento operário. Direito é fundamentalmente, para a crítica de esquerda, quer ela se aproxime ou não do referencial marxista, ideologia e relação de poder.

Afirmar o Direito em sentido dialético, como espaço de lutas, requer antes a compreensão de que a instância jurídica é, antes de mais nada, um espaço privilegiado da classe hegemônica. O "olho da lei", no dizer de Bloch¹⁴⁵, está sempre no "rosto" da classe dominante, e, como nos faz crêr Poulantzas, todos os regimes políticos, mesmo as ditaduras mais sanguinárias, dominaram sobre o império da Lei e do "Direito"¹⁴⁶ - que pode não ser o "Direito" idealizado (na perspectiva de Lyra Filho), mas é *um* Direito: possui sua materialidade e gera efeitos "jurídicos", ainda que se possa dizer que as leis promulgadas pelos regimes ditatoriais contenham o "Antidireito", a negação *daquele* "Direito propriamente dito" ¹⁴⁷.

¹⁴⁵ BLOCH, Ernst. *Derecho Natural y Dignidad Humana*. Madrid: Aguilar, 1984. p. 184.

¹⁴⁶ "Toda a forma estatal, mesmo a mais sanguinária, edificou-se sempre como organização jurídica, representou-se no direito e funcionou sob forma jurídica". POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. cit. p. 86

¹⁴⁷ cf. LYRA FILHO, Roberto. *O Que é Direito*. cit. p. 8-9. O autor crê na dicotomia entre Lei e Direito positivo, tendendo a privilegiar em suas abordagens o segundo em relação àquela. Tal perspectiva encontra-se, ainda que mediatizada pela historicidade, numa dimensão ainda bastante idealista. A perspectiva do jusnaturalismo escatológico de Lyra Filho é criticada por CLÈVE, Clémerson Merlin. op. cit. como veremos no ítem seguinte. Compreendemos a lei fundamentalmente como a materialização de uma relação concreta de poder, mas que representa uma conquista (o direito legislado) que representou uma

Há uma tensão, também, presente entre a compreensão do Direito na sua especificidade e autonomia relativa em relação à base e às instâncias política e ideológica, e a vontade da classe dominante (onde, nesta autonomia, estabelecido o seu alcance e medida, podem-se abrir brechas para uma luta contra-hegemônica), e a compreensão do Direito enquanto emanção do poder de classe, mais diretamente.

Acreditamos que a noção de superestrutura jurídica pode servir muito mais do que para vincular instância jurídica e ideologia (como emanção de um poder da classe dominante que se encontraria em um "outro lugar", na instância econômica, por exemplo, enquanto reflexo ideal das relações de classe), para compreender a relação entre o jurídico e o poder, tendo em vista a função que o Direito desempenha no interior do bloco histórico capitalista. Conforme destaca Poulantzas¹⁴⁸, a concepção marxiana de Direito enquanto superestrutura compreende a autonomia do Direito frente à economia, apresentando a instância jurídica não como mera instância "ideal" (no sentido de inexistente, falsa) mas, sim, como espaço capaz de propiciar um retorno à base, condicionando-a.

A autonomia do jurídico frente ao econômico foi compreendida já por Engels em 1890. Em carta à Schmidt¹⁴⁹, escreve:

"(...) a fidelidade do reflexo das condições econômicas se desvanece cada vez mais por que só muito levemente um Código constitui a expressão rude, sincera, autêntica, da supremacia de uma classe: isso seria, de fato, atentar contra o conceito de Direito. Já no Código de Napoleão se falseia, em muitos aspectos, o conceito puro e conseqüente da burguesia revolucionária (...) e, na medida em que ali se encarna, é obrigado a submeter-se, diariamente às atenuações de todo o gênero que lhe impõe o poder crescente do proletariado".

racionalização frente à formas mais primitivas de juridicidade, conquista que deve ser creditada às lutas transcorridas durante o processo das revoluções burguesas.

¹⁴⁸ POULANTZAS, Nicos. El Exámen Marxista del Estado... cit. p. 79.

¹⁴⁹ ENGELS, Friedrich. Carta à Schmidt, de 27 de outubro de 1890. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. cit. p. 298. V. III. (grifo nosso).

Portanto, o Direito não só reflete o interesse da classe dominante, mas têm de fazê-lo do modo mais coerente possível. Isto por que, como ensina Poulantzas, é a lei que, em suas características capitalistas, representa a unidade de uma formação social. Sendo o Direito resultado da "correlação de forças", como vimos em relação ao Estado nos itens anteriores, a autonomia da instância jurídica liga-se, fundamentalmente, à noção de *hegemonia*. Ou, como ensina Thompson:

*"A condição prévia essencial da eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa"*¹⁵⁰.

De acordo com Oliveiros Ferreira, a "dupla face do centauro maquiavélico", repressão/consentimento - abordada anteriormente quando nos referimos à questão do Estado - está presente, também, na instância jurídica. O autor veicula a noção de Direito em Gramsci à *teoria do reconhecimento*¹⁵¹, isto é, apontando o Direito não apenas enquanto ilusão ideológica mas enquanto "*signo de hegemonia*", para usar a expressão de Correias¹⁵²; aceitação social, ainda que parcial, da legitimidade do Direito dominante.

¹⁵⁰ THOMPSON, Edward P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 354.

¹⁵¹ "a doutrina do reconhecimento é aquela que melhor condiz, no campo do Direito, com a proposição de hegemonia enquanto direção das condutas e não apenas força, ou tradução simultânea da dupla face do centauro maquiavélico. É preciso reconhecer, todavia, que, se não puder haver consenso sobre a existência da coação enquanto probabilidade jurídica, será impossível (...) forçar a criação de hábitos. Ao afirmar-se que a coercitividade é uma das características, e fundamental, do Direito, não se pretende dizer que a norma seja cumprida porque o cidadão ao qual ela se dirige tem atrás de si, forçando-o a agir de acordo com ela, o agente do Poder Público. Quer-se, tão só, deixar claro que, em qualquer momento em que o Direito for violado, é possível uma posição coativa de órgãos especializados e juridicamente autorizados - posição essa, aliás, que parte do princípio de que o Direito, legal e/ou legítimo, por sua natureza, é violável (...)" . FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 Cavaleiros Húngaros. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 265. ver também, sobre Gramsci e o direito, o trabalho de ARRUDA JR, Edmundo Lima de. Gramsci e o Direito: elementos para novas juridicidades, In: Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. cit. p. 145-158.

¹⁵² CORREAS, Oscar. Kelsen y Gramsci o de la Eficacia como Signo de Hegemonia. Crítica Jurídica. Ciudad de México, n. 2, p. 37-93, 1992. O autor vincula o conceito gramsciano de hegemonia enquanto "capacidade de fazer os outros fazerem" e a eficácia do Direito em Kelsen. O poder de classe, neste sentido, enquanto hegemonia encouraçada de coerção encontra-se no plano do Direito na eficácia social, isto é, na aceitação (reconhecimento) ideológica, revestida, "recapada", de coerção (força/poder "físico" do Direito).

*"se todo o Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e por conseguinte de convivência e de relações individuais), se tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para que seja conforme aos fins, seja eficaz e produtor de resultados positivos em grau máximo (...). Na realidade, o Estado deve ser concebido como 'educador' enquanto tende, exatamente, a criar um novo tipo de civilização"*¹⁵³.

Assim, pode-se dizer que a instância jurídica localiza-se na intersecção entre a "sociedade política", (pois é poder, repressão), e a "sociedade civil", pois discurso ideológico. O Direito não somente é, ele mesmo, enquanto positividade, discurso (plano da doutrina, da lei, da produção jurídica, ou mesmo da crítica/contestação), quanto a própria base do Direito, sua própria condição de eficácia, dá-se no plano da ideologia, na sociedade civil, mesmo com referência ao plano da "indiferença jurídica" (que os juristas normalmente designam por moral, costumes, etc.), localizada inclusive "fora" do Estado em sentido estrito.

A violência física, aqui, é própria condição de existência da reprodução do jurídico na sociedade, como lembra Poulantzas¹⁵⁴, o que nos faz concluir pela materialidade política do Direito, para além de sua possível compreensão enquanto plano meramente "ideal". O papel da lei, aqui, além do repressivo, é um papel de representação ideológica da sociedade, sob hegemonia da classe dominante.

1. 5. 2 - Direito e Transformação Social -

O Direito, enquanto instância imbricada com a política, por sua veiculação à legitimação do poder, serviu, historicamente, à dominação de classe mas esteve também ligado às lutas sociais. Lyra Filho procura, criticando as concepções positivistas e jusnaturalistas (no sentido anti-historicista/metafísico), presentes inclusive na obra de Marx, como vimos, sintetizar uma *"dialética social do Direito"*

¹⁵³ GRAMSCI *apud* FERREIRA, Oliveiros S. op. cit. p. 262.

¹⁵⁴ *"Concluir que o poder e o domínio modernos não mais se baseiam na violência física é a ilusão atual. Mesmo que esta violência não transpareça no exercício cotidiano do poder, como no passado, ela é mais do que nunca determinante"*. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. cit. p. 90.

capaz de captar o fenômeno jurídico como dialética entre dominação/libertação, enquanto devenir histórico. Se a classe dominante serve-se do Direito, os grupos que aspiram ao poder formulam sua contestação também em termos de sistemas de regras e princípios jurídicos. Compreendemos, desta forma, a importância de uma concepção histórica do Direito, no sentido de que o jurídico se transforma *na história* e transforma *a história*, pois que é processo.

Assumimos, com Lyra Filho, que:

*"Direito é processo, dentro do processo histórico, e como este, um processo dialético: é a expressão de um ângulo particular inconfundível da dialética de dominação/libertação, que constitui a trama, o substrato e a mola do itinerário humano através dos tempos"*¹⁵⁵.

Em outra passagem, Lyra Filho explicita mais precisamente sua concepção dialética do Direito, salientando a contradição histórica como o motor do jurídico:

*" (...) à injustiça que um sistema institua e procure garantir, às normas em que verta o interesse de classe e de grupos dominadores, a pretexto de consagrar o interesse comum, opõem-se outros projetos e institutos jurídicos, oriundos de grupos ou classes dominadas, e também vigem, e se propagam e tentam substituir os padrões de convivência impostos (...). As suas elaborações, que se cruzam, atitam, acomodando-se, momentaneamente, e afinal chegado ao ponto de ruptura, integram e movimentam a dialética do Direito. Um direito se nega, para que outro o transcenda e tudo isto compõe o Direito mesmo, apreciado na sua totalidade e devenir (...)"*¹⁵⁶.

E com efeito, se examinarmos retrospectivamente a história das lutas sociais na humanidade, veremos que há uma tensão dialética, tal como explicitada por Lyra Filho, entre o Direito positivo (representando mais ou menos mecanicamente, de acordo com a época histórica o interesse da classe dominante) e uma *utopia* jurídica, ou *contracultura*, projeto jurídico, como quisermos chamar, *representante das classes dominadas, exploradas, oprimidas, portadoras ou não de uma potencialidade transformadora que pode manifestar-se num período histórico subsequente*.

¹⁵⁵ LYRA FILHO, Roberto. O Que é Direito. cit. p. 121

¹⁵⁶ LYRA FILHO, Roberto *apud* SOUZA JR. José Geraldo. Para uma Crítica da Eficácia do Direito. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1984. p. 92.

Desde que o Direito impôs-se enquanto Lei estatal, isto é, contra os *mores* tribais, refletiu a sociedade de classes e, assim, abriu a caixa de pandora da do "direito natural"¹⁵⁷ enquanto utopia contra o "direito do soberano". A lei cria, consigo, a desobediência como filha bastarda.

Muitas vezes, como Tigar e Levy demonstram, a partir de um estudo aprofundado em 800 anos de história da Europa Ocidental, publicado no Brasil sob o título *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*, cobrindo da Alta Idade Média a consolidação do poder burguês no século XVIII, esta luta deu-se, não somente entre um Direito posto da classe dominante e uma utopia jurídica marginal, guardada no porão da história à espera de uma revolução para impor "seu" Direito, mas também no interior mesmo da instância jurídica, com a participação dos juristas.

Na Idade Média havia um direito feudal hostil à burguesia e ao comércio, o direito do feudo não permitia sequer a venda de terra entre não-parentes, e a maioria das formas associativas burguesas. Havia, por outro lado, os preceitos jurídicos inventados pela burguesia que acompanharam a caminhada desta classe rumo à consolidação de sua hegemonia, explorando as brechas e "pontos fracos" do sistema feudal. Destacam Tigar e Levy que:

*"à medida em que aumentava o número, e o poder, dos comerciantes, os ideólogos jurídicos desta classe fizeram um esforço para justificar o lugar do comércio na simetria da vida feudal. Buscaram também uma acomodação com o direito feudal e procuraram explorar-lhe os pontos fracos"*¹⁵⁸.

Assim, ao invés de criar um "direito novo", a classe burguesa valeu-se de velhos princípios jurídicos, sobretudo do Direito Romano, investindo de um novo

¹⁵⁷ antes das sociedades mercantis havia sociedades primitivas em que vigiam princípios de conduta cuja violação resultaria em castigo. Porém, o direito legislado *contra* a cultura primitiva dos *mores* origina-se com a sociedade de classes. Segundo destacam Tigar e Levy, *"essa distinção entre natureza como de iniciativa dos deuses e a regra como produto de considerações racionais que podem julgar a primeira, ou pelo menos modificar-lhe as conseqüências humanas, constitui a base da existência do direito como hoje entendemos essa palavra e, com ele, surgiu não só a possibilidade de uma atitude crítica em relação a fatos e instituições, mas também a possibilidade de contradições entre normas jurídicas e o sistema de controle social e distribuição de poder, por elas responsáveis. A crítica às regras pode ser estendida e transformar-se na crítica às relações sociais que as sustentam"*. TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 270-1.

¹⁵⁸ TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. op. cit. p. 21

conteúdo. Na Idade Média, onde vigorava o princípio da *autorictas*¹⁵⁹, a burguesia não poderia admitir estar inventado os princípios que aplicava, pois as novas idéias, na teologia como no Direito, tinham de desenvolver-se com o sabor do velho.

A ordem jurídica representa uma função básica para os movimentos que aspiram assumir o poder de Estado e transformar as relações sociais. Como demonstram os autores a interpretação do Direito Canônico, e especialmente a recepção do Direito Romano representaram juridicamente a crescente força da classe mercantil em fins da Idade Média, destacando a importância das releituras hermenêuticas na luta de classes durante a Idade Média¹⁶⁰.

Também Thompson em sua obra *Senhores e Caçadores*¹⁶¹ mostra como a oligarquia *whig* criou novas leis e distorceu as antigas a fim de legitimar sua propriedade e *status*; e como a lei passou no século XVII de um estatuto feudal para uma forma compatível com a proteção de relações impessoais de propriedade.

Assim, vê-se a dimensão histórica do Direito, dando razão às colocações de Lyra Filho anteriormente transcritas. Porém, como salienta Clève, a perspectiva de Lyra Filho é por demais idealista, na medida em que termina por identificar o Direito com libertação, relegando a segundo plano a análise da concretude do Direito positivo estatal, fundamentalmente opressor, especialmente tendo-se em vista a conjuntura da América Latina. O Direito, muito antes de ser "libertação" é

¹⁵⁹ ver nota 15 deste capítulo.

¹⁶⁰ TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. op. cit. p. 89. Esta utilização retórica da legislação para fins completamente diversos dos pretendidos originalmente não seria privilégio da fase do desenvolvimento mercantil no final da Idade Média. O próprio Direito Romano evoluiu com base em interpretações, muitas delas bastante "forçadas", das "Leis da XII Tábuas". As normas sobre contratos e dívidas civis, por exemplo, originalmente eram aplicáveis somente a relações entre cidadãos romanos; não serviam para o comércio com não-romanos (necessário após a expansão p/ Mediterrâneo, séc III a.C.). Então, permitiu-se que não romanos, ao submeterem seus casos ao *praetor* (magistrado especial para estes casos "internacionais"), alegassem que eram romanos - e seus adversários não podiam contestar tal alegação. cf. op. cit p. 28. Assim, "a nomeação do *praetor peregrinus* constitui uma dessas maneiras mediante as quais uma classe em ascendência, mas destituída de poder para derrubar velhas instituições, pode criar novos organismos ao lado dos antigos a fim de servir-lhe os interesses. A velha forma, criada para servir a um anterior e diferente conjunto de relações sociais, é assim esvaziada com maior rapidez da substância que outrora continha. (...) A *jus civile* romana, assim, conservou a ficção de manter os princípios das doze tábuas e da legislação da República, enquanto era gradualmente superada pela *jus gentium*, o instrumento dos novos, ricos e poderosos mercadores". op. cit. p. 34.

¹⁶¹ THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores*. cit.

fundamentalmente, dominação, uma relação de poder¹⁶². Nesta perspectiva, não basta pensar o direito como libertação, é preciso *construir a libertação*.

Entendemos, como Clève, que a transformação da história opera-se na história mesma, no plano da vida real, não no plano teórico - daí a necessidade de conhecermos o Direito como ele é, a fim de lutarmos por sua transformação.

Em suma, entendemos que na lei, enquanto expressão de hegemonia da classe dominante, as classes dominadas encontram, ao mesmo tempo, uma "barreira de exclusão" e a determinação do "lugar que devem ocupar" (na expressão de Poulantzas) por parte do sistema sócio-político vigente, e, igualmente, um "espaço de lutas"; onde este "lugar" deve ser ocupado na medida em que *"é também lugar de inserção na rede político-social, criadora de deveres-obrigações e também de direitos, lugar cuja posse imaginária tem conseqüências reais sobre os agentes"*¹⁶³.

Isto porque a lei, enquanto espaço de hegemonia, também sanciona *direitos reais* das classes oprimidas; e é espaço a ser alargado, ampliado, ao mesmo tempo que questionado, enquanto "guerra de posição" no espaço jurídico-político, como chamou à atenção Arruda Jr:

*"se guerra de posições significa busca de hegemonia e, se esta significa, para Gramsci, contra-hegemonia, então a luta por 'novas superestruturas político-jurídicas' é uma condição para uma nova sociedade. Hegemonia como revolução antipassiva, condição para a construção de democracia real"*¹⁶⁴.

Assim, compreendemos que o Direito possui uma dimensão de lutas, apesar de estarmos conscientes que esta dimensão não pode ser superestimada a ponto de

¹⁶² cf. CLÈVE, Clémerson Merlin. *O Direito e os Direitos*. cit. O autor tece algumas críticas a Lyra Filho, como por adotar o conceito de ideologia como "falsa consciência", e subestimar o papel do Estado, entendido ontologicamente como o Estado das classes dominantes, bem como por adotar uma linearidade histórica evolucionista. Se assiste razão à Lyra Filho em salientar que direito é luta, não é menos verdadeiro que o *direito positivo* consiste, no atual bloco histórico, como a principal forma de ser/aparecer do Direito. Lyra Filho tem tendência a ver a essência do direito no devenir, na libertação, mas esquece que o positivismo não é só uma "forma teórica", mas constitui-se na própria materialidade do Direito contemporâneo.

¹⁶³ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. cit. p. 94 (grifo nosso).

¹⁶⁴ ARRUDA JR, Edmundo Lima de. op. cit. p. 154.

obscurer a visão do Direito posto em sua materialidade. A crítica do Direito deve levar em conta o momento da negação, enquanto utopia que busca desde-já, sem no entanto confundí-la com a própria realidade do Direito. O Direito interessa, na medida em que importa conhecê-lo e transformá-lo, enquanto parte do projeto de transformação global da sociedade.

Nesta perspectiva, podemos dar razão à Thompson: *"o direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história"*¹⁶⁵.

A "história" com a qual nos incomodaremos daqui para frente é a história de uma crise no Poder Judiciário, em especial as partes desta história, (que está sendo feita hoje), que tocam no objeto central desta dissertação: o movimento dos juízes alternativos no Rio Grande do Sul.

Nos próximos capítulos, portanto, intentaremos fazer uma análise a respeito do Poder Judiciário a partir do marco teórico aqui desenvolvido. Assim, poderemos visualizar, no interior do aparelho judiciário de Estado, como se dá a luta entre a ideologia dominante e as ideologias dos grupos insurgentes, e, dadas as perspectivas atuais, os dilemas e os direcionamentos que a crise do Direito toma no interior deste espaço, a fim de buscarmos refletir sobre o significado do movimento em análise, dentro dos limites desta dissertação.

¹⁶⁵ THOMPSON, Edward P. op. cit. p. 359.

CAPÍTULO II - PODER JUDICIÁRIO, HEGEMONIA E PRÁTICAS ALTERNATIVAS -

JUIZ - Neste Tribunal, Sr. Miller, a Justiça é cega para questões de raça, credo, cor, religião e preferências sexuais.

ADVOGADO - Com todo o respeito, Excelência, não vivemos neste Tribunal, vivemos?

do filme "Filadelfia")

No capítulo anterior estabelecemos o marco teórico fundamental para a compreensão dos fenômenos jurídico e estatal tal como aparecem na sociedade capitalista de modo geral, sob uma perspectiva crítica. Vimos como o Estado e o Direito podem ser abordados a partir da dialética social, isto é, enquanto instâncias inter-relacionadas que compõem o todo social, atravessadas pela história. Apreendemos, também, os conceitos de bloco histórico, ideologia, Estado, hegemonia e transformação social, úteis para a configuração do marco teórico que embasa este trabalho.

Neste capítulo, procuraremos compreender o Poder Judiciário como aparelho de Estado perpassado pelas contradições sociais, em especial atenção ao caso do Brasil contemporâneo. Primeiramente, abordaremos a questão do Poder Judiciário como lugar da política. Em seguida, dedicaremos atenção ao problema da reprodução ideológica no interior deste aparelho, procurando compreender como desempenha suas funções, em relação ao conceito de hegemonia discutido no capítulo anterior.

Num segundo momento, procuraremos abordar, em linhas gerais, a crise da instância jurídica, a partir de fenômenos que se desenvolvem no interior da sociedade civil e da sociedade política brasileira, enquanto reflexos de uma situação sócio-político-econômica mundial, capazes de ajudar-nos a explicar o fenômeno do

movimento de juízes alternativos. Assim, procuraremos ver, respeitados os limites deste trabalho, como alguns aspectos conjunturais e estruturais influenciam e são parte da instância jurídica. Por fim, abordaremos, de forma resumida, o fenômeno do Direito Alternativo e do Uso Alternativo do Direito.

Este capítulo, ao contrário do anterior, onde procuramos desenvolver os fundamentos de nossa matriz teórica, apresenta-se de forma mais fragmentária, sintetizando elementos extremamente complexos que demandariam, cada um deles isoladamente, outra pesquisa como esta. Desta maneira, não temos a pretensão de esgotar os temas abordados mas, tão somente, fornecer um panorama geral a respeito das relações do Poder Judiciário com o poder político, as ideologias, os novos movimentos sociais, elementos pontuais da crise global do capitalismo e da instância jurídica na sociedade contemporânea, bem como buscar compreender em suas linhas gerais, os movimentos aglutinados sob a expressão "Direito Alternativo" em sentido genérico.

A bibliografia sobre os temas aqui abordados é recente e acompanha a multiplicidade do objeto a reavaliação dos paradigmas teóricos e de ação prática que têm pautado o imaginário jurídico-social acadêmico; esta pesquisa mesma se insere, portanto, no turbilhão da mudança, acompanhando as transformações que se operam em nível econômico, social, político, e cultural com evidentes reflexos na instância jurídica.

2. 1 - PODER JUDICIÁRIO E HEGEMONIA -

2.1.1 - O Poder Judiciário como Espaço da Política -

O Poder Judiciário, apesar de vinculado à idéia de poder "apolítico", é parte constitutiva do Estado - conforme assume o próprio discurso liberal. É, portanto, parte da organização política da sociedade capitalista. Este poder possui uma finalidade simbólica formal, ou *declarada*, de interpretar e aplicar a lei, dirimir os conflitos entre particulares e entre estes e a coletividade (Estado-administração, pessoa jurídica de Direito público) manter o império da lei, julgar a legalidade dos atos da administração, etc., e uma finalidade *encoberta*, de reproduzir as relações de dominação. Enquanto poder dito "apolítico", o Judiciário, além de partilhar a função estatal de hegemonia e unidade política da classe dominante, ajuda a formar e conformar o lugar da política na sociedade capitalista, como procuraremos demonstrar.

A idéia de poder "apolítico" tem origem nas revoluções burguesas do século XVIII. Já na Ilustração vemos nascer as idéias liberais que se oporiam ao absolutismo reinante na Europa Ocidental: a idéia de representação, de soberania popular, de Direitos do Homem, e a noção de que o poder deve controlar o poder a fim de impedir a tirania, o arbítrio; Montesquieu foi quem melhor formulou a idéia de controle do poder, noção desenvolvida posteriormente na doutrina liberal dos três poderes.

O Judiciário assume, em Montesquieu, um caráter subalterno, no sentido de que não se constituiria num poder, mas numa função mecanicamente subordinada à lei. Dizia Montesquieu:

"Os juízes de uma nação não são, (...) mais do que a boca que pronuncia as sentenças da lei, seres inanimados que não podem moderar nem sua força, nem seu rigor" ¹.

¹ MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Brasília: UnB, 1982. (Pensamento Político, 61). p. 193

Tal noção de neutralidade e vinculação absoluta à lei, seria posteriormente apropriada pela Revolução Francesa e materializada no Código Civil napoleônico de 1804, sendo defendida no plano hermenêutico (isto é, aplicação restrita e gramatical da lei) pelos juristas da Escola da Exegese. Tais posturas correspondiam ao interesse da burguesia em aproveitar os quadros técnicos do Antigo Regime, neutralizando as opiniões e os costumes judiciais anteriores (e mesmo as posições políticas dos magistrados, de apoio à monarquia), a fim de instituir uma legalidade compatível com o novo bloco histórico se construía.

Portanto, a idéia de poder "apolítico" possui origens e motivos fundamentalmente *políticos*, na base da própria organização do Judiciário contemporâneo enquanto poder "técnico", burocratizado e centralizado², podendo estas origens ser remetidas à Revolução Francesa.

Segundo Mialle, a forma liberal de conceber o Poder Judiciário estabeleceu-se contra outras formas que acabaram por não predominar no espaço político, como a idéia de Justiça popular:

"havia aí o índice de uma ruptura com as instituições feudais por efeito de uma ideologia burguesa radicalizada. No entanto, a Constituinte no seu decreto de 16 de agosto de 1790 não permitia que fossem eleitos por seis anos senão pessoas que tivessem sido pelo menos 'durante cinco anos juiz ou homem de lei que exerça publicamente num tribunal'. Estas medidas salvaguardavam assim a estabilidade e a competência do pessoal da magistratura, de modo que, apesar das afirmações do poder da nação, o poder judiciário permanecia nas mãos da burguesia censitária.

(...) Um juiz eleito pelo povo? Um juiz dependente do povo? Tudo isto surge como sendo muito quimérico, tanto mais que, evidentemente, se teimará em nome da competência em afastar esse povo da direcção dos seus assuntos. Pois, em definitivo, a forma burguesa da

² a busca da centralização administrativa, em virtude da construção do moderno Estado capitalista, significa, para Mialle, uma submissão das justiças autônomas feudais, evitando poderes paralelos na sociedade ("feudalidades"), operando de certa forma uma racionalização do poder. cf. MIALLE, Michel. Introdução Crítica ao Direito. Lisboa: Estampa, 1989. (Imprensa Universitária, 70). p. 230-1. Historicamente, o Poder Judiciário tal como o conhecemos hoje apareceu no final da Idade Média, em períodos onde o Estado centralizado, nacional, tinha força sobre o direito do feudo. Neste período, esteve vinculado ao poder do Rei, representando a vontade do reino, dizia o Direito real que encarnava a unidade nacional contra a fragmentação de poderes dos senhores feudais. O Estado liberal burguês apenas aprofundou e racionalizou este processo.

justiça encontra a sua justificação nesta invocação da competência e a sua natureza real na sua posição de corpo separado do povo (...)"³.

Neste sentido, o atual paradigma político de Poder Judiciário construiu-se contra os paradigmas feudal e absolutista de administração da Justiça, e contra a tentativa de construir uma Justiça popular. Seguiu o Judiciário a sina da democracia liberal burguesa: tendo que ser afirmado enquanto poder de Estado, a fim de que se pudesse centralizar a função judiciária e submetê-la à legalidade capitalista, e, em seguida, *negado* enquanto poder, no aspecto da soberania popular, da democracia. Ainda hoje, na França, reluta-se, em larga medida, atribuir ao Judiciário o nome "Poder". Fala-se em "autoridade judiciária". O modelo francês não comporta, inclusive, o controle da legalidade dos atos da administração pelo Poder Judiciário, tal como ocorre nos países que herdaram o modelo norte-americano, como o Brasil.

Resultado de uma revolução social que libertou a humanidade dos laços que a prendiam ao feudalismo, a democracia capitalista resultou incompleta, pois havia - e há - de parte da burguesia enquanto classe dominante a preocupação em democratizar a sociedade apenas até um certo limite. Ainda hoje, como resultado das lutas por direitos políticos transcorridas ao longo do século XIX, mesmo com a extensão do sufrágio universal e com a crescente extensão do modelo democrático ocidental verificada ao final deste século, temos uma democracia essencialmente vinculada à idéia de eleições: a urna como fetiche democrático. A democracia pára à porta da fábrica, da escola, do escritório e, tal como o camponês do conto de Kafka, aos portões do Tribunal.

O lugar de fazer política, deste modo, é pré-definido constitucionalmente: no Legislativo (principalmente) e no Executivo (afora a burocracia permanente, que também é visualizada como "apolítica" nesta perspectiva). Assim, o Judiciário, como poder neutralizado onde se diz o Direito de forma *técnica* e não politizada, ajuda a definir, de forma implícita, o lugar onde a política é produzida, acabando por retirar todo o caráter político e ideológico da aplicação da lei no caso concreto

³ op. cit. p. 231-2. Ainda hoje aparece a discussão, recorrente na história das democracias ocidentais, sobre o controle do Poder Judiciário pela soberania popular.

(que em suma é o que interessa para quem sofre os efeitos do poder na própria pele), estendendo de forma mais eficaz a hegemonia da classe dominante, cujo conteúdo das condutas juridicizadas é produzido, de forma genérica e ampla, no Poder Legislativo, onde a "soberania popular" pode se manifestar (e o faz sob os limites que conhecemos).

Em sua função de dizer o Direito no caso concreto⁴, Judiciário diz o que *é de direito* e o que *é* Direito. Ao julgar o caso concreto, ele molda as expectativas que os indivíduos têm de seu direito, define os carecimentos passíveis de ser cumpridos na sociedade capitalista e, também, a forma sobre a qual estes carecimentos devem manifestar-se a fim de serem atendidos (isto é, qualitativamente)⁵, além, é claro, de legitimar e ordenar o monopólio estatal da coerção física (função repressivo-ideológica).

O Judiciário, neste sentido, reproduz a forma do Direito no capitalismo, em que a administração da Justiça organiza-se sob as seguintes características: (a) heterocomposição: onde o Estado assume a composição da lide - processo de racionalização que impede a *"guerra de todos contra todos"* mas, ao mesmo tempo, mantém o diálogo em níveis compatíveis com o sistema, isto é, a partir de fórmulas pré-estabelecidas dominadas por técnicos, de acordo com a lei. Esta característica encontra-se desde as origens do Estado Moderno, sendo a heterocomposição a essência de qualquer jurisdição; (b) o juiz representa o Estado enquanto organismo neutro que diz o Direito que deve prevalecer em cada caso concreto, atuando exclusivamente por provocação; (c) separação técnica entre o jurista/iniciado e o restante da população leiga; (d) preocupação com, por um lado, a realização da lei no caso concreto, e, com outro, com a uniformidade jurisprudencial, a fim de garantir a segurança jurídica das expectativas; (e) realização da atomização do

⁴ trata-se da função *principal e tradicional* do Poder Judiciário, mas não a única. Em alguns países, entre eles o Brasil, o Judiciário possuía a prerrogativa constitucional de dizer o Direito "em abstrato", caso do controle da constitucionalidade das leis pelo STF.

⁵ trata-se de um *insigth* a partir de leituras da obra de HELLER, Agnes. Teoria de las Necesidades en Marx. Barcelona: Península, 1985., Sobre o conceito de carecimentos, ver capítulo anterior, notas 38 e 39.

sujeito de Direito, individualização dos conflitos e trivialização das expectativas; (f) realização do processo de valorização e quantificação das necessidades; (g) extensão da ideologia hegemônica através de recursos retóricos e procedimentos legitimatórios a fim de inculcar nos jurisdicionados a idéia de que se está fazendo justiça, bem como difundir os conteúdos desta ideologia dominante; (h) parte do processo de normalização/disciplina do indivíduo⁶.

A função judiciária de resolução dos conflitos acaba atuando, na realidade, no sentido de, como coloca Souza Santos, individualizar, normalizar, trivializar e dispersar os conflitos sociais. Desta forma, ao aplicar o Direito, o Judiciário o faz colocando os conflitos *"numa arena jurídico-política de igualdade e liberdade formais"*, não para resolvê-los no sentido de superá-los estruturalmente, mas apenas para *"mantê-los em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelos sistema político vigente"*⁷.

O poder de julgar dá-se no caso concreto, sendo, em certa medida, portanto, um poder que se processa a nível molecular. Dentro do Judiciário encontra-se o disciplinar - tanto internamente, a fim de normalizar seus membros, como veremos, quanto externamente, do Poder Judiciário para a sociedade, que, ao julgar, classifica, hierarquiza, etiqueta e rotula os indivíduos. Apesar de Foucault colocar o código disciplinar como a outra face do código jurídico entendemos que estes

⁶ de acordo com Clève, tendo por base Foucault e Poulantzas, o Direito, *"do mesmo modo que mantém a coesão do estado social, fragmenta-o, instaurando o reino dos sujeitos individualizados de direito e permitindo (ocultando e facultando) a emergência da república das disciplinas. Isso desfavorece a organização das classes populares, mas, paradoxalmente, organiza as classes dominantes, as quais, fisicamente, se encontram presentes nos aparelhos de estado"* CLÈVE, Clémerson Merlin. O Direito e os Direitos - elementos para uma crítica do Direito Contemporâneo. São Paulo: Acadêmica, 1988. p.124. ver, a este respeito, FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986,e POULANTZAS, Nicos. op. cit. especialmente pp. 70-78.

⁷ cf. SANTOS, Boaventura de Souza. O Direito e a Comunidade: transformações recentes da Natureza do poder do Estado nos Países Capitalistas Avançados. In: Estado, Participação Política e Democracia. Brasília/São Paulo: CNPq/ANPOCS, 1985. p. 139-163. p. 151. ver também, neste sentido Estado, Derecho y Luchas Sociales. Bogotá: ILSA, 1991 - boa coletânea de textos do autor.

processos estão imbricados profundamente e o Judiciário apresenta-se como um *locus* privilegiado desta interconexão de níveis de exercício do poder⁸.

Outro aspecto caracteristicamente importante do Poder Judiciário capitalista é a sua separação técnica em relação ao povo, reproduzindo-se burocraticamente através de uma linguagem hermética e inacessível aos não iniciados, como momento de afirmação da divisão intelectual do trabalho. O sentido ideológico da autonomização da esfera do Direito é que os juristas enquanto técnicos, assumam, devidamente neutralizados, o papel de protagonistas da resolução dos conflitos sociais.

Além desta separação técnica, há toda uma "aura de poder" nos Tribunais, a fim de inculcar ideologicamente tanto nos funcionários da Justiça quanto nos seus consumidores, a noção de um poder inatingível, asséptico, imaculado, todo-poderoso. Estes mecanismos ideológicos e políticos tornam a magistratura um corpo isolado da sociedade em que o juiz acaba encerrado numa torre de marfim, negando todo o aspecto político de sua atividade e indiferente à concretude das lutas travadas na sociedade⁹.

⁸ cf. CLÈVE, Clémerson Merlin. op. cit. p. 101. O código da lei e o código das disciplinas são códigos distintos, mas interligados. Para Foucault, as disciplinas, constituem-se em "técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas"; táticas de poder que correspondem à necessidade de extensão deste ao nível dos corpos individuais para torná-los úteis e dóceis ao Sistema, isto é, adequados ao trabalho na fábrica/escritório e politicamente "bem-comportados", da forma menos custosa econômica e politicamente. De acordo com Foucault, a exterioridade das disciplinas (contidas nos aparelhos penitenciários, no exército, nas escolas, etc.) em relação ao Direito dá-se enquanto diferenciação de escala: "Aparentemente as disciplinas não constituem mais do que um infradireito. Parecem prolongar, até um nível infinitesimal das existências singulares, as formas gerais definidas pelo direito; (...) Constituiriam o mesmo tipo de direito fazendo-o mudar de escala, e assim tornando-o mais minucioso em sem dúvida mais indulgente". Coloca a diferença entre disciplinas e Direito também nos seguintes termos: "enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam (...)". FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 195. Compreendemos, porém, na linha de Clève, que Foucault subestima o papel das relações de classe na constituição do poder nas sociedades contemporâneas, o que tem o efeito de empobrecer a análise do Estado, bem como não desenvolve a ligação entre o Direito e as disciplinas de forma satisfatória. Com o auxílio de Poulantzas, Clève sustenta que "o direito desempenha os dois papéis; o primeiro através dos valores abstratos e formais de igualdade e liberdade; o segundo por meio da encampação do sujeito de direito (o qual está em relação primeira com a atomização do corpo social e com as individualidades)". CLÈVE, Clémerson Merlin. op. cit. p. 105.

⁹ Lédio Andrade, juiz de Direito adepto da corrente 'Direito Alternativo', assim percebe este distanciamento: "(...) tudo os afasta dos simples. Essa forma de demonstração de força, por realidade e símbolos, oprime e humilha. Poucas não são as vezes que uma parte maltrapilha, com suas roupas rasgadas, ou uma testemunha descamisada, sofre repreensões em público por estarem com trajes inadequados na presença de um magistrado. Mesmo quando não há um descompustura, o simples desaconselhar ofende, massacra sua dignidade. A discriminação não pára em questões materiais. Essa classe de gente não recebe credibilidade, é tratada com desconfiança. Difícilmente terá razão em juízo e sabe disso". ANDRADE, Lédio Rosa de. Juiz Alternativo e Poder Judiciário. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 81. Estes mecanismos

Poulantzas, referindo-se aos aparelhos de Estado, salienta a relação entre a ideologia do saber enquanto competência técnica e o poder estatal; segundo ele *"esses aparelhos, em sua forma capitalista (exército, justiça, administração, polícia, etc.), para não citar os aparelhos ideológicos, implicam exatamente a efetivação e o domínio de um saber e de um discurso (...) em que as massas populares estão excluídas"*¹⁰.

O Judiciário, apesar de negar-se enquanto poder político, está, enquanto aparelho de Estado, fundamentalmente imbricado na política da classe dominante. Adotamos como base deste trabalho, a seguinte premissa de Arruda Jr:

*"Numa sociedade de classes, a justiça é de classes (...), ou seja, o locus do Judiciário, enquanto parte constitutiva do Estado, é limitado àquela dinâmica política, expressando em maior ou menor grau as lutas sociais, nos planos político-econômico, político-jurídico ou sócio-cultural"*¹¹.

Enquanto aparelho de Estado, pensamos que o Judiciário encontra-se no *limiar* entre os aparelhos ideológicos e os repressivos de Estado¹². Apesar de parte

sutis de poder enquadram-se, por igual, na noção de disciplina anteriormente definida. Também Zaffaroni percebe esta questão, referindo-se aos "falsos signos de poder", encontráveis nos Tribunais. cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas - a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

¹⁰ POULANTZAS, Nicos. op. cit p. 63. Discurso que se espenha, inclusive, na própria papelada dos procedimentos judiciais. Para o autor, "A papelada da organização estatal moderna que não é simples detalhe pitoresco, mas um traço material essencial à sua existência e funcionamento, cimento interno de seus intelectuais-funcionários, encarnando a relação desse Estado e do trabalho intelectual". POULANTZAS, Nicos. op cit p. 67. Esta questão do saber enquanto "discurso competente" está particularmente presente no aparelho judiciário de Estado, mas trata-se de uma característica da própria distribuição do capital intelectual na sociedade capitalista, de modo geral, especialmente neste século, em que o capital científico toma um lugar privilegiado, tanto para o uso (e legitimação) tecnocrático do poder quanto, nesta era da "sociedade informática", para a produção de mercadorias. Sobre o discurso competente, CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia - o discurso competente e outras falas. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.

¹¹ ARRUDA JR, Edmundo Lima de. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 48-9. Tal é, também, a posição de Miliband cuja percepção destaca a faceta da materialidade do envolvimento político-ideológico e o caráter classista do Poder Judiciário numa Sociedade Capitalista: *"o Judiciário não tem estado "acima" dos conflitos da sociedade capitalista mais do que qualquer outra parte do sistema estatal. Os juízes têm-se envolvido profundamente em tais conflitos; e de todas as classes, é certamente a classe dominante aquela que tem menos a reclamar da natureza e da direção de tal envolvimento"*. MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 177-8.

¹² a referência à terminologia de Althusser, largamente utilizada nas ciências sociais, não significa que adotemos o esquema teórico estruturalista proposto pelo autor. Althusser defende que haveria uma

do Estado em sentido estrito/sociedade política, em sentido gramsciano, o Judiciário desempenha funções notadamente ideológicas, o que nos permite destacá-lo em sua função de hegemonia social, uma vez que conforma as condutas em ambos os níveis, repressivo e ideológico.

De acordo com a visão de Direito em Gramsci, referida no item 1.5.1 do capítulo anterior, o Poder Judiciário, enquanto órgão aplicador deste Direito, consistiria no aspecto repressivo, "*negativo*" da função educativa do Estado. Isto não quer dizer que deva ser compreendido apenas em sua função repressiva, mas que, particularmente, a função educativa do Estado é "*encouraçada de coerção*", como vimos. Desta forma, no que se refere ao Poder Judiciário, podemos apreender uma relação entre coerção/ideologia no sentido de que este poder, como parte do "monopólio estatal da força física", tem potencializado o seu poder de moldar condutas e difundir uma determinada visão de mundo. Por outro lado, em sua função de legitimação, capacita-se a reprimir com maior eficácia e legitimidade.

No Judiciário é transmitida à população uma noção de neutralidade e respeito à Justiça por parte do Estado, igualdade entre as partes, naturalidade das relações jurídicas, políticas e econômicas capitalistas, imparcialidade, bem como a idéia de que a lei garante o Direito. Os mecanismos ideológicos que ocultam o caráter de classe do Estado capitalista, e o apresentam como garantidor dos direitos e liberdades individuais, estão presentes - e de forma particularmente forte, neste Poder.

Se o Estado é o resultado de uma condensação (assimétrica) de forças, e as lutas sociais estão presentes no interior dos aparelhos de Estado, como afirma Poulantzas (ao contrário do que acreditava Althusser), o Judiciário precisa ser

pluralidade de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE - conjunto de instituições onde o poder de Estado de exerce mais pela ideologia do que pela repressão), contra a unidade do aparelho repressivo de Estado. O judiciário encontra-se, neste esquema, no interior do aparelho repressivo de Estado, cf. a obra Aparelhos Ideológicos de Estado, p. 62, apesar de o autor compreender o Direito enquanto função duplamente repressiva e ideológica (cf. p. 68). ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Na realidade, pensamos que o que existe não é um aparelho repressivo de Estado, compreendido enquanto bloco monolítico, mas aparelhos (no plural), ou "agências", na expressão de Zaffaroni (op. cit), que se encontram em luta entre si, e que comportam a luta mesma em seu interior, conforme vimos no capítulo I.

neutralizado e para que esta neutralização funcione, é necessário que este possua autonomia em relação aos interesses imediatos desta ou daquela fração de classe (especialmente se estes interesses forem os das classes subalternas), ou frente a interesses particulares.

Em determinadas ocasiões, quando esta autonomia - que na realidade é uma *dependência* em relação à estrutura de poder da sociedade - causou problemas à reprodução das relações de poder, a classe dominante não relutou em colocar na lata do lixo a teoria liberal da separação dos poderes. Como diz Lima Lopes, "*nas crises políticas é que se avalia a independência do Judiciário*"¹³.

A vinculação do Poder Judiciário com o poder político é muito mais forte na prática do que supõe a vã teoria liberal e os mecanismos ideológicos de autonomização das agências estatais. A real autonomia do Poder Judiciário no contexto histórico brasileiro (como reflexo de um poder de base patrimonialista¹⁴, em que o Judiciário representava, na Colônia, o Reino português; ou até neste século, em que não foram poucas as ingerências quando este cuidava em não seguir a política do Executivo), foi a autonomia *em relação ao povo*.

Assim, de acordo com a opinião de Lopes,

*"a justiça (...), alheia às lutas políticas, ficou como mito das origens do Judiciário brasileiro. (...) O sistema de carreira subordinada a uma cúpula escolhida pelo Executivo serviu para isolar das lutas políticas o Judiciário, é verdade, mas serviu também para isolá-lo da sociedade como um todo, da sociedade cada vez mais conflituosa e complexa (...)"*¹⁵.

¹³ LIMA LOPES, José Reinaldo de. A Função Política do Poder Judiciário. in: FARIA, José Eduardo (org.). Direito e Justiça. a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1989 (Série Fundamentos, 48). p. 123-144, p. 136.

¹⁴ consideramos, para efeitos desta dissertação, suficientemente explorados os aspectos históricos da caracterização das origens patrimonialistas da sociedade brasileira, com reflexos na estrutura judiciária, a partir dos trabalhos de FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. 6ª ed. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1984. e SCHWARTZ, Stuart B. Sociedade e Burocracia no Brasil Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1979.

¹⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. op. cit. p. 131.

Durante a Ditadura Militar, além da cassação direta de juízes, os militares trataram de submeter o Judiciário, a começar pelo STF, aumentando o número de ministros¹⁶.

Exemplos não faltam de politização dos juízes, mesmo em sentido contrário à política do Executivo, como ocorreu no Chile de Allende (1970-1973) onde o Judiciário foi politizado pela Democracia Cristã (burguesia), opondo-se à política do governo da Unidade Popular. A esquerda pagaria caro por este "desprezo" à política no interior dos aparelhos de Estado onde esta parece não existir. O preço foi a sabotagem ao processo de reforma agrária e, a longo prazo, a própria perda de legitimidade do regime frente aos setores médios da população, terminando por sucumbir ao golpe militar de Pinochet. Tal ocorreu também na Espanha durante o período franquista. Exemplos não faltam, e poderiam estender-se por páginas, cobrindo diversos momentos da história nacional e internacional.

Mesmo na América Latina de hoje, conforme extraímos de Garcia¹⁷, como há uma busca de um maior manejo por parte das elites econômicas, o aparato judicial tem sofrido diversos ataques à sua independência, com a finalidade de articular a administração da justiça às novas exigências das políticas de controle social de direita. Porém, entendemos com Gargarella¹⁸, que este processo de "politização" da Justiça refere-se à própria estrutura do Sistema, e não a suas aparentes anomalias.

¹⁶ logrando a maioria necessária para dominá-lo sem sequer alterar o princípio da inamovibilidade - golpe branco inteligentemente arquitetado pelos ideólogos do governo Geisel. Referimono ao chamado "Pacote de Abril", ou Emenda Constitucional n. 07, de 13 de abril de 1977.

¹⁷ GARCIA, Germán Silva. Justicia, Jueces y Poder Político en Colombia. Jurimprudencias. Bogotá, n. 2, p. 51-9, fev./1991.

¹⁸ GARGARELLA, Roberto. La Crisis de la Justicia como la Crisis de un Sistema de Gobierno. No Hay Derecho. Buenos Aires, n. 7, p. 42-44, sep./1992. Sobre a questão das ingerências do governo Menem na Justiça Argentina, a fim de fazer passar seu projeto neoliberal podem ser lidas, além da referência citada, em ABRAMOVITCH, Víctor E. Átame! No Hay Derecho. cit. n. 6, p. 10-12, jan./1992, e Todos los Jueces son Crustáceos. cit. n.8, p. 2-3, dic./1992, e em COURTIS, Christian. Justicia Tomada. cit. n. 06, p. 6-8, jan./1992. Este último autor coloca sua convicção, que também é a nossa: "quedan pocas dudas acerca de la fragilidad de la independencia judicial frente al poder político, y aún menos dudas acerca de qué intereses son los que guían las decisiones últimas de la Corte" (p. 6).

De qualquer forma, apesar da autonomia e independência política (no sentido imediato, "corporativo") que goza o Judiciário brasileiro atualmente, inexistente autonomia absoluta com relação ao Executivo, na medida em que a escolha dos ministros do STF é privativa do Presidente da República. O processo de ascensão na carreira por merecimento termina por vincular, também, a base do Judiciário às tendências jurídico-políticas de um topo politicamente escolhido.

Em regra geral, arriscaríamos dizer que em certos momentos quando fracassa o "consenso espontâneo" e há o acirramento dos conflitos de classe - inclusive dentro dos aparelhos de Estado, - há o apelo a práticas autoritárias que visam afastar os elementos "inconvenientes ao regime". Em situações normais, em contrapartida, isto é, quando não há crise de hegemonia e a classe dominante não precisa recorrer à força (golpes e ditaduras) para manter-se no poder, ou fazer valer políticas anti-sociais cuja legitimidade seria questionada pela população, a começar pelos juizes, o processo de produção/cooptação dos intelectuais que formarão o aparato judicial é pacífico, processando-se através da difusão de ideologia.

Nestas situações é natural que os trabalhadores intelectuais que ocupem os lugares sociais de produção do jurídico - os *juristas* ¹⁹ - recebam uma atenção especial por parte da classe dominante, quando muito não formando, eles próprios, o estamento dirigente na sociedade política, como foi o caso, por exemplo, de Portugal entre o final da Idade Média e o advento do capitalismo e do Brasil Colônia²⁰.

De acordo com Gramsci, exerce atividade intelectual todo aquele que exprime simbolicamente os interesses, as práticas e a visão de mundo do grupo ou classe social a que está ligado. O intelectual, neste sentido, é o responsável pela própria definição dos marcos de uma superestrutura, ocupando um lugar privilegiado na medida em que constrói o *vínculo orgânico* entre uma classe

¹⁹ a palavra "jurista", aqui, é tomada não no sentido restrito, de uso corrente, que tende a relacionar "jurista" com "grande intelectual" ou "cientista do Direito", mas em sentido amplo, isto é, como sinônimo de "operador jurídico".

²⁰ cf. SCHWARTZ, Stuart B. op. cit.

dominante no plano da estrutura e suas concepções político-jurídicas e filosóficas. Assim, os intelectuais, nas palavras de Gramsci *"são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções (...) da hegemonia social e do governo político"*²¹.

Mas os juízes poderiam ser classificados como *intelectuais orgânicos*, ou como *intelectuais tradicionais*?

A questão não é simples. Muitos operadores jurídicos adotam a qualificação "juristas orgânicos" em oposição à "juristas tradicionais"²², querendo, com esta acepção, rotular os juristas que adotam uma postura hermenêutica e político-ideológica "tradicional", isto é, precisamente a posição hegemônica, do Sistema. Porém, como vimos no capítulo anterior, os "intelectuais tradicionais" são aqueles provenientes do bloco histórico anterior. Gramsci exemplifica com o clero, mas podemos estender o conceito aos magistrados que, por exemplo, na fase anterior à Revolução Francesa eram intelectuais *orgânicos* do regime absolutista e, após esta, tornaram-se intelectuais tradicionais. Os magistrados brasileiros, igualmente, não foram "criados para si" pela burguesia, como ela "criou" o Mário Amato ou o Assis Chateaubriand; estes são oriundos do bloco histórico anterior, como estamento dominante no Brasil Colônia, ocupando um lugar social ainda mais próximo da noção de intelectual orgânico do que os magistrados franceses. Foram, na verdade, "encontrados" pela burguesia, quando esta tornou-se classe dominante no Brasil. Os magistrados, a princípio intelectuais tradicionais, tornaram-se orgânicos à medida em que foram *"assimilados e conquistados ideologicamente"* e aderiam à ideologia político-jurídica da nova classe social no poder. Isto com referência, diga-se de

²¹ GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989. p. 11

²² neste sentido, CARVALHO, Amílton Bueno de. Jurista Orgânico, uma contribuição. In: Magistratura e Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1992. Ver também, neste sentido, SIMÕES, Carlos. A "Crise" do Direito e a Classe Operária. Temas de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, n. 10, p. 147-53, 1981, que parece ter sido o primeiro a utilizar a expressão "jurista orgânico", pelo menos no Brasil.

passagem, a um processo objetivo em que a adesão aos valores (ideologia) dominantes dá-se, na maior parte das vezes, de forma não consciente.

Os juízes na acepção comum, são, na realidade "tradicionais" em relação à sua origem profissional e a aspectos "residuais", como a crença na neutralidade política²³, por exemplo, mas "orgânicos", à medida em que adotam o ponto de vista ideológico da classe social dominante no atual bloco histórico. Os intelectuais progressistas, são, igualmente, "orgânicos", mas vinculados à uma classe social não hegemônica tendente a fundar um novo bloco histórico.

O jurista, especialmente o juiz, é um intelectual "privilegiado" em virtude do lugar social de poder que ocupa, pois: (a) enquanto intelectual cimenta o bloco histórico (vínculo orgânico), e (b) enquanto operador jurídico situa-se entre a sociedade civil e a sociedade política, pois trabalha diretamente com os aspectos coercitivo e pedagógico do Estado - isto porque a hegemonia produzida no interior do aparelho de Estado é precisamente *"encouraçada de coerção"*.

Portanto, é certo que deve haver uma preocupação por parte das classes dominantes, sob pena de não haver reprodução de poder, que os extratos oriundos das classes subalternas, especialmente da pequena-burguesia²⁴, de onde se origina a maior parte dos trabalhadores intelectuais, em desenvolver processos políticos e

²³ no sentido de que *"toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser independentes, autônomos, revestidos de características próprias, etc."*. op. cit. p. 06.

²⁴ adotamos, aqui, a tradicional relação entre extratos intelectuais e pequena-burguesia, com base em observações empíricas que revelam a tendência dos extratos médios às atividades intelectuais e burocráticas, cf. LOWY, Michael. Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários. São Paulo: LECH, 1979. No que respeita a composição do Poder Judiciário brasileiro quanto à origem de classe, não dispomos de dados atualizados. Porém, de acordo com pesquisas realizadas anteriormente, por Umberto Guaspari, no Rio Grande do Sul (1979), não publicada, à qual tivemos acesso e à referência de uma pesquisa realizada em 1962, apenas confirmam a tendência tradicional. A pesquisa de 1962 revelava 62% dos magistrados oriundos da classe média, 17% dos estratos superiores e 4% dos estratos inferiores. SCHEMAN, R. 'El Origen social económico de los jueces brasileños', citado por RICO, José. Crímen y Justicia en América Latina. 2ª ed. México: Siglo XXI, 1981. p. 267. Também a pesquisa de HERKENHOFF, João Batista. "A Função Judiciária no Interior" in SOUTO, Cláudio, FALCÃO, Joaquim de Arruda. Sociologia e Direito. São Paulo: Pioneira, 1980 - e também, do mesmo autor: O Direito dos Códigos e o Direito da Vida. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991, pioneiro nas pesquisas de campo sobre o Judiciário numa perspectiva crítica, Herkenhoff demonstra haver predominância dos extratos médios da população urbana do interior (sedes de municípios) entre os magistrados do Espírito Santo.

ideológicos de cooptação bastante bem articulados a fim de "assimilar e conquistar ideologicamente estes estratos".

Pode-se dizer que há, neste sentido, um processo que aqui chamaremos de "modelagem do juiz", que atua no sentido de torná-lo um intelectual "disciplinado" (útil para o trabalho e politicamente dócil). Este processo dá-se, fundamentalmente, através da ideologia jurídica que é desenvolvida no aparelho escolar (faculdades de Direito), de processos disciplinares e através da cooptação política direta (adesão consciente à ideologia dominante). É o que abordaremos no subitem a seguir.

2.1.2 - Ideologia e Disciplina: o Controle Interno do Poder Judiciário:

O processo de *modelagem institucional do juiz* faz-se necessário uma vez que o magistrado deve incorporar as pautas ideológicas que irá difundir, caso contrário o aparelho de Estado entraria em crise e não cumpria suas funções de Estado. Como salienta Galbraith, o poder *"só obtém submissão externa aos seus propósitos quando conquista submissão interna. A força e a confiabilidade do seu poder externo dependem da profundidade e firmeza da submissão interna"* ²⁵. Utilizando esta imagem, podemos dizer, traduzindo ao esquema teórico abordado no capítulo anterior, que este processo de "modelagem institucional" procura garantir a "hegemonia interna", a fim de conseguir a "hegemonia externa" de determinada visão de mundo. Chamamos "hegemonia externa" a hegemonia propriamente dita: direção ideológica e cultural que dada classe social possui sob o conjunto da sociedade, conforme vimos no capítulo anterior. Chamamos "hegemonia interna" a coesão ideológica no interior de um aparelho de Estado ou aparelho privado de hegemonia. Utilizamos esta imagem para demonstrar que a dominância de determinada ideologia no conjunto da sociedade deve corresponder uma dominância no interior dos aparelhos encarregados de difundir ideologia, ou mesmo nos aparelhos econômicos e repressivos.

²⁵ GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia do Poder. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1986. p. 59 e ss.

No caso do Judiciário, os indivíduos que irão compô-lo, oriundos dos mais diversos extratos da população, passam por processos que visam modelá-lo para o exercício de uma parcela do poder do Estado.

Inicialmente, há o que poderemos chamar de cooptação econômico-social: indivíduos das classes subalternas, especialmente oriundos da pequena burguesia, buscam na ascensão social, encontrando-a nas profissões jurídicas²⁶.

Do ponto de vista da classe dominante, estes indivíduos encarregados das funções estatais devem, de preferência, aproximar-se de um *optimum* para a reprodução do poder, qual seja, incorporar *ativamente* a ideologia dominante a fim de reproduzi-la, tornando-se um produtor de cultura (intelectual orgânico). Se este *optimum* não for alcançado, pelo menos estes devem assumir as pautas ideológicas necessárias ao exercício de suas funções: neutralidade/apoliticidade, determinados modelos de conduta, etc.

Esta modelagem dá-se, fundamentalmente:

- (a) pela difusão de uma ideologia jurídico-política;
- (b) pelo controle disciplinar e comportamental.

A ideologia jurídico-política dominante no seio dos juristas em geral, e dos magistrados em particular, desenvolve-se, por sua vez, em duas direções, (a) a ideologia jurídica - especificamente profissional, isto é, a teoria jurídica que deve pautar o modelo intelectual; (b) a ideologia propriamente política, difundida através dos meios comuns à toda a sociedade (*mass media*, escola, etc.), que assume fundamental importância quando da seleção dos funcionários que irão compor o quadro judicial.

Quanto à ideologia política, em especial, nota-se, tendencialmente, a elevada quantidade de indivíduos conservadores ou reacionários no seio do Poder Judiciário;

²⁶ as garantias desta ascensão social, porém, encontram-se abaladas, atualmente, configurando a chamada "crise de identidade do profissional do Direito", trabalhada por ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Advogado e Mercado de Trabalho: um ensaio sobre a crise de identidade sócio-profissional dos bacharéis em direito no Brasil. Campinas: Julex, 1988.

quantidade garantida por mecanismos de auto-reprodução por parte dos próprios magistrados em relação aos novos postulantes ao cargo²⁷.

Porém, muitas vezes a hegemonia do pensamento tradicional no campo do Direito manifesta-se mesmo nos setores politicamente progressistas dos operadores jurídicos, especialmente pelo auto-isolamento frente aos conflitos sociais, provocado pelas concepções jurídicas tradicionais. É muito comum existirem juristas "progressistas" que não aliam suas posições políticas ao enfoque e atuação no Direito.

O atual paradigma²⁸ dominante de ideologia jurídica é o paradigma dogmático de ciência do Direito²⁹, desenvolvido e reproduzido nas faculdades de Direito, verdadeiras "fábricas de juristas"³⁰ acríticos e submissos à ideologia

²⁷ Tal é a opinião de Ripert: *"los juristas son los defensores del orden establecido, no principalmente por deber, sino por convicción de lo perfecto de esa orden. Por la clase social a que pertenecen; por su educación; por su lugar en la jerarquía, son, en su mayor parte, conservadores de ese orden"*. RIPERT apud MOULIN, Jean Club. *El Estado, y El Ciudadano*. Madrid: Aguilar, 1967. p. 262.

²⁸ a noção de paradigma foi formulada por Kuhn na obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). O paradigma científico determina a problemática (o que é importante pesquisar), os métodos, os conceitos fundamentais ou mesmo o que é científico e o que não é. Nesta perspectiva, a evolução da ciência não se dá de forma linear, cumulativa, mas por saltos, rupturas, as chamadas "revoluções científicas".

²⁹ o paradigma dogmático de ciência do direito desenvolveu-se a partir da quebra dos paradigmas anteriores, especialmente contra o jusnaturalista, hegemônico no século XVII. O paradigma dogmático torna-se hegemônico em um momento ulterior, quando da já consolidação do Estado liberal-capitalista, mais exatamente no final do século XIX, em virtude de uma série de fatores, entre os quais o surgimento do positivismo naturalista, ou cientificista (baseado na afirmação da ciência como única forma de válida de conhecimento, na neutralidade do conhecimento científico, na separação sujeito/objeto e na refutação do conhecimento metafísico). Segundo o positivismo (paradigma dominante no século XIX), apenas as ciências que empregassem o método empírico das ciências naturais poderiam se consideradas como tais. Desta forma, a ciência jurídica buscou uma adequação a esses pressupostos, a fim de garantir a aceitabilidade de seu discurso. A dogmática passa, portanto, a delimitar a autonomia da ciência jurídica frente à filosofia, política, etc... e procura identificar a norma como fato e o Direito com a lei positiva. É o chamado positivismo jurídico. Sobre a questão ver FERRAZ Jr. Tércio Sampaio. *Função Social da Dogmática Jurídica*. São Paulo: RT, 1980.

³⁰ as faculdades de Direito, antes de "informar" atuam, como aparelhos ideológicos, no sentido de "formar" os juristas como guardiões da ordem estabelecida, reproduzindo a ideologia hegemônica. *"A través de la información se realiza, pues, la formación; la facultad de derecho no es solo el lugar donde se estudia el derecho, sino esencialmente el lugar donde se 'producen' juristas"*. BARCELONA, Pietro, COUTTURI, Giuseppe. *El Estado y los Juristas*. Barcelona: Fontanella, 1985. p. 60. Sobre a questão do ensino jurídico como conformação ideológica e (de) formação dos operadores jurídicos consideramos satisfatórias, para efeitos desta dissertação, as posições de RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *A Crise do Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo: indo além do senso comum*. Tese de Doutorado. Florianópolis, CPGD/UFSC, 1992. e ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Ensino Jurídico e Sociedade*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

dominante, em cursos que privilegiam o método lógico-dedutivo, o princípio da autoridade, a repetição; e desprezam tanto o conhecimento cotidiano quanto os outros campos do conhecimento. As faculdades de Direito temem a interdisciplinaridade e a história.

Este paradigma dogmático, enquanto teoria tradicional³¹, limitada política e ideologicamente ao universo burguês de ciência, baseia-se, fundamentalmente, no positivismo jurídico normativista, mas mediatizado, como coloca Faria:

"à medida que o positivismo normativista avança tanto em nossas faculdades de direito quanto no próprio universo profissional dos juristas, no limite ele se vale de uma 'vulgata jusnaturalista' - expressa sob a forma da defesa de um vago 'humanismo' - para invocar a validade de sua função social.

(...)

*Esse processo de apropriação de um paradigma pelo outro é bastante sutil. Ele decorre do progressivo consenso dos juristas brasileiros em torno não propriamente de uma mesma teoria geral do direito, mas sim da vontade de se eliminar o debate relativo a certas questões básicas sobre o objeto e o saber jurídico, como via para maior concentração das atividades ditas 'científicas' na sua tarefa específica de construção sistemática"*³².

Na realidade, na prática cotidiana dos juristas, temos não uma adesão "em bloco" a determinada corrente doutrinária do Direito, mas um "senso comum teórico"³³ que reproduz discursos de cientificidade duvidosa³⁴, funcionando como

³¹ adotamos aqui o sentido de "teoria tradicional" exposto por Horkheimer: *"A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma consideradas exteriores"*. HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: Horkheimer/Adorno. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores, 16). p. 69.

³² FARIA, José Eduardo. Justiça e Conflito. São Paulo: RT, 1991. p. 87-8.

³³ cf. WARAT, Luis Alberto. O Sentido Comum Teórico dos Juristas. In: FARIA, José Eduardo. A Crise do Direito numa Sociedade em Mudança. Brasília: UnB, 1988. p. 31-42.

³⁴ cf. FERRAZ Jr. Tércio Sampaio. op. cit. considerando a própria noção positivista ou neopositivista de ciência, baseada principalmente nas formulações de Popper, a "ciência do direito", como a própria dogmática se denomina, é muito mais, neste sentido, uma "prudência", em virtude do seu próprio eixo epistemológico estar muito mais voltado à "decidibilidade" dos conflitos do que à busca de uma "verdade" científica.

uma metateoria ideologicamente encrustada nas suas práticas sob a capa de um "bom senso" pretensamente neutro. Ao depois, nem sempre a ideologia dominante se reveste de uma forma "coerente e unitária" como no caso das ciências, do discurso filosófico ou religioso, mas aparece também enquanto "*senso comum*", conjunto caótico de formulações gerais, opiniões, usos e costumes.

A mentalidade dogmática trabalha com tipos rígidos e definições tautológicas onde não há espaço para a avaliação da gênese e do desenvolvimento dos conceitos, ou para inseri-los na totalidade, muito menos para pensar prospectivamente, no sentido de um novo Direito.

As idéias político-jurídicas que constituem a mentalidade dos juristas em geral e dos juízes em particular, reproduzidas nas escolas de Direito e nos locais de trabalho podem ser resumidas no seguinte conjunto de dogmas e crenças³⁵:

- (a) tanto o Direito positivado quanto a metalinguagem (ciência jurídica) sobre ele são neutros;
- (b) o sistema, tanto jurídico como político social é harmônico;
- (c) logo, as contradições são periféricas e inter-individuais - há autonomização do conflito em relação à totalidade;
- (d) o Direito se esgota na lei estatal;
- (e) há uma fetichização do sujeito de Direito: é o réu, o autor, a parte, "A que compra de B", e não sujeitos concretos;
- (f) inexistente historicidade no Direito: tudo é estático, nada se movimenta;
- (g) a linguagem é padronizada;
- (h) as disciplinas jurídicas são compartimentalizadas;
- (i) as leis constituem um *corpus* fechado e coerente;
- (j) as leis possuem um sentido unívoco;
- (k) deve-se buscar a uniformização das decisões e a segurança jurídica;

³⁵ escapa aos objetivos desta dissertação discorrer aprofundadamente sobre cada um dos aspectos da Ideologia Jurídica. Para uma melhor configuração da mentalidade dos juristas ver AGUIAR, Roberto A. R. de. A Crise da Advocacia no Brasil - diagnóstico e perspectivas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991. p. 29-48.

- (l) a lei emana de um legislador neutralizado de suas posições políticas, figura abstrata e distante, cuja evocação é meramente retórica;
- (m) absolutização do princípio da autonomia da vontade;
- (n) aceitação acrítica de figuras retóricas como o princípio da legalidade, paz social, bem comum, etc.;
- (o) o Direito é a Lei, mesmo injusta;
- (p) prevalectimento do princípio da autoridade na base da argumentação doutrinária.

Estas idéias, porém, não se contituem em meras "inversões da realidade", no sentido de "falsa consciência", mas, ao contrário, possuem uma materialidade no sentido de que pautam práticas reais no interior da instância judiciária. A dogmática, neste sentido, não é apenas um saber, mas *"a face funcional de uma rede de poderes reais que promove o formalismo jurídico como a realidade do direito contemporâneo"*³⁶.

Esta realidade coloca-se, no interior do aparelho judiciário de Estado, como discurso a justificar ideologicamente a submissão a conteúdos injustos de lei, bem como a práticas jurídicas alienadas. Os magistrados são teórica e ideologicamente preparados para lidar apenas com conceitos, e não com a realidade concreta. A multiplicidade da vida tem de ser reduzida, para haver a absolutização de um valor naquele caso concreto. Assim, os sujeitos e as coisas tem de comportar-se de acordo com a lei, e não podem ter cor, cheiro, situação econômica ou preferência sexual, a menos que a lei exija que tenham (e assim, terão, ainda que apenas como "ficção jurídica" ou "presunção legal") tal como para o juiz de *Filadélfia*.

Isto porque,

³⁶ CLÈVE, Clémerson Merlin. op. cit. p. 82. O mesmo autor confirma, em obra mais recente, que "(...) esta visualização do jurídico, que se completa com momento da jurisdição e da ciência, não é algo ideológico e falso criado pela consciência ideologizada de juristas pouco críticos. Ao contrário, é uma realidade histórica, concreta e politicamente, exigida pelas relações assimétricas de força que dinamizam o tecido sócio-político. Os discursos jurídicos, nesta linha, apenas reproduzem uma situação concreta, patenteando ao nível da prática, das ações, dos procedimentos, a existência de um real-imaginário jurídico que não é falso, por ser histórico e verdadeiro". CLÈVE, Clémerson Merlin. Temas de Direito Constitucional. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 200.

"(...) o que interessa ao poder, a esta classe dominante, é ver um jurista não voltado a estes problemas [políticos, econômicos e sociais]; é ver o jurista tal qual avestruz: a cabeça enterrada nos Códigos e nas leis; um jurista que não possa e não deva pensar, pois este se torna perigoso para a ordem na medida em que deixa de ser um autômato"³⁷.

O magistrado é levado a crer-se apolítico, mas, na realidade, absolutiza uma única ideologia como válida, como destaca López³⁸. Devendo "fidelidade ao sistema legal que o constitui", o juiz não pode desobedecer a lei, e, de preferência, a orientação doutrinária e jurisprudencial "dominante" (hegemônica) *exceto* em alguns momentos concretos, admitidos por alguns juristas, na realidade a maioria dos doutrinadores e aplicadores do Direito, em "excepcionais circunstâncias", também particularmente reveladoras de ideologia, enquanto *mecanismos "imunológicos" do Sistema*. Isto é, quando a lei passa a atrapalhar, cria-se um mecanismo doutrinário para escantilhá-la. Tudo em benefício do "sistema jurídico", naturalmente.

Vejamos por exemplo o que diz Tescheiner:

"Pode o juiz em excepcionais circunstâncias, pôr entre parênteses alguma norma aparentemente jurídica. Deve, porém, fidelidade ao sistema jurídico que o constituiu, sob pena de trair a missão que lhe foi confiada. Não se prega uma submissão tola, nem cega, mas uma obediência inteligente e voluntária, mais aceita como necessidade social que imposta por coerção autoritária.

Se desaparece o dever de obedecer, em consequência, tudo se reduz a um jogo de forças. Mandam os mais fortes, submetem-se os vencidos e, ao termo e tudo, não se tem nem lei, nem Direito, nem Justiça, mas violência, arbítrio e arrogância"³⁹.

O outro aspecto da *modelagem do juiz* é o importante papel da disciplina na construção de um juiz socialmente "manso", através de um controle ideológico e

³⁷ ROENICK, Henrique P. Da Necessidade de uma Visão Crítica do Direito. *Ajuris*, Porto Alegre, v. 15, n. 44, p. 150-165, nov./1988. p. 158.

³⁸ "creyéndose por definición apolítico, sirve, en la práctica a una determinada política del derecho, a la que se niega parcial porque se afirma desde el poder como la única válida, como la única". CALERA, Nicolás, LÓPEZ, Modesto, IBAÑEZ, Perfecto. *Sobre el Uso Alternativo del Derecho*. Valencia: Fernando Torres: 1978. p. 86.

³⁹ TESCHEINER, José M. R. Poder Judiciário. *Ajuris*. Porto Alegre, v. 18, n. 51, p. 150-7, mar./1991 (grifos nossos).

político. Ora, se ganha força, nas universidades, um movimento de contestação à visão hegemônica do Direito, especialmente quando passa da teoria à prática, é natural que o grupo que está no poder, e que é representado ideologicamente na instância jurídica pelos juristas "tradicionais", disponha de "*mecanismos de defesa*", ou "*filtros*" para dificultar o acesso ao Estado por parte de idéias ou "elementos indesejáveis" ao sistema. Estes filtros manifestam-se no momento anterior de seleção do acesso à magistratura e posteriormente, no interior da própria instituição.

A modelagem, que visa criar um juiz ao gosto da freguesia, isto é, disciplinado para o trabalho e neutralizado politicamente, atua de três maneiras:

- (a) através da difusão de uma ideologia jurídico-política dominante, como vimos anteriormente (nível técnico) e;
- (b) através de um controle disciplinar, que complementa ideologicamente, a nível "micro", a difusão do modelo dominante de atuação judicial, e, no caso deste falhar, através da utilização de mecanismos repressivos (nível comportamental).

O controle disciplinar atua de forma *molecular* através da difusão ideológica de um modelo de conduta, e de forma *repressiva* explícita ou sutil, através de ações ou tentativas de punir, calar ou excluir dos postos mais elevados ou estrategicamente importantes da carreira magistrados que adotem um comportamento considerado "desviante" em relação ao modelo ideológico-comportamental imposto.

Esta forma explícita de controle manifesta-se tanto claramente, amparada na lei, (processos disciplinares, advertências da Corregedoria); quanto às escuras, não promovendo juízes infundadamente ou relegando-os à varas pouco expressivas. Este controle ideológico interno tem que aparecer muito sutilmente, porém, a fim de não comprometer a imagem de "neutralidade política" da instituição, revelando tendências ideológicas no interior de um Poder que, como vimos, pretende-se unívoco, neutro, homogêneo (sem cisões internas).

Quanto ao concurso de acesso, a prova oral, de avaliação completamente subjetiva, bem como a declarada, em muitos editais de concurso, "investigação da vida pregressa", ou da "vida social" do candidato que, atenção, *não se confunde com a pesquisa de antecedentes criminais*, revelam-se especialmente úteis como instrumento de seleção ideológica/comportamental de candidatos que não correspondam ao *estereótipo* de juiz.

Aqui, atua o que Puggina denomina "*deontologia da magistratura*", isto é, o conjunto de conselhos e modelos, estereótipos a respeito de como o juiz deve ser, de como deve atuar na sociedade ou relacionar-se com as partes, a comunidade, os promotores, os advogados, etc., enfim a "*tentativa de estabelecer um padrão comportamental rígido a ser seguido por todos os integrantes da corporação*"⁴⁰:

*"Todas estas regras, normas de conduta e expectativas nascem de realidade que é posta ao juiz com a força de imperativo categórico. 'O juiz está na vitrine da comunidade em que atua'. Isto é absolutamente real. A partir desta realidade, a deontologia busca compor manequim agradável ao público consumidor (...) O manequim estereótipo de juiz deve ter aspecto agradável, asséptico, assexuado e sóbrio"*⁴¹

A deontologia é parte do que o autor denomina "*trilogia da alienação do Judiciário*", composta por (a) dever de neutralidade, (b) dever de produtividade e (c) padrão comportamental. O dever de neutralidade refere-se à questão da assepsia ideológica anteriormente discutida e o dever de produtividade ao fenômeno da sobrecarga de trabalho (o que provocaria, para Puggina, a "alienação" do juiz e a padronização de suas decisões).

O padrão comportamental reflete-se em conselhos e exortações a respeito da vida privada do juiz e de sua inserção na comunidade, a fim de criar, na linguagem

⁴⁰ PUGGINA, Márcio. Deontologia, Magistratura e Alienação. *Ajuris*. Porto Alegre, v. 20, n. 59, p. 169-198, nov./1993. o. 170. De acordo com Puggina, o conteúdo desta "deontologia", normalmente "*se perde em conselhos e instruções mais ou menos piegas ou embaraçosa perigosamente no tolhimento da individualidade e da criatividade, o que acarreta sérias repercussões na área da criação e da visão crítica da realidade. O juiz assim tolhido passa a reproduzir o sistema através do modelo que lhe é apresentado como pronto e acabado*". op. cit p. 171.

⁴¹ op. cit. p. 189.

de Zaffaroni, falsos signos de poder, ou seja, criar no juiz uma auto-imagem de autoridade (fundamental para a compreensão do caráter simbólico da ascensão social das classes médias na carreira de juiz) e, na comunidade, a imagem de que o juiz é uma figura exemplar, assexuada, apolítica, sem paixões.

Alguns destes "conselhos", são bastante exemplares:

"Nada mais trágico para uma nação do que não confiar em seus juizes. Sobre eles não pode pairar dúvida quanto às qualidades essenciais ao 'bom pai de família' (...) Muda a sociedade, alteram-se os hábitos e sofrem os valores. Mas a comunidade ainda espera de seus Juizes que sejam recatados, comedidos (...)"⁴².

Ou ainda:

"Antigamente era o padre a pessoa mais visada para a sociedade, principalmente no interior. Ninguém aceitava qualquer deslize do padre. Hoje, porém, o centro das atenções de todos é o juiz. O padre até mesmo pode namorar, mas o juiz não, a não ser que seja solteiro.

O padre pode andar de bermuda e ninguém dirá nada. Mas se o juiz assim proceder, todos serão unânimes (sic) em dizer que ele não tem classe, que é relaxado e não tem moral para impor aos seus jurisdicionados as suas decisões"⁴³.

Os conselhos que constituem o *corpus* da "deontologia" aparecem claramente, algumas vezes, enquanto tentativa de configurar duplamente a vida privada/social do magistrado: afastando-o do povo e aproximando-o das elites. Interessante, aqui, referir o conselho, ministrado em aula a uma turma de novos juizes, de que o magistrado, chegando à uma cidade do interior e, tendo que escolher entre um bar que venda cerveja a um preço "X" e um que venda a um preço "2X", deva escolher este último pois neste bar o magistrado estará entre "*seus iguais*"⁴⁴.

⁴² NALINI, José Renato. A Consciência Moral do Juiz. *Ajuris*. Porto Alegre, v. 21, n. 61, p. 149-174, jul./1994. p. 164.

⁴³ AMORIN, Edgar Carlos de. *O Juiz e a Aplicação das Leis*. 1ª ed. Forense: Rio, 1989. p. 4-5. Note-se que isto foi escrito em 1989, não na década de 50. Quanto a esta questão da roupa, parece ser bastante comum até mesmo o uso de Portarias impedindo entrada de pessoas sem paletó e gravata ou mulheres usando calças compridas - como denuncia jornal da subseção de OAB de Sorocaba. cf. 'O Rigor do Traje é um Ultraje a Rigor'. *Razões Finais*. Sorocaba, v. 2, n. 5, p. 7, nov/dez 1990.

⁴⁴ exemplo coletado por PUGINNA, Márcio de Oliveira. op. cit.

Estes mecanismos ideológico-comportamentais são particularmente eficientes no que se refere à ambientação social do juiz, conforme destaca Puggina:

*"É exatamente entre a elite dominante que o juiz encontrando os seus iguais, fará a sua ambientação social. A realidade da carreira de magistrado e a experiência pessoal de cada um comprovam que mesmo os que dentre nós buscam fazer da judicância um instrumento comprometido com as lutas populares, não conseguiram (e não conseguem) fugir a esta armadilha do sistema"*⁴⁵.

Tais padrões comportamentais têm raízes históricas no Brasil Colônia, conforme lembra Schwartz⁴⁶. Ainda hoje, aos magistrados é dado participar simbolicamente de um cotidiano burguês, um estilo de vida aristocrático, apesar disto quase nunca corresponder à sua origem de classe, e muito menos ao seu salário. Neste processo, o juiz sofre especialmente pela cisão que se opera, na prática, entre "o juiz" de um lado, e "o homem" de outro⁴⁷, processo esquizofrenizante, e causador de uma *"deterioração da identidade"*, no dizer de Zaffaroni, comum aos membros das diversas agências repressivas (carcereiros, policiais, juízes):

"O processo de treinamento a que é submetido é igualmente deteriorante da identidade e realiza-se mediante uma paciente internalização de falso poder: solenidades, tratamentos monárquicos, placas especiais ou automóveis com insígnias, saudações militarizadas (...).

⁴⁵ op. cit. p. 185.

⁴⁶ "A Coroa, enquanto procurava assegurar a posição social dos magistrados também tentava isolá-los da sociedade em que viviam. Os desembargadores deveriam morar em residências próximas umas das outras e limitar seu contato social com outras pessoas da sociedade. O casamento com moças no Brasil era expressamente proibido pelo alvará 22 de novembro de 1610 (...). As ordenações reais também proibiam que o magistrado tivesse negócios ou adquirisse terras na área de sua alçada. Por trás dessas medidas se encontrava a crença de que a magistratura podia funcionar num vácuo social, isento de pressões familiares, de amigos ou interesse. Era uma idéia utópica, para não dizer mais". SCHWARTZ, Stuart B. op. cit. p. 139.

⁴⁷ processo este que é denunciado por falas e exortações referentes à "deontologia do juiz", ou mesmo em relação à aspectos hermenêuticos, como por exemplo, a fim de justificar ideologicamente tanto esta "cisão" quanto à "neutralidade valorativa" do trabalho judicial, este trecho encontrado em Guimarães: "quem fala, na sentença, é o juiz, e o juiz não tem rancores. O homem é que os pode ter". GUIMARÃES, Mário. O Juiz e a Função Jurisdicional. Rio: Forense, 1958. p. 361.

(...) ao alcançar uma categoria equiparável à de oficial das agências militarizadas, o indivíduo já deve ter internalizado os modelos da agência e deve responder às exigências do papel que lhe for atribuído a partir de uma adequada manipulação da opinião pública: assepsia ideológica, certa neutralidade valorativa, sobriedade em tudo, suficiência e segurança de resposta e, em geral, um certo modelo de executivo sênior com discurso moralizante e paternalista ou uma imagem de que, na devida idade, responderá a este modelo"⁴⁸.

Concluindo, temos que o Poder Judiciário nas sociedades capitalistas é um aparelho de Estado, duplamente repressivo e ideológico, que tende a reproduzir-se ideológica, política e comportamentalmente através de mecanismos externos e internos, para garantir a hegemonia de uma visão de mundo conservadora, fundamental para a manutenção do *status quo*.

Tal, porém, não significa que não existam contestações e lutas ideológicas no interior deste Poder. A fim de compreender as contratendências ao quadro exposto neste capítulo, passaremos à configuração do atual contexto de crise na instância jurídica, especialmente em seus reflexos no Poder Judiciário, em especial atenção aos movimentos e tendências aglutinadas na expressão "Direito Alternativo".

⁴⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. op. cit. p. 41. Um bom exemplo de onde pode chegar a psicologia de alguns juízes é a "Prece de um Juiz", de João Alfredo Medeiros Vieira, publicada originalmente em 1973, hoje traduzida para 15 línguas: "*SENHOR! Eu sou o único ser na terra a quem Tu deste uma parcela da Tua Onipotência: o poder de condenar ou absolver meus semelhantes. Diante de mim as pessoas se inclinam; à minha voz acorrem, à minha palavra obedecem (...) Da minha decisão depende o destino de muitas vidas. Sábios e ignorantes, ricos e pobres, homens e mulheres, os nascituros, as crianças, os jovens, os loucos e os moribundos, todos estão sujeitos, desde o nascimento até a morte, à LEI, que eu represento, e à JUSTIÇA, que eu simbolizo*" (folheto).

2.2.- A CRISE DA INSTÂNCIA JURÍDICA E SEUS REFLEXOS NO PODER JUDICIÁRIO: ELEMENTOS PARA UMA CONFIGURAÇÃO -

No capítulo anterior, quando estabelecemos nosso modelo de análise teórica, dissemos que o Direito apenas pode ser visualizado *em relação* com o todo social, enquanto instância jurídica. A compreensão de aspectos referentes à crise do Direito, portanto, passa necessariamente pela ligação destes com aspectos mais gerais, de crise global, da qual a crise na instância jurídica é parte integrante: crise de acumulação do capital, rearticulação política a nível global, contexto econômico-social da periferia, papel do Estado, lutas sociais, reavaliação dos paradigmas teóricos e de ação política, etc.

Portanto, procuraremos visualizar, neste item, algumas conexões pontuais entre estes elementos, sem pretensão de esgotá-los, com vistas a configurar a crise do Poder Judiciário, compreendido aqui enquanto instância de poder estatal, produtora e reprodutora de hegemonia, como vimos no item anterior, mas fundamentalmente atravessada por esta crise global, lugar onde desembocam conflitos sociais e palco do conflito mesmo.

Escapa aos nossos objetivos estabelecer a natureza da atual crise da instância jurídica. Pretendemos tão somente destacar pontos importantes para a configuração do quadro geral em que se inserem as atuais práticas jurídicas, aspectos que serão problematizados, com relação ao movimento de juízes alternativos gaúchos, no último capítulo deste trabalho. A abordagem desta crise possui diversas facetas, e apresenta-se necessariamente de forma fragmentária. Além disto, salienta-se que as problemáticas aqui referidas estão na ordem do dia, tratando-se de uma crise e de um movimento cuja análise dá-se no próprio âmbito dos acontecimentos. A configuração destes elementos baseia-se em autores cujas análises são, muitas vezes, incompatíveis entre si. Servimo-nos destas, aqui, apenas para embasar um quadro geral, não significando adesão "em bloco" ao seu marco teórico.

David Harvey, em obra sobre a condição pós-moderna diz que, se há algum sentido na história, *"há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido"* ⁴⁹. Encontramo-nos imersos neste turbilhão da crise do Direito, enquanto parte desta crise e esforço de redefinição de novas juridicidades. Não há, pois, distanciamento possível.

Inicialmente, definiremos crise como um momento de impasse, uma perspectiva de ruptura de determinada ordem⁵⁰. Em chinês, a palavra "crise" é formada pelos ideogramas *"wei"* e *"ji"*, ou seja, "perigo" e "oportunidade"⁵¹. Isto porque cada crise pode trazer, em seu interior, a perspectiva de resolver-se de uma ou outra maneira: é um momento de perigo pois significa o esgotamento do velho, mas, ao mesmo tempo, a perspectiva de uma resolução que implique no nascimento do novo.

Determinada crise pode ser conjuntural ou estrutural, referindo-se respectivamente a crises momentâneas, desajustes passageiros, ou a crises que afetem a totalidade das relações sociais, podendo inclusive configurar-se em crise orgânica⁵². Porém, como lembra Arruda Jr., sob relações capitalistas, a noção de crise *"não pressupõe um estágio anterior de equilíbrio ideal"*, uma vez que o conflito está na própria base destas relações, e a *"organização social sofre, de forma orgânica, os efeitos de seu princípio fundante - a imoral exploração da força de trabalho alheia, a extração da mais-valia - a alienação do ser humano"* ⁵³.

⁴⁹ HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. p. 22.

⁵⁰ no dizer de Roberto Aguiar: *"A palavra crise está sempre ligada a uma perspectiva de ruptura. A crise é o prenúncio de uma quebra de ordem, de um desfecho fora do controle, de uma reação destruidora. A crise pode estar ligada a aspectos estruturais ou operacionais de uma dada ordem ou sistema. Ela é a manifestação da própria dinâmica dos fenômenos ou, para tratar dialeticamente, da intensificação das contradições no processo histórico"*. AGUIAR, Roberto A. R. de. op. cit. p. 17.

⁵¹ cf. CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix, 1991. p. 24.

⁵² cf. vimos no capítulo I, pp. 43-4.

⁵³ ARRUDA JR, Edmundo Lima de. Direito Alternativo- notas sobre as condições de possibilidade. In: Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. cit. p. 119.

Para Wolkmer, crise "*denota sempre a disfuncionalidade, a falta de eficácia ou o esgotamento do modelo ou situação histórica, aceitos e tradicionalmente vigentes*" ⁵⁴. Quando nos referimos à crise na instância jurídica, portanto, não queremos nos referir à crise de qualquer Direito, mas dos paradigmas *dominantes* de conhecimento e aplicação do Direito, dado um ponto de vista determinado; como lembra Roberto Aguiar, não há crise para os extratos sociais que se beneficiam da aplicação (ou não aplicação) da legalidade vigente, sob a forma tradicional⁵⁵.

A fim de compreender a dinâmica da crise na instância jurídica atual, é preciso referir, ao menos indicativamente, a existência de modificações recentes no âmbito do modo de produção capitalista, reveladoras de uma crise global particularmente manifestada no modo de acumulação do capital e no papel do Estado.

A atual fase do capitalismo é denominada Capitalismo Monopolista de Estado. A passagem do capitalismo liberal para este modelo, iniciada a partir da crise econômica de 1929, configuraria um novo quadro sócio-econômico e político caracterizado, basicamente, por:

a) modelo fordista-keynesiano de acumulação e controle do trabalho⁵⁶.

⁵⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico - o espaço de práticas sociais participativas. Tese de Doutorado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito, 1992. v. 1. p. 90-1.

⁵⁵ assim, "*se encarmos um proprietário rural 'clássico', no Brasil, não podemos dizer que existe crise no ordenamento, no judiciário ou na advocacia para ele. A lei material e instrumental o protege. A lentidão do judiciário o beneficia, a eficácia policial é a seu favor e a habilidade bem paga dos advogados o garante. Crise seria agilizar os procedimentos e os fundamentos para garantir direitos para os despossuídos*" AGUIAR, Roberto A. R. de op. cit. p. 18-9.

⁵⁶ ver HARVEY, David. op. cit. e PALÁCIO, German. Pluralismo Jurídico. Bogotá: UNC, 1993. e KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. O modelo fordista-keynesiano basicamente é o que conjuga o modelo de produção fordista, isto é, grandes indústrias mecanizadas, com especialização funcional do trabalho e linha de produção (de Henry Ford, industrial norte-americano que inventou a esteira rolante em sua fábrica de automóveis), com as políticas "intervencionistas" do tipo keynesiano (de Jonh Maynard Keynes, economista) onde o Estado nacional desempenha um papel de regulação sócio-política e jurídica da economia, ou participa ele mesmo, englobando setores da produção para além de suas funções clássicas, a fim de conjugar a esfera de produção com a extensão da capacidade de consumo das massas, o crescimento econômico e o controle das formas de reprodução da força de trabalho. Para KURZ, "*Somente após a Segunda Guerra Mundial impôs-se o fordismo universalmente. As novas indústrias de produção em massa não apenas se tornaram o centro de uma acumulação de capital sem par, mas também o de um modelo social, de um modo de viver, marcado pela totalização do trabalho abstrato em combinação com uma cultura do tempo livre compensatória e uniformizada.*" (p. 237 grifo nosso).

- b) maior participação do Estado nacional no controle da economia⁵⁷.
- c) conseqüente crescimento das capas médias da população, especialmente assalariados dos setores de serviços e funcionários públicos.
- d) crescimento das funções sociais do Estado (educação, saúde, previdência) enquanto resultado de concessões do capital às lutas sociais, configurando nos países centrais o chamado *welfare state*, ou Estado de bem-estar social.
- e) centralização/concentração do capital;
- f) perda da importância da democracia representativa e do Parlamento na condução das políticas em favor do Executivo, burocratização do Estado.

Neste modelo, o Estado amplia suas funções para além das meras funções negativas, e passa a configurar-se mais claramente como palco de lutas⁵⁸. Conforme coloca Habermas, a luta hoje se dá "*em torno da distribuição administrativamente mediada dos incrementos do produto social*"⁵⁹, quer dizer, o controle das políticas do Estado passa a desempenhar um papel fundamental nas lutas sociais, aparecendo estas tanto como efeito direto da pressão popular, quanto como iniciativas preventivas por parte do Estado. Acompanharia este processo, também como resultado do crescimento dos setores médios, a crescente importância da social-democracia ao longo do século XX.

⁵⁷ com o conseqüente crescimento da importância dos aparelhos Econômicos de Estado, como lembra POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. cit. p. 187-232.

⁵⁸ cf. destacamos no capítulo I, especialmente a partir das reflexões de POULANTZAS, Nicos. op. cit.. Quanto ao aspecto referente ao incremento das funções estatais propriamente ditas, nesta fase do capitalismo "intervencionista", lembra Poulantzas: "*toda uma série de medidas econômicas do Estado, muito particularmente as que se referem à reprodução ampliada da força de trabalho, lhe foram impostas pelas lutas das classes dominadas em torno do que se pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de 'necessidades' populares: da segurança social à política relativa ao desemprego e ao conjunto de domínios assinalados do consumo coletivo. Numerosos estudos recentes mostram que as famosas funções sociais do Estado dependem diretamente, simultaneamente em sua existência e em seus ritmos e modalidades, da intensidade da mobilização popular: ora efeitos das lutas, ora tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado*" (op. cit. p. 213).

⁵⁹ HABERMAS, Juergen. Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. p. 71. A função de hegemonia (legitimação) do Sistema nos países de capitalismo avançado é transferida para o sistema político, para Habermas, pois não pode ser mais efetuada pelo mercado, nem pela tradição; "restos decrépitos das tradições pré-capitalistas". Em países como o Brasil, porém, a tradição efetua ainda um papel fortemente legitimatório. De outra forma não se poderia explicar a manutenção de uma elite política retrógrada, convivendo com, ao mesmo tempo, uma democracia formal no plano político e indicadores sociais de quinto mundo, como veremos mais adiante.

A partir de meados da década de 70, o modelo fordista de acumulação começa a entrar em crise, período denominado por alguns autores de "Capitalismo Avançado", ou "Tardio"⁶⁰. A excessiva centralização trouxe problemas como o desequilíbrio ecológico, a massificação e os perigos de autodestruição nas relações internacionais, devido ao crescimento desmesurado da indústria bélica e, do ponto de vista do Capital, trouxe problemas à acumulação devido à excessiva "rigidez" das políticas econômicas de um Estado que havia crescido demais em suas funções de hegemonia.

Harvey denomina "Capitalismo de Acumulação Flexível"⁶¹ o novo modelo de acumulação que se seguiria à crise no modelo fordista-keynesiano, caracterizado pela flexibilização ou horizontalização da produção de um lado, mas, por outro, correspondendo a uma centralização financeira crescente nas mãos do grande capital. Assim, embora a realidade da produção tenda à uma forma crescentemente fragmentária (produção em pequenos lotes, terceirização), a acumulação continua se dando através das grandes empresas multinacionais⁶².

Em resumo, o atual quadro global pode ser configurado da seguinte maneira:

- a) neoliberalismo como resposta à "rigidez" na economia;
- b) globalização da economia;

⁶⁰ cf. HABERMAS, Juergen. op. cit.

⁶¹ trata-se, na realidade, de uma hipótese, que aqui adotamos apenas ilustrativamente. Perigosas são as conclusões apressadas no sentido de dizer que o Capitalismo Monopolista de Estado está esgotado. Sintomas não faltam apontado para, pelo menos, um redirecionamento do capital e das políticas estatais no sentido de uma flexibilização da economia a fim de atender aos novos objetivos de acumulação do capital; porém ainda é cedo demais para apontar a direção que a atual crise na produção a nível internacional irá seguir, bem como quais serão os seus efeitos precisos na periferia. Harvey, na realidade, destaca a convivência dos dois regimes de acumulação: a "acumulação flexível" a nível econômico (ou pós-modernidade a nível cultural) não se sobrepuja ao modelo estatista. Ao contrário, depende de/convive com um Estado forte; *"se o sistema predominante é o moderno/fordista ou pós-moderno/flexível, tudo dependerá do que for mais lucrativo para o sistema capitalista"*. cf HARVEY, David. op.cit. p. 305.

⁶² podemos resumir nos seguintes pontos algumas características do regime de "acumulação flexível": a) processo de descentralização da produção; b) terceirização; c) automação crescente da produção, d) novas tecnologias: (informática, biotecnologia, etc.); e) privatização e "racionalização" dos gastos públicos com bem-estar social; f) produção em pequenos lotes dirigida a mercados consumidores mais especializados; g) tendência às empresas expandirem sua influência no setor público; h) hegemonia econômica dos USA questionada por Japão e Comunidade Européia h) globalização e formação de mercados comuns. Elaborado com base em PALÁCIO, German. op. cit. p. 25-6.

- c) tendência à crise do Estado Nacional;
- d) papel crescente do setor de serviços e da informática/automação na produção;

Assim, de um lado, o capital visa combater a rigidez do Estado Social, óbice às novas necessidades de acumulação, de outro, há uma *"crescente necessidade de legitimação do sistema político, que traz ao jogo demandas orientadas aos valores de uso (demandas que, em certas circunstâncias, estão em competição com as necessidades de realização do Capital)"*⁶³. A dicotomia entre as funções estatais de hegemonia e necessidade de garantir a acumulação do capital acirra-se neste final de século⁶⁴, dado o quadro de crise econômica apontado, somando-se à dicotomia entre legalidade/racionalidade formal e *necessidades materiais* do capital e das classes populares. No âmbito desta crise do modelo fordista-keynesiano, o conseqüente avanço das políticas neoliberais configura o que Tarso Genro denomina *"nova acumulação primitiva do capitalismo contemporâneo"*⁶⁵.

O modelo neoliberal chega à periferia, resultado de pressões político-econômicas internacionais e internas, mais claramente a partir Collor, com evidentes resultados no plano jurídico. Na realidade, há uma necessidade do Estado em reordenar a economia - e, portanto, reordenar-se em suas funções - adequando-se às novas necessidades do capitalismo, que exige maior liberdade para a acumulação e uma crescente desregulamentação da economia.

A reordenação sócio-econômica a nível mundial encontra no Brasil um quadro específico de completa exclusão das grandes massas populares, procurando impor-se num *contexto periférico* onde o crescimento/inchaço da máquina estatal a partir da década de 60 não foi capaz de estabelecer um Estado de bem-estar. Convivem, no contexto brasileiro, uma indústria moderna e padrões europeus de

⁶³ HABERMAS, Juergen. op. cit. p. 74.

⁶⁴ de acordo com GENRO, Tarso. Nova Crise do Direito e do Estado. *Direito em Debate*. Ijuí, n. 4, p. 29-40.set./ 1994.

⁶⁵ op. cit. p. 31.

consumo ao lado de grandes massas em estado de "pré-modernidade" econômica, política e jurídica. Alguns indicadores econômicos são particularmente reveladores.

Tivemos, de um lado, o *maior crescimento econômico de PIB mundial* no período de 1870 a 1987, conforme podemos ver no quadro abaixo⁶⁶:

BRASIL	157 vezes
JAPÃO	84
ESTADOS UNIDOS	53
MÉXICO	44
URSS	27
ALEMANHA	26
CHINA	17
FRANÇA	13
REINO UNIDO	9
ÍNDIA	7

Os dados de concentração de renda, porém, revelam que o Brasil conseguiu bater outro "*record*", este nada animador: o de *pior concentração de renda do mundo*. Alguns dados falam em terceira pior, atrás de Honduras e Serra Leoa - o que, no geral, faz pouca diferença para quem tem fome, viva no sertão do Piauí, caçando lagarto para comer, viva numa favela *high tech*, com televisão (73,7% dos lares), mas sem geladeira (70% dos lares)⁶⁷, na periferia de Curitiba.

⁶⁶ cf. SCHILLING, Paulo R. Brasil: a Pior Distribuição de Renda do Planeta - Os Excluídos. São Paulo: CEDI/ Koinonia, 1994. (Série Dívida Externa, 7)., a partir da pesquisa de Angus Maddinson, "Desenvolvimento da Economia Mundial desde 1870".

⁶⁷ fonte O BRASIL é uma Favela. ISTOÉ. São Paulo, 31 de Março de 1993. p. 26-28. O dado é nacional; no Nordeste o número cai para 41,4% com geladeira e 47,5% com televisão.

De acordo com os dados do IBGE/PNAD, em pesquisa realizada no ano de 1990, temos, em relação à renda nacional, a seguinte distribuição:

Concentração de renda (distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais no rendimento total) - IBGE/PNAD.

ANO/% da renda nacional	1981	1990
50% mais pobres -	13.4%	11,2%
10% mais ricos -	46.6 %	49.7%
1% mais ricos -	13,0%	14,6%

População Economicamente Ativa (PEA)

Segundo Faixas de Rendimento (em %) no Brasil -1990

Sem rendimento -	11,1%
De meio a um salário mínimo -	14,6%
De mais de um a dois salários mínimos -	20,1%
De dois a 3 salários mínimos -	11,3%
De 3 a 5 salários mínimos -	14,8%

Ou seja, 71.9 % do total da população brasileira em condições de trabalhar ganha de absolutamente nada a 5 (cinco) salários mínimos, salário que, por sua vez, é um dado isolado pouco revelador se não nos referirmos à perda que o valor real do salário mínimo sofreu desde que foi instituído em 1940 (segundo o DIEESE, o salário mínimo em 1990 representava 25.6% em relação a 1940). O salário mínimo em 1994 é de 70 dólares, lembrando-se que a renda per capita do Brasil está na faixa de 2.500. Enquanto isto, os ricos estão ficando cada vez mais ricos, os pobres, cada vez mais pobres. O bolo cresceu, a ponto de ocuparmos o posto de 9ª economia mundial, mas absolutamente não foi dividido: os salários no Brasil

representam menos do que a metade da média mundial (42%), e mesmo da latino-americana (27%)⁶⁸.

O contexto de exclusão na periferia reflete-se não apenas na concentração de renda e nas perdas salariais, mas na concentração fundiária (apenas 20 proprietários detêm 20.291.412,4 hectares de terra - menos de 1% da população é dona de 60% das terras do país), e na própria qualidade de vida das cidades brasileiras (o Brasil, 9ª economia mundial, ocupa o 62º lugar em qualidade de vida). Em 1990, segundo o IBGE, 26.6% dos lares não possuíam abastecimento de água, 35.4% não eram servidos por coleta de lixo e 12,2% não possuíam energia elétrica.

Este quadro de caos social define os parâmetros básicos de uma crescente conflituosidade presente na sociedade brasileira. De um lado temos uma elite neoliberal apegada às condições econômico-sociais que permitiram seu enriquecimento, pressionando por menor participação do Estado na economia, pois este parece já ter cumprido seu papel modernizante; de outro, uma imensa maioria da população vivendo num estágio pré-moderno de indigência. Entre estes dois pólos encontra-se uma classe média cada vez mais proletarizada, que sofre os efeitos do arrocho salarial, do desemprego e da crise econômica. Daí surgem fenômenos como a criminalidade crescente, a violência de modo geral na cidade e no campo, a emergência de "feudalidades": máfias, grupos de extermínio, etc., pela degradação dos vínculos sociais tradicionais. Os conflitos sociais vêm se acirrando de tal forma que as instituições jurídicas têm sofrido, por igual, o efeitos da crise.

De acordo com Faria, a crise nas instituições jurídicas e a crise do Estado brasileiro estão associadas com *"a incoerência entre o tipo de desenvolvimento econômico adotado pelo regime autoritário pós-64 e suas formas política e jurídica"*⁶⁹.

⁶⁸ fonte: SCHILLING, Paulo. op. cit.

⁶⁹ FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito*. cit. p. 17. Para este autor a crise no Estado brasileiro está associada com a convergência de três crises que denomina (a) *crise de hegemonia*, referindo-se ao plano sócio-econômico (b) *crise de legitimação* do sistema representativo, em relação ao plano político; e (c) *crise da matriz organizacional do Estado* - referindo-se à "rigidez" do Estado brasileiro e sua incapacidade em conciliar políticas sociais com a acumulação. Aqui, "hegemonia", num sentido "sócio-econômico", refere-se à perda do consenso, especialmente nos setores médios da população, que o regime militar conseguiu ao elevar o padrão de vida deste setores na época do milagre econômico (1970). Com a

Porém, podemos dizer que, de um modo geral, o Direito formalizado e praticado nas faculdades de Direito e nos Tribunais, a *law in books* correspondente ao imaginário que Faria denomina paradigma liberal-legal⁷⁰, *nunca* esteve ligado de forma coerente à realidade do desenvolvimento econômico-social brasileiro. O liberalismo das elites brasileiras sempre foi um liberalismo de fachada, capaz de conviver com a escravidão, como destaca Vianna⁷¹. Ao lado deste paradoxo, destacamos, também, que a legalidade constitucional brasileira vem sofrendo de maneira orgânica e estrutural ataques à sua coerência lógico-formal por parte do Governo tendentes à favorecer a política (no seu sentido mais tosco, econômico-corporativo mesmo) das elites. Não nos devemos esquecer, também, que grande parte da história político-institucional do Brasil transcorreu sobre ditaduras, golpes de Estado, quarteladas e estados de sítio.

Isto por que o capitalismo liberal, no sentido clássico, *nunca existiu enquanto modo de produção dominante no Brasil*. A industrialização, iniciada no final do século passado, foi incipiente e basicamente restrita à São Paulo. O capitalismo, pode-se dizer, foi implementado a partir de reformas "pelo alto" no período que se sucedeu à Revolução de 1930; ou seja, esteve ligado, na raiz, a um Estado autoritário e "intervencionista"⁷².

falência deste projeto, especialmente após a crise do petróleo em 1973, o regime militar perdeu a hegemonia nestes setores, agravando a crise política que terminou com o final do regime em 1985.

⁷⁰ ver FARIA, José Eduardo. O Modelo Liberal de Direito e de Estado. in: FARIA, José Eduardo (org.) Direito e Justiça - a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1989. p. 17-35. Trataremos do paradigma liberal-legal mais adiante, quando falarmos na crise ideológica no Poder Judiciário.

⁷¹ VIANNA, Luis Werneck. Os Intelectuais e a Modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: SOARES, Marisa. Os Intelectuais e os Processos Políticos da América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985. p. 191-224. Assim, "*o desencontro entre o liberalismo e a ordem social escravocrata ensejara um mundo tenso, de valores conflitivos, de instâncias contrapostas, fragmentado entre realidade e utopia, entre realidade e legalidade (...)*". Na realidade, temos que a origem do liberalismo-legalismo no âmbito jurídico-político nacional, dá-se num contexto em que as mudanças sociais sempre se deram "pelo alto" (ver cap. I, item 1.4 desta dissertação, o conceito de revolução passiva, ou revolução pelo alto), assim, destaca Vianna, "*incompatível com a escravidão, o liberalismo não nasce com a noção de sociedade civil, mas com a de Estado. No Estado, se institui em termos de ambigüidade mas, mesmo assim, vai consistir na idéia-força que oporá a sociedade nacional emergente às relações sociais escravistas, impondo a noção e o sentimento de que a constituição da Nação não se identificava com a reprodução do presente*" (p. 193).

⁷² Aplica-se aqui, de forma orgânica, a dicotomia existente entre o "paradigma liberal-legal" e o intervencionismo, da forma como expõe Faria: "*a partir do momento em que o direito deixou de ter como função apenas controlar e conservar a sociedade [modelo liberal de Direito e Estado], passando também a*

Porém, a convivência entre o paradigma liberal-legal, cuja fórmula legitimadora dá-se no âmbito do respeito a procedimentos formais, e as necessidades do Estado intervencionista que se pauta pela eficácia em equilibrar suas funções de hegemonia e acumulação, não se excluem para Faria mas, ao contrário, complementam-se:

*"(...) daí a preocupação do Estado intervencionista em revestir sua práxis jurídica assimétrica e fragmentária com um formalismo de fachada, pelo recurso a categorias normativas abertas e capazes de permitir uma ação livre e ao mesmo tempo formalmente legitimada, na medida em que os decantados princípios gerais de direito do liberalismo jurídico-político ainda hoje propiciam às sociedades de classes um efeito de coesão e consenso em torno de alguns valores básicos. Todavia, como esse consenso é fictício e repousa sobre diferenças reais e inconciliáveis, ele cada vez mais tem de ser forjado na perspectiva de uma legalidade difusa capaz de encobrir as desigualdades materiais e os confrontos hegemônicos inerentes às contradições sociais. Utilizando instrumentalmente a racionalidade formal, (...), e consciente de que a aceitação de suas decisões também está vinculada a um mínimo de formalização e sistematização na comunicação entre legisladores e legislados, o Estado intervencionista acaba reconhecendo o que era em vão negado pelos juristas do Estado liberal: o fato de que a eficácia do direito depende bem menos da coerência lógico-formal de seus sistemas normativos e muito mais de um amplo universo simbólico sutilmente difundido em meio a valores culturais e sociais, onde imperaria o símbolo da 'justiça', tornando-se secundária sua importância para uma eventual aplicação a casos concretos e específicos"*⁷³.

Se o paradigma liberal-legal foi capaz de manter uma prática jurídica e judicial coerente com este quadro, este modelo começa a dar sinais de desgaste no período final da ditadura militar, configurando o quadro das três crises citadas por Faria, conforme referimos acima. O Direito no Brasil sempre serviu à razão de Estado. O que muda, porém, é que, no período supracitado, ocorre um triplo fenômeno que poderíamos resumir nos seguintes itens: (a) há a definitiva modernização/ocidentalização do Brasil (pelo menos este "mérito" devemos à Ditadura Militar, o custo social, econômico e ecológico disto é outro assunto); (b)

desempenhar funções de direção e transformação social [intervencionismo], inexistem possibilidades práticas para a eficácia de sistemas jurídicos 'fechados' e 'completos' [modelo ideal "paradigma liberal-legal]". FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito*. cit. p. 42.

⁷³ FARIA, José Eduardo. *O Modelo Liberal de direito e Estado*. cit. p. 32 (grifos nossos).

há uma crise na hegemonia tecnocrático-militar, tanto nos setores médios da população, pois o "milagre" dava mostras de cansaço em meados da década de 70, quanto em setores da classe dominante, descontentes com a excessiva centralização do capital em mãos do Estado, que havia perdido a funcionalidade na condução da economia⁷⁴ e (c) o surgimento de um sindicalismo independente e de novos movimentos sociais, mais fluidos e difíceis de cooptar, pressionando por democracia política e por maior distribuição do "bolo" econômico.

Assim, as duas funções do Estado intervencionista anteriormente apontadas, hegemonia e acumulação, entram em contradição (notadamente durante a Nova República, quando o Governo encontrou-se imobilizado diante de pressões contrapostas que advinham de múltiplos setores sociais)⁷⁵. A crise da instância

⁷⁴ ver, neste sentido, FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito*, especialmente pp. 11-24. Assim, "o exercício pleno da hegemonia militar-tecnocrático-empresarial exigia um processo acumulativo contínuo, um certo progresso material das classes médias e um elevado grau de autoritarismo em nome da eficiência do planejamento, o que foi possível somente até o primeiro choque do petróleo, no início dos anos 70. A crescente redução dos excedentes econômicos abalou profundamente esta hegemonia e, diante do advento de um movimento sindical moderno e contundente na luta por reivindicações inéditas, no próprio universo empresarial foram surgindo grupos conscientes de que a tutela corporativa das relações entre o capital e o trabalho vinha servindo como uma camisa de força, impedindo o alargamento de sua influência sobre os demais setores econômicos de um modo específico e, sobre a sociedade, de um modo geral" (p. 17-8).

⁷⁵ Florestan Fernandes destaca impotência e incompetência do (des)governo que sucedeu à ditadura militar, diante do novo quadro de relações de força que se apresentava, afogado na tarefa de "neutralizar as pressões que vêm de baixo e (...) contemporizar com as pressões que vêm de cima" (p. 25). Realmente, bastante difícil politicamente o período, tendo em vista o projeto que consistia em democratizar a sociedade política mantendo os movimentos sociais num nível mínimo de consenso ao mesmo tempo em que procurava assegurar os privilégios de uma elite que se recusava (e se recusa) a abrir mão de sua condição. A panela de pressão havia sido destampada e cumpria fazer com que a classe dominante não se queimasse com o vapor da história (e, ao contrário, fazer com que este "vapor" movimentasse a máquina da democracia em prol das classes dominantes. Isto, de certa forma, foi conseguido se atentarmos à atual composição do Congresso Nacional a tomar posse em 1995: os mesmos de sempre voltaram ao poder, agora, por voto popular). FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. De acordo com Faria, referindo-se ao período acima, "(...) cada benefício concedido foi convertido em ponto de referência para novas reivindicações dos sindicatos, secundadas pelas pressões paralelas das associações comunitárias, dos movimentos populares e de entidades como as comissões de justiça e paz" [em contrapartida], "o alto custo dessa estratégia também passou a exigir sucessivos aumentos na carga tributária, diminuindo ainda mais os excedentes do empresariado (...) e os levando, em suas campanhas anti-estatizantes e anti-tecnocráticas, a defender a concentração dos recursos públicos não em despesas sociais, mas em investimentos de estrutura básica". Neste âmbito, parte da elite assume o discurso neoliberal, embora acostumada ao capitalismo cartorial: "ao denunciar com crescente intensidade a tendência de crescimento das despesas públicas numa velocidade muito maior do que a dos meios capazes de financiá-las, o empresariado privado revelou então uma dupla consciência. De um lado, percebeu que a manutenção dessa estratégia vinha estimulando o descomensurado crescimento do setor estatal, à medida que a elevação dos impostos diretos e indiretos para o atendimento das despesas sociais poderia abrir caminho para a monopolização da economia por parte das empresas públicas; e, de outro, percebeu que a expansão do setor monopolista se fazia acompanhar de desemprego, pobreza e estagnação nos investimento

jurídica, neste âmbito, aparece basicamente na própria incapacidade do Estado em implementar políticas públicas coerentes diante da contraditoriedade das reivindicações. Esta conflituosidade manifesta-se também no período Constituinte, momento em que os *lobbys* aglutinaram seus interesses, restando um documento constitucional fundamentalmente programático e axiologicamente contraditório, cuja eficácia vem sendo ameaçada diariamente, inclusive pelo próprio Governo. Ao lado destas características presentes na Carta Magna, soma-se a *inflação legislativa*, especialmente de Decretos e Portarias, e o abuso das Medidas Provisórias como instrumento da administração pública; a crescente *explosão da litigiosidade* em virtude das "promessas não cumpridas" da Constituição, bem como a demanda, especialmente por parte das classes populares, por *novos direitos* não inscritos na legalidade constitucional ou não regulamentados/inexistentes na prática.

Neste ponto, antes de passarmos aos efeitos da crise no Poder Judiciário, gostaríamos de referir a importância das lutas sociais neste quadro, inclusive pela influência que os chamados *novos movimentos sociais* possuem no âmbito da caracterização das pressões na legalidade (e possuíram na própria construção da legalidade constitucional).

Os *novos movimentos sociais* representam um fenômeno relativamente recente, caracterizado pela tendência à fragmentação das lutas sociais, ação no cotidiano, e deslocamento das lutas anteriormente centradas na relação capital/trabalho, voltadas contra a exploração, e ao combate num plano revolucionário (derrocada do sistema capitalista) ou reformista (melhoras no sistema em prol da classe trabalhadora)⁷⁶ para níveis multiclassistas e aparentemente menos universais: ecologia, feminismo, Direitos Humanos, direitos do consumidor, lutas estudantis, contra o racismo, pela moradia, por melhores condições de vida, etc. São lutas que não têm, no mais das vezes, pretensão de universalização, mas que

privados, exigindo assim do Estado maior apropriação dos excedentes para compensar os efeitos crescentemente disfuncionais do modelo econômico vigente" FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 19.

⁷⁶ conforme tratamos no capítulo anterior, item 1.4.

resgatam o autônomo, o direito à diferença e a importância da esfera do cotidiano e da qualidade de vida⁷⁷.

A caracterização dos novos movimentos sociais refere-se a um fenômeno real de fragmentação das lutas, especialmente notável após o final da década de 60⁷⁸, cuja importância cresce diante da perplexidade que a esquerda se encontra após os acontecimentos de 1989, bem como parece referir-se à forma da luta (de classes, mas não somente) diante do modelo de "acumulação flexível"⁷⁹; porém, não deve esquecer que, de um modo ou de outro, sempre existiram lutas parciais - ou mesmo incorrendo em ingenuidades e exageros, esquecer dos limites destes movimentos, muitas vezes marcados também pela burocratização, cooptação e peleguismo, bem como uma certa miopia em alguns casos, tornando-os incapazes de enxergar para além dos quarteirões do bairro onde atuam⁸⁰.

⁷⁷ para uma caracterização mais aprofundada dos novos movimentos sociais ver DURHAM, Eunice R. Movimentos Sociais - a construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, v. 10 p. 24-30, out. 1984. e EVERS, Tilmár. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP. v. 2, n. 4, p. 11-23, abr./1984. WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas. cit., e PINTO, João Batista Moreira. A Cultura Instituinte dos Novos Movimentos Sociais frente à Cultura Jurídica. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito-UFSC, 1991. FARIA, José Eduardo. op. cit. e HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. cit.

⁷⁸ época caracterizada por uma radicalização da classe média, estendendo o conceito de classe trabalhadora para o setor terciário e *white collars* (que Poulantzas denomina "nova pequena-burguesia"). Aqui destacam-se movimentos como o maio de 68 francês, as contestações da juventude, e o surgimento de inúmeros movimentos: negros, mulheres, etc., ao lado de lutas sociais tradicionais. Os anos 60 colocaram questões importantes, como a ecologia, o pacifismo, a modificação das relações humanas, a liberdade sexual. Porém, lutas parciais sempre existiram, apenas nesta época tomaram a dianteira nos movimentos de transformação social, devido à crise da esquerda tradicional. A importância destes movimentos cresceu, no Brasil, especialmente pelo esgotamento da solução armada (guerrilha urbana e rural - período 1969/1973), e pela impossibilidade da esquerda em lutar no interior de partidos políticos (proibidos) e dificuldade de articular a luta sindical (proibição de greves, sindicatos atrelados ao regime, peleguismo).

⁷⁹ conforme destaca HARVEY, David. op. cit.

⁸⁰ aqui, muitas vezes o lema "act locally, think globally", fica reduzido à sua primeira parte. No geral, salientamos a importância dos novos movimentos sociais, porém, tememos, com Harvey, que a ação no cotidiano, crucial, destes movimentos sociais, recaia no "paroquialismo" e na "auto-referencialidade diante da força universalizadora do Capital". O autor destaca um ponto que consideramos fundamental no atual contexto de lutas sociais: "o tratamento da diferença e da 'alteridade' (...) deveria estar onipresente desde o início em toda tentativa de apreensão dialética da mudança social. A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatória) não pode ser superestimada". HARVEY, David. op. cit. p. 320 (grifo nosso).

O elemento importante no que se refere à ligação desses movimentos com o Direito é que eles representam, de certa forma, agrupamentos que se fundam a partir de demandas por direitos, de carecimentos atomizados (pela própria dinâmica do capital, como quer Harvey) mas que, no seu todo, enquanto possíveis portadores de carecimentos radicais⁸¹, pressionam os limites do Sistema de forma multilateral e dinâmica. "*É a carência que define a coletividade possível*", salienta Durham⁸²; e estes movimentos, aparentemente portadores de demandas não-universais⁸³, acabam por construir-se como *sujeitos* para além da vida privada, na esfera pública, onde afirmam direitos a partir de carências⁸⁴.

Definidos os parâmetros gerais do quadro social em que nos encontramos, concluimos que se inserem as chamadas *pressões na legalidade*; múltiplas, mas que podemos resumir em duas:

a) acumulação do capital, "projeto neoliberal", pressionando por *menos* direitos sociais, flexibilização do Direito do Trabalho e das leis de Assistência Social, menor participação do Estado na economia/privatizações, inversão orçamentária dos benefícios sociais para a infra-estrutura, na linha do "Estado Mínimo" (Nozik).

⁸¹ sobre o conceito de carecimentos ver notas 38 e 39 do capítulo I deste trabalho. Carecimentos, ou necessidades, radicais são todos os carecimentos que não são passíveis de ser cumpridos na sociedade capitalista: necessidades materiais e espirituais cuja satisfação teria o efeito de implodir o Sistema. Sobre o assunto, ver HELLER, Agnes. Teoria de las Necesidades en Marx. op. cit e Mudar a Vida - liberdade, felicidade, democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁸² DURHAM, Eunice. op. cit. p. 27.

⁸³ entendemos, com Palácio, que "*en realidad las luchas de las mujeres en torno al problema de las relaciones de género no son luchas parciales sino holísticas. Ponen en cuestión la globalidad de las relaciones sociales desde el mundo del trabajo, las relaciones de poder y la cultura misma. Lo mismo podría decirse de los movimientos ambientales. Tomadas en su sentido fundamental, el replanteamiento de la relación de dominación entre el 'hombre y la naturaleza' (sic) o, si se quiere, entre ecosistema y cultura, exige redefinir las formas productivas, los procesos tecnológicos, incluida la utilización de la energía, la política como forma de subordinación y explotación de otro, el consumo y la cultura. Puede cuestionar la globalidad de las relaciones capitalistas desde un ángulo distinto pero comunicado a la crítica del capitalismo*". PALÁCIO, Germán. op. cit. p. 46

⁸⁴ cf. coloca Durham: "*nesse sentido, o confronto com o Estado não é apenas um reconhecimento de sua legitimidade (embora também seja isso), mas uma avaliação dessa legitimidade, que é medida por sua capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo*". DURHAM, Eunice. op. cit. p. 29.

b) movimentos sociais, "velhos" e "novos", partidos de esquerda, sujeitos coletivos, lutando por *mais* direitos sociais, e, para além destes, por direitos difusos (meio ambiente, direitos do consumidor) e extensão da cidadania, projeto que poderíamos denominar "democrático-popular".

Cada um destes projetos trabalha a partir de diferentes racionalidades, em lógicas antagônicas que são, enquanto interesses materiais concretos, contraditórios (ainda que não excludentes) ao plano da legalidade instituída⁸⁵. Faria destaca a incongruência entre a racionalidade econômica, voltada a resultados, e a jurídica, assentada em princípios e premissas⁸⁶; dicotomia presente na realidade do capitalismo mas que, dado o quadro de crise anteriormente descrito, especialmente se tivermos em conta a crise na matriz organizacional do Estado frente aos projetos do neoliberalismo, tem-se acirrado mais profundamente.

Com efeito, as necessidades de rearticulação econômica brasileira têm colocado mais profundamente esta contraposição entre a racionalidade dos juristas, cuja mentalidade é cunhada com base no paradigma liberal-legal, e a racionalidade dos economistas encarregados das reformas econômicas, pragmática e voltada a fins, mais imediatamente vinculada à interesses políticos (no caso do Brasil atual, neoliberais); na linha do *"pouco importa se as medidas provisórias sejam inconstitucionais, desde que o plano dê certo"*⁸⁷. De acordo com esta lógica:

"o direito tenderia a se converter em um mero instrumento de poder; isto é, tenderia a ser relativizado em sua generalidade abstrata por critérios de oportunidade e interpretação, perdendo, em função

⁸⁵ não há espaço, no âmbito deste trabalho, para a discussão das categorias weberianas de "racionalidade formal" e "racionalidade material". Assumimos operacionalmente, sem pretensão de problematizar os alcances e limites desta perspectiva, a primeira enquanto razão jurídica/legalidade, a segunda enquanto razão voltada a fins, plano da política e da economia. O trabalho de discussão destas categorias, e de outras referentes à obra de Max Weber, como "ética da convicção" e "ética da responsabilidade", em relação à muitas das problemáticas aqui abordadas, está sendo desenvolvido por Katie Silene Cáceres Argüello, em dissertação de mestrado a ser defendida no CPGD/UFSC em 1995.

⁸⁶ FARIA, José Eduardo. Direito e Economia na Democratização Brasileira. São Paulo: Malheiros, 1993.

⁸⁷ frase atribuída ao economista Carlos Alberto Longo, da Faculdade de Economia da USP, citado por FARIA, op. cit. p. 11.

*de sua validade formal, sua capacidade de legitimar o processo de formulação, implementação e execução das políticas governamentais"*⁸⁸.

A pressão na legalidade do lado das classes dominantes tem contribuído, portanto, para a configuração da crise das matrizes paradigmáticas com a qual tem trabalhado os juristas até então, tornado a aplicação da legalidade, do próprio ponto de vista do poder, algo necessariamente mais dinâmico e fluido. O Poder Judiciário, neste âmbito, tem desempenhado um papel crescente na avaliação/legitimação das políticas governamentais (STF) - aumentando sua importância política na medida em que permite ou não a execução de medidas de constitucionalidade discutível.

Tarso Genro também aponta para o acirramento desta contradição básica entre Direito e Economia, entre as finalidades formais da estrutura estatal e sua prática; para ele *"a atual fase do processo de acumulação insta diversos setores do capital a romper com o Direito escrito ou golpeá-lo definitivamente para poder reordenar os seus negócios e o próprio mundo"*, situação que desloca o plano jurídico na medida em que, *"as regras do Estado de Direito e das políticas sociais que a integram só podem sobreviver se forem radicalmente 'flexibilizadas'"*⁸⁹, ou seja, adaptem-se aos pressupostos materiais do projeto neoliberal.

De acordo com Pinto, a noção de Justiça dos movimentos sociais relaciona-se à pressupostos completamente diferentes tanto da noção tradicional de Justiça quanto, naturalmente, da percepção tecnocrática neoliberal: qualidade de vida, igualitarismo, satisfação das necessidades sociais; concepção ligada, segundo o autor, às utopias cristã primitiva e comunista.

"a noção de Justiça dos novos movimentos sociais faz-se não abstratamente, mas numa concretude social, onde é apreendida a partir da visualização - relação com o outro, que traz uma realidade concreta

⁸⁸ op. cit. p. 13.

⁸⁹ GENRO, Tarso. Nova Crise do Direito e do Estado. cit. p. 31. Segundo o autor, as minorias tecnocráticas e o grande capital (leia-se monopólios), buscam *"romper com o Estado de Direito Democrático através do qual a burguesia moderna firmou sua hegemonia, porque este Estado de Direito, hoje, ampara pretensões de Direito demasiadamente sólidas dos cidadãos comuns e dos setores capitalistas não monopolistas que são custosas em demasia"*. op. cit, p. 33. Ou seja, à flexibilização na economia, deve corresponder uma "flexibilização" do Direito.

*de injustiça - justiça, realidade que é social, comunitária, política; se constitui dialeticamente e está correlacionada ao processo de luta por libertação, por vida digna, por igualdade efetiva, e nesse caso, pela efetivação dos direitos de todos: educação, moradia, saúde, terra..."*⁹⁰.

Tais pressões desempenham um papel importante no deslocamento das funções tradicionais do Poder Judiciário, no âmbito da retórica liberal-legal, levando os operadores jurídicos a tomarem posição diante de questões antes relegadas ao "plano da política", admitida a separação como retórica dominante. Diante destas pressões, a própria legalidade aparece de forma mais dinâmica e menos coerente e sistemática, bem como a interpretação judicial (correntes jurisprudenciais)⁹¹.

Os efeitos destas pressões têm atuado de forma a colocar o Judiciário numa difícil posição quanto a legitimidade de suas funções, na medida em que os pressupostos cultivados pela retórica liberal-legal: unicidade e coerência do sistema legal, estatalidade (monismo), neutralidade, certeza e segurança jurídicas⁹², são postos em cheque diante da realidade da crise nacional e dos conflitos coletivos em suas manifestações; *"comprometendo mortalmente a coerência, o equilíbrio e a legitimidade do Poder Judiciário"*⁹³.

Faria sustenta que,

"os novos conflitos coletivos exigem novos instrumentos jurídicos e novos procedimentos judiciais para poderem ser canalizados, filtrados e decididos no âmbito das instituições formais do

⁹⁰ PINTO, João Batista Moreira. A Cultura Instituinte dos Novos Movimentos Sociais frente à Cultura Jurídica. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito, 1991. p. 71-2.

⁹¹ de acordo com Faria, *"como resultado dessa ruptura da organicidade do sistema legal vigente (...), as reivindicações de novos direitos baseados exclusivamente em critérios de racionalidade material e as necessidades de ordem prática cada vez mais vêm exigindo dos juristas novos graus de especialização funcional e técnica em seu discurso e em sua formação profissionais (...) ao lado de suas preocupações de natureza profissional, muitos advogados e muitos magistrados, conscientizando-se de que: (a) todo o discurso jurídico - seja na elaboração das normas, seja na sua aplicação a casos concretos - é sempre um discurso argumentado (...); e (b) todo o discurso jurídico é constituído de estratégias que assumem uma aparência lógica e estão destinadas a induzir e regular o juízo coletivo sobre uma situação ou um objeto, não descartam a possibilidade de recorrer a um arsenal de efeitos retóricos para fazer prevalecer suas opções políticas (...)"*. FARIA, José Eduardo. Justiça e Conflito. cit. p. 47.

⁹² em suma, princípios que fazem parte do arcabouço ideológico dos juristas, cf. referimos à pp. 90-1 deste trabalho.

⁹³ op. cit. p. 33.

*Estado, o que transforma o Judiciário num locus político privilegiado como arena de luta, confronto e negociação de interesses"*⁹⁴.

Neste sentido, podemos dizer que as manifestações da crise na instância jurídica, enquanto resultado de múltiplos fatores originários dos planos econômico-social e político, acabam desembocando no Poder Judiciário e operando um *deslocamento ideológico no interior desta agência estatal*; manifestações que podem ser resumidas nos seguintes indicativos de crise: multiplicação dos conflitos coletivos e interindividuais (explosão de litigiosidade); multiplicação desordenada de leis, muitas vezes ao arrepio das técnicas de produção legislativa; abuso do poder regulamentar, deslocando o eixo central de produção legislativa do Legislativo para o Executivo; falhas no sistema de acesso à Justiça, excluindo grande parte da população da esfera de alcance do Judiciário; emergência de pluralismos jurídicos, para-legalidades (auto-tutela, criminalidade organizada, esquadrões da morte), recurso à arbitragens privadas; crise de identidade dos operadores jurídicos, etc.

A fim de melhor esquematizar a configuração dos reflexos da crise da instância jurídica no Poder Judiciário, estabeleceremos três tipos de crise no que se refere a este poder, lembrando que esta divisão tem cunho meramente expositivo, e que esta tipologia aglutina elementos intercomunicantes que, a rigor, não podem ser compreendidos isoladamente:

- a) *crise ideológica interna* do Poder Judiciário, referente ao esgotamento dos paradigmas de conhecimento e aplicação do Direito vigentes;
- b) *crise de operacionalidade*;
- c) *crise ideológica externa* ou *crise de legitimidade*.

A *crise ideológica interna* do Poder Judiciário diz respeito ao esgotamento dos valores simbólicos que compõem o imaginário dos juizes, cuja coesão é fundamental para a manutenção da hegemonia de uma determinada visão de mundo sob o conjunto da sociedade, como vimos no item anterior. Pode-se dizer aqui, que há, como quer Faria, a *implosão do paradigma liberal-legal*, mas apenas na medida em que compreendermos este modelo em sua dimensão retórica. Na realidade, o

⁹⁴ op. cit. p. 39-40.

esgotamento dos paradigmas jurídicos vigentes não se apresenta como imperativo, na medida em que a maioria dos operadores jurídicos continuam agindo profissionalmente sob estas pautas ideológicas, que este paradigma ainda domina o universo simbólico dos Cursos Jurídicos, e que, apesar de tudo, queiramos ou não, o sistema continua funcionando.

O que é certo, porém, é que estão dadas, diante da crise na instância jurídica, as condições de possibilidade para a emergência de uma polarização ideológica crescente no interior de um Poder anteriormente visto como unívoco, neutro e imune à questões de ordem político-ideológica. As fissuras estão, de qualquer forma, aparecendo, e é disto que trataremos no próximo capítulo, a partir de uma das manifestações concretas desta crise ideológica: o movimento de "juízes alternativos" do Rio Grande do Sul.

A interpretação, ponto fundamental para o trabalho jurisdicional, pois que define qual das possíveis leituras de uma lei ou ordenamento jurídico é aplicável ao caso concreto, tem desempenhado um papel fundamental neste embate, ainda mais na atual configuração de implosão legislativa e dupla pressão na legalidade, havendo um acirramento das posições ideológicas contidas em cada ato de interpretação, em cada decisão onde o juiz é levado crescentemente a se posicionar diante dos valores em confronto na lide⁹⁵.

Neste âmbito, é natural que a aplicação da lei contenha de forma cada vez mais evidente, uma dimensão criativa. O juiz não "aplica" mas, na realidade, "cria"

⁹⁵ cf FARIA, *"Em códigos com centenas de artigos, parágrafos e incisos, a univocidade, a homogeneidade e a organicidade, tão gratas à dogmática jurídica, tornam-se assim, verdadeiras miragens"* op. cit. p. 174 (grifos nossos). A interpretação não raro é justamente o que traça o campo onde ocorre o imbate ideológico no interior da instância jurídica. Pode-se dizer que, de um modo ou de outro, todas as grandes escolas hermenêuticas: escola da exegese, jurisprudência conceitual, jurisprudência dos interesses, Direito Livre, realismo jurídico, etc., se desenvolveram em momentos de crise do ordenamento jurídico. O que muda em relação ao presente é o *acirramento das posições ideológicas*.

o Direito para o caso concreto. Isto já dizia Kelsen⁹⁶; e o próprio Pontes de Miranda admitia que a lei é "*roteiro, itinerário guia*"⁹⁷.

A percepção da crise no interior do Poder Judiciário pelos juízes e desembargadores é um fenômeno cuja dimensão somente pode ser comprovada através de pesquisas empíricas⁹⁸, o qual não é o objetivo deste trabalho.

Entendemos por *crise de operacionalidade* a dicotomia existente entre a crescente demanda por Justiça na sociedade brasileira e a realidade das práticas judiciais. Diante dos fenômenos da explosão da litigiosidade (aspecto quantitativo) e do crescimento dos conflitos coletivos (aspecto qualitativo), o Poder Judiciário tem se demonstrado incapaz de cumprir de forma eficaz e satisfatória suas funções constitucionais. Certos fatos tornam-se evidentes tanto aos operadores jurídicos quanto à sociedade em geral: (a) lentidão; (b) o alto custo - tanto para o Estado quanto para as partes - dos processos; (c) excessiva ritualização dos procedimentos; (d) leis processuais inadequadas e anacrônicas; (e) falta de preparo dos juízes para julgar conflitos coletivos; (f) aumento da carga de trabalho dos magistrados⁹⁹ em

⁹⁶ ver KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

⁹⁷ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo VI, Rio de Janeiro: Forense, 1974. p. 294.

⁹⁸ Um questionário aplicado pelo IDESP - Instituto de Estudos Econômico, Sociais e Políticos de São Paulo pode ser útil para revelar um pouco desta percepção: apenas 22,5% dos entrevistados admitem existir uma crise no Poder Judiciário, e 54,4% admitem em termos. A crise não existe para 20,5% dos magistrados. Dos entrevistados, 14,2% acreditam que o juiz não deve ser um mero aplicador das leis, mas precisa ser sensível aos problemas sociais. Também 14,2% admitem que a aplicação das leis tem beneficiado os privilegiados. Assim, podemos dizer que, se a pesquisa estiver certa, não há crise para boa parte dos membros do Poder Judiciário no Brasil. Responderam ao questionário 570 magistrados (20%) dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Goiás e Pernambuco, mais 41 magistrados da Justiça Federal. Fonte: EM NOME da Lei. Veja Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 05 de junho de 1990. p. 3-6 (Clarinha Glock).

⁹⁹ fenômeno que caracteriza, para Puggina, um dos tripés da "trilogia da alienação" do Judiciário, ao lado do "dever de neutralidade" e do padrão comportamental (deontologia jurídica). Destaca o autor que "*a par da preocupação com a demora, o excesso de trabalho a cargo de cada Juiz é também um fator de geração de trabalho judicante alienado e se insere como elemento a serviço do sistema, na exata medida em que dificulta a formação da consciência crítica sobre a lei posta e a jurisprudência estabelecida*". O conceito de alienação, porém, não deve ser compreendido de forma subjetivista. Alienação nada tem a ver com "conscientização" mas, enquanto conceito marxista, descreve um processo objetivo. De qualquer forma, serve a análise para a qualificação da *degradação* do trabalho judicial. O juiz, devido ao excesso de processos a julgar, acaba por desenvolver uma sistemática de trabalho que se assemelha à "linha de produção" de uma fábrica, tornando mecânicas certas decisões, o que importa em não questionamento. Destaca inclusive que certos juízes "*(...) chegam a vangloriar-se do fato de não 'pensarem' suas sentenças*".

virtude da conjugação dos fatores explosão de litigiosidade e ritualização dos procedimentos (aumento este que tem um duplo efeito: perda de qualidade das decisões e degradação das condições de trabalho dos juízes).

Os fenômenos acima listados não têm tido de parte dos Tribunais a devida resposta em termos organizacionais (abertura de novas varas, aumento do número de juízes, instituição de mecanismos de informalização dos processos)¹⁰⁰, caracterizando a perda da operacionalidade ou funcionalidade do Poder.

A demanda por maior operacionalidade: procedimentos mais flexíveis, rápidos, e baratos, é crescente na sociedade, especialmente para as classes subalternas, na medida em que a excessiva "rigidez" deste Poder têm colocado grande parte da população à margem dos serviços judiciais.

A estas questões têm somado a *crise de legitimidade* do Poder Judiciário frente à população: a crise de operacionalidade, bem como a aplicação silogística e acrítica da lei, gerando conteúdos decisórios em grande parte injustos, são fatores de uma crescente descrença em relação às instituições jurisdicionais. Pinto demonstrou que, de parte dos movimentos sociais organizados, sua percepção da Judiciário tende a identificá-lo como órgão de poder da classe dominante prevalecendo *"a visualização do Judiciário como vinculada ao poder político-econômico, sendo que uma minoria o aponta como 'pertencente' à classe dominante"*¹⁰¹.

PUGGINA, Márcio. Deontologia, Magistratura e Alienação. *Ajuris*. cit. p. 171. Trataremos da questão da percepção desta "alienação" pelos juízes alternativos no capítulo seguinte.

¹⁰⁰ dados nacionais: enquanto a Alemanha possui 120.000 juízes para 80 milhões de habitantes, no Brasil esta proporção é de 7000 juizes para 150 milhões de habitantes, ou seja, 1 juiz para cada 667 contra 1 juiz para cada 21.000 habitantes. Fonte: LIVRES, Leves e Soltos. *Veja*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1993, p. 16-21. O Rio Grande do Sul é, dos estados mais populosos, o com maior número de juizes por habitante: 18.002 contra 27.954 em São Paulo, porém, ao que se sabe, no RS a Justiça Federal, com 14 varas na capital e cinco no interior dá conta de 297.644 processos! Em todo o estado, existem 734 vagas para juiz, desembargadores e pretores, das quais 116 estão desprovidas e 26 ainda não foram sequer instaladas! Fonte: EM NOME da Lei. *Veja Rio Grande do Sul*. cit. Pesquisa encomendada pela Ajuris ao Curso de Pós-Graduação em Administração da UFRGS demonstra que, para a maior parte da população gaúcha, a preocupação com a velocidade da decisão é de fundamental importância. Velocidade, considerada de fundamental importância, 80,75% dos entrevistados responderam que o tempo ideal para obter uma decisão varia de 0 a 1 ano, e o tempo médio (41,75%), de 2 a 4 anos, e 26,60%.

¹⁰¹ PINTO, João Batista Moreira. op. cit. p. 136.

Quanto à "opinião pública em geral", existem algumas pesquisas empíricas demonstrativas da credibilidade do Poder Judiciário na sociedade brasileira, bem como da percepção geral do campo jurídico por parte da população leiga:

OPINIÃO SOBRE A ORDEM JURÍDICA EM GERAL - Fonte: IBOPE ¹⁰²

	Concorda	Discorda	Não Sabe
No Brasil as leis só existem para os pobres	80	17	3
A maioria das leis não é obedecida	82	14	4
No Brasil existem mais leis do que o necessário	68	26	6
O problema do Brasil não está nas leis, mas na justiça que é muito lenta	87	8	5

Uma pesquisa um pouco mais antiga permite visualizar o lugar que o Judiciário ocupa na escala de credibilidade da população:

CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES - FONTE: IBOPE¹⁰³

Correios	64%
Igrejas	50%
Professores	44%
Médicos	34%
Bancos	28%
Sindicatos	24%
Imprensa	22%
Televisão	20%
JUSTIÇA	19%
Propaganda	10%
Deputados/ senadores	9%
Empresários	9%

¹⁰² publicada em LIVRES, Leves e Soltos. Veja. op. cit. A pesquisa do IBOPE foi realizada em fevereiro de 1993, ouvidas 3.650 pessoas. A matéria versa sobre a credibilidade da ordem jurídica em geral, frente aos fatos que se seguiram ao processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor, quando inúmeros empresários e políticos envolvidos com o esquema PC estavam (e ainda estão) em liberdade.

¹⁰³ citado por CARLET, Wianey. Direito e Justiça. Correio do Povo. Porto Alegre, 25 de abril de 1992, p. 15.

Algumas das pesquisas que dão conta de como o Judiciário tem sido percebido pela população foram encomendadas pelas próprias associações de magistrados, o que demonstra que há uma preocupação, da parte de certos operadores jurídicos/magistrados/corporações, em saber se a atuação jurisdicional está correspondendo ou não às expectativas da maioria. Neste sentido, por exemplo, insere-se a pesquisa encomendada pela AJURIS ao Programa de Pós Graduação em Administração da UFRGS. Realizado em 1993, os dados desta pesquisa revelam, entre outros fatores, que as atribuições do Poder Judiciário são desconhecidas e confundidas pela maior parte dos entrevistados¹⁰⁴, e que a população gaúcha considera regular o desempenho do Judiciário, como podemos visualizar abaixo:

**OPINIÃO GERAL SOBRE O JUDICIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL -
fonte: Pós-Graduação em Administração - UFRGS -**

Excelente	2,50%
Bom	27,00%
Regular	42,75%
Fraco	18,75%
Péssimo	9,00%

De modo geral temos, portanto, a caracterização de uma *crise de legitimidade* decorrente de múltiplos fatores, entre os quais poderíamos destacar a crescente perda de operacionalidade do sistema judicial, configurando uma "rigidez" do Poder frente às demandas sociais. A população tende a ver o Judiciário nacional com descrédito, reclamar da morosidade dos processos e do conteúdo das decisões, colocando-o abaixo da televisão e dos bancos na escala de credibilidade. Tal quadro

¹⁰⁴ questões de múltipla escolha sobre as atribuições do Judiciário revelaram que grande parte da população desconhece as funções do Poder, confundindo-as com atribuições do Legislativo, Polícia, etc: 77% dos entrevistados escolheram a alternativa "Executar Leis", como atribuição do Judiciário; para 66,75% - "proteger os cidadãos", - 43,5% - "criar leis" e 37,75% - "manter a ordem nos presídios".

apresenta-se menos crítico quanto à situação específica do Rio Grande do Sul, conforme pesquisa da UFRGS.

Concluindo este item, podemos configurar a crescente conflituosidade da sociedade brasileira como fator de crise na instância jurídica, bem como extrair elementos significativos capazes de nos fazer compreender a situação sob a qual o Poder Judiciário brasileiro se encontra neste final de século.

No próximo item, procuraremos estabelecer, em linhas gerais, o fenômeno das práticas jurídicas alternativas, em especial as que influenciam ou se desenvolvem no interior da agência judicial.

2.3 - DIREITO ALTERNATIVO E USO ALTERNATIVO DO DIREITO -

Neste item, trataremos da questão das práticas jurídicas alternativas e dos múltiplos fenômenos jurídico-sociais que se abrigam sob a denominação genérica "Direito Alternativo", correntemente difundida na imprensa e nas faculdades, bem como nos Tribunais. Procuraremos, de forma resumida e indicativa, tratar destes fenômenos a fim de configurar o contexto e o lugar das práticas desenvolvidas pelos magistrados gaúchos, objeto deste trabalho.

Durante a década de 70 e início da década de 80, quando o Brasil atravessava a fase mais crítica da Ditadura Militar e a posterior abertura, desenvolvia-se uma *Teoria Crítica Acadêmica*, como reflexo do que se passava internacionalmente, cujas múltiplas correntes de pensamento¹⁰⁵ tendiam a convergir para uma releitura do jurídico enquanto manifestação ideológica e de poder, desvendando o discurso jurídico como um discurso de dominação.

A tendência era operar uma crítica acadêmica isolada das práticas sociais. Havia, neste âmbito, uma série de obstáculos que consistiam basicamente em (a) obstáculos epistemológicos - na medida em que o Direito não era visualizado como espaço de libertação; (b) obstáculos políticos - a nível nacional, a conjuntura era adversa à grandes militâncias políticas. A crítica acadêmica era, de certa forma, tolerada pelo regime. Com a abertura, manteve-se o obstáculo epistemológico (em alguns casos particulares, encobridor de um obstáculo ideológico: progressistas na academia, alguns "críticos" acabaram revelando-se conservadores na prática). Aqui, a separação entre a "Política" e "Direito", um dos pilares do senso comum dos

¹⁰⁵ não há espaço para a discussão de todas as correntes de pensamento que fazem parte do movimento de Teoria Crítica no Brasil e no mundo. De forma geral, pode-se dizer que a Teoria Crítica é um movimento cujas bases epistemológicas partem de vários pólos, como o marxismo, a psicanálise, a semiologia, a sociologia estruturalista, etc. Internacionalmente, as principais correntes surgiram na década de 70, tendo reflexo quase que imediato no Brasil: *Association Critique du Droit* na França; *Critical Legal Studies* nos Estados Unidos; *Séminaire Interdisciplinaire d'Etudes Juridiques* na Bélgica, *Centro de Crítica Jurídica*, México, etc. No Brasil havia a NAIR (Nova Escola Jurídica), de Roberto Lyra Filho, a ALMED (Associação Latino-Americana de Metodologia e Ensino do Direito) e Revista Contradogmáticas, de Luis Alberto Warat, bem como intelectuais do porte de Luiz Fernando Coelho, Tércio Sampaio Ferraz Jr., entre outros. Sobre a Teoria Crítica no Brasil e no mundo, ver. WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

juristas, era contestada na teoria mas reproduzida na prática, na medida em que a proposta de ler o jurídico a partir de um ponto de vista crítico e politizado não dava retorno à *praxis*, como tendência geral.

Ao lado desta produção de saber jurídico crítico, desenrolavam-se práticas espontâneas dos movimentos sociais à margem da legalidade ditatorial, que, inicialmente tímidas, passaram com a abertura a pressionar por mais direitos, fazendo greves, buscando novas formas de organização em sindicatos e associações independentes, e construindo juridicidades paralelas ao Estado (pluralismo jurídico)¹⁰⁶. Também, nesta época, somam-se práticas jurídicas progressistas e alinhadas ideológica ou organicamente, aos movimentos populares: ações muitas vezes isoladas e intuitivas de juizes, advogados e operadores jurídicos em geral, prestando assessoria jurídica aos movimentos populares, julgando conforme uma noção social de Justiça, procurando explorar as brechas do ordenamento jurídico ditatorial e, ao lado disto, ajudando partidos, movimentos e corporações a pressionar para construir uma nova legalidade democrática (culminando no movimento pela Constituinte)¹⁰⁷.

Já na década de 80, passa-se por um processo de radicalização das práticas populares e revalorização das lutas dentro da legalidade, o que acaba tendo reflexo nos operadores jurídicos, enquanto questionamento de seu papel na sociedade. Há, também, um processo em que as práticas jurídicas alternativas, anteriormente isoladas, passam a comunicar-se entre si e articular-se com pesquisadores, tendo um efeito de retorno sobre as universidades. Neste âmbito, surgem as reflexões em torno do Direito Alternativo - de como colocar o conhecimento crítico produzido a

¹⁰⁶ fenômeno explorado à época pelo clássico estudo de Boaventura de Souza Santos *Law against Law: legal reasoning in Pasargada Law*, tese de doutorado, defendida em 1974, onde o eminente sociólogo português retrata as formas paralelas de juridicidade, incluindo resolução alternativa de conflitos, (pluralismo jurídico) em uma favela brasileira, resultado de uma pesquisa realizada no início da década de 70. citado por SANTOS, Boaventura de Souza. *Justiça Popular, Dualidade de Poderes e Estratégia Socialista*. in: FARIA, José Eduardo (org.). *Direito e Justiça*. cit. p. 185-205.

¹⁰⁷ os operadores jurídicos que atuavam na prática, ao lado dos movimentos populares, foram, muitos deles, perseguidos pela ditadura militar. Entre os mais importantes para o movimento de Direito Alternativo hoje, podemos citar Miguel Pressburguer, Roberto Aguiar e o magistrado carioca, cassado pelo regime militar, Diboc Pinaud.

serviço da *praxis* jurídica, dentro ou fora do Estado. O aparecimento do Direito Alternativo nos meios acadêmicos e profissionais - enquanto união entre o saber crítico (jurídico ou não) e a práxis aparece enquanto superação dialética do momento anterior; assim, é um erro pensar em limites absolutos entre a Teoria Crítica e as práticas do Direito Alternativo¹⁰⁸.

De modo geral o Direito Alternativo surge num momento em que a realidade das lutas sociais implicava numa contestação *prática* do Direito vigente, e não mais bastavam os reducionismos acadêmicos.

O "Direito Alternativo" é uma expressão que, em realidade, designa vários fenômenos de produção de juridicidade que não podem ser confundidos, embora possuam um núcleo comum. No Brasil costuma-se designar por "Direito Alternativo" tanto práticas localizadas no interior do aparelho estatal e levadas à cabo por operadores jurídicos, incluindo juízes, quanto as dos serviços legais alternativos e advocacia popular, desenvolvidas por juristas fora do espaço estatal, bem como as práticas espontâneas dos movimentos sociais quanto instituem direitos, sejam paralelos (pluralismo jurídico, direito indígena, do morro), sejam como instituintes da (e frente à) legalidade estatal (movimentos em prol de direitos).

No restante da América Latina, as práticas alternativas no interior do Estado (designadas pela expressão "Uso Alternativo do Direito", de origem européia, como veremos) parecem ser menos comuns; então, cunhou-se a expressão "Direito Alternativo", a fim de descrever práticas ligadas aos direitos populares insurgentes,

¹⁰⁸ cf ilustra com precisão Horácio Rodrigues, "com referência ao movimento brasileiro especificamente não se pode negar o fato de que muitas de suas raízes, pressupostos e objetivos - talvez a maioria - estão no pensamento de Roberto Lyra Filho e no trabalho por ele desenvolvido através da NAIR. Também no Uso Alternativo do Direito europeu, foi o movimento brasileiro buscar guarida, principalmente para a prática dos juízes alternativos. Já a aguçada crítica epistemológica efetivada pela Association Critique du Droit, que no Brasil ingressou principalmente através da obra de Michel Mialle, permitiu ao movimento estabelecer alguns de seus delineamentos. O trabalho lingüístico-epistemológico desenvolvido pela ALMED, principalmente através de Luís Alberto Warat, tem relevância com relação à hermenêutica jurídica, questão fundamental para os alternativos". RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A Crise do Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo. op. cit. p. 229. O Uso Alternativo do Direito, citado pelo autor, porém, não é considerado, no âmbito desta dissertação, "teoria crítica acadêmica", mas, fundamentalmente, uma *praxis*. O autor muito provavelmente queria referir-se a intelectuais que produziam teoria a partir do movimento de Uso Alternativo do Direito, especialmente na Itália e Espanha, como Ferrajoli, Barcelona, Couturri, Elias Díaz, entre outros.

enquanto manifestação do pluralismo jurídico. No Brasil, porém, esta denominação tem designado todo o tipo de prática jurídica alternativa, em especial as referentes aos operadores jurídicos progressistas que, de dentro do aparelho estatal/sociedade política, têm lutado por um novo Direito atento às necessidades populares e tendo por norte a transformação social e a extensão da cidadania.

Em realidade, podemos dizer que o "Direito Alternativo", entendido em seu sentido genérico, isto é "latu sensu", é um movimento prático/teórico que engloba todo o conjunto possível de práticas jurídicas alternativas.

Mas o que se deve compreender por práticas jurídicas alternativas?

Consideramos prática jurídica alternativa a que tenda a construir uma nova juridicidade, *a transformar o Direito instituído tal como é entendido, praticado e aplicado hegemonicamente em uma dada sociedade* - e, atenção para um outro elemento: - *no sentido do progresso social*¹⁰⁹. São consideradas práticas alternativas (Direito Alternativo *latu sensu*) tanto as desenvolvidas no interior quanto as desenvolvidas fora das agências estatais encarregadas de produção do jurídico; sejam levadas a cabo por operadores jurídicos, sejam as práticas desenvolvidas no seio da comunidade de forma espontânea (pluralismo jurídico, lutas por direitos, etc.)¹¹⁰.

¹⁰⁹ progresso social, aqui, é compreendido num sentido heurístico. Não acreditamos, conforme nos referimos anteriormente no Capítulo I, em uma história que se desenvolva linearmente, a cumprir "designios" e "programas" em determinado sentido. Dados os elementos atuais, compreendemos progressista toda a ação/ideologia que vise os valores da igualdade social, da liberdade, da extensão da cidadania, da satisfação dos carecimentos, da democratização radical do Estado e da vida privada, do amplo acesso aos bens materiais e espirituais - em suma, o que pode ser compreendido por *socialismo*, num sentido amplo e plural. Consideramos importante este elemento porque, para nós *inexiste tal coisa como uma DIREITA ALTERNATIVA!* Não se pode, jamais, ser alternativo a si mesmo. Se as classes hegemônicas - ou não somente estas, mas as forças reacionárias em geral - em seus interesses, afastam leis, julgam contra a lei ou instauram formas de pluralismo jurídico e para-legalidades criminosas, não estão sendo alternativos - pode-se chamar como quiser: anti-formalismo puro e simples, flexibilização, máfia, etc.

¹¹⁰ pensamos, também, que estamos falando de coisas sutilmente diferentes quando nos referimos à Direito Alternativo no amplo sentido acima, e *Direito Alternativo enquanto Movimento*. Este é um *movimento de juristas*; dá-se no âmbito de produção conscientizada de um novo Direito, no campo jurídico propriamente dito, estatal ou não (serviços legais alternativos, acessoria popular, Uso Alternativo do Direito, juristas trabalhando para organizar experiências de pluralismo jurídico, etc). Já o processo histórico de instituição, criação/destruição de juridicidades, o "direito insurgente", ou manifestações do pluralismo jurídico como o Direito de Pasárgada (ver nota 110) são manifestações jurídicas alternativas, muito embora não se reivindicuem como "Direito Alternativo". Este fenômeno sempre existiu e é inerente à caminhada histórica da humanidade, já o Direito Alternativo enquanto Movimento de juristas, apesar de também recorrente, (os juristas burgueses e a luta por uma nova legalidade na idade média - vide capítulo I, item

Palácio adota a seguinte classificação de práticas jurídicas alternativas:

- a) *inovações orientadas a ampliar o acesso à Justiça* - seriam os serviços legais alternativos, práticas de advogados populares que buscam explorar novas formas de defesa das coletividades, prestando assessoria a movimentos populares, e procurando trabalhar casos cuja ressonância em termos sociais fosse mais abrangente: interesses coletivos e difusos, ações contra o Governo, lutas por Direitos Humanos, etc¹¹¹;
- b) *reforma constitucional e legal* - são esforços no sentido de modificar a legislação ou de implementar mudanças constitucionais por parte de advogados progressistas. Aqui podemos incluir, também, as *pressões populares na legalidade* quando os movimentos constituem *lobbys*, ou mesmo indiretamente, através de pressões difusas;
- c) *o uso alternativo do Direito* - prática de juizes e de advogados que consiste na utilização da legalidade vigente, ou princípios jurídicos, para produzir decisões favoráveis às classes populares, conforme aprofundaremos adiante;
- d) *Direito Alternativo* - que equivaleria ao "Direito Alternativo *stricto sensu*"¹¹², fenômeno que engloba o direito indígena, o direito de transição social e o direito

1.5.2, e a obra de TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. O Direito e a Ascensão do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.) é menos comum.

¹¹¹ estas práticas surgiram na América Latina a partir da década de 70, manifestando elementos diferenciais frente aos serviços meramente assistencialistas, destinados a prover apoio jurídico às populações carentes, fossem privados ou públicos (assistência jurídica), procurando atuar no sentido de organizar a comunidade e forçar o sistema jurídico estatal com demandas de impacto social. Estes serviços se caracterizam frente aos tradicionais por, basicamente: (a) busca da ruptura com o individualismo/tendência a demandas coletivas; (b) ruptura com o paternalismo, buscando a auto-organização das comunidades; (c) quebra da hierarquia advogados/clientes; (d) incentivo à participação da comunidade, pressionando, acampando na frente do fórum, etc...; (e) desatrelamento ao legalismo, busca de efetivação dos direitos inscritos na lei e inscrição dos direitos ainda-não assegurados (f) quebra do positivismo e da redução da legitimidade à legalidade como paradigmas; (g) "*substituição da hermenêutica formal por uma exegese socialmente orientada*"; tipologia tradicional confunde "acesso à justiça" c/ acesso aos tribunais (o que para Campilongo significa "*acesso aos benefícios jurídicos em geral*"); (h) tendência ao multiprofissionalismo; (i) busca de demandas de impacto social. Elaborado a partir de CAMPILONGO, Celso Fernandes. Acesso à Justiça e Formas Alternativas de Resolução de Conflitos: Serviços legais em São Bernardo do Campo - Brasil. (texto digitado, 35 p.). Sobre serviços legais alternativos ver, também, HURTADO, Fernando Rojas. *Comparación entre las Tendencias de los Servicios Legales en Norteamérica, Europa y América Latina*. El Otro Derecho. Bogotá: ILSA, n 2, p. 5-57, jan./ 89.

¹¹² cf. classificação de Amílton Bueno de Carvalho, *infra*.

insurgente. O *direito indígena* consiste em formas de direito costumeiro encontradas em populações indígenas ou camponesas, à margem da legalidade estatal; já o *direito de transição social* diz respeito a países que viveram processos revolucionários, numa clara referência à noção de "dualidade de poderes"¹¹³. O chamado *direito insurgente* que, segundo o autor são os "*gérmens de juridicidad que aparecen en las luchas sociales y que se oponen a la normatividad y al funcionamiento de la legalidad capitalista u oficial*"¹¹⁴.

Aqui se inscreve, basicamente, a noção de *pluralismo jurídico*. Conforme Wolkmer, este fenômeno pode ser definido como a "*multiplicidade de expressões e/ou práticas jurídicas num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais*"¹¹⁵.

Outras tipologias podem ser apontadas. A primeira tipologia a tentar definir o fenômeno do Direito Alternativo no Brasil foi a de Carvalho¹¹⁶. Para o autor, Direito Alternativo *em sentido amplo* englobaria três práticas:

a) Positivismo de combate - uso da legalidade instituída mas não aplicada, a fim de tornar eficazes as conquistas populares inscritas na lei;

¹¹³ sobre a questão da hipótese da dualidade de poderes no Direito ver SANTOS, Boaventura de Souza. *Justiça Popular, Dualidade de Poderes e Estratégia Socialista*. cit. O autor, utilizando a imagem de Lenin e Trotsky da dualidade de poderes em período revolucionário, sustenta que haveria, no campo jurídico, dualidades confrontacionais, em períodos de transição, em que atuaria a justiça popular ao lado da estatal, como no caso da Revolução dos Cravos, em Portugal (1974) e mesmo em períodos onde o conflito encontra-se latente, "*em situação não revolucionária, englobando poderes mais complementares ou paralelos do que contrapostos, nos quais dominam, pelo menos na superfície, os conflitos intraclassistas*" (p. 199), exemplificado com o Direito de Pasárgada. Porém, cremos que a noção de "dualidade de poderes" está ultrapassada frente à noção de Estado como condensação de forças e a importância da luta no plano do "instituído".

¹¹⁴ PALÁCIO, Germán. *Pluralismo Jurídico*. cit. p. 131.

¹¹⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo Jurídico. o espaço de práticas sociais participativas*. cit. p. 294-5.

¹¹⁶ cf. CARVALHO, Amílton Bueno de. *Direito Alternativo*. in: DIREITO ALTERNATIVO NA JURISPRUDÊNCIA. São Paulo: Acadêmica, 1993 (dirigido por Amílton Bueno de Carvalho) p. 11 e ss.

b) Uso Alternativo do Direito - utilização das contradições e lacunas, brechas no sistema legal a fim de buscar o avanço das lutas populares e a justiça no caso concreto;

c) Direito Alternativo em sentido restrito - lugar do pluralismo jurídico, direito paralelo, não-oficial ou insurgente, em sentido aproximado ao conceito de Palácio.

Pensamos que a tipologia acima apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar, não há que se falar em "positivismo de combate", expressão cunhada por Miguel Pressburguer¹¹⁷. Isto porque a aplicação da lei não é algo "positivista" em si, mas faz parte de qualquer pressuposto de racionalidade formal, de legalidade. Ao depois, "positivismo" é uma corrente de pensamento jurídico que se quer combater, pois redutora da realidade social à uma unidimensionalidade. Aplica-se a lei que consagra avanços sociais de forma não "positivista", na medida em que se está avaliando a partir de um conjunto de valores assumidamente comprometidos com o "avanço", coisa que ao positivismo é indiferente. Ou se é positivista, ou se é alternativo.

Outra questão que se levanta é: o que é o uso alternativo do Direito? É um método ou um movimento? É uma hermenêutica? É possível fazer um uso alternativo do Direito a partir de uma posição de direita? E se toda a lei é ambígua, a ponto de permitir várias interpretações, qual é a real diferença entre aplicar-se uma lei que amplia direitos, sonegada e afastar uma lei injusta, a um caso concreto? Não seria, na realidade, apenas uma variação na valoração da lei que se está interpretando (positivamente = positivismo de combate; negativamente = uso alternativo do Direito?). Ao depois, a tipologia agrupa numa mesma categorização métodos de uso da legalidade estatal e um movimento social real, concreto, de inscrição/conquista de juridicidades. Não temos a pretensão de estabelecer respostas definitivas às questões que estamos lançando, mas apenas contribuir para o debate no sentido da

¹¹⁷ advogado popular e fundador do IAJUP, Instituto de Apoio Jurídico Popular - Rio de Janeiro em texto: "A Construção do Estado de Direito e as Assessorias Populares", cit. por CARVALHO. op. cit.

construção de uma tipologia futura que dê conta da unidade na multiplicidade do fenômeno que é o Direito Alternativo.

A tipologia de Arruda Jr., produzida logo em seguida à de Carvalho, permite a discussão de pontos igualmente interessantes. O autor chama de "usos do direito"¹¹⁸, os três níveis seguintes:

a) *Instituído Sonogado* - campo de defesa da legalidade, das normas cuja aplicação e efetivação não são do interesse das classes dominantes, garantia das conquistas dos trabalhadores e movimentos sociais na legalidade.

Com razão, a Constituição Federal de 1988 é farta em exemplos de normas que são ineficazes, especialmente se considerarmos os princípios constitucionais, cuja inefetividade é evidente, seguindo a lei tendencial da inaplicabilidade de leis/dispositivos constitucionais que garantam direitos das classes subalternas.

Ainda mais, frente à crescente tentativa de "flexibilização" dos direitos sociais, ou mesmo da ameaça aos Direitos Humanos fundamentais, cumpre defender a legalidade face à crescente "*sobreposição da razão instrumental neo-liberal à racionalidade formal*"¹¹⁹, como vimos no item anterior.

b) *Instituído Relido* - "*lugar da hermenêutica alternativa*" - onde magistrados, advogados, enfim, todos os operadores jurídicos envolvidos com o processo hermenêutico, dada a crescente ambigüidade da lei, buscar espaço de avanços críticos no sentido da construção da cidadania através do uso de um instrumental interpretativo.

c) *Instituente Negado* - lugar do pluralismo jurídico, dos movimentos sociais e populares, etc. É onde a comunidade tem o papel principal na produção de novas juridicidades.

Conforme adverte Arruda Jr., este nível não garante por si só uma universalidade. Com efeito, o fenômeno do pluralismo jurídico deve ser visualizado

¹¹⁸ publicado originalmente no jornal O Estado, a tipologia foi incluída no artigo que ora citamos. ARRUDA Jr., Edmundo Lima de. *Direito Alternativo no Brasil, alguns informes e balanços preliminares. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa*. cit. p. 184-5.

¹¹⁹ ARRUDA JR. op. cit. p. 184.

com senso crítico, pois nem todo o Direito que é produzido pela comunidade é generalizável, ou eticamente desejável; vide a "Lei do Morro" imposta pelos traficantes. Muitas das concepções ligadas ao "Direito Alternativo" e ao "pluralismo", terminam por reproduzir uma visão ontológica e fatalista do processo histórico e dos sujeitos coletivos, como se os pobres/índios/trabalhadores ou oprimidos em geral, tivessem uma legitimidade *a priori* em suas ações tão somente pelo fato de serem oprimidos.

Assim, Arruda Jr. aconselha que:

"neste nível, para evitar irracionalismos, é importante que os pesquisadores do direito alternativo, lideranças nos movimentos, busquem sopesar a relação dessa juridicidade emergente com o direito instituído, no que ele tem de genericamente garantidor das "regras do jogo democrático" e em particular, das conquistas da classe trabalhadora" ¹²⁰.

Porém, a relação *instituído e instituinte* não deve ser compreendida de forma estática. Na tipologia acima devemos ter claro que estes níveis são níveis que se relacionam mutuamente. Em primeiro lugar, conforme vimos quando tratamos da questão do Estado no capítulo anterior, o instituído - o Estado, a Lei - não deve ser compreendido de forma estática, mas como instância inserida na totalidade social, que se transforma, etc. O Instituído-Estado, ou Instituído-Direito é um Instituído-Instituinte; pois, como quer Poulantzas, Estado e Direito condensam relações de força que, a rigor, colocam estas "instituições" num processo permanente de movimentação e comunicação entre os níveis instituído-instituinte; assim, se as *"lutas resistenciais não estão nunca em exterioridade absoluta em relação ao poder"* ¹²¹ o instituinte - luta de classes, movimentos sociais - inscrevem

¹²⁰ ARRUDA JR. p. 185. Luciano Oliveira chega a dizer que o "Direito da Favela", *"longe de significar uma praxis libertadora, cristaliza ao contrário práticas de dominação que vão de encontro à própria noção de Direitos Humanos herdeira do iluminismo"*. OLIVEIRA, Luciano. *Ilegalidade e Direito Alternativo - Notas para evitar alguns equívocos*. In: OAB. Ensino Jurídico, Diagnósticos, Perspectivas e Propostas. Brasília, OAB, 1991. p. 199-200. Evidentemente que, aqui, as juridicidades produzidas pelos movimentos sociais devem ser vistas de ponto de vista crítico - sempre tendo como norte uma utopia emancipatória. Se não há que falar em ontologias apriorísticas de valorização do oprimido, está insito, em toda a concepção alternativa, uma *aposta histórica* na classe trabalhadora/oprimidos.

¹²¹ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. cit. p. 136. Ou, como coloca Faria: *"O aparelho estatal jamais encontra-se acima dos conflitos da sociedade de classes. Pelo contrário, está neles inserido na medida em que participa dialeticamente do processo que procura regulamentar, controlar*

suas práticas no interior do Estado, na legalidade - isto é particularmente verdadeiro no caso dos legisladores e dos aplicadores/criadores do Direito, na medida em que o critério hermenêutico e os conteúdos de sua criação/interpretação é condicionado por ideologias, práticas sociais, pressões, etc., que estão no campo instituinte, das lutas sociais. O contrário também ocorre na medida em que as lutas partem de critérios objetivos: o instituinte buscando o instituído para negá-lo/superá-lo enquanto dado concreto, enquanto relações cristalizadas no ordenamento jurídico, forma hegemônica de compreender/aplicar o Direito.

Portanto, consideramos *práticas jurídicas alternativas* todas as práticas que busquem a transformação do Direito tal como é compreendido, ensinado, aplicado, e criado, em sua forma hegemônica, no sentido do progresso social.

Vimos no capítulo anterior que Barcelona e Couturri¹²² utilizaram a imagem das linhas paralelas: ortodoxia jurídica e prática política. Pois pensamos que as práticas político-jurídicas englobadas sob a expressão Direito Alternativo apareceram somente quando foi possível visualizar um *duplo deslocamento das práticas jurídicas e políticas*, onde o Direito Alternativo situa-se no ponto de encontro destas linhas, não mais paralelas, mas convergentes, conforme podemos ver abaixo:

DA = Direito Alternativo, (A) \nearrow = prisma A - causas do deslocamento do campo profissional/juristas: (B) \nearrow = prisma B - causas de transformação nas práticas políticas da esquerda tradicional

----- (prática dos juristas - ortodoxa)----- (A) \nearrow

DA

----- (prática política de esquerda - ortodoxa)----- (B) \nearrow

e dirigir. Por trás da aparente homogeneidade, coerência formal e sistematização de seu ordenamento legal, encontra-se na verdade um amplo conjunto de agências burocráticas e instituições formais com aspiração a monopolizar o poder social. Consequentemente, tanto a eficácia quanto a legitimidade de seus códigos e de seus órgãos políticos estão associados à maneira pela qual elas se ajustam, num momento historicamente determinado, ao processo social". FÁRIA, José Eduardo. Eficácia Jurídica e Violência Simbólica. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 61.

¹²² cf. p. 61 deste trabalho.

Onde "A" representa os motivos que tornaram, no campo jurídico, do saber e das práticas, possível uma aproximação dos operadores com as práticas políticas, quebrando a lógica do positivismo. Aqui destacaríamos elementos como (a) a crise de identidade dos operadores jurídicos¹²³, (b) o caráter crescentemente fluido da lei, (c) a crise da retórica liberal-legal diante do acirramento de contradições na periferia, (d) as crescentes pressões na legalidade, (e) a crise do Poder Judiciário, (f) a explosão da litigiosidade, (g) a agudização da incongruência entre as "promessas da lei" e a realidade social.

Já "B", refere-se a mudanças que ocorreram, especialmente a partir da década de 60, no âmbito da esquerda: (a) valorização da luta pela democracia como condição e parte do processo de luta socialista¹²⁴; (b) o surgimento dos novos movimentos sociais; (c) a busca de inscrição de direitos sociais, difusos e de cidadania na legalidade; (d) a recuperação do cotidiano como espaço de lutas; (e) a crescente importância do intelectual e das classes médias urbanas nas lutas sociais e (f) a importância do questionamento do lugar social da ciência e da cultura¹²⁵.

¹²³ sobre a crise de identidade dos operadores jurídicos, ver ARRUDA Jr. Edmundo Lima de. Advogado e Mercado de Trabalho: um ensaio sobre a crise de identidade sócio-profissional dos bacharéis em direito no Brasil. Campinas: Julex, 1988. O autor faz uma ponte entre esta crise de identidade, o ensino jurídico e o mercado de trabalho, demonstrando que o bacharel - e aí podemos incluir, também, o juiz - passa de um estatuto social de classe dirigente que tinha na Colônia e no Império (quadros do Estado) para o de profissional liberal (até década de 60) e, após esta época, para um estatuto de trabalhador assalariado (32,9% em 1950 contra 69,9% em 1973). Nesta obra é demonstrada a ligação entre o aumento desmesurado das instituições de ensino jurídico (130 em 1983!) e as necessidades do capital de um "exército acadêmico de reserva": pessoal qualificado para o setor público e controle do mercado no setor privado.

¹²⁴ a auto-crítica da esquerda vinha se esboçando desde 1950. Porém, tornou-se mais radical após os acontecimentos de 1968 - maio francês, invasão da Tchecoslováquia, lutas estudantis no Brasil, México, Japão, Estados Unidos e outros países. Após 1989, com a queda do Muro de Berlim, os paradigmas de esquerda implodem e buscam ainda uma definição frente as lutas dos novos movimentos sociais e as importantes questões colocadas pelos anos 90: preservação do planeta, papel do Estado, que tipo de mercado comum/globalização queremos, impacto das novas tecnologias, ressurgimento do neo-nazismo, etc. No que importa mais diretamente ao Direito Alternativo é que o deslocamento dos paradigmas de esquerda possibilitou: (a) abandono do sectarismo e vanguardismo; (b) abrangência para além dos operários industriais; (c) relação profissional com setores populares passa a ter mais igualdade; (d) valorização das lutas cotidianas e não separação entre "lugar do trabalho" x "lugar da política" nos profissionais urbanos.

¹²⁵ aqui se insere o fenômeno da "alternatividade", em geral. Conceitos como o de medicina alternativa, alimentação alternativa, etc... tem em comum com o Direito Alternativo a contestação do lugar de fala da ciência e dos paradigmas dominantes do cientificismo, cujo positivismo é o reflexo mais evidente no campo jurídico. Tal discurso, muitas vezes impregnado de misticismo, advém, porém, de importantes questões colocadas pelos movimentos de contestação dos anos 60: tecnificação/burocratização da vida

Como Movimento, o Uso Alternativo do Direito é originário da Europa, especialmente Itália, França e Espanha, em que juízes preocupados em julgar a partir de uma visão social mais avançada e em participar do processo de democratização do país (Espanha), ou afastando leis remanescentes de períodos ditatoriais (Itália), buscavam brechas na legalidade ou instrumentos hermenêuticos para julgar de acordo com esta visão social.

Como procedimento hermenêutico, o Uso Alternativo do Direito aparece em diversas definições, como a de Wolkmer, abaixo:

*"procedimento técnico-interpretativo que busca tirar proveito das contradições e antinomias do Direito positivo estatal em favor dos segmentos sociais desfavorecidos. Trata-se de explorar mediante a hermenêutica (interpretação de cunho libertário) as contradições e as crises do próprio sistema oficial frente às formas legais mais democráticas e superadoras da ordem burguesa estatal"*¹²⁶.

O Uso Alternativo do Direito é, segundo pensamos, fruto de um conflito que se desenvolve fora do espaço dos Tribunais, enquanto expressão ideológica de um conflito social mais amplo. De acordo com López:

*"Las instituciones públicas, los aparatos de Estado, son incapaces de dar satisfacción a las demandas sociales; y los servidores de esas instituciones, los funcionarios del Estado, los intelectuales, son alcanzados, comprometidos por las tensiones y conflictos en el sentido de verse radicalmente cuestionados en el ejercicio de sus funciones. Las crisis no les afectan tan sólo como reflejo, a la manera de onda expansiva de explosiones generales en otro lugar, sino que también forman parte ellos mismos del conflicto. La lucha de clases los engloba"*¹²⁷.

Importante é salientar que o Uso Alternativo do Direito tem por norte utópico o "progresso social", conforme definimos anteriormente. Não se confunde com julgamento contra a lei, ou mero antiformalismo. Não é qualquer interpretação hermenêutica que serve. O formalismo jurídico puro e simples é anti-pragmático

cotidiana, separação absoluta entre leigo/cientista, e desprezo à interdisciplinariedade, ao senso comum e à tradição enquanto discursos capazes de fornecer dados úteis ao conhecimento.

¹²⁶ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p. xxxiv.

¹²⁷ LÓPEZ, Modesto Saavedra. In: CALERA, Nicolás, LÓPEZ, Modesto, IBAÑEZ, Perfecto A. Sobre el Uso Alternativo del Derecho. Valencia: Fernando Torres, 1978. p. 30.

para a classe dominante de hoje. Nem o Uso Alternativo do Direito se confunde com mera aplicação eqüitativa da lei, ou com fórmulas vazias, cuja retórica impressiona, tipo "lógica do razoável". Pois "eqüidade", e "fins sociais", a Lei de Introdução ao Código Civil, promulgada em pleno Estado Novo garante como norte interpretativo - vazio, na realidade, e capaz de adequar-se a qualquer conteúdo valorativo. Não está aí a alternatividade.

Procuraremos, agora, a partir de um movimento concreto, tal como aparece no Rio Grande do Sul, na décadas de 80 e 90, compreender um pouco dos aspectos sociais e políticos que dão forma ao movimento de Direito Alternativo num sentido amplo.

CAPÍTULO III - O MOVIMENTO DOS JUÍZES ALTERNATIVOS NO RIO GRANDE DO SUL -

Esperar não significa necessariamente conhecer o futuro, mas sim estar disposto a acolhê-lo como um presente (...). Todavia, e aqui está o aspecto decisivo, este presente liga-se com uma atitude de recusa radical da injustiça, de protesto contra a violação dos Direitos Humanos e da luta pela paz e pela fraternidade. É por causa desta meta que a esperança torna-se uma função mobilizadora e libertadora para a história.

Arno Münster - "Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta".

Nos capítulos anteriores abordamos os conceitos fundamentais para uma compreensão crítico-dialética dos fenômenos jurídico e estatal, procurando destacar o caráter conflitivo das instâncias superestruturais. Em seguida, abordamos o Poder Judiciário enquanto agência estatal atravessada pelo conflito social, bem como os aspectos internos de difusão de práticas e ideologias dominantes, necessárias à reprodução das relações de poder. Buscamos, também, estabelecer elementos histórico-sociais globais e especificamente brasileiros capazes de configurar a compreensão da crise na instância jurídica e no Poder Judiciário, e os que levaram ao surgimento de práticas jurídicas alternativas.

No presente capítulo, desenvolveremos um tratamento descritivo e analítico do objeto específico desta dissertação: o Movimento de Juízes Alternativos no Rio Grande do Sul, a fim de compreender um aspecto parcial do conflito ideológico e da correlação de forças no interior do Poder Judiciário; fenômeno parcial que, se não explica em sua totalidade, esperamos que ao menos sirva como contribuição

modesta a uma compreensão mais ampla da dinâmica do reflexo das lutas sociais no seio do Estado.

Inicialmente efetuaremos uma descrição do Movimento, contemplando suas origens específicas, contextualizando temporal e espacialmente, e abordando o histórico, bem como a percepção da sociedade civil (em especial atenção às notícias e opiniões veiculadas através da imprensa), elemento importante para a compreensão das formas (míticas) que o Movimento vem adquirindo no imaginário dos operadores jurídicos tradicionais.

Num segundo momento, procuraremos estabelecer um perfil básico do Movimento através do material colhido em entrevistas realizadas com os principais atores envolvidos, extraindo os aspectos políticos e ideológicos de suas falas, tanto no que se refere ao imaginário social e político global, quanto aplicado ao mundo do trabalho, estabelecendo as possíveis vinculações com uma ideologia contra-hegemônica ou utópica, ou mesmo tradicional. Procuraremos, também, extrair das falas dos entrevistados informações e opiniões a respeito de suas práticas profissionais e sociais, sua compreensão da atual função do Poder Judiciário, seus métodos de trabalho, experiências concretas, e outras informações relevantes para a caracterização política, ideológica e social da magistratura alternativa no estado.

Por fim, procuraremos contextualizar o Movimento no universo das atuais práticas jurídicas, destacando o conteúdo político de sua atuação bem como os limites e possibilidades dessas práticas, tendo em vista o processo de construção da cidadania e a emancipação popular.

3.1- HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE JUÍZES ALTERNATIVOS -

Neste item, procuraremos configurar o contexto em que se deu a formação de um grupo de juizes, posteriormente denominados "alternativos", no Rio Grande do Sul, contexto este relacionado tanto a um nível interno, do Poder Judiciário gaúcho, quanto com a conjuntura política nacional.

Preliminarmente, gostaríamos de salientar que não temos a pretensão de explicar, a partir dos dados colhidos nesta dissertação, o porquê do surgimento do Movimento especificamente no Rio Grande do Sul, e não em qualquer outro estado da federação. É bastante difícil explicar satisfatoriamente a especificidade do Judiciário gaúcho com referência a possíveis características sócio-históricas ou políticas do estado - circunstâncias que hipoteticamente teriam criado condições para o surgimento de juizes com um grau de articulação mais elevado, a ponto de formar um grupo e chegar às manchetes de jornal do centro do país ¹.

Em verdade, o grupo de magistrados alternativos do Rio Grande do Sul, não possui uma originalidade absoluta. Magistrados com práticas alternativas já existiam em vários estados do país, trabalhando isoladamente e, após o grupo gaúcho, outros movimentos se formaram em outros estados da federação². Isto tudo sem levar em consideração os movimentos latino-americanos, bem como o Uso Alternativo do Direito europeu, que antecedeu os magistrados gaúchos em pelo menos duas décadas. O que parece ter havido no Rio Grande do Sul, pelo que podemos extrair

¹ recusamos, aqui, explicações que tendam a reforçar ideologias excludentes e muitas vezes perigosas (vide "República do Pampa"), de que tudo o que se faz no Rio Grande do Sul seja melhor, de que os gaúchos sejam a elite do país, etc. Mesmo se nos referíssemos a índices econômico-sociais para indicar uma possível "posição privilegiada" do estado, ou a afirmações de senso comum de que *"o Rio Grande do Sul é o estado mais politizado do país"*, tais elementos não satisfazem um critério mínimo de seriedade acadêmica. Quanto a questão da "posição privilegiada", além de plenamente discutível, não parece existir uma relação de causa e efeito determinante e, quanto à politização, se efetivamente aquela proposição estiver correta, veremos a questão jogada para outro plano: pois bem, e porque é "o estado mais politizado do Brasil"? Que critérios concretos temos para afirmar isto?

² destacaríamos, apenas indicativamente, o trabalho de juizes como João Baptista Herkenhoff, Duboc Pinaud, Nilo Entholzer Ferreira, Roberto Araújo dos Santos, entre muitos outros; bem como o surgimento, *a posteriori*, da Associação de Juizes pela Democracia em São Paulo (1991).

dos dados coletados, foi que determinados juízes decidiram reunir suas práticas e experiências profissionais isoladas, comuns à vários magistrados que atuam nos mais diversos recantos do país, e formar um grupo para discutir estas práticas, estudar filosofia do Direito, teoria crítica, questionar seu papel perante a sociedade, etc., - de forma pioneira no país. Em suma, pensamos que se este pioneirismo deve ser destacado, *não pode ser superestimado a ponto de procurar-se uma especificidade local num movimento que é, em realidade, parte de um movimento nacional.*

Veremos, agora, alguns aspectos da conjuntura imediatamente anterior à organização do Grupo de magistrados alternativos gaúchos. Julgamos importante destacar três elementos para a caracterização de um "campo fértil" para o surgimento deste grupo:

- (a) - o relativo caráter progressista do Poder Judiciário gaúcho, que permitiu o surgimento de setores anti-formalistas e contestatórios, precursores dos juízes que formaram o "grupo".
- (b) - o associativismo judicial combativo, consubstanciado na Associação dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul (AJURIS).
- (c) - o processo constituinte e a redemocratização do país.

Havia, anteriormente ao surgimento do "grupo"³, juízes e desembargadores gaúchos que se colocavam à esquerda no espectro político e ideológico; outros que desenvolviam - dentro de certos limites - reflexões hermenêuticas que priorizavam o aspecto instrumental do processo, o anti-formalismo e a diferença entre lei positiva e Justiça.

Já na década de 70 aparecem, na magistratura gaúcha, membros mais identificados com propostas que poderíamos chamar alternativas, ou que desenvolviam teoricamente reflexões de cunho crítico, ainda que fossem

³ a expressão diz respeito a um grupo de estudos formado após um curso de filosofia do Direito promovido pela Escola da AJURIS, que de "grupo de estudos" foi passando, paulatinamente, a um grupo de juizes identificados com o Direito Alternativo. Pelo fato do movimento não ter nome e de estar, naquele momento, fechado a participações externas (clandestinidade por opção), os magistrados se referiam, uns aos outros, como sendo ou não "do grupo" (de estudos), e ao próprio movimento enquanto "o grupo".

minoritários. Destacam-se, nesta fase, juízes reconhecidos como precursores pelos magistrados alternativos aqui entrevistados: José Paulo Bisol, Celso Geiger, Rui Ruben Ruschell, Fábio Koff, Sérgio Giskhow Pereira, Ivo Gabriel da Cunha, Élvio Schuck Pinto, Oswaldo Peruffo, entre outros. Colocados mais à esquerda ou menos à esquerda, todos eles desenvolviam práticas anti-formalistas e interpretações jurisprudenciais progressistas⁴ que acabaram por revelar um diferencial frente ao que se pode chamar de "ideal" de juiz hegemônico ou com referência ao anti-formalismo conservador.

Em 1975 surge um grupo associativo no interior da AJURIS, denominado "Grupo Jagunço". Os "jagunços" não eram alternativos, nem mesmo possuíam uma unidade ideológica ou uma prática judicial diferenciada; constituíam um grupo meramente associativo cuja principal "rebeldia" era discutir o autoritarismo nas relações internas do Judiciário e questionar a norma que permitia apenas aos desembargadores o acesso ao cargo de presidente da AJURIS. A maior parte dos juízes que pertenciam a este grupo estavam à esquerda, na chamada "grande esquerda" de oposição à ditadura militar.

Vejamos o seguinte depoimento de um entrevistado, sobre a conjuntura da época:

"Tinha ali um fato muito concreto, nós éramos juízes dentro de um Estado ditatorial. No teu atuar tu podias demonstrar perfeitamente quem estava a favor ou contra o Estado ditatorial, se era conivente ou não era. (...)

Entre o juiz de esquerda e o juiz de direita havia este divisor de águas: a favor ou contra a ditadura. A própria redemocratização acabou mostrando que tínhamos uma imensa "esquerda". Depois isto perdeu o sentido... não adiantava ficar esbravejando contra a ditadura, por que a ditadura tinha acabado. Eu diria que houve, na época, um grupo de muita importância dentro da magistratura, que foi o chamado "Grupo dos Jagunços", que se formou internamente, era um grupo que politicamente daria para se considerar de resistência à ditadura, mas ideologicamente não havia uma unidade. Foi este grupo que acabou prevalecendo na AJURIS a partir de 1979. Toda esta magistratura de esquerda acabou navegando

⁴ basta ver a jurisprudência listada por Amílton Bueno de Carvalho em: A Lei. O Juiz. O Justo, texto publicado originalmente na Revista da Ajuris em 1987 e, principalmente em Jurista Orgânico: uma contribuição, publicado em 1988. in: CARVALHO, Amílton Bueno de. Magistratura e Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1992.

nas águas deste grupo, o Bisol, que era desembargador... mas os juízes mais atuantes eram os de primeiro grau, Ivo Gabriel da Cunha, Stefanello, Elvio Schuck Pinto, Oswaldo Peruffo, etc.... "

Para efeitos de uma melhor compreensão da conjuntura institucional e política da época em que atuavam os "Jagunços", transcrevemos outra fala:

"Na magistratura sou um dos primeiros firmatários da chamada Carta de São Lourenço. Isso foi em 1978... A Escola reuniu os juízes em São Lourenço, à noite, eu e um grupo de colegas, ao invés de irmos para festas, churrascos, etc... nos reuníamos para discutir questões institucionais...

Pedíamos 10% de independência financeira, eleição para Presidente do Tribunal, nada de mais, mas em Porto Alegre já se dizia, "aquele pessoal de São Lourenço está revoltado!" Quem assinou a Carta era apontado: "olha lá, assinou a carta de São Lourenço".

Passa o tempo eu entro na "Comissão de Racionalização", formada por juízes do interior, nada de revolucionário, consistia apenas em racionalizar, organizar o serviço judicial, a burocracia. Bronca geral: "Ah, esse cara é da Comissão de Racionalização", "Comissão de Racionalização não entra aqui..."

Quando há um congresso no Paraná, sobre a reforma do CPC, sabe quem eles convidam do Rio Grande do Sul? Nenhum desembargador, nenhum processualista, só os juízes do interior, da Comissão de Racionalização. Sabe o que acontece? A Comissão é extinta por portaria do Presidente do Tribunal! "

O primeiro juiz desta geração em que os "Jagunços" atuavam a chegar a desembargador foi o hoje senador (PSB-RS) José Paulo Bisol, juiz de carreira. Bisol pode ser apontado como um verdadeiro precursor dos alternativos. Em seu discurso de posse no Tribunal de Justiça, em 1978, proferiu:

"Se o direito se exaure no texto legal, o direito não passa de um instrumento do poder, de um instrumento do soberano que faz as leis que quer. E nem sempre o soberano é o soberano que deveria ser. Ao passo que a norma jurídica reelaborada pela doutrina, reelaborada pela jurisprudência, reelaborada pelos costumes, reelaborada pela ética e pela religião, reelaborada pelos valores sociais, pelas ideologias, essa norma reelaborada cientificamente em cada hipótese sob consideração e julgamento, esta norma jurídica não expressa uma vontade estatal; expressa, isto sim, uma vontade comunitária, pelo menos no sentido de uma participação direta da comunidade na sua formação. E eu descobri que, se os homens do direito alcançarem definitivamente essa verdade, a distância entre o conceito de justiça social e justiça jurídica talvez se extinga, quando então ser juiz constituir-se-á realmente na mais nobre função da história, a função de estabelecer em cada caso a justiça social, a igualação das liberdades"⁵.

⁵ BISOL, José Paulo. Discurso de Posse no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. RTJRGS. Porto Alegre, v. 12, n. 70, tomo II, p. 924-28, out./1978. p. 927. (grifos nossos, indicando que importantes elementos do pensamento dos alternativos já estavam presentes, de forma publicamente manifesta, em

Neste discurso nota-se que havia uma preocupação na magistratura gaúcha com a distribuição da Justiça; mas ainda uma consciência precária e idealista na maioria dos casos. A magistratura gaúcha era fortemente marcada por concepções de ordem jusnaturalista e anti-formalista, onde autores como Radbruch, Recásen Siches e os processualistas italianos (Carnelutti, Chiovenda, Calamandrei) tinham larga circulação, bem como as concepções alinhadas ao jusnaturalismo tomista e ao tridimensionalismo realeano.

A composição desta magistratura, bem como elementos da ideologia dos magistrados gaúchos da época foi objeto de pesquisa pelo então mestrando em Ciência Política na UFRGS - e hoje juiz (entrevistado neste trabalho) - Umberto Guaspari. A pesquisa visava estabelecer a origem de classe dos magistrados e suas opiniões sobre júri, sindicalização, independência do Poder Judiciário, hermenêutica, e outras questões. Um questionário foi distribuído para um total de 400 juízes e desembargadores, na ativa e aposentados. Porém, apenas 20% retornou e a pesquisa não chegou a ser completada.

Tivemos acesso aos questionários e às respostas enviadas, de onde pudemos extrair alguns elementos que nos fazem crer que, já em 1979 (época da pesquisa) havia, dentro do conservadorismo que caracterizava a agência judicial de modo geral (e ainda caracteriza), espaço para algum questionamento e para posturas hermenêuticas mais abertas⁶.

Outro aspecto que influenciou o surgimento do "grupo", foi a existência de uma entidade associativa que demonstrava uma combatividade maior do que as

alguns juízes e desembargadores. Certamente Bisol, apesar de considerado por muitos um excêntrico, não estava sozinho e seu discurso encontrava eco em muitos colegas).

⁶ por exemplo, dada a afirmação *"a lei tende a beneficiar o rico e desfavorecer o pobre"*, 40 responderam que concordavam muito, ou um pouco; contra 32 que não concordavam. Perguntados se, para *"julgar deve-se utilizar mais conceitos técnico-jurídicos"*, apenas 06 (seis), contra 68 (sessenta e oito), responderam que sim. E à proposição *"para julgar deve-se usar mais conceitos jurídico-sociais"*, 61 (sessenta e um) responderam afirmativamente, contra 14 (catorze)! A pesquisa vem ao encontro do que procuramos demonstrar no capítulo II, item 2.2 deste trabalho: a existência de um claro deslocamento ideológico (crise ideológica interna) em que os paradigmas que sustentam simbolicamente a atuação dos operadores jurídicos, são colocados em cheque, especialmente em nível hermenêutico. Os dados fazem parte do acervo particular do autor da pesquisa.

associações de juízes dos outros estados. Fundada em 1944, a AJURIS (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul), a partir de 1975, foi hegemonizada pelos "Jagunços", e, desde aquela época, tem desempenhado uma função de integração social bastante grande entre os associados. Em 1981 a AJURIS criaria, em convênio com o Tribunal de Justiça, a primeira Escola Superior da Magistratura do país, destinada à preparação de bacharéis para concurso e também ao aperfeiçoamento de juizes.

A independência da AJURIS e da ESM em relação ao Tribunal é visto pelos magistrados gaúchos como uma conquista da organização e luta dos juízes. O papel combativo da AJURIS é ressaltado em grande parte das entrevistas:

"Também, aqui se criou uma associação dos juízes, a AJURIS, uma associação que tem independência frente ao Tribunal, muitas vezes contra... nós até já fizemos greve. Como é que são as Associações dos outros estados? Via de regra, são braços do próprio Tribunal, porta-vozes políticos... Embora a nossa Associação aja politicamente quando o Tribunal não pode, ela tem independência. (...). Aí surge o terceiro fator, que é a Escola Superior da Magistratura, que é ligada à AJURIS, e não ao Tribunal. No país inteiro as escolas ligadas aos Tribunais são submissas, autoritárias... disciplinadoras..."

Em 1984 circularia o primeiro número do jornal que foi o embrião do atual "Jornal da AJURIS", com um nome que mais lembra nome de fanzine ou qualquer coisa que não um jornal de uma associação de juízes: "Jararaca". O próprio nome do jornal salientava as suas intenções - despido de toda a austeridade, brincalhão, divertido, apesar de sério - aproximar os juízes entre si e com o povo. Não era um jornal de um grupo "alternativo", ou nada parecido, mas um rápido exame de seu conteúdo já deixa clara a postura dos operadores implicados. Num de seus editoriais, lia-se: *"é preciso que desçamos da excessiva austeridade, da seriedade formal do dia-a-dia e convivamos sem medo, com confiança, juvenilmente. Preciso é que saíamos do marasmo do alienamento social para a pura convivência"*⁷.

A Revista da AJURIS, publicada desde 1974, tem sido um dos principais órgãos de divulgação de trabalhos jurídicos doutrinários e teóricos, destacando-se

⁷ O JARARACA. Editorial. Porto Alegre, v. 3, n. 18. maio/1987, p. 02.

como vanguarda na divulgação de artigos sobre dogmática e teoria do Direito no país, abrindo espaço inclusive para artigos de cunho crítico. Nesta linha, um dos primeiros artigos publicados na Revista da AJURIS foi o do desembargador Sérgio Gishkow Pereira, *"Interpretação e Aplicação do Direito"*, no número 27, de março de 1983, onde pode ser percebida a passagem discreta de uma hermenêutica meramente anti-formalista para uma postura mais crítica e preocupada com a função social do ato de julgar, aos moldes do Uso Alternativo do Direito⁸.

A partir de 1985 a revista passa a circular com 10.000 exemplares e torna-se um dos principais meios de divulgação da crítica jurídica ou de uma doutrina mais avançada fora do âmbito meramente acadêmico. Assim, numa revista dirigida à operadores jurídicos, têm espaço análises dogmáticas ao lado de artigos teóricos dos mais variados matizes, e, não raro, artigos que unem estas duas perspectivas.

A importância da AJURIS é reconhecida por todos os entrevistados e, ao contrário do que se poderia pensar, os "alternativos" estão perfeitamente integrados na vida associativa⁹.

⁸ No artigo, Gishkow propõe a redimensionalização da lei em conformidade com o interesse social, apresentando profunda desconfiança com a padronização e estandarização do julgar, e propugnando que o juiz não aplicasse mecanicamente a legislação, mas utilizasse o método "empírico-dialético", e não a mera subsunção silogística. Utilizava para basear suas posições doutrinadores como Cossio, Reale, Siches, e Luiz Fernando Coelho. PEREIRA, Sérgio Gishkow. *Interpretação e Aplicação da Lei*. AJURIS. Porto Alegre, v. 8. n. 27. p. 111-120. mar./1982. Sérgio G. Pereira é uma das figuras mais destacadas da magistratura gaúcha, um dos pioneiros do Direito Alternativo no estado. Por ocasião da sua posse no Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, em 1988, assim se manifestou: *"O Juiz para a realidade brasileira, é o Juiz com consciência e preocupação política, pois, Poder do Estado que é, não se o admite alienado das seríssimas questões econômicas e sociais, a começar pela fome, a miséria, a desnutrição, o retardamento mental; aliás, é alienação não tolerável em nenhum cidadão, mesmo porque está desmistificada a neutralidade política: (...) dizer-se apolítico é assumir posição política, ou seja, estar ao lado das estruturas existentes (...)"*. E aqui faz apologia de um tipo de juiz: *O juiz que exercita autocrítica e a crítica das ideologias embutidas nos textos legais, sabedor de que a humanidade não tem quase escolha fora do discurso racional e livre de dominação (...). O Juiz ciente da onipresença do poder opressor, a começar pela própria linguagem. Que compreende, com Roberto Lyra Filho, que o Direito não é só estatal e que implica constante mudança e atualização aos novos fatos e valores, e, com Pontes de Miranda, que o magistrado, ao jurar cumprir a lei, se compromete com o Direito e não com a letra legal. O Juiz desconfiado das insistências em separar direito e moral."*

⁹ inclusive um dos entrevistados é vice-presidente da entidade. Trata-se de Cláudio Baldino Maciel, de cuja entrevista transcreveremos o trecho em que fala, como membro da diretoria, sobre o papel da AJURIS:

P: como é que foi que surgiu a AJURIS?

R: a AJURIS vai fazer 50 anos este ano (1994). Primeiro ela surgiu atrelada ao Tribunal, pois o presidente da AJURIS tinha que ser necessariamente um desembargador. Depois a coisa foi mudando... tivemos Juízes de Alçada presidentes, depois juízes de Direito. Hoje o nosso presidente é juiz de Direito, chegou a bem pouco tempo em Porto Alegre. É o Günter Spode.

Em 1987 ocorre um fato muito importante para a politização dos magistrados gaúchos: *fazem a primeira greve de juízes que se tem notícia no Brasil.*

A magistratura gaúcha parou três vezes, em dezembro de 1987, em maio de 1990 e em setembro de 1991. A greve de 1987 durou 5 dias, de 13 a 17 de dezembro de 1987, e conseguiu uma adesão invejável a qualquer sindicato operário do mundo: paralisou 99.2% dos 550 juízes gaúchos em primeiro e segundo graus (dois juízes na capital e dois no interior não pararam), por 108 % de reposição salarial. Segundo dados de Zero Hora¹⁰, foram três mil audiências canceladas, somente na capital e 700.000 processos parados em todo o estado.

A greve representou um avanço muito grande na consciência dos juízes, pois estes passaram a adotar um comportamento de grupo, de movimento social, contrapondo-se à visão ideologicamente hegemônica de que o juiz é um ser solitário, de acordo com o que vimos no capítulo anterior. Então, passam os juízes a ir às assembleias, propor discussões, votar e pressionar o Governo. Por parte da sociedade há também avanço na medida em que a população pensa *"juiz faz greve?"* Então, *"quem é o juiz?"*.

P: ele é ligado ao grupo?

R: acho que ele nunca participou de nenhuma reunião do grupo, mas suas posições são progressistas.

P: Quem ganhou a última gestão foi a situação?

R: sim, a situação. Este grupo está na AJURIS há umas 4 gestões. Gestão passada foi a que participou o Marcos Scapini e o Puggina. Hoje eu estou na vice-presidência.

P: existe uma demarcação ideológica nítida entre as chapas que disputam a AJURIS?

R: ... o critério político sempre existe. Mas as coisas na magistratura ainda são muito funcionais... na própria chapa de oposição havia gente de diversos matizes. Como os juízes são vedados de participar na política partidária, e os juízes se omitem de se manifestar, estas campanhas são feitas sem abordar questões políticas... é mais na linha de "vamos prestar tais serviços aos associados, vamos investir nesta linha"... O que se diz é que vamos seguir participando da AMB, vamos seguir tendo posturas críticas como aquelas passadas...

Nós agora criamos um Departamento de Promoção da Cidadania, vários colegas trabalhando nisto, sob uma ótica crítica em vários aspectos do direito, execução criminal, infância e juventude.

P: vocês fazem panfletos?

R: sim, certamente... nossa chapa, pelos textos produzidos, toca menos na questão dos serviços da AJURIS, e privilegia mais esta prestação assistencial, e inserção da AJURIS na realidade nacional. E sistematicamente a AJURIS, através do seu Departamento de Imprensa tenta deixar bem claro suas posições frente à sociedade, em prol da cidadania.

¹⁰ ZERO HORA. Greve dos Juízes pode Acabar Amanhã. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1987. p. 42.

Neste momento já existia o "grupo" de juízes, e certamente nesta greve os "alternativos" desempenharam um papel central:

"Num determinado momento entendemos que tínhamos que fazer uma greve. Era uma questão para aproximar, para aproximar os juízes dos trabalhadores, que tinha aquela coisa que "greve é bagunça", então se os juízes fizessem greve, dava um duplo efeito: primeiro para desmistificar a palavra "greve". Inclusive era ilegal... Depois para que a burguesia se desse conta de que os juízes também faziam greve....

P: mas a questão era salarial, também?

R: sim, claro que o juiz sempre ganhou mais, vinte vezes mais do que um trabalhador, mas não podíamos concordar com a defasagem, já que há a garantia constitucional de irredutibilidade de salários.

Se tu ganhas 20 e começa a ganhar só quinze vezes mais, tu ficas defasado, afinal de contas tu crias uma série de necessidades e compromissos, tu acabas te proletarizando. Talvez até se o juiz se proletarizasse fosse bom por um lado... não sei. Mas de qualquer forma, nós achávamos que era um absurdo o salário, por que o juiz do Rio Grande do Sul era o que ganhava menos em todo o Brasil ".

O depoimento acima revela que, para alguns juízes implicados, a questão era, além de salarial, ideológica. Nas assembleias, inclusive, certos juízes que faziam parte do "grupo" desempenhavam o papel de "elementos de radicalização", enquanto outros procuravam cooptar juízes mais tradicionais à idéia.

Nós tínhamos uma estratégia de colocar as pessoas na assembleia, eu, por exemplo era "o porra-louca". Sempre pedia greve, e a proposta sempre era vencida, ele até já sabiam. Mas tinha outras pessoas que não eram conhecidas como do grupo, que colocavam propostas "meio-termo".

Quando estourou a greve, a palavra "greve" já estava amadurecida na cabeça das pessoas, a proposta greve nem foi de gente do grupo, aliás, não era na época, era o Dr. Stefanelo, que hoje é ligado ao grupo. Era uma pessoa sempre bem conceituada ".

Entre os entrevistados, está muito presente que a greve de 1987 desempenhou um papel muito importante para a aproximação dos juízes com a população:

"E aí se pergunta: "é admissível que um juiz faça greve por escito remuneratório?" Eu acho que é. Existem certos mitos... somos trabalhadores assim como qualquer grupo de trabalhadores, apesar de fazermos parte de um poder político do Estado.

Isso serviu também para aproximar mais o juiz do povo ".

Já em 1989, a AJURIS publicaria uma nota na imprensa gaúcha. Resultado de uma assembleia geral realizada em 9 de junho, a nota foi veiculada nos dias 18 e 19 de junho nos principais jornais do estado: Zero Hora e Correio do Povo, tendo

ampla repercussão e gerando entrevistas em rádio, e matérias e entrevistas nos jornais do centro do país (como Jornal do Brasil e O Globo). O teor da nota/manifesto revelava uma postura de compromisso social de parte da Associação:

"Os juízes do Rio Grande do Sul: pela reforma agrária; pela reforma urbana; por justiça social; pelo direito constitucional de um salário mínimo digno e estipêndios de aposentadoria não inferiores aos de atividade; pelo direito de habitação; pela distribuição de renda e na defesa de todas as formas de vida".

E seguia:

"(...) julgar iguais é uma coisa e julgar desiguais é coisa completamente diversa. Só em uma sociedade em que as relações sociais e interpessoais estejam potencialmente equilibradas é que se torna possível o exercício sereno e justo da função jurisdicional". ¹¹.

Outro fator importante na formação do "grupo" foi o período político-social da década de 80, marcado pela radicalização dos movimentos sociais, que já se ensaiava ao final da década de 70, o *boom* dos novos movimentos sociais e tempo, também, de rearticulação dos partidos políticos, bem como de busca de inscrição dos direitos no espaço estatal e democratização da sociedade política (Diretas Já, surgimento do PT, legalização dos PCs, Constituinte). Esta conjuntura tem reflexos óbvios no campo do Direito, configurando o *"mais alto nível de participação política autônoma já atingido pelas classes populares"* ¹².

¹¹ AJURIS Lança Manifesto. *Jornal da Ajuris*. Porto Alegre, Julho de 1989. n. 15. p. 03. (grifo nosso). - reproduzido em ZERO HORA. Porto Alegre, 18 de junho de 1989 e CORREIO DO POVO. idem. O Editorial do Jornal da AJURIS de Julho de 1989, *"Thêmis - a deusa louca"* - com referência à nota publicada na imprensa, comentava: *"A repercussão evidencia que a sociedade brasileira anseia por ver os seus juízes, não como frios e descompromissados hermeneutas de textos legais, mas como cidadãos, co-partícipes da cena social; ocupados com ela, mas também, 'pré ocupados' com a sua transformação". O posicionamento contrário que vê a qualquer pretexto, texturas ideológicas ou comprometimentos políticos sonega ao juiz e aos jurisdicionados a realidade social e reflete uma postura ultrapassada em que a distância era requisito para a equidistância. Esta postura é significativa da justiça cega, de venda nos olhos (Thêmis, deusa louca, a distribuir golpes às cegas). Melhor que não se lhe retire a venda pois o pó da história, cuja caravana perdeu, lhe danificaria as retinas. Pó e realidade sempre causaram cegueiras voluntárias"*. cit. p. 01 (grifos nossos).

¹² Souza Lima *apud* PINTO, João Batista Moreira. *A Cultura Instituinte dos Novos Movimentos Sociais frente à Cultura Jurídica*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito/UFSC. 1991. p. 27. A ditadura militar parece ter funcionado como uma espécie de "panela de pressão", que acabou possibilitando o aparecimento de órgãos de base, como efeito perverso, pois a luta político-partidária ou revolucionária estava enfraquecida. Ao ser destampada a "panela", deu-se um efeito bastante interessante que provocou o *boom* das lutas populares no Brasil, ao lado de um *boom* cultural, sem

O principal fator de influência, porém, no que afeta os juízes alternativos, como reflexo das lutas político-sociais na instância jurídica, foi sem dúvida a Constituinte. Nem tanto a Constituição de 1988 - que também influencia na medida em que muitos institutos jurídicos tem de ser requestionados, e abrem-se novos caminhos para uma hermenêutica progressista¹³ - mas pelo próprio processo constituinte mesmo, onde a sociedade civil e, com mais razão, os juristas, discutiram o Direito numa perspectiva utópica: o Direito que *deve-ser*. Poderíamos até mesmo arriscar a dizer: se o Brasil tem hoje um regime democrático, deve pouco à Constituição e muito à Constituinte.

Nesta época produziu-se no país um fenômeno cultural que tinha por base a contestação de todos os lugares de poder. Natural, portanto, que o Judiciário também fosse atingido. O engajamento político aumenta nos setores dominados e inclui a classe média e boa parte dos setores "liberais", entre estes os advogados. A existência de uma ditadura tornou mais visíveis os problemas sociais e o quanto anti-popular era o Estado e a legislação da Ditadura.

Então, em 1986 a AJURIS forma uma comissão para elencar sugestões para a Constituinte, que seria debatida no Congresso Nacional de Magistrados daquele ano. Membros da comissão: Ruy Ruben Ruschel, Sérgio Gishkow Pereira, Rui Portanova, entre outros. Destas reuniões, surgem algumas propostas bastante interessantes, como a permanência máxima de 10 anos no cargo de desembargador, o atendimento jurídico gratuito em vilas e núcleos urbanos, a expressão da função

igual na década de 90. Florestan Fernandes qualifica o período 1981-1985 como "*caos fecundo*". cf. FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

¹³ de acordo com Faria "*quanto mais tais lutas e tais debates se intensificaram, mais provocaram a progressiva visibilidade de uma conflituosidade nova e original, com características dificilmente acomodáveis às estruturas legais das instituições governamentais vigentes - o que terminou por conferir ao sistema jurídico globalmente considerado o perfil de uma estrutura 'geológica'. Isto porque os códigos e as normas desse sistema seriam, em termos concretos, compostos de vários estratos não necessariamente bem articulados entre si; tais estratos apelariam para objetivos e interesses sociais distintos na medida em que, num espaço geo-político não existiria uma única ordem legal, organizada de modo harmonioso, lógico, 'sincrônico', mas várias ordens justapostas e 'diacrônicas', com lógicas próprias, ritmos distintos e significados específicos, todos eles ocultados ou mascarados pelo monopólio do Estado na produção e distribuição do direito, expressando-se sob a forma de várias 'gerações' de categorias e procedimentos jurídicos, alguns mais antigos e em declínio e outros mais novos e em ascensão*". FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito*. São Paulo: RT, 1991. p. 24.

social do contrato e da propriedade, e um salário mínimo que garanta as necessidades vitais.

No seguinte depoimento podemos visualizar como estas reuniões desempenharam, em alguns, um efeito de "deslumbramento", de descoberta de sua *dimensão de cidadania*:

"Quando das discussões sobre a constituinte, eu descubro que tem um grupo de trabalho ligado a sindicatos, PT... e eu vou lá. Me perguntavam, "de que entidade tu és?" E eu respondia: "não sou de entidade nenhuma, sou eu mesmo..." . "E o que tu és?" . "Sou juiz..." .

Daí eu começo a participar, lembro que eu peguei a Constituição velha e comecei a escrever uma nova, "então aqui está assim... mas que tal assim..?" Dentro da AJURIS, também havia reuniões, eu tinha uma proposta de eleição para o Presidente do Tribunal, e o Amílton para todos os desembargadores... juntamos as nossas propostas e apresentamos uma proposta de eleição de toda a administração do Tribunal.

Aí começamos a nos juntar e ver que as nossas idéias fechavam...

Surgiu então com esta coisa da Constituinte. Eu pegava e criava um artigo que dizia... "fica extinta a propriedade privada" ..."

Neste momento de discussão e reestruturação política nacional é que se forma o "grupo" no estado. A época em que surge o "grupo" pode ser situada em meados da década de 80, no período que coincidiu com as primeiras discussões sobre a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Há dúvidas sobre o ano exato em que surge o "grupo", mas, segundo depoimentos dos próprios participantes do Movimento (que apresentam datas divergentes) podemos situá-lo entre 1983 e 1987. O "grupo", baseou-se num núcleo inicial de juízes, especialmente Amílton Bueno de Carvalho, Sérgio Gishkow Pereira, Márcio Puggina e Henrique Roenick, que passaram a identificar-se ideologicamente e articular uma maior aproximação.

Alguns depoimentos colocam que as primeiras articulações são ainda mais antigas.

"(...)Até que numa reunião da cordenadoria, em Santa Maria, lá por 80/81, num bar, depois da reunião, um grupo de juízes, me recordo o Amílton, o Puggina, o Sérgio Gishkow, tomando chopp, começamos a discutir da possibilidade de nos organizarmos e estudarmos.

Prevaleceu por maioria a idéia de que o grupo deveria permanecer fechado, até por instinto de preservação".

Um depoimento situa em 1983 estas primeiras articulações, caracterizando como se deu o processo de identificação entre os magistrados que comporiam o Movimento, anos mais tarde.

"O que caracterizava cada um de nós que formamos o movimento de Direito Alternativo era ter uma visão mais ideológica, e não apenas política. O que caracterizava esta grande esquerda era um compromisso político: acabar com a ditadura. Mas ideologicamente era muito diversificada, o Paulo Brossard, por exemplo, era considerado de esquerda. (...) Quando começou o processo de abertura, 80% das pessoas que integravam a magistratura eram contra a ditadura militar.

Nós tínhamos realmente um pensamento mais ideológico, de transformação da sociedade... o grupo surge aí, eu identificava, às vezes, no Amílton, no Portanova... algumas manifestações em assembleias, em alguma coisa que escrevia... eu via mais do que simplesmente uma resistência à ditadura.

Quando eu vim para POA em 83, comecei a dar uma mão na Escola da Magistratura, coordenando um grupo de estudos... e um dia, conversando com o Amílton, e ele me perguntou: 'escuta, qual é a tua? às vezes tu me parece um cara de esquerda às vezes tu me parece um reacionário'. E eu coloquei: 'então vamos conversar, o que tu entendes por um cara de esquerda?' Começamos a conversar e vimos que nos afinávamos... tínhamos que de alguma forma nos unir".

"(...) em 1983 a gente começou a se reunir... havia um grupo de filosofia na Escola Superior de Magistratura... e então surgiu a idéia "vamos estudar filosofia, acho que é o que está nos faltando, mas a partir de um ponto de vista ideologicamente determinado". Queríamos fazer uma visão crítica do Direito".

O "grupo" de juizes passa a ser articulado, inicialmente, enquanto um curso de Filosofia do Direito na Escola da Magistratura. Segundo pudemos extrair das entrevistas, o curso durou em torno de 6 meses e contou com a participação ativa dentre 15 a 20 juizes. Após o final do curso, tendo em vista a identificação política, ideológica e pessoal dos participantes, estes decidiram continuar estudando e se reunindo, constituindo um grupo de estudos de teoria social, política e jurídica crítica, convidando palestrantes e discutindo sentenças. Havia a consciência da necessidade dos juizes progressistas se articularem no estado. Alguns colocam que o grupo de estudos surgiu formalmente ligado à AJURIS, por uma questão de legitimação, inclusive pelos colegas do interior, que teriam uma justificativa formal diante da Corregedoria para vir à Porto Alegre toda a semana.

"sabíamos que a filosofia era uma espécie de pretexto para nos reunirmos".

As reuniões do "grupo" sempre se desenvolveram de maneira informal. O "grupo" de juízes alternativos caracteriza-se, aliás, por este baixo grau de formalização/institucionalização. Não possuíam nesta fase - nem possuiriam depois - um presidente, atas, etc.; nem se constituíram em Associação, como fizemos magistrados paulistas da Associação de Juízes para a Democracia). O "grupo" nem mesmo possuía um nome - era sempre referido pelos participantes enquanto "O Grupo", "nosso grupo de estudos", ou "grupo de Direito Alternativo", como ficou posteriormente conhecido. Ainda hoje os magistrados alternativos carecem de formas organizativas próprias a estes tipos de aparatos, tais como estatutos, regulamentos ou hierarquias. Tal grau de institucionalização é compreensível, uma vez que a AJURIS parecia corresponder às carências de organização formal, a burocratização seria politicamente perigosa e, a rigor, desnecessária.

Quantos eram os "juízes alternativos"? Dado a dinâmica do "grupo", que após a fase de "clandestinidade" abriu suas reuniões para qualquer juiz que quisesse participar, era muito fluida, os próprios entrevistados não souberam precisar um número exato. Durante a fase "fechada", participavam em torno de 15 a 20 juízes. De acordo com uma lista de endereços de uma "rede" (sentenças eram trocadas pelo correio) mantida por Amílton Bueno de Carvalho, havia 64 juízes no Rio Grande do Sul (160 em todo o Brasil) que se interessavam em receber as sentenças e o material que era mandado. Isto, porém, não significa que todos os interessados se alinhassem com o Direito Alternativo.

Assim, os estudos eram realizados

"(...) não de uma maneira formal, acadêmica, mas de uma maneira informal, com conversas... e aí foi-se criando um certo espírito de grupo, a partir daí se viu que havia alguma identificação político-filosófica dos membros do grupo, todos eles situados dentro de uma certa linha... claro, com suas nuances, todos se entendendo progressistas, ninguém se colocando de forma a apoiar o Sistema que está aí, todos o consideram injusto... o sistema estatal nos parece que deve ser superado... pela Revolução, enfim... e a trajetória do grupo foi esta".

"Aí as reuniões passaram a ocorrer informalmente, sem muita organização e com muita perda de energia, mas com o tempo fomos nos educando a discutir com mais critérios. Começamos a convidar professores, pessoas mais capacitadas, para nos apresentar trabalhos, palestras, enfim. E essas pessoas eram questionadas, etc... sem maiores formalidades. Depois começamos a pautar o nosso trabalho por uma linha, digamos, histórica. Passamos a estudar, ainda que com alguma superficialidade, filósofos e pensadores como Platão, Aristóteles, e vimos vindo, até os modernos, Marx, Max Weber, etc".

Num primeiro momento, as atividades eram marcadas por uma certa clandestinidade, uma necessidade de defender-se com o fechamento do grupo de estudos. Conforme coloca Carvalho,

*"a atividade, num primeiro momento (...) foi às escondidas. Talvez por isso fossem convidados para participar das reuniões apenas determinados juízes. A exigência era dúplice: na ponta ideológica, socialistas, e, na ponta ética, profissionais que mantivessem seu serviço rigorosamente em dia e que fossem íntegros"*¹⁴.

Carvalho destaca três momentos na história do grupo:

a) a infância: em que a atuação dos juízes era isolada, não se diferenciava muito do tradicional positivismo legalista, porém havia uma certa identificação dos juízes baseada em *"capacitação técnica, postura ética inabalável e um sentimento de origem talvez psicológica ou religiosa, de desconformidade com o resultado prático de sua atuação que perpetuava a dominação"*¹⁵.

b) adolescência: quando da formação do "grupo" propriamente dita, fase caracterizada pelo sentimento de revolta, belicosidade, maniqueísmo e subjetivismo absoluto. As sentenças eram reformadas pelo Tribunal praticamente em sua totalidade.

"A tendência era decidir em favor dos pobres, tão só pelo fato pobreza. Era algo dogmático. Houve troca do dogma da legalidade estreita pelo da pobreza. Tudo era questão de declaração de renda: litígio

¹⁴ CARVALHO, Amilton Bueno de. *Atuação dos Juízes Alternativos Gaúchos no Processo de Pós-Transição Democrática* (ou uma práxis em busca de uma teoria). Texto Digitado. Porto Alegre, 1994. p. 5.

¹⁵ op. cit p. 6.

entre locador e locatários (...) decisões seguiam na proteção do locatário tão-só pelo fato de se o imaginar como o 'fraco na lide contra o forte'"¹⁶.

c) momento atual - caracterizado pelo abrandamento das posições sectárias anteriores, busca da racionalidade do julgamento e visão social dialética, conforme discutiremos mais adiante.

O surgimento deste grupo certamente desempenhou um papel de conscientização e politização dos juízes envolvidos:

"Já tinha uma certa preocupação com as possessórias, de deixar o possuidor, mas não era nada sistemático... O que muda hoje é isso, é sistemático, é constante, é todo o processo. Não passa um processo que eu não tenha essa preocupação política, é consciência, é comprometida... passo mal quando não encontro uma solução".

"(...) Lá é que eu fui ler sobre marxismo, saber quem eu era".

Numa fase posterior à "clandestinidade", os juízes alternativos passaram a participar de palestras e debates, inicialmente restritos ao meio jurídico nacional.

Já em 1987 (de 18 a 23 de julho) o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul realizaria o colóquio *"Direito Achado na Rua"*, organizado pela Prof^a Luiza Helena Moll, teve a participação de inúmeros operadores jurídicos identificados com as propostas do Direito Alternativo: José Geraldo de Souza Jr., Jairo Bisol, Tarso Genro, Jacques Alfonsín, entre outros. Neste mesmo ano, organizado pelo Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), da Faculdade de Direito da UFRGS, teve lugar, no mesmo auditório do IARGS, o curso *"Direito Insurgente"*, em que falaram, entre outros, os juízes Sérgio Gishkow Pereira e Amílton Bueno de Carvalho.

Deu-se início em 1987, também, a publicação de artigos por parte dos juízes participantes do grupo, enquanto fruto de discussões realizadas durante os encontros. Destaca-se o artigo de Amílton Bueno de Carvalho *"A Lei. O Juiz. O Justo"*¹⁷, de ampla repercussão nos meios judiciais e nas faculdades de Direito.

¹⁶ op. cit. p. 8.

¹⁷ cit.

Porém, seria um fato imprevisto que tornaria público, em nível nacional e fora dos restritos meios jurídicos e acadêmicos de Porto Alegre, o Movimento dos juízes gaúchos e a proposta do "Direito Alternativo": a publicação de uma matéria sensacionalista, para não dizer escandalosa, no Jornal da Tarde de São Paulo, de 24 de outubro de 1990, conforme veremos no item seguinte. Tal publicação teve o efeito de implodir um certo provincianismo que havia no grupo, passando a integrar suas propostas em nível nacional. Diante da perplexidade gerada pela publicação, decidiram alguns juízes alternativos, em reunião com juristas críticos de outros estados, entre os quais José Eduardo Faria e Edmundo Lima da Arruda Jr., assumir de público e nacionalmente o Movimento; decidindo-se organizar, em Florianópolis, o Iº Encontro Internacional de Direito Alternativo, realizado no ano seguinte.

Já na década de 90, os magistrados que compunham o "grupo", até pela própria abertura de suas propostas, deixam de constituir-se enquanto grupo fechado e passam a adquirir caráter de um verdadeiro "Movimento". A dinâmica deste portanto, tem-se apresentado mais aberta. Se antes sabia-se quem era e quem não era do "grupo", hoje as propostas do Direito Alternativo circulam mais livremente nos meios judiciais gaúchos, e as próprias reuniões têm ficado cada vez mais esparsas. Existem propostas de fundar-se uma associação de juristas englobando magistrados, advogados, procuradores e promotores de justiça vinculados à idéia do Direito Alternativo.

Os magistrados continuam na ativa, portanto. Recentemente alguns juízes criminais do Fórum de Porto Alegre tentaram veicular em Zero Hora um manifesto intitulado *"A Questão dos Presídios"*, onde colocam:

"Discorrer sobre a situação atual dos cárceres é tratar do óbvio: todos, absolutamente todos, têm ciência do que lá ocorre. Tudo é tão degradante que o homem médio não suportaria conviver com a possibilidade de lá estar, mesmo porque, ante um sistema legal penal que privilegia os delitos dos pobres, o homem médio dificilmente lá chega.

E aos juízes esta situação tem contornos dolorosos. É que ao condenar alguém, o juiz consciente ou inconscientemente, adere, no plano ético, com o resultado da decisão. Ou

seja, o juiz é responsável pelos efeitos da condenação; fica vinculado psicologicamente ao homem que determinou vá cumprir pena em presídio".

O manifesto denota claramente que algumas idéias defendidas pelos alternativos tem tomado corpo no interior da magistratura, escapando de uma noção sectária de Movimento.

Alguns outros aspectos da atualidade do Movimento, especialmente em relação à sua atuação política e jurídica transformadora, serão abordados no último item deste capítulo.

No próximo item veremos como o Movimento foi percebido pela imprensa, por alguns operadores jurídicos e outras entidades da sociedade civil que se manifestaram em repúdio ou solidariedade aos juízes alternativos quando da publicação da reportagem do Jornal da Tarde.

3.2 - A PERCEPÇÃO DO MOVIMENTO PELA SOCIEDADE CIVIL: IMPrensa E OPERADORES JURÍDICOS -

Os rumos do Movimento se alteraram significativamente quando a grande imprensa resolveu investir no fenômeno com sensacionalismo, a fim de conseguir uma dupla vantagem (a) a vendagem de mais exemplares através da fabricação da notícia e (b) golpear de morte o movimento de Direito Alternativo. Cumpriu assim a sua sina de empresa privada e aparelho de Estado ao mesmo tempo.

Em meados de 1990, o jornalista Luiz Maklounf, do Jornal da Tarde, telefonou para Amílton Bueno de Carvalho dizendo ser indicado por José Eduardo Faria (também articulista do JT e amigo de Amílton). Queria ir a Porto Alegre entrevistar os participantes do Movimento. A questão foi colocada ao "grupo" e este entendeu ser importante a matéria, pois iria abrir a possibilidade de articular um movimento em nível nacional. Concordaram em receber o jornalista.

Maklounf veio a Porto Alegre, fez várias entrevistas, participou de conversas informais e jantas, de onde pôde retirar deste convívio íntimo, verdadeiras "pérolas" que lhe serviriam para compor a matéria, que se esperava séria, mas que acabou resultando numa verdadeira catástrofe jornalística.

Escrita num estilo sensacionalista e tendente a criar um clima de antagonismo com o leitor mais conservador, apelando para "frases de cafezinho"¹⁸, a matéria visava colocar a maior parte da opinião jurídica nacional contra o movimento.

A reportagem do Jornal da Tarde sairia a 24 de outubro de 1990. Manchete de capa: *"Conheça os Juizes que Querem que a Lei se Dane"*¹⁹. Feita num estilo nada sutil, com matéria de capa destinada claramente a chamar a atenção,

¹⁸ na expressão de COUTINHO, Jacinto Miranda. Direito Alternativo: Tem Razão os Juizes Gaúchos. Bonijuris, n. 74, p. 844 - 20.01.91. Amílton Bueno de Carvalho e outros juizes que estavam presentes na entrevista com o jornalista Maklounf, garantem terem pronunciado certas frases mais "chocantes", em momentos de descontração e numa janta, fora da entrevista, portanto.

¹⁹ JUÍZES Gaúchos Colocam Direito Acima da Lei. Jornal da Tarde. São Paulo, 24 de outubro de 1990. p. 6 (Luiz Maklounf).

apresentava o "grupo" como um bando de loucos, constituído de juizes que *"têm por norma tomar decisões contra a lei sempre que consideram injusta a sua aplicação"*. A reportagem, intitulada *"Juizes Gaúchos Colocam Direito Acima da Lei"* é absolutamente preconceituosa e unilateral. Refere-se, inclusive, a palavras de baixo calão que teriam sido ditas pelos entrevistados: *"perdi a virgindade com a lei em 1983"*, ou *"a lei era claramente injusta (...) eu a mandei à puta que o pariu (sic) e autorizei o município a pagar"*.

No dia seguinte, com a violenta repercussão da reportagem, o Jornal da Tarde ataca de *editorial* e matéria pedindo a opinião de juristas consagrados, como Celso Bastos e Godofredo Telles Jr. No editorial *"Juizes Alternativos"*²⁰ é usada uma técnica jornalística subliminar: duas palavras se destacam, em negrito, no meio ao denso texto de letras miúdas, de leitura rara, como são os editoriais de jornal entre os leitores: *"contra legem"* e *"Direito Alternativo"*. A vinculação é imediata: Direito Alternativo como o direito que afronta a lei. Ao fim e ao cabo é tudo isto que sobra.

Diz:

"o mais preocupante é o fato de que esses magistrados de primeira instância estão optando por uma atuação de caráter abertamente ideológico. Quase todos são muito jovens e idealistas, o que os leva a compensar a falta de experiência pela determinação de mudar as estruturas sociais - e como são obrigados a iniciar sua carreira servindo em comarcas do interior, se impressionam (sic!) com os problemas sociais das comunidades em que passaram a viver e atuar profissionalmente, o que os faz tomar decisões que confrontam com o espírito de toda a ordem jurídica vigente.

(...) não escondem sua disposição de substituir a neutralidade da ordem jurídica por uma opção socialista. Aliás, a expressão por eles escolhida para se autodesignar foi copiada dos movimentos de magistrados italianos e franceses simpatizantes do Partido Comunista (...) Ao agirem em nome de uma ideologia já sepultada pela História e cujo atestado de óbito foi assinado por insuspeitos intelectuais marxistas, os juizes gaúchos estão dando, com seu vigor juvenil, uma demonstração de anacronismo. Afinal, a quem interessa a desordem jurídica e a crise do judiciário a não ser aos inimigos da democracia?"

²⁰ EDITORIAL. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 25 de outubro de 1990. p. 2.

O editorialista faz a seguinte vinculação: Direito Alternativo = socialismo = Partido Comunista = ideologia anacrônica. O juiz alternativo, muitos deles de farta cabeleira branca, é pintado como um jovem "impressionado" com os problemas sociais, e mal informado a respeito da "morte das ideologias". Com certeza eles existem, em algum rincão do Rio Grande, perdidos entre vacas, cavalos e livros marxistas dos anos 60, fumam maconha, usam barba, óculos redondos, e nas horas vagas vendem de porta em porta poesias em xerox.

Em seguida, publica-se uma matéria no Estado de São Paulo: "*Juízes fundam grupo de 'Direito Alternativo'*"²¹. Vê-se, aqui, a mesma estratégia da mídia: buscar reduzir o movimento e sua seriedade a um conteúdo superficial e ridicularizá-lo. "*Não usam toga, gostam de trabalhar de tênis e querem serrar as pernas de suas mesas para julgar as partes de igual para igual*".

A grande imprensa, enquanto aparelho ideológico hegemônico pela burguesia, necessitava de matérias que pintassem um Direito Alternativo *para a opinião pública*, mais fácil de ser atacado. Por isso, construíram, de certa forma, um movimento frágil e muito mais "radical" do que é na realidade; com a intenção de formar um senso comum manipulado em determinada direção, *conformando e não informando* o público leitor.

Discutir seriamente o Direito Alternativo num meio de comunicação popular não é boa estratégia. Preferiram, portanto, ao invés de convencer os leitores salientando suas divergências com a visão alternativa, onde haveria risco de colocar a população ao lado dos juízes, pintar um Movimento folclórico e mais fácil de ser atacado. E logo vieram os rótulos: "*juízes-punks*", arrogantes, indisciplinados, exibidos. Assim, a essência foi desprezada em favor do exótico.

Porém, evidentemente, qualquer que fosse o tratamento da imprensa, era de se esperar que viessem críticas. Isto, de certa forma os alternativos sempre souberam; como coloca o juiz Fachinni, "*seria uma frustração, com todas as*

²¹JUÍZES Fundam Grupo de Direito Alternativo. O Estado de São Paulo. 27 de outubro de 1990, p. 24.

*reuniões de estudo que temos e também com nosso trabalho, se ninguém se sentisse incomodado"*²².

A discussão continuaria ao longo de todo o ano de 1991, em vários jornais do país. Debates dividiram os juristas entre aqueles que apoiavam, os que abominavam a idéia e os indecisos, que a consideravam interessante de certa forma mas, com o tratamento dado pela imprensa, desenvolveram uma imagem negativa do movimento: medo que este pudesse levar ao arbítrio.

A matéria no Jornal da Tarde provocou, na realidade, um efeito perverso: em sua tentativa de sufocar o Movimento, gerou a explosão de notícias e, ao lado destas, opiniões favoráveis e desfavoráveis, que fizeram retornar discussões antes relegadas ao plano da academia para o universo concreto dos operadores jurídicos.

As tentativas de ridicularização dos alternativos não paravam, porém. Em dado momento saíram das colunas de Política e Justiça e invadiram os cadernos de variedades. A época a Globo veiculava o seriado *"Justiça Final"*²³, e Zero Hora fez uma reportagem sobre o programa. No canto da página, uma nota: *"A questão do Direito Alternativo"*, definindo-o como *"um ordenamento paralelo que tem como característica a busca da Justiça independente do que estabelece a ordem legal, e de acordo com sentimentos intrínsecos que determinam o que é e o que não é justo"*.

Ou ainda:

*"Essa estratégia de solução para os limites do direito, da mesma forma que encontra adeptos, esbarra em críticas agudas. Entre elas, o perigo do subjetivismo, do senso de justiça que pode variar de pessoa para pessoa, e do argumento de que a correção da lei deve ser feita pela lei. Nicholas Marshall, o personagem da série Justiça Final, seria o protótipo do juiz alternativo (...)"*²⁴.

²² PRESIDENTE do STF Critica Juizes Gaúchos". Jornal da Tarde. São Paulo, 31 de outubro de 1990. p. 3

²³ em que o juiz Nicholas Marshall, de dia sério e legalista, à noite solta o cabelo, veste-se com uma jaqueta de couro e lidera uma *troupe* de motoqueiros que saem a pegar bandidos, os mesmos que durante o dia tiveram de ser libertados pela "astúcia" de seus advogados. Assim, sai o "juiz" Marshall por aí, preparando flagrantes, prendendo e matando. Este enlatado, felizmente, já foi substituído por outro na programação da Rede Globo.

²⁴ A JUSTIÇA que não é Cega. Zero Hora. Porto Alegre, 5 de julho de 1992. (Revista da TV). p. 4. Há um pequeno e sórdido detalhe na ilustração da página. Na jaqueta do "Marshall", desenham o

Quanto a percepção na imprensa em geral, destacaríamos que tivemos acesso à 17 (dezessete) reportagens que consideramos significativas. Destas, 7 (sete) podemos dizer que são nitidamente desfavoráveis ao movimento de Direito Alternativo como é apresentado²⁵, onde consideramos como desfavorável a reportagem que salienta o aspecto sensacionalista, mesmo que não ataque diretamente o Movimento. Porém, no essencial, o assunto provocou reações apaixonadas inclusive em matérias não assinadas. Das reportagens favoráveis, pode-se dizer, porém, que não houve por parte da imprensa uma reação de defesa do Movimento. Na sua maioria são reportagens assinadas e muitas em tom meramente informativo, que optamos por considerar "favoráveis" graças à seriedade com que o assunto foi tratado²⁶.

Quanto a repercussão do movimento na sociedade civil, a partir da matéria veiculada na imprensa pelo Jornal da Tarde, destacaríamos os artigos de opinião, assinados por juristas ou não-juristas, mas que diferem dos acima referidos pelo caráter de *artigo assinado de opinião*, e não reportagem. Dos 20 (vinte) artigos que

símbolo do Esquadrão da Morte; e também aproveitaram para entrevistar Sérgio Müller, notório anti-alternativo, o que faz crer não se tratar de mera gafe jornalística ou brincadeira, mas algo muito bem estudado e arquitetado pela RBS e seus asseclas.

²⁵ como reportagens desfavoráveis ou nitidamente tendenciosas, destacaríamos: (a) Jornal da Tarde de 24 de outubro de 1990 - "Juizes Gaúchos colocam Direito Acima da Lei" de Luis Maklouf; (b) Jornal da Tarde de 25 de outubro de 1990 - "Juizes Alternativos" (Editorial) e a matéria "Direito Alternativo Gera Polêmica no STF"; (c) O Estado de São Paulo de 27 de outubro de 1990 - "Juizes Formam Grupo de 'Direito Alternativo'"; (d) Jornal da Tarde de 31 de outubro de 1990 - "Direito Alternativo"; (e) Zero Hora de 31.10.90 - "José Néri Adverte Juizes"; (f) Jornal do Comércio de 01.11.90 - "Juizes Criam Movimento Alternativo para Acabar com a Injustiça de Leis"; e (g) Zero Hora de 05.07.92 (Revista da TV) - "A Justiça que não é Cega".

²⁶ como reportagens favoráveis destacaríamos: (a) Visão de 26 de setembro de 1990 - "Conflitos com Autonomia"; (b) Veja RS de 05 de junho de 1990 - "Em Nome da Lei" de Clarinha Glock; (c) Jornal da USP de 01-07 de abril de 1991 - "O Direito Alternativo dos Juizes Gaúchos" de Elisabeth Karam; (d) Folha de São Paulo de 10 de junho de 1991 - "Juizes Criam Entidade para Combater Caos Jurídico" de Marcelo Mendonça; (sobre a Associação de Juizes para a Democracia); (e) O Estado de 08 de setembro de 1991 - "Direito Alternativo em Busca da Justiça Social" de Adriane Okada; (f) A Província do Pará de 13 de outubro de 1991 - "Direito Alternativo é mais Justo - Entrevista com Roberto Araújo dos Santos"; (g) Folha de São Paulo de 12 de abril de 1992 "Movimento de Juizes quer Direito Alternativo no País" de Ana Bonchristiano; (h) Visão de 17 de junho de 1992 - "A Lei no Banco dos Réus" de Maurício Cintrão França; (i) A Notícia de 06 de setembro de 1992 - "Nova Filosofia Jurídica quer Beneficiar os Pobres" de Raquel Wandelli.

coletamos, apenas publicados em jornais ou semanários não-especializados, 10 são favoráveis e 10 desfavoráveis²⁷.

A respeito das críticas desfavoráveis ao Direito Alternativo, descobrimos que a maioria das opiniões e artigos escritos, revelam, pelo tom indignado de alguns deles, um certo *despreparo* aliado a um *desespero* por parte de operadores jurídicos tradicionais. Transcreveremos algumas opiniões, não tanto para retirar informações úteis sobre o Movimento, mas porque são um aspecto que revela a crise de um discurso ideológico em sua face mais reacionária que, quando não vê ameaçados seus pressupostos, permanece oculto. Algumas das opiniões aqui transcritas revelam o grau de reacionarismo e preconceito presente em boa parte dos intelectuais tradicionais na instância jurídica.

O exemplo mais gritante de desordem ideológica que o Movimento causou nos juristas tradicionais (ou orgânicos da burguesia, da direita reacionária) é o caso do hilário e já folclórico artigo de Fassbender Teixeira, *"Justiça Alternativa: 'Juiz em Tênis, Juíza de Biquini'"*:

*"Sou do tempo em que homem era um homem; um gato
- bicho. Homem fazia papel de homem, mulher papel de mulher: não havia*

²⁷ *Matérias de Opinião Desfavoráveis*: (a) Estado do Paraná de 03 de novembro de 1990 - "Oposição ao Direito Alternativo", de Celso Macedo Portugal; (b) Gazeta do Povo de 11 de novembro de 1990 - "Juiz de Tênis, Juíza de Biquini", de Fassbender Teixeira; (c) Gazeta do Povo de 02 de dezembro de 1990 - "Às Favas a Justiça Alternativa" de Cordeiro Machado; (d) Gazeta do Povo de 07 de dezembro de 1990 - "Direito Alternativo - Desalinho Apoteótico", de João Ricardo Almeida; (e) Jornal do Comércio de 10 de dezembro de 1990 - "Juiz não pode Ignorar a Lei a Pretexto de Resolver Graves Problemas Sociais", de Marco Antônio Birnfeld; (f) Folha de São Paulo (Suplemento Nordeste) de 27 de abril de 1991 - "Pela Aplicação da Lei", de José Maria da Costa; (g) Folha de São Paulo de 31 de julho de 1991 - "A Justiça Alternativa" de Miguel Reale; (h) Zero Hora de 10 de março de 1992 - "Moda Perigosa", de Gilberto Simões Pires; (i) Zero Hora de 17 de maio de 1992 - "Direito Alternativo", de Gilberto Mosmann; (j) Isto É de 24 de abril de 93 - "Esfera Pública Eclipsada", de Luis Gonzaga Belluzo. *Matérias de Opinião Favoráveis*: (a) Correio do Povo de 25 de outubro de 1990 - "Viva os Juizes que Questionam as Leis", de Wianey Carlet; (b) Jornal da Tarde de 08 de dezembro de 1990 - "Juizes Alternativos e Incoerências Liberais", de José Reinaldo de Lima Lopes; (c) Zero Hora de 09 de novembro de 1991 - "Do Direito Alternativo", de José Túlio Barbosa; (d) Diário Catarinense de 17 de novembro de 1991 - "Direito Alternativo", de Lédio Rosa de Andrade; (e) Tribuna de Santos de 19 de abril de 1991 - "O Apostolado e o Lado Oposto", de Nilo E. Ferreira; (f) Folha de São Paulo (Suplemento Nordeste) de 27 de abril de 1991 - "Para um Direito mais Democrático", de Antônio Machado; (g) Gazeta do Povo de 25 de abril de 1991 - "Considerações sobre o Direito Alternativo", de Antonio Celso Mendes; (h) Gazeta do Povo de 25 de agosto de 1991 - "Os Juizes Farroupilhas", de Fausto Lacerda Filho; (i) O Estado de São Paulo de 11 de outubro de 1991 - "Em Defesa do Direito Alternativo", de Márcia Dometila Lima de Carvalho; (j) Correio do Povo de 25 de abril de 1992 - "Direito e Justiça", de Wianey Carlet.

coluna do meio, nem brinquinho, nem nada (...). Juiz era juiz, provecto, honrado, exemplar.

*(...) somos do tempo em que juiz usava gravata e toga. Em que sequer freqüentava bares e ambientes similares. Mas estamos, mesmo, superados! Juiz agora parte para a alenatividade (...) faz audiência de tênis e quem sabe de bermuda. Como as mulheres hão de estar chegando, também, à magistratura, comparecerão às audiências em topless; e em lugar de cadeiras e mesa, quem sabe divãs para tomada de depoimentos; com vodca russa e bandeirinhas vermelhas com estrelas amarelas, pois não"*²⁸.

Outra crítica que demonstra o acirramento de posições e a conseqüente definição ideológica de quem está de que lado vem do juiz gaúcho Paulo Antônio Kretzmann:

"Esta diferença - a desigualdade existencial, seja intelectual, seja econômica, seja de higidez física, não pode e tampouco será mudada pelos homens, em qualquer época. Pensar diferente e querer mudá-la é malhar em ferro frio, é utópico, é ridículo e quase surrealista. As diferenças existem e devem existir. Nada mais pobre que o igual, a mesmice, o homótono. A alguns espera a mazela; a outros, a felicidade, a bonança. Já não é de hoje. Deus vê o rico com bons olhos (Calvino).

*Ora, não se pode (...) fazer front e instituir a JUDICATURA DO PROLETARIADO. Não se pode fazer socialismo, por diletantismo ou por filosofia, com a COISA DOS OUTROS, COM AQUILO QUE NÃO NOS PERTENCE. Quem assim pensar que se despoje de seus bens e direitos, que os distribuía entre os necessitados. Ora, tudo isso não passa de uma quimera, de um idílio. Alguns terão que ser o patrão; outros, os empregados. Sempre haverá os suseranos e os vassalos (sic)"*²⁹.

Outras críticas interessantes vêm de fora do campo jurídico. Como a do jornalista e comentarista financeiro (e intelectual orgânico da burguesia) Gilberto Simões Pires. Em artigo na Zero Hora, chega ao cúmulo de afirmar que um dos motivos para os bancos não aplicarem recursos no Rio Grande do Sul é o Direito Alternativo, numa clara tentativa de colocar a opinião pública contra o Movimento, responsabilizando-o pela perda da importância econômica do estado:

²⁸ Em um terço de página de jornal, este articulista consegue a proeza de reunir um sem-número de mentiras, além de referências aos juizes como "gays", (por razões óbvias: Pelotas fica no Rio Grande do Sul, e "Amílton" é grafado sem "H"!). Inclusive mente descaradamente quando diz que a lei foi mandada à p*** que pariu numa sentença, quando isto na realidade foi dito numa mesa de bar. TEIXEIRA, João Régis Fassbender. Juiz em Tênis, juíza de Biquíni. Gazeta do Povo. Curitiba, 11 de novembro de 1990. p. 26.

²⁹ KRETZMANN, Paulo Antônio. Idéias e Idéias. Jornal da AJURIS. Porto Alegre, n. 36. p. 8, dez. 1992/jan.

*"No Encontro Internacional de Direito Alternativo, (...) diversos magistrados apresentaram teses realmente interessantes que propõem a todos os investidores muito cuidado daqui para a frente. Como Marx aparece citado em praticamente todas as teses é fácil imaginar os seus conteúdos e, portanto, houve sugestões de que fossem rasgados os códigos, apoiando a invasão de terras pelos pobres em estado de fome"*³⁰.

Também a extrema-direita católica, através do órgão "Catolicismo", critica o Direito Alternativo, como demonstra o artigo de Leo Daniele, *"Dois Vizinhos, Dois Quintais e Dois Juízes"*. Ao contrário das críticas anteriores é um texto bem construído, de pesquisa, onde o autor procura vincular o Direito Alternativo com a doutrina de Marx (e com práticas como o stalinismo e o nazismo), bem como o projeto da esquerda de fazer "micro-revoluções no cotidiano" em virtude do fracasso da revolução armada. Acusa os alternativos de subverter a ordem jurídica legítima do Estado de Direito³¹.

Interessante, também, ver como a questão da roupa e do comportamento é recorrente nas críticas de direita, um aspecto que deveria ser secundário - e o é para os alternativos - denuncia que a questão da disciplina e da ritualização da Justiça é importante para a manutenção das relações de poder na sociedade³². O artigo é

³⁰ PIRES, Gilberto Simões. Moda Perigosa. *Zero Hora*. Porto Alegre. 10 de março de 1992. p. 22. (grifo nosso). No mesmo sentido é a opinião de Gilberto Mosmann, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo: *"O nascimento desse tal de Direito Alternativo, e seu desenvolvimento, precisam ser abortados. Já. Por um bom senso superior: a necessidade de as sentenças refluírem exclusivamente para um assentamento na Lei. Na jurisprudência consagrada com base nela"*. MOSSMANN, Gilberto. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 de maio de 1992. p. 04. Donde se conclui que o senso comum de um burguês é, para ele, um "bom senso superior".

³¹ "ou a ordem jurídica atual, em bloco, tem legitimidade, ou não tem. Se não tem, que os "insurgentes/alternativos" o digam mais abertamente, e se retirem dela, em vez de nela se incrustarem. Mas se tem, como justificar o vale-tudo contra o Direito, o quinta-colunismo de estar dentro dele para melhor o negar?" Leo Daniele. *Dois Vizinhos, Dois Quintais e Dois Juízes*. *Catolicismo*. São Paulo. v. 43, n. 514. p. 6-10. out./1993. p. 09.

³² Neste trecho, por exemplo, descrevem o juiz tradicional, apontando para a importância da aparência de solenidade para o julgamento: *"Talvez, por dentro - é a miséria das coisas humanas! - ele não seja lá tão culto, nem mesmo tão imparcial quanto sua aparência faz supor. Mas talvez o seja até mais do que ostenta. Se seu interior for coerente com os traços externos, ele será culto e imparcial em nível razoável. 'O hábito não faz o monge'. Mas, quando o monge é bom, ajuda... Conheço o caso de testemunhas que tinham combinado dizer tais e tais coisas, não exatamente verdadeiras, em uma audiência. Na 'hora H', sentados perante o sisudo magistrado, se entreolharam. Intimidadas pelo aparato grave da Justiça, resolveram dizer a verdade. Quantos outros episódios não haverá assim".* Assumem como importante esta questão da sacralização/ritualização: *"A Igreja Católica, contudo, sempre quis que a Justiça fosse sacral. Por isso afirmou Pio XII: 'Nada é tão necessário a comunidade nacional e internacional quanto o respeito à majestade do Direito, como também a idéia salutar de que o Direito é em si mesmo sagrado e amparado e que, por conseguinte, aquele que o ofende se expõe a castigos e de fatos os recebe'".* op. cit. p. 6-7.

acompanhado de dois desenhos, um mostrando um juiz alternativo, de tênis e brim, e um tradicional, de toga e ar solene.

De modo geral, vemos que a crítica da direita pauta-se pelo ridículo, mais do que pelo ataque político e pela aparência, mais do que pela essência; como, aliás, costuma ser a ideologia burguesa em geral: tal é na filosofia como na crítica de jornal³³. É também uma tentativa de desviar a atenção da questão que realmente importa: *discutir a administração e a aplicação da Justiça no Brasil*.

De modo geral temos, aqui, a confirmação do que sustenta Faria a respeito das relações entre os juristas tradicionais e os que procuram um novo paradigma de compreensão/aplicação do Direito: *"o diálogo entre juristas muitas vezes acaba tendendo para o monólogo, na proporção da incomensurabilidade dos paradigmas em confronto"*³⁴.

As críticas mais comuns, não necessariamente de direita e não tão "ideologizadas" quanto os trechos que pinçamos, mais para fornecer um quadro geral do caos ideológico que se encontram os juristas no âmbito da crise dos paradigmas, de modo geral e com algumas variações, baseiam-se nos seguintes argumentos, os quais listaremos indicativamente, sem pretensão de respondê-los:

a) não há novidade alguma no Direito Alternativo, pois o juiz não está adstrito rigorosamente à letra da lei, vale-se também da lógica da razoabilidade, e a

³³ mas o pior é quando se tenta uni-las. É o caso da crítica de PORTUGAL, Celso Macedo. A Impossibilidade de um Direito Irracional. *Bonijuris*, Curitiba, 30 de maio de 1992, v. 4, n. 15. p. 1342 que tenta unir Direito Alternativo e Hegel (ou um assassinato deste filósofo): *"Ocorre que Hegel em sua 'ciência lógica', afirmou: 'o puro ser é o puro nada. E que o ser é pura indeterminação e vazio e o nada é puro vazio sem determinação e conteúdo'. Ora, há uma contradição em tudo isso. Exemplo: Uma laranja não é um sapato, ou ambas são ou não são. Uma coisa é ou não é. O Direito existe ou não existe".* A asneira não poderia ser maior. E continua para concluir que não pode haver meio termo entre o ser e o nada, logo, *"negar o Direito Natural e o Direito Positivo, como pretendem alguns juristas, significa fugir da cadcia causal, do antecedente e conseqüente e entrar no vazio do que resta, ou seja, o nada"*. Transcrevo este trecho apenas como curiosidade. Insinuar que os juristas conservadores sejam, de modo geral, signatários deste tipo de crítica é forçar uma realidade.

³⁴ FARIA, José Eduardo. *Eficácia e Violência Simbólica*. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 33. O autor destaca, com base em Kuhn, que as próprias bases dos novos paradigmas de conhecimento e praxis, e mesmo as provas invocadas em sua sustentação, são consideradas *a priori* ridículas, triviais pelos ortodoxos. Aconteceu com Galileu e acontece com os alternativos! Para Faria, *"no campo da luta, que é menos acadêmico e mais político, os paradigmas vigentes se valem da ironia ou da marginalização para neutralizar o contradiscurso (...)"*. op. cit. p. 36.

dimensão valorativa está contida no próprio conceito de Direito (tridimensionalismo);

b) o juiz deve ser prudente, manso, honesto e justo. Portanto não cabem as manifestações "radicais", "anárquicas" e pouco discretas dos alternativos.

c) com o Direito Alternativo, os parâmetros do Direito passariam de gerais a pessoais, bem como deixariam de ser científicos; as injustiças tenderiam a ampliar-se, pois as decisões estariam expostas a problemas de ordem moral, cultural, etc., que diferem muito de cabeça para cabeça.

d) não haveria porque estudar Direito, já que o que vale para os alternativos é a noção de Justiça imaginada por mim naquele instante para aquele caso particular. A justiça cai num subjetivismo muito grande e na negação da ciência do Direito.

e) o Direito Alternativo abre espaço para uma interpretação livre também para a direita; cumpre construir um Estado de Direito sob parâmetros racionais de legalidade.

f) Direito Alternativo não é Direito; consistindo em aspirações nobres, mas no campo da moral ou da política. Os alternativos não deveriam ser juízes, mas largar a profissão e se candidatar a algum cargo eletivo;

g) os alternativos professam uma ideologia ultrapassada, anacrônica e alheia aos interesses da maioria da população brasileira.

Quanto as manifestações de apoio ao Direito Alternativo, algumas são especialmente dignas de nota, por virem de lugares de fala diferenciados, além da mera discussão entre operadores jurídicos. É o caso da publicação do ambientalista paulista, Ernesto Zwarg *"O Direito Alternativo"*, onde elogia o movimento e transcreve sentenças relacionadas com o meio ambiente, já em novembro de 1990. Outra é a moção de apoio aprovada pela Câmara de Vereadores de Santo André (SP), em sessão de 26 de outubro de 1990, *"Moção de Solidariedade com os Juízes Gaúchos Integrantes da Doutrina Jurídica 'Direito Alternativo'"*³⁵.

³⁵ cujo conteúdo é o seguinte: - "A aplicação pura e simples da lei tem levado a muitas injustiças e colocado somente os membros da classe trabalhadora na cadeia deixando os burgueses impunes, mesmo os corruptos, os exploradores, os especuladores". - "nossa 'imparcialidade' e 'neutralidade' é nossa cultura, (...), é a manutenção desta realidade porca, suja, injusta, incoerente, que favorece os ricos em detrimento

3.3 - O IMAGINÁRIO E AS PRÁTICAS DOS JUÍZES ALTERNATIVOS -

3.3.1 - Metodologia e Contexto das Entrevistas -

A fim de melhor enriquecer este trabalho, decidimos realizar entrevistas com os principais atores envolvidos, procurando extrair aspectos de seu imaginário³⁶ capazes de ajudar-nos a traçar um perfil mais detalhado do Movimento de Juizes Alternativos do Rio Grande do Sul.

Neste subitem, iremos expor a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo, bem como os critérios específicos que nortearam a escolha dos entrevistados e a execução prática das entrevistas.

Foram realizadas 11 (onze) entrevistas com membros destacados do Movimento, de acordo com os seguintes critérios básicos:

- a) a seleção dos entrevistados não obedeceu a um padrão aleatório, mas a uma avaliação de relevância e representatividade, bem como aos critérios de acessibilidade e disponibilidade do entrevistado.
- b) foram entrevistados apenas magistrados que assumissem a condição de "juiz alternativo", ainda que possuíssem divergências quanto à denominação - desde que se identificassem com as idéias e com o Movimento. A informação sobre quem seria ou não "alternativo", partiu de um contato prévio com os magistrados Rui Portanova, Amílton Bueno de Carvalho e Umberto Guaspari, em especial com o segundo, que forneceu uma listagem de juizes, os quais foram selecionados para a entrevista pelos critérios aqui referidos, em conjunto com estes magistrados.
- c) apenas foram entrevistados juizes de direito na ativa. Existem juizes do trabalho alternativos; porém, a opção por não entrevistá-los deve-se aos seguintes fatores:

dos pobres (...). - "a maioria dos magistrados têm se colocado acima das partes, dos advogados e muitos, ainda hoje, exercem e praticam a teoria de que o poder vem de Deus e se comportam como se tivessem uma aura envolta a suas cabeças".

³⁶ compreendemos "imaginário" como o conjunto de modelos e opiniões, não necessariamente orgânico, correspondente às representações ideológicas num sentido amplo, em nível individual ou institucional. Aqui, porém, não há vinculação concreta com o marco teórico de autores franceses que utilizam a categoria, como Castoriadis. Imaginário, aqui, é tão somente um conjunto de representações, ideologia no sentido de *weltanschauung*, conforme tratado no capítulo I, item 1.3.1.

não acompanhamento do "grupo" de estudos de filosofia do direito, a vinculação à outra Associação (AMATRA) e o caráter específico de suas práticas, o que ampliaria por demais o recorte desta dissertação. Os magistrados inativos não foram entrevistados, pois a quase totalidade dos que formaram o núcleo inicial do Movimento continua no exercício da função, e por que tal exame retiraria o caráter de atualidade das falas sobre as práticas jurídicas.

d) foram entrevistados 09 (nove) juízes de primeira instância, um juiz de alçada e um desembargador.

As entrevistas possuem as seguintes características:

- a) a maior parte das entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos juízes, em horário previamente marcado. Em apenas 04 quatro casos as entrevistas ocorreram na residência dos entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente pelo autor desta pesquisa;
- b) todas as entrevistas foram gravadas em fita magnética, com a concordância do entrevistado. Posteriormente, fazia-se a transcrição *ipsis literis* das falas, procurando manter na forma textual a linguagem coloquial falada. A seleção dos trechos que constariam nesta dissertação foi feita num momento posterior;
- c) as entrevistas tiveram a duração média entre uma hora e uma hora e quarenta e cinco minutos;
- d) a metodologia seguida foi a de *pesquisa qualitativa por entrevistas não-estruturadas*, conforme será explicitado a seguir. Não foram aplicados questionários e nem mesmo existiu um plano-padrão. Simplesmente pedíamos que os entrevistados expusessem suas idéias sobre o Direito Alternativo, como tomaram conhecimento do Movimento, o que os levou a participar, quais suas posições político-ideológicas, histórico estudantil e profissional, e práticas concretas de atuação. A ordem dos questionamentos seguia a ordem natural de uma conversa informal;
- e) a primeira parte da entrevista consistia na anotação dos dados pessoais dos entrevistados, como nome, local de trabalho, data de nascimento, curso jurídico,

comarcas onde, profissão dos pais, e profissões anteriores. Num segundo momento, passávamos à entrevista propriamente dita;

f) todas as entrevistas foram realizadas em Porto Alegre, entre outubro de 1992 e maio de 1994.

A principal dificuldade encontrada antes da realização das entrevistas foi a de estabelecer um método satisfatório para a pesquisa de campo. A decisão de não fazermos pesquisa quantitativa vinha já de nossa convicção do caráter extremamente falho desta metodologia para captar alguns aspectos da realidade social, especialmente opiniões e perfis ideológicos. Portanto, buscamos no universo da pesquisa qualitativa uma metodologia que se adequasse aos nossos objetivos, que eram: traçar o perfil sociológico e o imaginário político-jurídico dos atores envolvidos, seu discurso a respeito do mundo ocupacional, e suas práticas. Subsidiariamente, procurávamos captar um pouco do mundo interno, psicológico, a fim de auxiliar nossa compreensão do universo intelectual do entrevistado.

Porém, toda a bibliografia disponível sobre entrevistas qualitativas apontavam para realidades diversas da que iríamos enfrentar, uma vez que tratavam de pesquisas com setores situados numa posição social sempre abaixo a do entrevistador na pirâmide social - caso em que as preocupações metodológicas são outras.

Mas, apesar destas diferenças, a partir de indicações presentes nas obras que consultamos, pudemos extrair uma metodologia para realizar entrevistas qualitativas sem prévia estruturação.

Assumimos, em primeiro lugar, a relatividade da pesquisa de campo aqui realizada. As falas dos atores sociais devem ter em conta o contexto em que foram proferidas, bem como o caráter de diálogo que se estabeleceu entre o entrevistado (juiz) e o entrevistador (mestrando); assim, o que foi perguntado e o que foi respondido não pode ser descontextualizado do fato de terem estas falas sido

proferidas numa entrevista especificamente orientada de acordo com os objetivos desta dissertação.

Conforme destaca Berger:

*"não se pode obter dados que reivindicuem objetividade com plena validade independente da situação social de investigação. Estabelecer determinadas atitudes ou traços de personalidade de sujeitos submetidos a uma entrevista não fornece conhecimentos simplesmente generalizáveis sobre estes sujeitos, sendo antes um procedimento cunhado pela situação específica e pela relação social específica na entrevista realizada"*³⁷.

A pesquisa qualitativa foi escolhida pela simples razão de que este dado permite um maior aprofundamento de análise das motivações e atitudes dos entrevistados, bem como menor probabilidade de superar respostas artificiais e chavões, que em geral aparecem bastante nos questionários. Além disso, estabelecer padrões numéricos sobre a possível representatividade do Movimento na magistratura gaúcha - se é 15% ou 25% - pouca diferença iria fazer para configurar o papel político ou jurídico do Movimento. Procuramos romper um pouco com a mística da quantificação, do número, próprio da sociologia de cunho positivista³⁸.

Optamos, igualmente, dentro das metodologias de pesquisa qualitativa, pela entrevista não-diretiva, ou não-estruturada, ou seja, a entrevista na qual a conversa é iniciada por um tema geral, sem estruturação por parte do entrevistador. Em algumas vezes, a entrevista não-diretiva, aparece aliada ao método da "atenção flutuante", em que o pesquisador deixa o entrevistado falar livremente sobre o que

³⁷ BERGER, Hartwig. O Dilema da Entrevista de Pesquisa. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. n. 6, p. 211-258, 1978. p. 213.

³⁸ segundo Thiollent, há hoje uma certa religião da observação e dos dados, em que os pesquisadores sofrem da *"ilusão da imaculada percepção"*. THIOLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1980. 270 p. Na realidade, o número é mais útil a propagandistas, empresários e políticos, em que predomina a análise dos sujeitos sociais de forma atomizada (onde representam números cujas tendências provocarão um aumento ou uma diminuição na quantidade de produtos vendidos ou de votos recebidos). Pensamos serem as pesquisas de opinião, fundamentalmente atreladas a este paradigma atomístico e inadequadas para a compreensão de estruturas, processos, matizes ideológicos e a desigualdade e complexidade da vida. Concordamos com Haguette quando diz que: *"números não são mágicos; quando usados de forma imprópria eles confundem mais do que esclarecem"*. HAGUETTE, Teresa. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 92.

quiser, sem interferir. Não foi o que fizemos. Optamos por adequar o método da entrevista não-diretiva a nossos objetivos. Apesar de não termos produzido uma estruturação rígida, questões eram colocadas aos magistrados para que respondessem, mas sempre tendo em vista o desenvolvimento da conversa, a fim de não provocar constrangimento no entrevistado, ou forçar respostas.

Segundo Berger:

*"a normação do decurso da entrevista só reduz a flexibilidade dos entrevistadores (...). Fixando as regras de ação previamente dadas, o entrevistador não pode ajustar seu comportamento às reações inesperadas dos investigados e às particularidades da situação da entrevista. Isto só se consegue com regras altamente flexíveis de entrevista, logo quando a obtenção de dados é pouco normada"*³⁹.

O aumento da flexibilidade da entrevista fez-se necessário, nesta pesquisa, na medida em que estamos trabalhando com um objeto ainda pouco explorado, numa fase em que é mais útil levantar hipóteses do que procurar enquadrar o objeto em categorias rígidas pré-estabelecidas ou estranhas ao discurso e à prática do movimento, fatais quando o que se quer é estabelecer quais são os discursos e as práticas que aqui se desenvolvem. No caso de uma entrevista rígida, poderia haver, mesmo que não se possa falar em relação autoritária entrevistador/entrevistado, certas distorções no processo de comunicação, como quebra da espontaneidade, desejo de agradar o pesquisador, ou receio de ser rotulado.

Em algumas entrevistas, mas na menor parte, notamos um certo receio dos entrevistados com a destinação do material mas, de modo geral, não percebemos qualquer constrangimento em falar dos assuntos que foram colocados à discussão, ou mesmo a existência de assuntos-tabú. A própria linguagem dos entrevistados denota clareza, objetividade e naturalidade, em suma, desprendimento - o que não haveria se não se estabelecesse uma relação de confiança mínima entre entrevistador/entrevistado.

³⁹ BERGER, Hartwig. op. cit. p. 218.

Os entrevistados são em número de 11 (onze). São eles:

- 1 - MÁRCIO OLIVEIRA PUGGINA - 4ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada.
- 2 - RUI PORTANOVA - 13ª Vara Cível de Porto Alegre (atualmente no Tribunal de Alçada).
- 3 - OSWALDO STEFANELLO - 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.
- 4 - HENRIQUE OSVALDO POETA ROENICK - 5ª Vara da Fazenda de Porto Alegre.
- 5 - CLÁUDIO BALDINO MACIEL - 9ª Vara Cível de Porto Alegre, Vice-Presidente da AJURIS.
- 6 - AMÍLTON BUENO DE CARVALHO - 7ª Vara Criminal de Porto Alegre.
- 7 - JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA - Juiz em Taquari.
- 8 - ARAMIS NASSIF - 2ª Vara do Júri de Porto Alegre.
- 9 - MARCOS SCAPINI - 2ª Vara Cível de Porto Alegre (atualmente na Vara de Execuções Penais).
- 10 - UMBERTO GUASPARI SUDBRACK - Vara de Acidentes de Trabalho de Porto Alegre.
- 11 - CLADEMIR MISAGGIA - 2ª Vara de Alvorada.

Passaremos, neste momento, à parte dos resultados das entrevistas, procurando estabelecer as linhas gerais do imaginário social, político e institucional dos magistrados entrevistados.

3.3.2 - A Política, o Estado e a Lei -

A partir da pesquisa realizada, pudemos extrair falas dos atores envolvidos no Movimento que revelam uma composição ideológica, ainda que não absolutamente homogênea, nitidamente situada à esquerda no espectro político.

Apesar disto, podemos dizer que, de modo geral, poucos entrevistados possuem formação acadêmica além da graduação em Direito (um mestre e um doutorando em Paris), ou estudaram e estudam sistematicamente marxismo ou qualquer outra doutrina social ou política.

O conhecimento de categorias do pensamento político e social revela-se, porém, bastante afinado com a perspectiva da teoria crítica e dialética, embora, como veremos, as noções de Estado e Direito apresentem-se, muitas vezes, imbuídas de uma retórica dogmática. Isto porque a maioria possui um conhecimento esparso e fragmentário - a partir de leituras isoladas - ou obtido principalmente através da própria militância quando estudante ou advogado. A universidade não fornecia conhecimento crítico, e muitos só foram estudar teoria política, ou mesmo jurídica, de forma mais aprofundada, quando das reuniões do "grupo". Portanto, não há que se falar em organicidade assumida *in toto* com relação a esta ou aquela teoria político-social, ou mesmo uma homogeneidade de opiniões.

Alguns magistrados tiveram militância política em partidos ou no movimento estudantil antes de serem juízes, donde parece estar a origem das práticas e das idéias alinhadas à esquerda. De modo geral, porém, o que se extrai das entrevistas é que esta militância teve, de modo geral, um baixo grau de organicidade. Apenas três juízes militaram em organizações políticas, sendo que dois deles foram filiados à partidos políticos antes de entrarem para a magistratura - estes, porém, com participação muito ativa.

A maior parte dos entrevistados teve passagem pelo movimento estudantil, o que foi bastante significativo, segundo eles próprios, para a sua formação política e intelectual. A maior parte destes juízes estudaram durante o auge da repressão na ditadura militar (1968-1973). Todos os juízes entrevistados, estavam na

universidade em algum momento entre 1964 e 1984. Um entrevistado estudou antes do período de repressão ao Movimento Estudantil, oito durante a repressão, sendo que, destes, dois estudaram no período Geisel, marcado por um recrudescimento da repressão e da militância estudantil.

Alguns tiveram participação ativa no movimento estudantil. É o caso deste entrevistado, que narra o período de repressão e o clima político e intelectual que havia na Universidade à época da ditadura militar.

"(...) pertencia, praticamente como todo mundo, à AP, até pela ligação com a Igreja. Mas era meio complicada, tipo espontaneísta-sentimental. Foi um tempo de muita leitura, debulhava Sartre, os Fromm da vida, alguma coisa de marxismo, mas meio desorganizado... são coisas que chegam até a ti, mas não sei se não foi até meio bom, te dá uma mundivisão mais ampla, não fica assim muito PCdoB, de cartilha..."

Também muitos Vandrê da vida... teatro, trabalhamos com Brecht...

Naquela época teve a morte do Édson Luis, era um ano assim...uma porcaria, tu tinhas que te esconder para ler, era um saco. Mas como as atuações políticas mais diretas eram castradas, nós usávamos do teatro para poder trabalhar com a politização. Foi uma forma de contribuir para a alienação não ser tão profunda..."

"Uma vez nós fizemos uma assembléia, e elas eram feitas por turma, já que não se podia fazer uma assembléia geral, para discutir a possibilidade de fazermos uma greve em apoio a professores da filosofia que tinham sido expurgados.... isso aí foi filmado por colegas de turma, por um equipamento sofisticado, e depois passaram o filme para nós..."

Então havia muito medo..."

Outros narram que este momento de participação na vida estudantil foi crucial para a politização ou, no caso, politização à esquerda. Muitos que tinham uma postura conservadora ou "alienada", passaram a conscientizar-se no movimento estudantil, ou porque, de certa forma sentiram o clima de repressão que havia na época.

"Estudei no Julinho ⁴⁰. Lá tinha uma militância muito forte, dos meus colegas, mas eu era reacionário... de pai e mãe, a minha família era muito reacioná-

⁴⁰ Colégio Júlio de Castilhos, um dos maiores colégios secundaristas da rede estadual de Porto Alegre. Na década de 70, principal lugar da política estudantil secundarista, tanto dos setores engajados quanto do chamado "desbunde".

ria. Eu era partidário da ARENA. Só adquiri uma consciência política em 1972, já universitário, quando comecei a militar no ME".

"Eu fiz política estudantil no início do outro lado, no final do Julinho é que eu mudei".

Em alguns casos, a própria repressão que havia contra o Movimento Estudantil fez com que boa parte dos estudantes tomassem uma posição contra a Ditadura, alinhando-se às correntes estudantis de esquerda.

"Uma vez fomos, num grupo, a Fortaleza, num Congresso. Chegando lá fomos presos por termos atividades subversivas... e ninguém tinha nada a ver com política, até tinha um que era ligado à Polícia. Naquele tempo bastava ter um inimigo para ser denunciado... o pessoal da diretoria a quem nós fazíamos oposição devem ter nos denunciado.

Eu me lembro que fiquei 24 preso, e aí eu fiquei muito revoltado, fomos presos, pessoal com metralhadora, ficamos incomunicáveis... achei até que eu ia ser torturado. Me lembro até que quando eu entrei na sala para ser ouvido pelo delegado da Polícia Federal, ele ligou o ar condicionado e eu achei que fosse a "máquina de torturar".

Aí eu percebi que se prendia, se torturava, que havia arbitrariedade... então, entrei no centro acadêmico, fui tesoureiro, participava de movimentos pela Anistia, redemocratização..."

Nesta fase, entre 1968 e 1970, teve início, ao lado da luta política contra a ditadura militar, a emergência de novos valores entre a juventude, especialmente a contestação aos valores culturais dominantes - contracultura - fenômeno mais importante nos países centrais, pois na América Latina a luta estava muito mais polarizada contra a Ditadura. Um entrevistado destacou esta questão como importante, ao lado da luta mais propriamente política:

"Me parece que a nível mundial estávamos em grande ebulição de idéias, a revolução sexual, o movimento hippie, que não se pode negar a importância histórica que teve naquele momento em termos de conscientização do ser ... a França... Mas aqui houve exatamente o recrudescimento do regime militar, quando partiu mais acentuadamente para a repressão, o AI-5".

Muitos entrevistados, porém, militaram no Movimento Estudantil ao final da década de 70, cuja luta pela Anistia e redemocratização teve o efeito de provocar

um ressurgimento do ME. Um juiz desta geração comenta como despertaria, na adolescência, antes de entrar para a Universidade, o sentimento de que havia uma situação política adversa:

"Inicialmente eu contestava meu pai. Já começa por aí, ele defendia o Regime Militar e, por ser policial, passava todo um contexto de repressão para dentro de casa. Ele era daquela idéia que comunista come criancinha. (...)

Quando eu via aquele monte de PMs fardados, com escudos, cassetetes, e a gurizada do outro lado, eu me transportava para aquela situação de casa e pensava: "pô, vou ficar do lado desses caras aqui".

Abaixo, para uma melhor contextualização, temos a relação entre os entrevistados e suas respectivas datas de nascimento e formatura, e dados sobre a sua participação no movimento estudantil e político-partidário na fase anterior à magistratura:

Juiz	Nascimento	Formatura	ME	Partido
1	1948	1973	sim	não
2	1950	1973	não	não
3	1937	1966	não	não
4	1954	1976	não	não
5	1955	1978	sim	PT
6	1947	1971	sim	AP
7	1960	1984	sim	não
8	1945	1971	não	não
9	1953	1977	não	não
10	1951	1975	sim	não
11	1961	1984	sim	PT

Quanto a questão política vista do lugar social do juiz, percebemos que todos os entrevistados, sem exceção, destacaram a importância desta questão para o juiz. Todos afirmam que o magistrado deve se posicionar politicamente, que o juiz é um ser político como qualquer outro cidadão, que não existe neutralidade, e que o juiz deve mostrar a sua cara política.

Em 1989 o juiz Márcio Puggina escreveu um artigo "Por que o Espanto?"⁴¹, sobre o *frisson* provocado pelo próprio ao assumir publicamente a sua condição de socialista. No artigo, defende expressamente que, se o juiz possui uma ideologia - e sempre a possui - deve declará-la.

"Sou juiz e socialista (...) juiz por vocação e socialista por indignação.

Nunca neguei minha orientação ideológica, contudo sempre que a expresse vislumbro espanto, como se se tratasse de uma posição incompatível com o cargo. O que a mim espanta é que a recíproca não seja verdadeira: se um juiz se declara capitalista ferrenho e incansável defensor da iniciativa privada, a confissão é encarada como absoluta normalidade. Pois esta posição, que a ninguém choca, é tão política e ideológica como a minha. Assim por uma questão de coerência e fé no que faço, acho que está na hora de deixarmos de ter 'questões proibidas'; acho que é hora de cada um assumir a sua identidade própria".

Os entrevistados foram unânimes na sua afirmação enquanto sujeitos políticos, a maioria advogando a participação em partidos políticos. Nota-se, aqui, que no seio da magistratura alternativa há um sentimento de que o juiz, por não poder filiar-se a partidos políticos, está diminuído, de certa forma, em sua condição de cidadão. Há um carecimento de busca de identidade política e resgate da condição plena de cidadania.

"O juiz não pode se abstrair de um conhecimento político. E muitos ficam enrustidos, abafam isso por que a Constituição Federal diz que o juiz não pode ter vinculação político-partidária. Tem medo de conversar sobre política, de dizer que tem simpatia por tal partido. Medo de mostrar sua cara política".

06. ⁴¹ PUGGINA, Marcio Oliveira. Por que o Espanto? Jornal da AJURIS. Porto Alegre, mar./1989. p.

"Eu acho indispensável discutir "Que Socialismo?". Os juizes não discutem a sua forma de ver a sociedade. O juiz alternativo não tem projeto, dão suas decisões em seus casos, mas não se consegue colocar isto dentro de um projeto de sociedade. Projeto este de sociedade que está hoje aonde? Dentro dos partidos políticos. O PT por exemplo tem seu projeto de sociedade, o PPS, o PDT, etc..."

Tinha que se possibilitar ao juiz vincular-se a partidos políticos, por que aí o juiz vai afinar o seu projeto dentro das pessoas que pensam como ele, na contradição das idéias dele mas entre pessoas que pensam igual a ele.

Atualmente, decidimos como nós queremos, não submetemos as nossas decisões num plano futuro dentro de pessoas que pensam a economia, o social, a política, como nós. Não submetemos isso numa reunião de partido, num grupo de pessoas que pensam como nós".

Embora sejam favoráveis à participação em partidos políticos, nenhum entrevistado revelou esta participação, ainda que de forma extra-oficial. Colocam sempre a questão como passível de reforma legal. Neste ponto são legalistas, até por instinto de sobrevivência. Casos há, porém, que em períodos eleitorais, posicionam-se de forma explícita frente à tal ou qual candidato.

"(...) não só votei no Lula como fui nos comícios... Encontrei inclusive vários juizes lá. Havia até um decalco no carro de minha mulher, e quando eu ia ao tribunal com ele, tirava".

Posturas estas que, algumas vezes, provocaram ações repressivas por parte da Corregedoria:

"Um colega nosso, o desembargador Sérgio Gishkow Pereira respondeu um processo administrativo por que revelou qual seria a sua preferência. Ele andava com um "button" do Lula. Eu acho que tem que acabar com estas hipocrisias: o juiz que quiser ser juiz eleitoral, que não se vincule a partido político".

Um entrevistado, porém, que inclusive foi militante do PT antes de entrar para a magistratura, não considera aceitável a participação de juizes em partidos políticos:

"Eu havia me disfilado antes quando passei no concurso para promotor, dois meses antes de prestar concurso para juiz. Eu não achava ético como promotor ter compromisso partidário.

Em São Paulo, o Executivo praticamente controla o Ministério Público via PMDB. E isto não é ético do ponto de vista da democracia. A história mostrou depois que na minha intuição eu tinha razão ".

Quanto a configuração ideológica mais geral dos entrevistados, todos admitem situar-se no espectro político da esquerda. Muitos tiveram militância inclusive em partidos clandestinos de cunho marxista-leninista, mas atualmente não mais advogam as idéias marxistas ortodoxas. A maior parte situa-se na chamada "centro-esquerda", embora bem mais à esquerda do que ao centro.

Pedimos para que os entrevistados se auto-definissem, se auto-rotulassem política ou ideologicamente. A maior parte se definiu como "social-democrata", ou na linha do "socialismo democrático", ora como pessoas engajadas na defesa de uma "extensão da cidadania", que lutam por "democracia material". Estes últimos acabaram definindo esta perspectiva como uma concepção, em última análise, socialista. As dúvidas a respeito do que seja socialismo hoje, após a derrocada dos regimes de socialismo real no Leste Europeu também operam reflexos no imaginário dos entrevistados:

"Nós estamos cada vez mais convencidos que o caminho é a radicalização democrática..."

P: isso quer dizer socialismo?

... popular. É meio complicado, tens que perguntar o que é democracia, hoje eu estou assim, meio com o Betinho... democracia envolve: igualdade, participação popular, respeito ao diverso e alternância no poder...

P: tu ainda te consideras socialista?

R: é que eu sempre vi o socialismo como esta definição de democracia, parece que eu estou misturando hoje o que eu entendia por socialismo...

Claro que o Muro-de-Berlim nos deixou mais democráticos...

Se tu pegares meus textos tu vais ver que eles vão deixando de ser dogmáticos para serem mais democráticos... "

" Eu acreditava na idéia da Revolução... partido de vanguarda. Mas nunca aceitei a idéia de partido clandestino, eu via um pouco de ficção nisto.

(...) Hoje a idéia central é a da não-violência. Salvo em legítima defesa... poderá ocorrer, para resgatar a democracia, se ocorrer um golpe.

P: Achas que hoje a mudança passa por onde?

R: A idéia seria formar uma grande corrente de centro-esquerda, fazer reformas fundamentais..."

Um magistrado declarou-se trabalhista, e outro preferiu rotular-se como "um juiz com sensibilidade social", mas que, ao descrever o que entendia por "sensibilidade social", pudemos perceber uma configuração ideológica mais nítida:

"Eu prefiro dizer que sou um juiz com sensibilidade social, gosto de me qualificar assim. Isto passa por uma crítica ao latifúndio, à grande concentração de renda, à economia, que acaba sendo muito idêntica aos movimentos de esquerda".

Um dos entrevistados declarou expressamente considerar ainda válidas as propostas teóricas do marxismo, desde que lidas sob uma perspectiva democrática :

"Até hoje eu considero aquilo válido. Acho o marxismo válido como categoria para estudar a sociedade. Se os regimes do Leste Europeu o perversaram... há até uma frase de Poulantzas que diz: "o socialismo será democrático ou não será".

Antes de qualquer definição político-ideológica, porém, está bem presente no imaginário e nas práticas de alguns juízes a questão da *opção pelos pobres*.

" (...) algo que me persegue desde a infância... é mortal, que é a questão do pobre. Já a minha mãe pegava pobre, trazia para dentro de casa para tomar café, naquela visão cristã. A fome, (eu nunca passei fome, nunca fui pobre assim) pessoas passando fome, sempre me chocou. Sempre me acompanhou, pensar no miserável.

*(...) tudo o que eu faço hoje é para acabar com a pobreza e f**** com o capitalismo".*

Quanto a relação entre o perfil social dos entrevistados e sua posição político-ideológica, não percebemos, a princípio, qualquer variação nas falas dos juízes alternativos, no que se refere a suas origens de classe. Dos entrevistados, três juízes poderiam ser classificados como de origem pobre, seis na categoria de classe média alta e dois na de classe média baixa. Em geral, o que temos é um indicativo da tendência observada dos magistrados terem origem social na classe média, sendo filhos de profissionais liberais ou funcionários do Estado (dos 11, oito são filhos de pais funcionários públicos ou ligados ao aparelho de Estado), ou classe média baixa lutando por ascensão social⁴². O que corresponde, de modo geral, à característica

⁴² pesquisas empíricas quantitativas atualizadas sobre a composição social da magistratura gaúcha e brasileira estão ainda por ser realizadas. Referimo-nos à composição da magistratura com base em pesquisas não atualizadas, como a de Umberto Guaspari (1979) e as referidas na nota 24 do capítulo anterior.

social da magistratura como um todo. Note-se que não há a presença da classe alta (burguesia industrial, latifundiários, grandes empresários, etc.), ou de juízes de origem operária industrial. Apenas um juiz é filho de empresários, mas ainda caracteristicamente pequeno-burgueses (donos de churrascaria/posto de gasolina).

Voltando às falas, quanto à questão das fontes ideológicas que inspiram os juízes alternativos, foram apontadas, além do marxismo, uma literatura filosófica de matiz existencialista (Sartre, Camus), a filosofia cristã, a psicanálise, e tendências do chamado pensamento "holístico" (Fritjof Capra).

"Lia um pensamento muito ligado a Sartre, a Camus, ao existencialismo. Aí assentei alguns valores, passei a acreditar no Ser, na Liberdade. Coisas que não me abandonaram mais... vai um pouco por aí a minha opção pela magistratura..."

A Teologia da Libertação, considerada pela imprensa como a grande influência ideológica dos alternativos, não está presente significativamente nas falas dos entrevistados. A maior parte deles declarou-se sem religião, dois declararam-se explicitamente ateus, embora tenhamos elementos para crer que o número de ateus entre os entrevistados seja maior, especialmente se considerarmos que alguns que foram, ou ainda são, marxistas, não declararam religião. Um entrevistado declarou-se "agnóstico-místico", e apenas em Amílton Bueno de Carvalho, que é metodista, notamos uma forte presença do ideário cristão, aproximado das idéias da "teologia da libertação".

A imagem que os juízes possuem do Estado é ambígua. Não há clareza teórica, e a noção de Estado é muito utilizada retoricamente; pois ora colocam o acento positivo, utilizando expressões como as "funções do Estado", ou os "fins do Estado", e que o Estado tem que atender uma finalidade social. Os entrevistados não possuem consciência da diferença entre poder de Estado e aparelhos de Estado, possível origem de algumas confusões terminológicas. Podemos dizer que, num plano, têm consciência de que o Estado é hegemônico pela burguesia, pela classe dominante; em um outro plano, porém, identificam, em alguns casos, o Estado com suas funções declaradas, retóricas. Porém, sempre que esta idéia surge, ocorre numa dimensão utópica, de vir-a-ser, ou mesmo de "poder-ser".

O Estado como acento positivo aparece, por exemplo, nesta fala:

"O Amílton diz que eu sou anarquista. Mas eu numa certa medida sou até estatizante. Eu não vejo o rico dando seu dinheirinho, distribuindo suas terras, de bom grado para o pobre, acho que o Estado tem que intervir para fazer a distribuição da riqueza, da soberania e da liberdade das pessoas..."

P: Mas se o Estado é dominação de classe, como é que ele vai fazer isto?

R: Ah, pois é. Meu sonho é que a classe pobre tenha um Estado. Os juizes alternativos também são Estado, no momento em que eles permitem uma invasão de terras, o Estado está fazendo isso... é muito complicado, eu sei que não é fácil..."

Em outro momento, tentamos resolver a contradição inquirindo os entrevistados sobre suas posições frente ao conceito de Estado.

"P: Numa parte do livro tu dizes que o "Judiciário é o poder do Estado...", mas antes tu dizes que Estado é dominação de classe, como é que fica?

"R: ah, aí é o Estado posto... estou falando de como tem sido. Estou aí partindo do pressuposto que exista um Estado que não seja assim. Eu não entendo o fim do Estado como sendo de dominação.

Quando eu falo que a lei tem sido assim, não que ela seja ontologicamente assim. Ela TEM SIDO instrumento de hegemonia. Mas não necessariamente. Tem que se falar de que lei e de que Estado nós estamos falando..."

Outros colocam a atuação no interior do aparelho de Estado como fundamental para a construção da democracia - mas como papel subsidiário, ao lado de uma transformação na sociedade civil.

"Acho que é fundamental reformas via Estado, mas isto tem que ser acompanhado pela Sociedade Civil, que se organiza, que se concientiza. Isto passa por uma quebra do monopólio das comunicações..."

Acho que no Judiciário se tem um grande espaço de trabalho..."

A representação sobre o Direito e a Lei dá-se de forma menos ambígua. A maioria dos magistrados entrevistados posiciona-se criticamente frente a questão positivismo *versus* jusnaturalismo; tendendo a uma noção dialética do Direito, compreendendo seu caráter de classe, e enquanto resultado de um processo de lutas;

ou mesmo enquanto utopia, enquanto movimento de construção por um Direito que ainda-não é ⁴³.

Rui Portanova, porém, tem uma opinião diferente sobre a questão da consagração de direitos sociais pela lei. Em sua obra *"Motivações Ideológicas da Sentença"* ⁴⁴, classifica como parte da concepção "tradicional" (em oposição à alternativa), a idéia de que a lei consagra os avanços sociais. Questionado, porém, sobre esta opinião, respondeu:

"Numa visão tradicional, considera-se que SÓ a lei consagra os avanços sociais. Para o alternativo a dinâmica social é muito rápida e a lei é muito atrasada para consagrar. A lei vem, consagra avanços, mas consagra avanços já atrasados.

O alternativo acha que não: a lei consagra avanços, mas não o que interessa. A CF/88 avançou, avançou, mas não ao que interessava, vide o exemplo dos homossexuais e do aborto, a Constituição não legitimou-os e no entanto as uniões homossexuais continuam ocorrendo, os abortos também, tudo à margem da lei.

O que parece avançado é uma falácia, deixa de fora um monte de relações que no entanto necessitam ser juridicizadas. Sempre vai acontecer isso".

Há, também, o reconhecimento do aspecto ideológico da lei e do Direito:

"É instrumento ideológico do Estado porque o operador coloca na lei o seu conceito de justiça e o dominado começa a obedecer esta lei como se fosse uma justiça natural. É o dominado incorporando a ideologia do dominador".⁴⁵

"jamais será o juiz (...) neutro aplicador da lei, posto que a lei que aplica não é neutra. O direito legislado, historicamente em todas as latitudes e longitudes, em todas as ideologias, à direita e à esquerda,

⁴³ alinhando-se, de certa forma, aos conceitos expostos no item 1.5 deste trabalho. É o caso, por exemplo, deste trecho de um texto de Carvalho e Baggio: *"Assim, por amor dá-se cunho de lei à conquista, para logo após destruir esta lei e construir nova que, incorporando os avanços da anterior, a supere, ultrapassando-a, positivando novas conquistas que, por sua vez, deverão ser concretizadas e assim sucessivamente nesta ciranda dialética em direção a uma realidade que preencha todas as necessidades do homem. (...). Existe, pois, uma relação dialética com a lei: entre as conquistas que ela representa e as conquistas futuras que se busca. Talvez se possa afirmar que toda a lei carrega em si o germe de uma nova possibilidade, de uma nova lei desejada".* CARVALHO, Amilton Bueno de, BAGGIO, André. *Jusnaturalismo de Caminhada: uma Visão Ético Utópica da Lei*. In: CARVALHO, Amilton Bueno de. *Magistratura e Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 59.

⁴⁴PORTANOVA, Rui. *Motivações Ideológicas da Sentença*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.

⁴⁵ op. cit. p. 06.

*sempre foi, é e será instrumento de manutenção dos sistemas econômicos e políticos no poder"*⁴⁶.

Há, também, em algumas falas, o reconhecimento da relatividade do conceito de justiça. Não há uma única "Justiça" pairando acima dos mortais, mas conceitos vinculados às diversas ideologias. Justo, para muitos, é a noção popular de justiça, discutida anteriormente⁴⁷.

"o justo está no compromisso com a maioria da população, com os explorados".

Estando a lei comprometida com a noção de Justiça das classes dominantes, o juiz alternativo deve procurar tirar a diferença, "desequilibrar a balança", a favor da classe oprimida:

"Nós sabemos que todo o conteúdo formal de um país dirige-se a uma determinada casta, a um determinado grupo. Toda a legislação é feita como um reflexo da classe dominante naquele momento histórico. O juiz tem obrigação de tirar a diferença entre a vontade desta classe dominante e as conseqüências em relação à classe oprimida".

É claro, entre os entrevistados, a noção de que há uma diferença entre Direito e lei; entendendo-se por Direito os princípios éticos de Justiça que o juiz aplica, o pólo dinâmico da relação Direito/Lei:

*"Se aqui e agora, para nós, é evidente que a legalidade deveria ser desobedecida é porque reconhecemos que o Direito, enquanto ideal ético de justiça, está prenhe de uma série de princípios gerais e pressupostos éticos que superam o simples fenômeno da lei. Há que se reconhecer e proclamar que nem tudo que é legal é legítimo e nem tudo o que é legítimo é legal, mas tudo o que é legítimo se integra ao Direito. Cabe a nós, operadores do direito buscar, dentro do Direito, enquanto ideal ético de justiça a superação do positivismo estrito"*⁴⁸.

⁴⁶ PUGGINA, Márcio de Oliveira. Discurso de Posse no Tribunal de Alçada. Julgados. Porto Alegre, set./1991. p. 07

⁴⁷ cf. vimos no capítulo anterior, p. 133

⁴⁸PUGGINA, Márcio. op. cit.

3.3.3 - O Mundo do Trabalho: Carreira e Poder Judiciário -

Neste item procuraremos demonstrar como se estabelece no imaginário dos magistrados alternativos entrevistados, as representações sobre o Poder Judiciário nacional e gaúcho, sobre o trabalho judicial, e sua visão a respeito da democratização do Judiciário.

Em primeiro lugar, destacaríamos um quadro geral dos juízes entrevistados em relação ao tipo de ensino a que foram submetidos durante os cinco anos de faculdade, bem como o ano de formatura e ano de início na função, a fim de possibilitar uma idéia geral do contexto das falas.

Juiz	Universidade	Formatura	Início na função
1	UFRGS - pública	1973	1975
2	PUC - privada	1973	1976
3	UFRGS - pública	1966	1975
4	PUC - privada	1976	1978
5	UFRGS - pública	1978	1984
6	UPF - privada	1971	1981
7	PUC - privada	1981	1990
8	UPF - privada	1971	1981
9	PUC - privada	1977	1980
10	UFRGS - pública	1975	1980
11	UFSM - pública	1984	1986

Temos, portanto, no quadro acima, uma pequena vantagem numérica dos juízes que estudaram em universidades privadas sobre as públicas. A visão do ensino jurídico em ambos os casos, porém, é rigorosamente idêntica: todos manifestaram opiniões sobre experiências negativas ao tempo da faculdade, no que se refere ao ensino, destacando a mediocridade técnica e incompetência dos

professores, a descontextualização do ensino, o dogmatismo, e outras mazelas largamente exploradas pela literatura especializada⁴⁹.

"Nunca gostei muito do Direito. Não fui um bom aluno, não gostava das aulas, tinha até uma certa revolta pelo sistema arcaico e autoritário dos professores na UFRGS, muito tradicional, muito dogmático e conservador".

Um fato que todos destacam de quando estudantes, especialmente os que estiveram na universidade antes dos anos 80, é a separação entre *utopia política* - a militância no movimento estudantil ou a crítica que desenvolviam ao sistema capitalista - e a *atuação* que iriam ter *como profissionais*. Não se via, assim, uma ligação entre o Direito e a política, que veio *a posteriori*. Ou, conforme coloca Barcelona⁵⁰, a dicotomia entre *práxis* política e ortodoxia jurídica, cuja falta de conexão estava bem presente no imaginário dos entrevistados à época de estudante.

"P: e como tu conciliavas tua atuação política de militante com a profissão?"

R: ah, nesta época, passa por uma abandono total da utopia política, e isso foi a característica de toda a minha turma na época.

P: ... e tu não vias uma antinomia entre a utopia e o que tu ias ser depois de formado?"

R: não via, não tinha isso claro. Isso é a sacanagem que fazem com o operador jurídico... parece que tu dividias a tua vida: "O Direito é isso, isso... tu tens que saber essas normas, e tal"; e "enquanto ser social tu és outro". É uma esquizofrenização da pessoa.

P: não enxergavas que o juiz, o advogado, eram parte do Sistema?"

R: Não, não enxergava, era compartimentalizado. Tu não usavas o teu saber como uma instrumentalização política. E isso eu fui me dar conta em Santa Maria: que advogados bons politicamente, quando entravam nos processos eram conservadores. Caras progressistas de um lado e positivistas, tacanhas reacionários de outro".

Nos anos 80, porém, a situação é um pouco diferente. Os próprios estudantes começam a intuir que o Direito pode ser um espaço de lutas e de resgate das utopias políticas, ainda que de forma embrionária.

⁴⁹ ver, neste sentido, as obras de RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *A Crise do Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo: indo além do senso comum*. Tese de Doutorado. Florianópolis, CPGD/UFSC, 1992. e ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Ensino Jurídico e Sociedade*. São Paulo: Acadêmica, 1989. e AGUIAR, Roberto A. R. de *A Crise da Advocacia no Brasil - diagnóstico e perspectivas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991. especialmente pp. 29-48.

⁵⁰ BARCELONA, Pietro, COUTURRI, Giuseppe. *El Estado y los Juristas*. Barcelona: Fontanella, 1976. Conforme nos referimos à p. 65 deste trabalho.

("...") claro que no início do curso não. Mas mais pro fim eu passei a compreender o Direito também como um espaço para a libertação. Desde que tu fosses um profissional competente, com conhecimento da dogmática. Inclusive no quarto ano a gente tinha contato com a assistência judiciária gratuita, e já procurávamos cavar um espaço...

Nós já aglutinávamos um discurso jurídico com um discurso político. Colocávamos principalmente nas petições, argumentando, levantando as questões sociais. O professor brincava: "vai fazer chorar os velinhos, mas não vai adiantar".

"Eu via no Direito um resgate em termos de política, embora a idéia dominante na época fosse a da identificação do Estado opressor, do Estado de classe, e sendo assim não haveria espaço para o Direito.

P: e tu concordavas com ela?

R: Eu não compreendia muito bem isto na época... mas era uma idéia que não me satisfazia. Eu intuía algo diferente disso".

A opção pela magistratura, inclusive, deu-se, na maior parte dos entrevistados, por motivos outros não atribuídos à "vocação", mas à circunstâncias de vida pessoais, e, principalmente, por não se adequarem à profissão de advogado. Houve uma busca, no Judiciário, por ascensão social e, principalmente, estabilidade financeira.

"Eu não tive uma boa atuação como advogado. O cliente chegava para mim e eu dizia: "não dá", e advogado não pode dizer que não dá.

Eu nunca tive ambição de ter grana, sempre fui super "funcionário público", nunca tive a visão de luxo, queria aquela vidinha, ter uma grana boa para viver, etc. Até por uma questão de temperamento... fui vendedor de ossário e de bolsas de estudos, não vendi nada. Não sei vender. Mesma coisa a advocacia, tu não pode demonstrar que não sabes para o cliente. Aí fui ser juiz, quando eu não sei eu não sei mesmo e vou estudar... E me dava mais autosuficiência".

"Quando eu passei no concurso, a idéia não era de exercer a magistratura, mas advogar. Eu pensei até em não assumir. Mas meus pais tinham muita vontade que eu assumisse, eles diziam: "acho que tu deverias assumir, afinal, tu não tens uma banca de advocacia formada, assume; se tu não gostares, te exonera, afinal, não é um sacerdócio". Então assumi, e te diria que com um mês de atuação eu comecei a gostar do que estava fazendo, por que eu tive a rara oportunidade de colocar na prática todo aquele questionamento".

Alguns entrevistados declararam não terem, nos primeiros anos após a formatura, demonstrado interesse pela carreira de juiz, estando presente até mesmo

uma certa recusa, decorrência da visão correspondente ao senso comum de esquerda à época da teoria crítica como contestação restrita ao espaço acadêmico.

"Nunca pensei em ser juiz, pois achava que o juiz era um reacionário" (10).

Outros, porém, manifestavam o desejo de ser juiz, pois este cargo representava, mais do que ascensão financeira, a busca de um lugar social onde se sentissem úteis, importantes e pudessem trabalhar com estabilidade e independência:

"Eu via a questão de ser juiz 'para servir', eu tinha um discurso meio 'Rotariano'. Eu quero ser importante, não por mim, mas para que eu possa fazer algo importante pelas pessoas.

No meu teste vocacional, por causa desta coisa de querer 'servir' não deu Direito. Deu Serviço Social, assistente social... mas não era opção, naquela época era uma profissão nova, e eu queria mesmo era Direito. Eu tinha esta idéia: quanto mais importante eu for do ponto de vista social, mais pessoas eu vou ajudar".

Quanto a visão que têm do trabalho judiciário a maioria dos entrevistados vêem o trabalho judiciário em relação à sociedade como um trabalho separado dos interesses da maioria da população, excessivamente ritualístico e inatingível ao homem do povo. Alguns chegam a comparar o Judiciário com uma igreja, na medida em que aparece enquanto organismo fechado ao povo.

"A população não conhece o Judiciário. Aí o juiz não quer que conheça, o promotor não quer que conheça, e o advogado não quer que conheça... para eles é interessante. O advogado é uma espécie de padre: tu pegas Deus, pega o padre e o povo; o povo só chega em Deus a partir do padre. Este passa a transmitir para o povo a 'vontade de Deus'. Passa a ser Deus também...

Assim tu pegas o Juiz lá encima, o advogado como mediador e a parte aqui embaixo. Então tu não podes aproximar o povo do Judiciário por que daí tu deslegitimas, torna de menor importância nesta visão neurótica, o papel do mediador, que é o que leva até "Deus".

Então vem aquela visão: "não, não vai lá, que o juiz é brabo".

Então, o povo não consegue nem fiscalizar o papel do "padre", se ele está indo até "Deus". Se ele faz algo mal feito, diz que o juiz é corrupto, que está vinculado à outra parte, etc. Ele passa a controlar para o povo o que é o Judiciário... e vira uma maçonaria mesmo.

P: por falar em Igreja, no Concílio Vaticano II o Papa João XXIII instituiu a missa na língua laica dos povos onde fosse rezada, ao invés da missa em latim. Tu não achas que a questão da linguagem emperra muito esta comunicação? Não estaríamos atrasados em relação à Igreja?

R: o Judiciário é muito parecido com a Igreja. Ele tem todos os mecanismos de uma Igreja, até o espetáculo, o ritual; usa-se até a roupa do padre...

P: nunca tinha pensado nisso: a toga é uma batina!

R: sim, é a roupa do padre... Tanto é que tu vais notar que os movimentos de vanguarda do Direito no mundo começam a surgir atrás da Igreja... O Roberto Lyra Filho, num texto, antes de nós, dizia que nós tínhamos que buscar um "Direito da libertação", assim como tem uma Teologia da Libertação".

"O juiz, em primeiro lugar tem a responsabilidade encastelada da decisão. Nós decidimos dentro de nossos gabinetes, fechados confortavelmente com todo o acesso possível à literatura jurídica, etc. E nos falta, muitas vezes por falta de tempo, ir ver e testemunhar a realidade social na vila⁵¹. Pergunte quantos juízes se deram ao trabalho de subir à favela, ir lá conversar com o povo, identificar esse povo, explicar o que é o judiciário...

(...) Julgamos uma sociedade que não conhecemos, e que fugimos, e tememos muitas vezes... não subimos no morro por medo".

Há uma preocupação muito grande, sentida entre os entrevistados, de que exista uma cultura de afastamento do juiz em relação ao povo, e de transformação, através do trabalho por eles qualificado de "alienado"⁵², do juiz num autômato, que trabalha sem pensar, dado a quantidade de trabalho no Fórum, ou uma cultura popular, reproduzida no interior do Poder Judiciário enquanto comportamento imposto hegemonicamente - "modelo de conduta"⁵³ - um certo tabú frente a figura do juiz.

"P: tu não mudavas, então, quando colocavas uma gravata, ou uma toga?

R: não, o que eu notava é que as pessoas mudavam comigo. Isso é real, até hoje".

⁵¹ as favelas, em Porto Alegre. são chamadas de "vilas".

⁵² ver, neste sentido, artigo de PUGGINA, Márcio. Deontologia. Magistratura e Alienação. *Ajuris*. Porto Alegre, v. 20, n. 59, p. 169-198. nov./1993. Alienação, em Marx, denota num estado em que o indivíduo ou a comunidade encontram-se "desprovidos de si mesmo". isto é. alheios à atividade produtiva. Consiste na condição social em que o homem deixa de ser o pólo ativo, criativo da realidade social para tornar-se objeto passivo de processos externos (valorização do capital, acumulação, etc.) que não controla. O processo de alienação é objetivo, nada tendo a ver com consciência. Um operário militante no partido e no sindicato é mais consciente do que um outro operário avesso à política. Ambos, porém, são na mesma medida alienados. Pode-se dizer que o trabalho do juiz seja, de alguma forma, alienado. Porém, o uso da categoria, aqui, complica-se pois o "controle do processo de trabalho" na atividade intelectual é bastante complexo para definir em que medida dado trabalho intelectual é alienado ou não. O juiz deixa de ser "sujeito passivo de processos externos" e passa a ser "ativo" apenas por que "se conscientizou"?

⁵³ ver, sobre esta questão, o capítulo II, item 2.2 deste trabalho.

Os próprios entrevistados revelaram que acabam incorporando estas pautas comportamentais inconscientemente, ou mesmo adotando posturas de superioridade frente as partes e advogados, atitudes que, evidentemente, procuram combater.

"O juiz tem uma tendência muito grande de ser prepotente, por que ele não pede, ele manda. Eu me flagrei algumas vezes sendo prepotente, e me senti muito mal; mas consegui reverter bem na maioria. Às vezes o radicalismo leva à prepotência, por que tu comesças a desprezar os outros, e tu não podes desprezar os outros".

"Eu incorporei um pouco daquilo tudo. A tendência de tu assumires o protótipo é a expectativa que têm os que estão acima de ti, e eles meio que servem de referencial... até por que te faz muito bem ao ego. O juiz sai de uma situação de estudante, que faz um concurso, passa, vai para comunidades onde te tratam como alguém importante..."

Quando eu falo no processo de despersonalização eu falo um pouco de cátedra. E sempre tive o cuidado, por exemplo, de "o que vão pensar, o que vão dizer..." Como juiz eu ia aos bailes e me preocupava em não dançar demais para não aparecer. Custei a me dar conta que até se tu mostrares mais a tua cara, te aceitam melhor... mas é um processo de amadurecimento".

Os juízes destacam que este modelo de conduta e a relação de afastamento juízes/povo é particularmente mais forte no interior. Certo entrevistado a compara com uma relação tipicamente paternalista, que seria reproduzida pelos juízes em relação ao Tribunal.

"A relação da sociedade, principalmente no interior, com o juiz é uma relação de pai, o juiz é visto como pai: aquele que pune, aquele que põe na cadeia, aquele que afaga. É mais ou menos a mesma relação entre o juiz puxa-saco e os desembargadores do Tribunal, é o pai que critica, que afaga..."

A tendência entre os juízes entrevistados é lutar contra a imposição de um modelo comportamental, buscando a aproximação com o jurisdicionado. A questão do uso ou não-uso de gravatas, togas, ou tênis e sapatos, é realmente secundária para eles. Há, certo, a procura de uma ruptura com o modelo tradicional de juiz como "sacerdote"; porém, a questão da roupa realmente não está colocada para eles com a importância que para a direita, como vimos no item anterior. O importante, na realidade, é manter a seriedade do cargo aliada à discrição e simplicidade no

atendimento às partes, funcionários e advogados; bem como destacar a sua dimensão de cidadão comum.

"Muitas vezes os juízes são filhos de operários, camponeses, muito poucos tem fortuna de família... somos cidadãos como quaisquer outros, apesar de que existe um certo "tabú".

A maior parte destaca que o controle comportamental e ideológico dos juízes por parte da Corregedoria ou do Tribunal tem diminuído bastante em relação ao que ocorria em épocas anteriores⁵⁴.

O fenômeno da *crise de operacionalidade* do Judiciário, conforme tratamos no capítulo anterior, é percebido pela totalidade dos entrevistados, especialmente enquanto excesso de trabalho, "neurose da pilha" (de processos), e a conseqüente perda da qualidade das decisões. Isto configuraria, para eles, um tipo de trabalho que qualificam como "alienado":

"A vara da Fazenda castiga demais, o volume de serviço é muito grande, e o processo é muito rápido. Eu tenho que julgar dois a três processos por dia necessariamente para não atrasar. E é uma coisa que pelo menos em mim, sempre me preocupou demais: é a "neurose da pilha".

"A carga de serviço, parece que existe é para a gente não poder pensar".

"A tendência é fazer do Direito uma técnica e do jurista um tecnocrata".

Os entrevistados notam, neste processo de "alienação", que há perda de qualidade, tanto da qualidade do resultado do trabalho, que passa a ser mecanizado, acrítico, quanto da própria qualidade de vida do julgador, caracterizando um típico processo de deterioração de identidade. Ou, como no desabafo de Carvalho: "eu

⁵⁴ o próprio juiz Puggina foi protagonista de uma perseguição inusitada. Conta ele: "No dia anterior à prova oral de Direito Penal o desembargador que examinava a matéria, mandou que eu tirasse a barba. Eu ri, achando que era brincadeira. Ele me olhou e disse: 'Estou falando sério e isto pode ficar complicado'. É claro que não tirei. O resultado foi que ele fez uma prova difícilíssima e recebi a nota mínima, embora fosse a matéria que eu mais sabia. Acho que o que me salvou foram as outras notas". UM REBELDE com Causa. Entrevista com Márcio de Oliveira Puggina. *Jornal da Ajuris*. v. 6, n. 35, p. 12, out-nov./1992.

*não quero uma máquina de julgar, um copiador de Códigos, doutrina e jurisprudência"*⁵⁵.

*"Se o juiz é obrigado a decidir tenha ou não tenha lei, ele deve ter liberdade. A não ser que ele seja um psicopata a possa separar sua personalidade de juiz e cidadão e assim todos os valores inerentes a esses dois papéis"*⁵⁶.

Alguns destacam que o juiz, por fazer parte de uma agência de poder estatal, acaba por incorporar relações de poder e dominação, tendendo a ser cooptado ideologicamente pelo Sistema, em virtude do próprio lugar social que ocupa.

"Ele corre o risco de ser cooptado pelo Sistema, como tudo, por que as relações com o poder são muito perigosas".

A imagem do Poder Judiciário de modo geral é de crítica a nível nacional e de apologia em relação ao Judiciário do Rio Grande do Sul. Mesmo quando os entrevistados se referem aos juízes tradicionais gaúchos, destacam sua competência técnica, honestidade e profissionalismo. Tal postura é nitidamente pautada por uma defesa corporativa do "lugar da fala".

Quanto ao judiciário nacional, portanto, a opinião é diferente

"P: como tu vês o Judiciário atualmente?

R: a nível de Brasil é uma droga....

(...) não só por causa da corrupção. Mas porque a máquina não funciona... os juízes não trabalham com princípios, mas estão apegados à lei".

Quanto ao Judiciário no Rio Grande do Sul, tendem a destacar a competência técnica dos membros, a democracia interna nas relações juízes/Tribunal e a rapidez da prestação jurisdicional. Em suma, vêem o Judiciário gaúcho como a vanguarda dos Judiciários da América Latina.

"Ninguém diz que nos Estados Unidos um processo leva em média 5 anos e na Itália leva de 5 a 6 anos, nós aqui no Rio Grande do Sul terminamos processos com 2 anos, 2 anos e meio...".

⁵⁵ CARVALHO, Amílton Bueno de. Direito Alternativo. O Onze de Agosto. São Paulo, n. 6, p. 06, nov./1990.

⁵⁶ *idem*.

"No Rio Grande do Sul não temos mordomia no Judiciário. Os desembargadores não têm nem carro oficial, tinham a um tempo atrás, não têm por pressões da classe, através da AJURIS, para tu ver a importância que tem a AJURIS. Em outros estados, os desembargadores tem desde casa, carro oficial, carro para a mulher..."

"(...) eu não sei se tem na América Latina um judiciário melhor do que o do Rio Grande do Sul... não estou falando só em politização, mas em ética, preocupação com a rapidez - estou falando no Judiciário comum - é o estado com mais juízes por habitante, começa por aí... então é um Judiciário que realmente funciona em algumas varas, como o Judiciário da Europa.

P: Por que tu achas?

R: não sei, não tenho explicação...

O Tribunal é mais democrático... e um Tribunal passa a ser democrático quando espelha as forças da sociedade. Tu pegas no Rio Grande do Sul, a população de esquerda é mais ou menos 10%, e isso reflete no judiciário. Em outros estados dá o contrário. Em São paulo deve dar 20% de esquerda... no judiciário tem 1%...

Isso por que a estrutura aqui não repele o diverso... há pauleira, mas não repele, tanto é que nós existimos no Rio Grande do Sul. Há alguns fatores, como o salarial, o estado sempre teve os juízes mais bem pagos do país, tanto que vinha gente de outros estados para fazer concurso.

E a outra característica é que o Tribunal é mais progressista. Ele tem uma tradição de independência, não saberia de apontar as raízes disso... as nossas burrices são burrices nossas, não há conivência. É um judiciário com boa capacitação técnica, com um grande número de juízes com obras publicadas. Não há casos de corrupção nem entre juízes, advogados ou promotores, tu não encontras nenhum caso de tentativa de corrupção... em outros lugares é mais comum".

Nos primórdios do Movimento, à época do "grupo", a tendência era encarar de forma maniqueísta a relação "alternativo" versus "tradicional". Hoje, porém, os magistrados que se aliam à corrente procuram uma maior universalidade de posições. Inclusive quando perguntados sobre a composição ideológica da Justiça no estado, muitos respondiam que no Judiciário haveria um grupo maior, mais amplo de juízes que não pertenceriam à corrente alternativa, mas cujas idéias mais abertas ao novo, progressistas e o alto nível de competência técnica permitia qualificá-los de "modernos".

"Os juízes que tem uma preocupação, com essas questões... os juízes que eu chamo de modernos, devem ser em torno de 100. Não são, digamos, socialistas...

P: esses, quantos seriam?

R: uns 20.

P: e no Tribunal de Justiça?

R: o que eu sei é que há bastante respeito no Tribunal em relação ao Grupo. Quando saiu aquela entrevista ⁵⁷, o Corregedor-Geral (Nelson de Souza) declarou que não iria permitir que se punissem os melhores juízes do Estado".

Porém, se caracterizam o Judiciário gaúcho como um Judiciário competente tecnicamente e que não repele o diverso (ou seja o Movimento de Direito Alternativo), estão longe de pensar que o Judiciário - aí entendido globalmente: nacional e estadual - seja um reflexo perfeito das forças sociais. A tônica central das falas estabelece uma representação do Judiciário enquanto poder afastado do povo e que precisa ser democratizado.

Em geral, porém, vêm com bastante reserva a idéia de um "controle externo" tal como tem sido proposto pela OAB e tratado na imprensa nacional. Vejamos algumas falas:

"Por que está se falando em controle externo da magistratura atualmente? Por que se falou em prender PC Farias, se falou em destituir o Presidente da República... há processos e mais processos contra políticos, empresários sonegadores indo para a cadeia... aquilo que a sociedade sempre reclamou está sendo realizado agora... então o criminoso de colarinho branco vai no Congresso e diz: "precisamos de um controle externo da magistratura". Tudo o que eu tenho lido e visto sobre o controle externo passa necessariamente sobre o controle da jurisdição, e isto é um absurdo! No momento em que o juiz perder o seu poder jurisdicional, ele nunca mais vai alcançar os poderosos".

"Acho que tem que ter representantes do Executivo, Legislativo, CNBB, ABL, sindicato dos trabalhadores, dos Sem-Terra, da UDR... esse pessoal têm que ver o perfil de juiz que eles querem, discutir por quê que está passando um juiz e não o outro... Tem o fator técnico e o político. Aí entra a sociedade civil para fiscalizar.

P: só o ingresso?

R: não, na estrutura de controle este tem que ser administrativo, financeiro e correicional. Não pode ser judicante, por que aí tu vais fazer um outro grau de jurisdição... e um dia tem que "acabar o campeonato", a decisão, boa ou ruim tem que vir.

É necessário construir fóruns de debate, investigar o juiz corrupto... e tem de ter competência administrativa: há necessidade de ter Tribunal de Alçada? tem de haver quantos juízes? ... A população tem que participar disso .

⁵⁷ JUÍZES Gaúchos Colocam Direito Acima da Lei. Jornal da Tarde. São Paulo, 24 de outubro de 1990. p. 6 (Luiz Maklouf).

Se se funda a atividade jurisdicional do Judiciário na soberania popular, ele TEM QUE prestar contas a esta soberania popular. Ele existe em função desta soberania popular e não presta contas a ela. Pega esta soberania e passa a viver em função dele mesmo, um círculo fechado, uma espécie de maçonaria".

Em geral, porém, apesar de admitirem o controle externo como possibilidade, desde que não atinja o poder judicante, estabelecendo um nível mais alto de jurisdição, e que haja a participação da sociedade civil como um todo, na realidade não se nota, da parte do Movimento, uma preocupação prática em apresentar sugestões concretas para uma efetiva democratização do Poder. Pode-se dizer que, de modo geral, o controle externo é ainda uma "questão-tabú".

"Nós temos uma dificuldade muito grande com as eleições, acho que isso ainda não deve alcançar a magistratura, mas não se exclui a possibilidade de no futuro se pensar nisto..."

"Na verdade, me parece que ainda agora, que o concurso público é o caminho. Nós não podemos fazer com que os juízes que tenham uma posição já consolidada dentro do Poder Judiciário se afastem dos aspectos filosóficos e políticos daquilo que eles desempenham, que é o envolvimento de decisões nas relações intersubjetivas, tentar identificar onde está o direito oprimido e o direito opressor".

"Um juiz eleito pode fazer horrores contra o povo".

Outro fato destacado na pesquisa é a representação política que a esquerda tem do Judiciário de modo geral. Eles consideram que seu trabalho é visto como necessariamente de direita, e um erro político as correntes progressistas, de modo geral, não se preocuparem com a Justiça e com o Direito. No capítulo anterior, quando nos referimos à teoria crítica acadêmica da década de 70, dissemos que esta se afastava das práticas jurídicas concretas. Tal pode ser percebido nesta fala, que denota o quanto a esquerda, mesmo entre os juristas, desprezava o Poder Judiciário como um espaço de lutas:

"O próprio Roberto Lyra Filho, quando ficou sabendo que eu tinha passado no concurso me ridicularizou: "você vai ser juiz, vai sofrer muito, aquilo é um antro de reacionários". Mal ele sabia que anos depois ia ter um movimento como esse, dos juízes alternativos, que iriam adotar as idéias dele.

P: como era essa questão de ser juiz, como é que tu vias?

*R: eu me sentia orgulhoso, mas perante alguns amigos mais radicais de esquerda eu sentia um certo mal-estar. Tu vês, o próprio Lyra Filho me ridicularizou por saber que eu tinha feito concurso para juiz. Imagine então outros mais p****-loucas".*

Na fala abaixo há a percepção de que a esquerda, de modo geral, quer o Judiciário neutro, acreditando numa visão instrumentalista de Estado⁵⁸, criticada no capítulo I deste trabalho. Isto por que os juízes alternativos, de modo geral, percebem a organicidade do Movimento com as idéias e utopias mais gerais da esquerda (organicidade ideológica), não o alinhamento com determinado partido que chegue ao poder. Muitos colocam a função judiciária como não-neutra, mas independente de pressões políticas por parte do Executivo, qual seja o partido ou a classe social que esteja no controle do Estado.

"Na verdade, parte da esquerda não quer a liberdade... quer o Judiciário como instrumento deles. "Nós pegamos o poder político e agora o judiciário é nosso, baixa a cabeça para nós..."

Só troca de dogma! A nível racional é a mesma racionalidade. Tem muita gente de esquerda querendo matar os alternativos, militantes do PT...

Aí acontece o que aconteceu com o Allende, muito bem, ganharam o poder político... quiseram fazer uma reforma agrária e o Supremo Tribunal não deixou... eles estão partindo ainda da idéia de que o juiz é neutro. "Bom, se ele é neutro e está cumprindo agora as normas neutramente, ele vai cumprir as nossas neutramente também.... "que nada, vão nos prejudicar sempre"".

3.3.4 - A Prática dos Juízes Alternativos -

Neste item abordaremos a questão das práticas dos juízes alternativos: suas experiências, métodos de trabalho, postura diante da comunidade. Transcreve-se, igualmente, as falas sobre questões jurídicas mais específicas, a fim de demonstrar exemplificativamente, algumas posições dos magistrados alternativos sobre estas.

A prática dos juízes alternativos não se reduz apenas ao ato de julgar, mas diz respeito a toda uma inserção no contexto da comunidade em que atuam. De acordo com o que pudemos captar das falas, há uma preocupação, conforme falamos anteriormente, com a informalização das relações humanas, uma aproximação do

⁵⁸ criticada no capítulo I desta dissertação.

juiz com o seu jurisdicionado. De modo geral as falas procuram demonstrar esta informalidade:

"Em Santo Augusto eu jogava futebol e as pessoas achavam aquilo o máximo, "estou jogando futebol com o juiz". Isso acaba informalizando as relações".

"Eu cheguei no interior preocupado em levar uma nova imagem, não de propósito, mas pela minha própria maneira de ser, uma pessoa tratável, acessível, e muitos não compreenderam, entenderam isso como sinal de fraqueza. Não era aquilo que eles esperavam, eles queriam um juiz que mandasse..."

"Eu aprendi que o respeito que eles tem pelo juiz não é pela gravatinha nem pelo banco que tu ficas lá encima a 2 metros de altura, a testemunha gargarejando pra ti.. é o trabalho, tchê. Se tu dá uma resposta mais rápida para eles, mas se tu não dá, ficas desfilando gravata e paletó, mandando e desmandando... aí tu perdes o respeito.

Eu nunca usei gravata no Fórum. Não que eu não goste, acho uma roupa bonita para ser usada, mas não no Fórum. Eu usava no júri. Mas isto não tem relação nenhuma entre ser alternativo: usar ou não usar. O que eu digo é a empolgação, a maneira de agir, o nariz empinado".

"Tive uma audiência com um juiz de São Paulo uma vez que achou muito estranho, disse que os advogados em São Paulo se recusariam a fazer audiência com um juiz que não estivesse de gravata. Mas como as minhas sentenças nunca ficaram melhores ou piores por causa da gravata..."

Uma das principais preocupações dos juízes alternativos - isto esteve presente desde o início do "grupo" - é com a competência técnica e com a qualidade das decisões. Isto acabou representando, na comunidade em que atuavam, um aspecto positivo para a imagem dos juízes e do Poder Judiciário. Um entrevistado conta como lidou com uma comunidade conservadora em que o conheciam como advogado:

"Em Santiago foi traumático, por que eu era de Jaguari, 43 km dali. E me conheciam, sabiam que eu era do PT. Inclusive eu já tinha participado, quando advogado, de um debate numa rádio de Santiago com a UDR, representando o PT de Jaguari, e eu defendendi a constitucionalidade da ocupação do latifúndio improdutivo. Foi a maior polêmica.

Inclusive um amigo me falou que tinham gravado a fita, fizeram uma reunião da maçonaria e levaram. Tocaram a fita e falaram: "este é o juiz que vem pra cá".

Mas eles logo viram que eu estava a fim era de trabalhar... inclusive na minha despedida os advogados mais conservadores foram os que mais me homenagearam. Eu até pensei: "acho que eu não trabalhei muito bem então (risos)".

De modo geral o juiz procura inserir-se na comunidade onde atua, conhecê-la melhor, não se isolar, ao contrário do que manda a boa "deontologia". Muitos palestram para movimentos populares, são convidados, questionados e debatem com estes movimentos. Também ocorre o inverso, que parece ser mais comum: parte do próprio juiz a iniciativa do contato. Pensamos, porém, que estes contatos juiz/movimentos organizados/comunidades acontecem bem menos freqüentemente do que deveriam.

"P... então o Sr. faz isto, de subir às favelas?"

R: não tão freqüentemente quanto gostaria, mas faço. Inclusive semana passada eu peguei meus filhos, tenho um casal de filhos adolescentes, e levei eles ao morro para conhecer... conversar com pessoas. Por que o meu garoto já foi assaltado quatro ou cinco vezes. Tomaram relógio, boné, tênis... e estava criando um preconceito muito grave em relação àquela pessoa que ele via mal vestida, e eu mostrei para ele que infelizmente o mal vestir e o mal encarar eram consequência de uma pressão social muito grande.

Fomos no Morro da Tuca, onde moram vários réus meus, estive conversando com líderes comunitários...

Faço inclusive palestras nos morros...

P: Palestras? Como é isso?

R: São encontros em grupos pequenos, interessados em saber como é a Justiça. Eles fazem perguntas, criticam, e eu faço a defesa dentro daquilo que eu posso fazer em termos de defesa...

No Morro Santa Teresa eu fui na Faculdade de Teologia, onde tem pessoas envolvidas com movimentos populares. Foi uma experiência extraordinária: passamos uma manhã inteira conversando sobre o Judiciário. Foi um sofrimento eu explicar como era o Judiciário dentro das perguntas que eles faziam, mas foi uma experiência que somou muito na minha vida, que somou muito..."

Vejamos como um entrevistado narra suas experiências como jovem juiz, que, recém nomeado, chega a uma comunidade do interior preocupado em fazer um trabalho de aproximação Judiciário/povo:

"Eu queria ter uma comarca de vara única, para ter uma experiência sobre toda a atividade jurisdicional Então eu escolhi Planalto. Há muito tempo os últimos colocados em concurso pegavam esta comarca, considerada a pior do Rio

Grande do Sul. Não fui o último colocado, mas acabei pegando esta comarca, e tinha umas sete ou oito opções.

Quando cheguei lá, notei que as pessoas olhavam o juiz como uma divindade, é uma relação muito distante... existia uma parede muito grande: é o juiz de um lado e o jurisdicionado de outro. Eu me sentia isolado. Então comecei a trabalhar com uma aproximação ente a Justiça e o colono.

(...) É muito difícil, em primeiro lugar, fazer o cara relaxar na tua frente... o cara entre ali completamente em pânico, totalmente descontrolado. Então comecei a dar palestra na Câmara dos Vereadores, reunindo várias entidades, e comecei a falar de menores, tentando criar o conselho tutelar... eles só queriam saber de polícia, segurança. Justiça para eles era polícia, eles não queriam saber de juiz.

Eu saía do Fórum no final da tarde e ia para as comunidades, algumas eram a 60 km de chão batido. Chegava lá, tu olhavas e não tinha ninguém... aí batiam o sino da igreja e começava a encher, porque a colonada era grande. Aí eu explicava para eles que eles deveriam procurar mais a Justiça, que eles poderiam ligar para o Fórum para saber de processos, que o meu horário de atendimento é tal... Dizia o que era a Justiça e o que eles deviam fazer para entrar na Justiça. Mas o importante para eles foi o encontro... Um deles me disse: "pô, o Sr. é o juiz mesmo ou é o empregado do juiz?"

Preocupação notada em todos os entrevistados, é com a informalização e simplificação dos procedimentos, tanto na área cível quanto na criminal. Há, de parte de alguns, inovações na área, normalmente acolhidas com sucesso pelos promotores e advogados da comarca. Vejamos o depoimento deste juiz:

"O desembargador Rui Rosado foi lá em Alvorada, viu o nosso trabalho... e a tônica dos temas era explicar como impulsionar os processos não se preocupando com as normas do Código de Processo Civil, mas se preocupando com os princípios.

Há um processo de separação consensual que levou dois anos para ser julgado! O advogado esqueceu de juntar a certidão de casamento... Isto porque a praxe em todos os fóruns é a seguinte: o advogado entrega a petição inicial na distribuição, vai para o cartório, o cartório autua, registra o processo, bota capa de processo, e aí vai para o juiz, o juiz coloca o "cite-se"... volta para o cartório, que expede o mandato... até citar, até o mandado votar para os autos (e só depois que voltou conta prazo de 15 dias para contestar). Isto pelas observações que eu tive é uma perda de 4, 5 meses com o processo parado.

A idéia de marcar audiência para um mês, que acontece: aí o pessoal é obrigado a autuar, registrar, expedir mandato, e o oficial é obrigado a cumprir. Trago o pessoal na minha frente, abre-se a possibilidade de sair um acordo, ou de tornar a lide mais curta.

Eu estabeleço acordo, por exemplo, se não, torno fatos incontroversos, e aí eu diminuo a discussão e diminuindo a discussão, me sobra mais tempo. Por que aí ela vai ser sobre um ponto determinado...

P: como foi a repercussão destes teus procedimentos nos advogados?

R: eles adoram... isto agilizou bastante.

P: outros juízes adotaram?

R: adotaram, inclusive alguns magistrados trabalhistas falaram em mudar a Consolidação para adotar este sistema".

Muitas vezes, diante da realidade que se apresenta, o juiz é levado a resolver a lide da forma mais simplificada possível, utilizando-se de princípios gerais de equidade e justiça distributiva mais elementar, sob pena de prejudicar ambas as partes em contenda. Um entrevistado narrou um caso interessante de composição de lide em que aparecem elementos de informalização que escapam totalmente à lógica hegemônica de ritualizante e burocratizante, prevalecendo, ao contrário, o pragmatismo:

"Tinha duas famílias que possuíam uma faixa de 5 ou 6 metros entre suas propriedades sem plantação nenhuma, e eles já tinham uns 3 processos de lesão corporal um contra o outro... estavam litigando aquilo há 10 anos..."

Eu peguei aquele processo e vi que fazia 10 anos que aquilo estava em litígio, e lá [Planalto-RS] tinha uma dificuldade tremenda: não tinha quem demarcasse as terras. Teria que pagar uma perícia muito cara e aí tem aquela coisa: a justiça não chega para eles, é muito cara para eles.

Marquei uma audiência e eles disseram que concordariam com qualquer decisão se eu fosse lá e dissesse de quem é a terra.

... pegamos um engenheiro no sábado de manhã e o engenheiro chegou à conclusão de que aquilo não tinha solução, pois a demarcação tinha sido feita em 1928 e desde lá não havia marcos. Chamei o cara num canto e disse: "olha, o que a gente disser aqui, está dito. Eles estão deixando de plantar e estão brigando. Então tu dá um jeito de dar bem no meio daquilo lá e dá metade prá cada um". Ele foi lá e mediu bem no meio.. Eles ficaram encantados... resolvido um processo de 10 anos.

Talvez com a medição a sentença saísse injusta, um deles poderia sair prejudicado".

O processo é visualizado, pela totalidade dos entrevistados, sob o aspecto instrumental; bem como a legislação processual é vista, de um modo geral, como causadora de grande parte dos males da justiça, especialmente no que se refere à operacionalidade.

"Há atos que são absolutamente inúteis. Os que tem lidam com processo tem que ter a consciência de que o processo é um instrumento, não um fim em si, mas tem gente que dá mais importância ao processo que ao direito material das partes que está sendo discutido. A questão é a seguinte: temos que resolver o problema das partes, compor a lide".

Outras inovações processuais aparecem, conjugando-se o trabalho de juízes, advogados e promotores, especialmente em comarcas do interior ou varas onde os profissionais são em número reduzido e possuem um contato diário e pessoal. Há

até, por exemplo, a ousada prática de *conciliação no crime*, usual nos países de direito anglo-saxônico e, a rigor, inexistente no ordenamento jurídico processual penal brasileiro.

"Mas em relação ao Direito Penal eu tenho algumas inovações. Várias inovações até. A primeira delas, que não é minha, porque já existia... é o acordo no crime. A gente fazia em relação a crimes de bagatela, não valia para reincidência... Agora tem uma promotora que não concorda... E isto me diminuiu muito a carga de trabalho, e eu podia ocupar-me de processos que realmente exigiam estudo".

A prática dos juízes alternativos na fase anterior ao surgimento do "grupo", era marcada por uma ação por vezes legalista/positivista, por vezes intuitiva, afastando a aplicação de determinadas leis no caso concreto - e pelo casuísmo/pragmatismo.

"Não era uma coisa sistematizada, era uma coisa simples: sabia os locais de luta, mas não sabia bem, acho que até hoje não sei direito... sabia atacar, pequenas batalhas, aqui e ali, mas sem o conjunto de toda a guerra que está rolando".

Num segundo momento, que Carvalho denomina "adolescência"⁵⁹, a tendência era favorecer o "fraco" contra o "forte", efetuando julgamentos declaradamente *contra legem*, com base em princípios discutíveis, dado o forte teor maniqueísta. É folclórico o caso de um juiz, aqui entrevistado, que costumava declarar, lá pelos idos de 1987, que se um Escort batesse num Fusca, ele julgaria em favor do Fusca, mesmo se este fosse o culpado. A tendência, aqui, é o pragmatismo e o casuísmo, sem a preocupação com os princípios gerais, ou com o desenvol-

⁵⁹ ver, neste sentido, CARVALHO, Amílton Bueno de. Atuação dos Juízes Alternativos Gaúchos no Processo de Pós-Transição Democrática. cit. Amílton descreve a "infância" da seguinte forma: "Antes da criação do grupo de estudos, a atuação não se diferenciava muito daquela emergente do ator tradicional. Havia, porém, um pano de fundo comum (...): a capacitação técnica, forte produção sentencial e postura ética inabalável (...). O que se notava era apenas um sentimento, de origem talvez psicológica ou religiosa, de desconformidade com o resultado prático de sua atuação (...) buscava-se superar isso através até de alguns malabarismos da lógica, às vezes até ingênuos". A Adolescência, por sua vez, é descrita da seguinte forma: "Nos primeiros anos do grupo quer parecer que houve um momento de revolta, de belicosidade. Com clareza começou-se a constatar a serviço de quem estava sendo dirigida a "neutra" atuação judicante até então exercida (...). Neste momento próximo da adolescência, o mundo fora dividido entre 'pobres e ricos', 'mocinhos e bandidos'. A visão se caracterizou por ser maniqueísta. A tendência era decidir em favor dos pobres, tão-só pelo fato da pobreza. Era algo dogmático". (p. 5-8).

vimento de um movimento teórico/prático que construa um instrumental jurídico generalizável (dogmática, no sentido de "técnica jurídica").

O pragmatismo/casuísmo, é um dado do juiz alternativo. Ou melhor, de acordo com o que podemos perceber, este, na realidade, é um dado de todo o juiz, tradicional ou alternativo - pois este é sempre limitado pelo "caso concreto". O que ocorre é que, no caso dos juízes entrevistados, e no que parece ser a tônica do Movimento, há o *reconhecimento* deste pragmatismo, do uso do instrumental das leis, dos Códigos e da Constituição a favor da Justiça no caso concreto.

"Tu podes num dia aplicar uma lei e no outro negar a incidência da mesma lei".

"O Direito é retórico, tudo o que vier para convencer, está bem, se for para citar a Bíblia eu cito, a lei, Marx, posso citar o Simonsen, também, não tem problema nenhum, só que eu boto estas coisas tudo numa contextualização do ponto de vista político, social, jurídico..."

Perguntados sobre o que diferencia um juiz alternativo de um não-alternativo quanto à forma de julgar, os entrevistados responderam que, quanto ao *método*, este inclui, necessariamente, os seguintes pontos: (a) crítica - juiz alternativo sempre se preocupa com o que e porque ele está julgando desta ou daquela forma; (b) busca da totalização, interdisciplinariedade; (c) busca da "função social", do impacto de suas decisões na vida da maioria da população; (d) norte utópico, posição político-ideológica de esquerda; (e) busca da Justiça no caso concreto.

De acordo com Puggina, a novidade do Direito Alternativo se resume ao seguinte:

*"O conflito entre lei, direito e justo não é novo: resiste aos séculos com a mesma atualidade. O novo é retirá-lo dos compêndios de filosofia e trazê-lo para a vida; o novo é deixar de pensá-lo exclusivamente no campo das idéias e trazê-lo para o conflito entre produtor e consumidor, o Estado e o aposentado, entre o mutuário e o SFH; o novo é inserí-lo na questão penitenciária, no dilema de uma jurisdição criminal quase exclusiva para pobres e pretos"*⁶⁰.

⁶⁰ PUGGINA, Márcio de Oliveira. Direito Alternativo: os Equívocos. *Zero Hora*. Porto Alegre, 22 de maio de 1992. p. 04.

"O alternativo é o que pergunta todo o tempo, não decide por decidir, toda a decisão dele é uma decisão crítica, no sentido de se preocupar com o desvendamento do que "está ali". "Eu estou fazendo isto assim, por que?" Qual é o sentido? "

"Eu tenho dito que o juiz ao decidir não decide tendo por base apenas a norma jurídica mas por vezes a sua decisão contém mais conteúdo ideológico, sociológico e até filosófico do que propriamente jurídico".

"P: mas por exemplo, se tem uma jurisprudência do... Acre ... que te resolve o problema, mesmo assim tu apelas para as questões político-sociais?

R: Isso é um dado do alternativo: a interdisciplinariedade, a totalização. Dizer, "se a lei resolve o meu problema, eu não preciso buscar outra coisa" não, isto não é alternativo. Tem até um artigo do Rui Rosado que diz isto, que se a lei é justa, não devo buscar outro tipo de argumentos, apesar de considerá-lo um desembargador bastante progressista, um dos melhores desembargadores, não concordo com esta visão".

Há, de certa forma, a consciência de diferença a qual nos referimos no capítulo anterior, entre o Direito Alternativo e um mero anti-formalismo.

"Acho que a decisão não basta que seja informal, interdisciplinar, para ser alternativa no meu sentir, é indispensável que ela não contemple o individualismo, que ela combata o capitalismo, o uso egoísta da propriedade privada. Que seja uma visão social, coletivizada. Do meu ponto de vista este é a "color" do alternativismo. Não é a afronta à lei, nem a interdisciplinaridade, nem a quebra da segurança jurídica por si só a questão".

De modo geral, defendemos que os juízes alternativos deslocam a percepção "temporal" da norma jurídica do positivismo/legalismo. Enquanto que os juízes tradicionais vêem apenas a norma enquanto forma do "aqui e agora", linearmente, notamos nos entrevistados que estes desenvolvem uma visão de totalização dialética⁶¹ e uma diferente percepção temporal, o antes (causa) e o depois (consequência) da norma é vislumbrado durante a sua aplicação. Para ilustrar este raciocínio, vejamos esta citação de Carvalho:

"(...) nos dias atuais, os juristas, no apreciar os textos legais, estão divididos basicamente em dois grupos: aqueles que interpretam

⁶¹ ver capítulo I deste trabalho -

a lei formalisticamente, ou seja, preocupam-se em conhecer e aplicar as leis, limitando-se a descrever o que é visível, sem qualquer ingerência no mundo valorativo ou político e baseados na forma (a lei preenche os requisitos formais? vem da autoridade competente?). Enfim compartimentalizam o direito, desligando-os dos demais ramos do saber; e aqueles que buscam criticá-los (no sentido de fazer aparecer o invisível que está atrás da realidade aparente), trazendo o direito para o todo social, ao seu contexto histórico, enfim totalizando-o: têm em conta as origens da norma e quais as consequências que gera sua aplicação ⁶².

De acordo com Carvalho, para julgar-se bem, é necessário ao juiz conhecer-se a si próprio, o fato em julgamento, as partes e a realidade histórico-social, numa totalização dialética:

"Conhecimento do juiz como um todo, conhecimento do fato e partes também como um todo, mas apenas isto não basta, mais é preciso.

Necessário é que se conheça o todo social possível, ou seja, a realidade histórica com seus contornos: as forças em luta, a disputa hegemônica, as relações de poder (...).

Finalmente, (...) deve, a partir daí decidir com um pé na utopia. Sentenciar com a perspectiva do amanhã, com a possibilidade transformadora na diretiva utópica da vida com dignidade para todos. É propor o ainda-não, mas que pode vir a ser" ⁶³.

Na fase atual, os entrevistados declararam, em vários pontos das entrevistas, sua preocupação com o pobre e o oprimido, não de forma dogmatizada, mas através de valores que representam a libertação. Logo, busca-se, ao contrário do maniqueísmo da "adolescência", um norte interpretativo coerente. Este norte tem sido encontrado, no mais das vezes, nos princípios gerais de Direito e na Constituição. Há a busca de uma ruptura com o legalismo/positivismo, o que não significa romper com todos os pressupostos formais. A percepção deste "uso alternativo da legalidade constitucional", pelos entrevistados é bastante clara:

"A perspectiva de futuro do Direito Alternativo é retomar os institutos jurídicos. Em suma, o juiz alternativo (ou melhor o jurista), que tem uma visão

⁶² CARVALHO, Amilton Bueno de. Jurisprudência. In: O DIREITO ALTERNATIVO NA JURISPRUDÊNCIA. cit. p. 18.

⁶³ op. cit. p. 19.

informal, totalizadora, de esquerda, do direito, tem de retomar os institutos jurídicos e reestudá-los; "zerar" e reestudar do ponto de vista alternativo..."

"No próprio ordenamento jurídico a gente busca saídas, e tem saídas, para praticamente qualquer caso concreto... dispositivos constitucionais que nos permitem pegar uma lei ordinária e botá-la no lixo".

"Para mim, existem princípios gerais do direito que são conquistas da humanidade. A sociedade civil na sua caminhada histórica cria direitos, renova direitos, destrói direitos... então cria princípios fundamentais: não à tortura, função social da propriedade.. vai criando. Para mim a função da lei é aterrisar este princípios fundamentais.

Então, por exemplo, o princípio da liberdade do indivíduo. Se tu colocas na Constituição ele é só adorno, para que este princípio se faça à terra tu precisas do Habeas Corpus. Então esta lei é legítima, por que ela faz aterrisar o princípio. A função do Habeas Corpus é legítima por que traduz os princípios gerais de direito que são as conquistas da humanidade.

Neste momento o operador jurídico está autorizado a não aplicar a lei: quando ela atrita com os princípios gerais do direito que são conquistas da humanidade. Isto na vertical, na horizontal a lei tem que perseguir a utopia... é o que dá o cunho de movimento, dialeticidade .

A legitimidade da violação da regra passa pelo atrito da lei com o princípio. então tu deixas de aplicar a legalidade para aplicar o direito. Então não é o umbigo do operador jurídico, tu tens um conteúdo racional, um limite de atuação".

"(...) Por exemplo: 'é assegurado o direito de propriedade. A propriedade observará à sua função social' . Mas o que é "função social"? É aí que entra o Direito Alternativo, para definir a função social não como uma reserva de possibilidade de apreensão por quem tem mais dinheiro, por que domina o poder econômico, mas na divisão exata dos meios de produção, através daqueles que não têm condições de ter seu pedaço de terra".

O dever de motivar a sentença, ou seja, descrever toda o "iter" de raciocínio que levou o juiz a determinada conclusão aponta no sentido de que os alternativos estariam num patamar acima dos tradicionais inclusive no que se refere à garantia de "segurança jurídica". O alternativo não se exime do dever de motivar a sentença, e o faz na maioria das vezes integrando a norma jurídica em seu contexto sócio-político-econômico. Aqui a ideologia "aparece" bem mais, não é tão ocultada quanto no juiz tradicional. Este, no mais das vezes, decide ocultando (por que desconhece) os motivos reais que o levaram a decidir de tal ou qual maneira. Então, ao invés de "motivar" a sentença o juiz tradicional a "justifica", somente, com base

na lei - em certa leitura da lei - e nos precedentes (ditadura dos precedentes), em suma, no consolidado, pois suas posições tradicionais são as hegemônicas, a ideologia da classe dominante.

De qualquer forma, nota-se, no depoimento dos entrevistados, a preocupação crescente com a lei e com a legitimidade e racionalidade de suas decisões, até mesmo a fim de conquistar os Tribunais e demais operadores jurídicos para a suas posições. Esta preocupação é notada claramente na fala abaixo:

"Estou cada vez mais convencido de que a lei é o referencial mais importante.

P: mesmo a lei injusta?

R: é o referencial! Até para tu trabalhares tu vais ter que destruir ela, dizer que é injusta, e é o reconhecimento da importância dela, pois eu quero destruí-la... senão nem dava bola... por que ela é uma conquista.

Acho que não dá para viver sem normas, mesmo que não sejam escritas; as normas são instrumentos de convivência social: te dá uma certa estabilidade, uma certa previsão. Queira ou não queira, ela passa por um processo democrático. Como regra, abstraído o tempo do Golpe, ela é discutida, passa por 600 caras, o Executivo sanciona... Não se pode jogar fora este dado! "

Vimos neste capítulo, portanto, elementos gerais para a configuração do imaginário dos juízes que compõem o Movimento de Direito Alternativo no Rio Grande do Sul.

Problematizaremos alguns aspectos aqui salientados, com relação ao significado histórico e político do Movimento no item seguinte, onde procuraremos cotejar os dados aqui expostos e as análises desenvolvidas, com a perspectiva utópica de uma transformação social; construção de um novo Direito, uma nova Justiça, e da extensão da cidadania e de uma vida digna a todos os brasileiros.

No item seguinte, portanto, veremos, inicialmente, a configuração geral do Movimento a partir dos dados presentes neste capítulo, posteriormente, passaremos a destacar a possibilidade - e os limites - da atuação alternativa dos juízes gaúchos, enquanto atuação utópica, transformadora e democrática, a partir do "lugar social" Poder Judiciário.

3.4 - LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO ALTERNATIVA -

Nos itens anteriores procuramos configurar, em linhas gerais, as características do contexto histórico de surgimento do Movimento de juizes alternativos do Rio Grande do Sul, o impacto que o grupo causou, especialmente através dos veículos de imprensa, na opinião pública - manifestada através de artigos de jornal e revista. Posteriormente, passamos a demonstrar, através das falas dos atores envolvidos no Movimento, bem como subsidiariamente, utilizando trechos de obras escritas dos mesmos, elementos importantes para uma reconstrução de suas representações imaginárias sobre a Lei, a Política, a Sociedade, o Estado, o Poder Judiciário, e sua atuação como juizes. Coletamos, também, alguns depoimentos sobre suas experiências práticas e métodos de trabalho.

Feito isto, passaremos a uma configuração mais geral do movimento, procurando estabelecer, de forma preliminar e provisória, qual a natureza de suas práticas, tendo em vista os objetivos da construção de uma realidade social mais justa.

Com base no que discutimos anteriormente, vimos que o Movimento de juizes gaúchos surge num momento histórico *sui generis* na vida nacional: o final do regime militar e a redemocratização. Muitos dos atores sociais que fariam parte deste Movimento tiveram ampla participação na redefinição do jogo democrático na medida em contribuíram com o envio de propostas à Constituinte, participaram de debates políticos com movimentos sociais, etc. Na época em que apareceria o "grupo", a movimentação política e social era bastante grande: greves, comícios, passeatas, reorganização de partidos políticos, redefinição de pautas legislativas, etc. O desejo de participar destes processos políticos levou muitos juizes a se engajarem em discussões e aprofundar questões normalmente alheias ao Judiciário.

Havia, portanto, um contexto propício a redefinições de parte a parte: fora e dentro do espaço estatal, nas escolas, nos bairros, nos sindicatos (de trabalhadores e patronais), nas corporações profissionais, definia-se algum projeto de sociedade,

questionava-se sobre a "função social" de tudo. O Judiciário não poderia ficar alheio a este contexto e a estas preocupações e tal processo acabaria por atingi-lo, como pudemos perceber através das contribuições da AJURIS no processo de elaboração da Constituição. O "grupo" de juízes alternativos apenas representou, inicialmente, a ponta de lança deste processo de questionamento.

A existência de precursores anti-formalistas, a tradição de independência e qualidade técnica do Judiciário gaúcho foram elementos que possibilitaram o aparecimento de questionamentos, de início individuais e esparsos e muitas vezes irrefletidos, a respeito das concepções hegemônicas do ato de julgar, do papel do juiz diante da comunidade, etc. Também a AJURIS foi um importante elemento catalizador do "grupo" de juízes alternativos em suas origens, na medida em que serviu de espaço institucional, aglutinando e reunindo em torno de causas comuns, membros de um poder onde ainda impera o mito da *"solidão do julgador"*. A experiência da greve de juízes é paradigmática.

Consideramos de fundamental importância para a caracterização do surgimento do "grupo", portanto, a conjugação de um momento político nacional propício ao (re)questionamento com um ambiente institucional interno propício à manifestação da liberdade de opinião. Sem estes fatores, muito provavelmente os juízes gaúchos continuariam a julgar de acordo com suas consciências e noções de Justiça de forma isolada e dispersa, individualmente e talvez sem clareza das reais motivações que existem por trás do ato de julgar.

Podemos dizer que houve, na história do Movimento, dois momentos de "salto de qualidade" na consciência e no agir dos atores envolvidos e, para além destes, com reflexo na magistratura gaúcha de um modo geral. O primeiro salto de qualidade refere-se ao surgimento do grupo, a passagem da "infância" para a "adolescência" dos juízes - momento em que articulam suas práticas e passam a buscar um referencial teórico capaz de fazê-los compreender o papel social que jogam e as possibilidades transformadoras do agir judicial. O segundo salto deu-se à época da publicação da referida reportagem no Jornal da Tarde, quando, após as

diversas manifestações de apoio e rechaço da parte de operadores jurídicos e da sociedade civil em geral, os juízes passam a desenvolver uma consciência do real alcance de suas práticas, da necessidade de articulação a nível nacional em Movimento de Direito Alternativo, bem como refletiram sobre a maneira de encarar as decisões, antes maniqueístas e excessivamente pragmáticas, buscando a universalidade através da referência a princípios constitucionais.

O grupo surge numa época de crise na instância jurídica nacional, de redefinição de paradigmas, de pressões na legalidade, de inadequação dos pressupostos formais às necessidades do capital, de crise no Poder Judiciário, ideológica, organizacional e política, conforme vimos no capítulo anterior. A percepção desta crise pode ser visualizada nas falas dos juízes entrevistados, especialmente se tivermos em conta que estas *revelam um índice de ruptura ideológica com os padrões hegemônicos* de conhecer o Direito, julgar processos e comportar-se de acordo com o figurino "clássico" de juiz, tratando as partes e a comunidade de uma maneira diferenciada.

O Movimento em análise pode, neste âmbito, ser qualificado como uma *prática jurídica alternativa levada a cabo por operadores jurídicos no interior de uma agência estatal* (Poder Judiciário). Os magistrados, aqui, atuam utilizando-se da legalidade estatal, aplicando os instrumentos legais/constitucionais vigentes de forma a efetivar materialmente direitos garantidos constitucionalmente mas não efetivados na prática (instituído sonegado), bem como desenvolvendo formas alternativas de interpretar/aplicar a lei no caso concreto, com vistas a produzir decisões mais justas (instituído relido) e não só, mas valendo-se também de princípios gerais para afastar leis injustas, ou perfeitamente justas e constitucionais que, no caso concreto, tornam-se fatores de injustiça social⁶⁴. Suas práticas vão ainda mais além, pois representam uma forma alternativa ao padrão hegemônico do juiz posicionar-se frente aos problemas e a vida da comunidade onde atua.

⁶⁴ conforme chama a atenção Rodrigues, dando-se o efeito de uma "*lacuna axiológica*". ver. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A Crise do Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo: indo além do senso comum. Tese de Doutorado. Florianópolis, CPGD/UFSC, 1992.

Poderíamos localizar, desta forma, a atuação do Movimento de juizes alternativos do Rio Grande do Sul referindo-nos às práticas que pautaram o Uso Alternativo do Direito europeu após a década de 60, em países como Itália, França e Espanha. Porém, ao contrário do europeu, o Movimento brasileiro parte de um contexto econômico-social periférico excludente, embora algumas causas comuns possam ser apontadas, como a explosão de litigiosidade, as pressões na legalidade, especialmente dos movimentos sociais progressistas em virtude da reavaliação dos paradigmas de ação prática por parte da esquerda⁶⁵, e a crescente aproximação, em termos sociais, dos operadores jurídicos, antes elite política, social e cultural, com evidentes reflexos no plano econômico, hoje apenas elite cultural⁶⁶, frente a seus jurisdicionados.

Com efeito, os paradigmas comportamentais e funcionais que pautavam a imagem do juiz como um homem isolado da comunidade, separando inclusive as suas essências de "homem" de um lado e "juiz" de outro, não mais correspondem a uma realidade em que o juiz é levado a trabalhar muito mais e mais rápido que antes, a confrontar-se com pressões sociais, a julgar conflitos coletivos, a posicionar-se frente a políticas governamentais que afrontam a Constituição, e que, em termos econômicos e sociais, ocupa um lugar onde seu diploma de bacharel não

⁶⁵ fenômeno que Ingraio denomina "laicização da Justiça", onde as próprias forças de esquerda e os movimentos sociais atuaram como protagonistas do abalo ocorrido no mundo da Justiça - Uso Alternativo do Direito. Ingraio salienta que após a derrocada do fascismo na Itália deu-se um fenômeno tendencial entre as massas trabalhadoras de busca de uma igualdade formal, construção de uma democracia de massas, uma necessidade de liquidar com o arbítrio e o privilégio e apropriar-se das conquistas jurídicas da Revolução Burguesa. Deu-se uma luta pelo Estado de Direito, ao mesmo tempo em que percebiam os seus limites (o mesmo que ocorreu no Brasil pós-64): *"através desta crítica 'prática', de massa, às limitações do Direito burguês, e até de suas elaborações mais complexas e avançadas, ampliou-se a consciência da historicidade do direito"*. INGRAIO, Pietro. *As Massas e o Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 p. 200.

⁶⁶ claro, elite em todos os sentidos, se comparados aos índices econômico-sociais referidos anteriormente (cap. II), mas, comparativamente ao que foi antes o bacharel em Direito, podemos dizer que, contando-se os oriundos de certas faculdades... nem como elite cultural mantém sua posição. Sobre a questão da crise de identidade do bacharel em Direito ver ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Advogado e Mercado de Trabalho: um ensaio sobre a crise de identidade sócio-profissional dos bacharéis em direito no Brasil*. Campinas: Julex, 1988.e *Ensino Jurídico e Sociedade*. São Paulo: Acadêmica, 1989. Ou ainda VIANNA, Luis Werneck. Os Intelectuais e a Modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: SOARES, Marisa. *Os Intelectuais e os Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985. p. 191-224.

é mais um fator automático de ascensão social, perdendo a raridade que o caracterizava⁶⁷.

Podemos notar, nas falas dos juízes entrevistados, que estes possuem, além dos desejos de justiça social (ou seja, atender com a sua prestação jurisdicional os carecimentos da maioria da população), *carecimentos próprios*, que se manifestam especialmente no que se refere à sua "desalienação": melhores condições de trabalho, participação política e luta por uma nova identidade, uma vez que o padrão de juiz-sacerdote parece ter-se esgotado e revelar-se deteriorante da personalidade.

As falas e a produção intelectual dos juízes revelam que há uma preocupação muito forte destes em se definirem enquanto *sujeitos*. Com a participação política, houve um certo deslumbramento - como se o juiz redescobrisse a sua condição perdida de cidadão pleno - e o Movimento parece ter permitido juntar as práticas jurídicas com as utopias políticas correspondentes, antes em "universos" distintos.

As entrevistas revelam uma composição ideológica, ainda que não homogênea ou teoricamente "fechada", situada no âmbito da esquerda; assumindo-se como tais e participando de uma visão de mundo onde a democracia formal no plano político deve ser estendida e combinada com igualdade no plano econômico. Podem, de certa forma, ser considerados socialistas num sentido amplo, afinados com as críticas e a crise que atravessa a esquerda neste final de século. Há o reconhecimento da luta de classes (ainda que não apareça necessariamente com esta terminologia marxista), bem como a opção pelos pobres.

Todos os entrevistados afirmaram que o magistrado deve se posicionar politicamente: não há neutralidade ideológica possível, o juiz é um ser político como qualquer outro cidadão.

A maior parte deles advoga a liberação do juiz para a participação em partidos políticos, e, mesmo não podendo fazê-lo, procuram participar das lutas político-sociais específicas, num plano extra ou supra-partidário.

⁶⁷ cf. ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Advogado e Mercado de Trabalho... cit.

Os entrevistados compreendem, de modo geral, a crise do Judiciário, onde, no que se refere à carreira, sentimentos de decepção e fascínio com a profissão mesclam-se com facilidade: decepção pois a mística da carreira não corresponde à realidade, começando por fatores comuns aos operadores jurídicos em geral, como baixa qualidade (tanto na forma quanto no conteúdo) do ensino nas faculdades, crise de identidade profissional, etc. Na medida em que estes atores sociais, como membros de uma classe média em processo de proletarianização, oscilante entre a radicalização política e existencial e a cooptação/filisteísmo, buscam na magistratura uma perspectiva de ascensão social, acabam encontrando um trabalho desconectado com as necessidades da maioria da população, uma carga de serviço pesada e angustiante e padrões de racionalidade que não correspondem à realidade do Direito.

Há, também, o fascínio pela profissão, recuperado através da politização e da participação na comunidade, como redescoberta da capacidade de fazer justiça no caso concreto, através do Direito Alternativo.

As entrevistas demonstraram, também, que estes compreendem seu papel no interior do Estado como um papel de libertação, mesmo que as noções de Estado, "fins do Estado", e do Direito, possam estar marcadas por uma certa confusão teórica. No geral, porém, há a consciência de que é possível lutar, dentro de uma agência estatal como o Poder Judiciário, para a transformação da sociedade.

O sistema legal é reconhecido como a serviço das classe dominantes, a lei como instrumento de dominação, exploração e repressão de uma parte da sociedade sobre outra, bem como instrumento de difusão de uma ideologia hegemônica. Reconhecem, também, que o Direito não se esgota na lei estatal e que o conceito de Justiça extrapola a noção de lei, servindo de norte para a legitimidade de determinada lei em sua incidência no caso concreto. O juiz, para eles, deve tirar esta diferença da lei injusta, correspondente aos interesses da classe dominante, frente às consequências desta em relação à classe oprimida. Portanto, o Direito pode e deve assumir condição de veículo para a libertação.

O trabalho judiciário é visto, em linhas gerais, como separado dos interesses da maioria da população, ritualístico e inacessível ao homem comum. É comparado, muitas vezes, a uma Igreja, ou sociedade secreta. Os entrevistados contestam a cultura de afastamento do juiz em relação ao povo, concebendo em termos ideais a democratização do Poder Judiciário⁶⁸.

Em suas práticas, os juízes alternativos buscam a aproximação com o povo, a fim de fazer com que o jurisdicionado compreenda a Justiça; a inserção na comunidade em que atuam; a agilização/informalização dos procedimentos; a justiça no caso concreto; a contestação na medida do possível ou o abrandamento da carga ideológica das leis e mesmo a busca de uma Justiça social para além do caso concreto, atuando na comunidade jurídica para a construção de uma nova mentalidade em relação ao Direito.

Pensamos que, definido o quadro geral em que se inserem as práticas dos juízes alternativos gaúchos, diríamos que suas lutas apresentam-se como índices de uma ruptura ideológica no interior do Poder Judiciário: crise ideológica interna, enquanto reflexo de uma crise sócio-política e econômica com ramificações na instância jurídica, conforme vimos no capítulo anterior.

Tal crise reflete uma fissura ideológica no seio do Estado, teoricamente compreendido a partir de Poulantzas no primeiro capítulo desta dissertação. Esta fissura, aliada à organicidade com movimentos sociais e a ampliação do leque de operadores, qualitativa e quantitativamente, pode vir a configurar-se como legítima "guerra de posição" no seio do Estado.

No quadro abaixo, podemos visualizar o real deslocamento que o Movimento de juízes alternativos opera na concepção hegemônica do Direito, anteriormente referida no capítulo II desta dissertação:

⁶⁸ embora em certos momentos possamos visualizar uma certa "carga corporativa" especialmente forte, comum em relação tanto aos juízes tradicionais quanto a outras corporações de operadores jurídicos. Este elemento aparece tanto quando destacam as características do Poder Judiciário gaúcho em relação ao restante do país, quanto defendem o "lugar da fala" dos juízes, veementemente contrários a maneira como vem sendo discutido o controle externo, embora não descartem, em tese, a possibilidade de um controle externo, mas não apresentam soluções concretas.

CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA DE DIREITO - Senso Comum Teórico dos Juristas -	CONCEPÇÃO DOS JUÍZES ALTERNATIVOS - Germe de um Novo Senso Comum -
(a) tanto o Direito positivado quanto a metalinguagem (ciência jurídica) sobre ele são neutros;	(a) reconhecimento da inexistência da neutralidade do Direito e da ciência jurídica;
(b) o sistema, tanto jurídico como político social é harmônico;	(b) inexiste harmonia, mas conflitos sociais, lutas;
(c) logo, as contradições são periféricas e inter-individuais - há autonomização do conflito em relação à totalidade;	(c) além das contradições inter-individuais, existem as coletivas e, mesmo naquelas, o conflito reproduz relações sociais e valores globais.
(d) o Direito se esgota na lei estatal;	(d) há Direito fora da lei; admitem o pluralismo jurídico; o juiz aplica princípios gerais e valores universais que podem ou não estar contidos na lei.
(e) há uma fetichização do sujeito de Direito: é o réu, o autor, a parte, "A que compra de B", e não sujeitos concretos;	(e) os sujeitos são concretos, têm cor, cheiro, classe social, nome, etc. A atomização frente ao Judiciário, porém, é um processo objetivo que independe da vontade dos juízes.
(f) inexiste historicidade no Direito: tudo é estático, nada se movimenta;	(f) o Direito que é hoje pode não ser amanhã e, o que era defensável e justo antes, pode não ser mais atualmente. Uma lei pode ser afastada por ser anacrônica e não corresponder à época em que está sendo aplicada.
(g) a linguagem é padronizada;	(g) busca-se maior simplificação da linguagem, dentro do possível, pois esta também é um fator objetivo.
(h) as disciplinas jurídicas são compartimentalizadas;	(h) busca-se uma integração tanto das disciplinas jurídicas entre si, quanto destas com outros campos do saber, em especial: sociologia, economia, filosofia, antropologia, psiquiatria, psicanálise, semiologia e medicina.
(i) as leis constituem um <i>corpus</i> fechado e coerente;	(i) há plena consciência da fragmentação do ordenamento jurídico.
(j) as leis possuem um sentido unívoco;	(j) a lei é passível de múltiplas leituras, a partir da ideologia do juiz, quer ele possua ou não consciência deste processo.

(k) deve-se buscar a uniformização das decisões e a segurança jurídica;	(k) a segurança jurídica e a uniformização são mitos. Deve-se procurar uma universalidade (a partir de princípios) mas sem esquecer o caso concreto. Se equidade e segurança jurídica entram em conflito, deve-se escolher a primeira.
(l) a lei emana de um legislador neutralizado de suas posições políticas, figura abstrata e distante, cuja evocação é meramente retórica;	(l) a lei emana de um legislador politizado mas, após sua promulgação, pode assumir diversas leituras.
(m) absolutização do princípio da autonomia da vontade;	(m) há consciência da relatividade da manifestação da vontade, tal como entendida na ficção liberal;
(n) aceitação acrítica de figuras retóricas como paz social, bem comum, etc.;	(n) utilização destas figuras retóricas, mas preenchendo-as com conteúdos mais concretos. São utilizados não no sentido legitimatório da realidade presente, mas num sentido <i>utópico</i> , como ideal a ser buscado, ainda-não.
(o) o Direito é a Lei, mesmo injusta;	(o) o Direito é a lei, também, mas é algo mais: princípios e conquistas da humanidade. A lei injusta, ou mesmo a justa que, no caso concreto torna-se injusta, não deve ser aplicada - mas princípios gerais, equidade, etc.
(p) prevalecimento do princípio da autoridade na base da argumentação doutrinária.	(p) há um maior distanciamento crítico em relação à doutrina e à jurisprudência. O princípio da autoridade, como retórica, porém, ainda tem o seu espaço

Com base no quadro acima, podemos dizer que o Direito Alternativo, tal como entendido através das falas e das práticas dos magistrados alternativos gaúchos, opera uma radical mudança de paradigma teórico, com relação ao "senso comum dos juristas", apontando para a existência de um "senso comum" contra-hegemônico, marginal, ainda inorgânico e dependendo tanto de uma articulação maior em termos de práticas jurídicas dos operadores, quanto de um maior amadurecimento teórico a fim de conservar/superar dialeticamente o atual paradigma, de forma mais eficaz e responsável.

É bom salientar aqui, mais uma vez, que o diferencial dos alternativos em relação a uma mera prática anti-formalista, que apenas quer mais flexibilidade e eficiência para o Direito que está aí, para o Direito posto, seja na informalização dos

procedimentos seja através da flexibilização neoliberal de Direitos Sociais e de Cidadania, ou mesmo apenas aplicando a equidade dentro de limites estritamente burgueses, é um diferencial ideológico. A questão aqui, não é hermenêutica, mas fundamentalmente política. Como lembra Barcelona: *"la disciplina de la interpretación no proporciona 'metro' alguno para medir el grado de obediencia o de rechazo"*⁶⁹ [ao Sistema]. Entendemos, como Lédio Andrade, que:

*"os julgadores tradicionais, quando se trata de beneficiar algumas classes, sem alterar a estrutura social e econômica do Brasil, não possuem o menor receio de colocar a justiça sobre a lei"*⁷⁰.

O importante para o operador jurídico alternativo é mudar o Direito e não apenas a forma de encará-lo; politicamente e não apenas "epistemologicamente"; há uma preocupação permanente com o "aterrisar" dos princípios jurídicos, da teoria crítica apreendida, da utopia social. O Direito Alternativo dos juízes gaúchos implica num *pensar e fazer* o Direito para a Libertação.

A carga utópica dos magistrados alternativos atua como motor de sua *praxis* concreta, não enquanto força paralisadora de ação. Na medida em que o imaginário dos Juízes Alternativos revela-se afinado com a utopia das classes populares, com sua noção de Justiça⁷¹ enquanto esperança de nova realidade social, pode-se dizer que, de certa forma, existe uma afinidade ideológica destes para com as classes populares. Afinidade esta que não se traduz num vínculo mecânico com a concepção de Justiça resultante da soma das opiniões dos pobres e excluídos em geral, conforme referimos no capítulo anterior, mas fundamentalmente pautada por uma ética progressista, baseada na solidariedade, na vida com dignidade, na satisfação dos carecimentos humanos, na ética da alteridade, na democracia

⁶⁹ BARCELLONA, Pietro, COTURRI, Guiseppe. *El Estado y los Juristas*. Barcelona: Fontanella, 1976. (Libros de Confrontación, 6). p. 104.

⁷⁰ ANDRADE, Lédio Rosa de. *Juiz Alternativo e Poder Judiciário*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 109.

⁷¹ ver noção de Justiça dos novos movimentos sociais, por exemplo, explorada por João Batista Moreira Pinto, conforme salientamos à p. 119-120 deste trabalho.

participativa enfim, nos Direitos Humanos compreendidos numa dimensão dialética⁷².

Como a ideologia é reflexo não determinista da estrutura social no campo das superestruturas, compreendida de forma mediatizada, conforme vimos no capítulo I, este processo contra-hegemônico, desenvolvido num lugar social privilegiado, como o Poder Judiciário, pode, em tese, desempenhar um papel relevante na transformação social, na medida em que, como vimos, é possível uma "guerra de posições" no interior das agências estatais⁷³.

De alguma forma, podemos considerar que, de modo geral, a atuação dos magistrados alternativos é uma atuação contra-hegemônica. É muito cedo, ainda, devido ao baixo grau de articulação política do Movimento, bem como da novidade de suas práticas (é cedo demais para fazer previsões em relação ao alcance destas na sociedade) e a ainda incipiente participação da massa dos juristas, para falar-se em organicidade do Direito Alternativo, ou em uma *crise de hegemonia* no interior do Poder Judiciário como um todo, possível ponta de lança de uma crise orgânica e, portanto, a reversão do atual quadro social.

As práticas dos magistrados alternativos gaúchos podem ser visualizadas, teoricamente, como uma "guerra de posições" no seio do Estado, práticas que podem ser compreendidas, num sentido bastante amplo, como práticas revolucionárias⁷⁴. Compreendemos com Calera, que:

"Si concibimos el sistema jurídico como superestructura relativamente autónoma y contradictória, no constituirá ciertamente un nivel

⁷² sobre a questão da ética da alteridade e do pluralismo jurídico emancipatório ver a obra de WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas. Tese de Doutorado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito, 1992. Capítulo 4 - "Pluralismo Jurídico: projeção de um marco de alteridade". Remetemo-nos, também, à nota 120 do capítulo II deste trabalho.

⁷³ ver, especialmente, as reflexões desenvolvidas no capítulo I deste trabalho a partir de Poulantzas, especialmente nos itens 1.3.2 e 1.4, bem como a noção de dialética do Direito, como as superestruturas político-jurídicas podem ter um efeito de retorno sobre a totalidade do Bloco Histórico (item 1.5). Repetir os argumentos já desenvolvidos tornaria cansativa demais a leitura deste trabalho.

⁷⁴ revolução compreendida, aqui, enquanto um processo. O movimento de juízes alternativos não é revolucionário no sentido de "guerra de movimento/revolução explosão" mas pode ser considerado PARTE de um movimento de transformação processual, enquanto "guerra de posições" no seio do Estado, dentro do que discutimos anteriormente, no item 1.4 desta dissertação.

revolucionante por si mismo. Pero apesar de ello la práctica jurídica y judicial puede aportar contribuciones esenciales para la emancipación de clase, puede crear espacios legales de organización política y sancionar jurídicamente una práctica rupturista en el interior de una formación social predominantemente burguesa"⁷⁵.

O sentido transformador do movimento, em seus limites, pode ser visualizado como uma *relação pedagógica de contra-hegemonia* - onde os magistrados alternativos atuam no sentido tanto do desvendamento do discurso jurídico burguês, frente aos operadores jurídicos de modo geral, e frente a comunidade, como através da afirmação positiva de direitos (no sentido da conquista da cidadania), ou seja, construindo os princípios culturais e éticos que irão pautar, num sentido prospectivo/utópico, a realidade que se quer construir⁷⁶.

O juiz alternativo, bem como o jurista crítico de modo geral, enquanto intelectual orgânico, em hipótese, e *co-partícipe* da construção de uma sociedade nova, deve deixar claro que uma das principais tarefas que tem daqui pra diante é busca da transformação no campo da rígida divisão do trabalho jurídico. A retirada do "halo" do intelectual. Este "halo" está presente tanto no caso do intelectual conservador, o apelo ao argumento de autoridade, o tecnicismo, o "discurso competente", quanto no intelectual crítico. Neste sentido, a aproximação juízes/povo é um primeiro passo. O seguinte poderá ser o do desenvolvimento de formas mais dialógicas de processo, a radicalização na informalização da linguagem forense, hermética, fechada, e na extensão de formas de acesso à Justiça, a fim de dar vazão

⁷⁵ CALERA, Nicolás, LÓPEZ, Modesto, IBÁÑEZ, Perfecto A. Sobre el Uso Alternativo del Derecho. Valencia: Fernando Torres, 1978. p. 58-9. (grifos nossos).

⁷⁶ como bem salientam Tigar e Levy, a importância do intelectual magistrado ou advogado, na construção de uma nova realidade não passa apenas pelas lutas de resistência no interior da legalidade burguesa, aproveitando as suas brechas, mas, também, num sentido positivo. Para os autores: "*a sociedade que se obtém após uma revolução é do tipo que se merece, com sua ideologia construída sobre os fundamentos daquela que a precedeu, e corporificando os princípios pelos quais vivia o grupo que queria a mudança enquanto lutava pelo poder. Assim, nos movimentos revolucionários do Ocidente, o racismo, o sexismo, a burocratização, o estabelecimento do amor e confiança mútuas - todos os problemas que um movimento em prol da mudança tem que regulamentar em seus assuntos internos - devem ser abordados como se os princípios das decisões deveriam ser os que governarão a sociedade em algum tempo futuro*" TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. O Direito e a Ascensão do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 314-315.

a elementos de participação da comunidade na administração da Justiça (terceiro salto de qualidade - a buscar).

Na realidade, entendemos que o novo Bloco Histórico não pode ser antevisto senão em germe no atual. As possibilidades de construção são dadas desde já para serem levadas a cabo a partir do real. O utópico, aqui, manifesta-se na área do Direito também, como em outras áreas da vida social. Sua sobrevivência porém dependerá da sensibilidade dessas propostas, sua correspondência orgânica às reais necessidades da população. O sentido da história não está previamente determinado, apresenta-se como possibilidade que dependerá duplamente das condições objetivas e da vontade humana moldadora do real.

À projeção de uma revolução futura, da espera, impõe-se a necessidade de agir agora, nas condições atuais. Ser "revolucionário" implica estar inserido na história e esta nada mais é do que a realidade presente (para quem nela vive), o cotidiano. Mudar *agora*, com as armas que estiverem ao nosso alcance, ao alcance de cada um, compreendendo as possibilidades e os limites deste lugar de atuação; levando-se em conta a realidade objetiva, para ter-se uma *ação racional*, em contraste com uma utopia futura (que não é propriamente "futura" mas que é condicionada - não mecanicamente - pela realidade atual). O atuar é agora, mesmo porque há questões que reclamam soluções imediatas.

É imperioso que o juiz se conscientize da necessidade de repensar a sociedade da qual é integrante, atuando politicamente na transformação social; cumprir dar prevalência à atuação coletiva de juízes, bem como manter a iniciativa de diálogo com os demais segmentos da sociedade.

Quanto aos limites da atuação jurisdicional alternativa, percebemos basicamente dois limites que poderemos listar como (a) falta de organicidade do movimento; (b) falta de uma melhor clareza na relação entre direito material e racionalidade formal.

Quanto a falta de organicidade, isto é, a falta de maior articulação interna e do Movimento com as classes populares, é um limite que os próprios magistrados

identificaram, resultando em um certo fechamento do grupo e elitização. Na fase atual, porém, já não mais podemos falar em "fechamento", mas a falta de articulação política permanece, refletindo-se num arrefecimento das atividades do Movimento:

"P: Tu estavas falando que a preocupação primeira que tu terias em relação ao grupo é que ele não se elitizasse. Em tua opinião que indícios haveria de elitização?"

R: tu usasses a palavra "indícios"... há indício mais veemente que a expressão "grupo"? O grupo significa uma limitação: grupo é grupo. Eu sempre defendi a utilização da expressão "movimento", por que é mais aberta e mais dinâmica, implica em dinamização, e segundo por que não está havendo uma ampliação do grupo, são as mesmas pessoas, alguns acréscimos muito importantes mas escassos, não há a abertura de um leque de atividades e de propostas.

Só que eu conheci muitas pessoas que poderiam se agregar ao grupo em termos de movimento e não o fazem seja por timidez, seja por que não são procurados ou estimulados.

Entendo que o movimento se cristalizou, não buscando uma ampliação de um contato político maior com a comunidade.

Na realidade não tenho uma participação tão efetiva quanto gostaria de ter se o grupo se abrisse realmente para o movimento político "

"Eu já estava mais ou menos deixando o grupo (...) queria a participação de outras pessoas do grupo, até para que o grupo não se estigmatizasse. Já estava começando a haver uma certa estigmatização nesta época. Juízes alternativos eram os donos da verdade, os sábios, que esta verdade era inalcançável pelos outros, etc.

P: como foi o seu afastamento?

R: foi natural, devagar. Eu ia mais naquelas reuniões onde havia palestrantes de fora. Talvez uma perda de entusiasmo depois de um certo ponto".

Em relação aos limites da atuação alternativa, é necessário romper-se, conforme entendemos, com o pragmatismo/casuísmo decisório. Deve haver a valorização da dogmática naquilo que esta possui de avançada e racional, na busca de uma maior universalidade.

Ademais, os ideais utópicos colimados, por mais nobres que sejam, podem resultar em efeitos não planejados, perversos. A racionalidade formal criticada como positivista não deve sugerir identidade mecânica entre direito moderno e dominação⁷⁷. O Direito é, na modernidade, afirmação positiva de liberdades

⁷⁷ questão que aqui não aprofundaremos. A mestranda Katie Silene Argüello está desenvolvendo dissertação de mestrado neste sentido, com base em Weber: *Weber e o Direito: ética e racionalidade*.

públicas inscritas na lei (especialmente na Constituição) que devem ser ampliadas, não negadas. O que se deve criticar não é a racionalidade formal pura e simples, mas uma racionalidade formal colocada (pelo positivismo) contra a emergência e a institucionalização de interesses históricos. A racionalidade jurídica formal enquanto dominação legal não é necessariamente anti-democrática. Sendo a mudança social processual, no interior do instituído, tem neste e em suas regras - entendidas como regras do jogo democrático, - não um instrumento mas um *fundamento* da instituição de uma nova sociedade.

Além do que, há *limites institucionais*. O magistrado julga a partir de um material já pré-ordenado e preparado de modo que o dificulta trilhar um caminho alternativo. A ele é apresentada uma idéia de que ele decide. O juiz já recebe o processo, especialmente o criminal⁷⁸, com o que já é *dado* como *relevante* ao Direito.

As análises de Poulantzas não significam que basta a esquerda entrar no Estado, por via eleitoral para, simplesmente, tomar o poder. Não significa apenas tomar o poder, mas controlar os aparelhos de Estado. De qualquer forma, o Poder Judiciário é especialmente importante para a esquerda contemporânea, enquanto parte de uma agência estatal que se quer democratizar. Porém, um Movimento como o em objeto, não deve ser visto como avanço necessário; "*tanto mais que essa organização institucional do Estado permite à burguesia, no caso do acesso das massas populares ao poder, permutar os lugares do poder real e poder formal*"; isto porque, continua Poulantzas, *a organização institucional do Estado torna possível à*

⁷⁸ por exemplo, há o que a escola norte-americana de criminologia chama "*labelling aproach*" ou etiquetamento, processos seletivos da criminalidade nas classes populares, produzidos especialmente a nível policial. O caso que é dado para o juiz solucionar, de modo geral, já passou por uma série de decisões anteriores. Pelas mãos da polícia no caso criminal, produção de provas, talvez tortura, Ministério Público, Imprensa, etc... Quando o processo chega nas mãos do juiz, este pode influir sobre o resultado final do processo, apenas. Não pode devolver o que já passou. Todos os casos não peticionados representam um limite à atividade do juiz. O juiz não é nenhum super-homem. (e que bom. Se o fosse, mesmo em se tratando de um juiz preocupado com a sociedade, seria um caos), urge, portanto, articular o Movimento inclusive a nível extra-judicial.

burguesia permutar o papel dominante de um aparelho por outro, no caso em que a esquerda ocupando o governo conseguisse controlar o aparelho"⁷⁹.

E, como lembra Calera,

"Las reformas judiciales por sí solas, por muy revolucionarias que sean, están destinadas a disolverse en la capacidad funcional del sistema, en su idoneidad para perpetuarse y mantener el equilibrio del conjunto. Por ello esas reformas han de inscribirse en un ataque a la totalidad, sin perder de vista los objetivos revolucionarios y tendiendo a una transformación del aparato de Estado en su conjunto".⁸⁰

A construção de um Novo Direito, portanto, não se faz de um momento para outro. É um processo de avanços e recuos na Sociedade Civil, e que provoca reflexos notáveis igualmente no âmbito da Sociedade Política, dos aparelhos de Estado, entre os quais o Judiciário. Esta construção é lenta, mas dá-se desde já; é um processo permanente de conquista e construção de um novo sistema social.

Acreditamos que os juristas radicais, que se inserem no quadro de uma teoria/prática radical, desempenham um papel importante na construção do Direito desta "sociedade sem hierarquias". Não como meros "técnicos", mas como produtores co-artífices desta nova sociedade, ao lado de todos os que tem carecimentos de Justiça, de todos os que tem carecimentos radicais.

⁷⁹ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 159-160.

⁸⁰ CALERA, Nicolás, LÓPEZ, Modesto, IBAÑEZ, Perfecto A. Sobre el Uso Alternativo del Derecho. Valencia: Fernando Torres, 1978. p. 59-60.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS -

Nossa opção, na realização deste trabalho, foi a de abrir caminhos, apontar perspectivas, levantar hipóteses e questionamentos. Portanto, nada nos autoriza a fazer uma conclusão cabal, definitiva, a respeito dos temas que aqui abordamos, procurando caracterizar o Movimento de juízes alternativos do Rio Grande do Sul.

Certo é que há um Movimento em curso; e aqui não nos referimos tão somente aos juízes, mas ao *Movimento de Direito Alternativo* em geral, como uma nova proposta jurídico-política que busca, unindo juristas e comunidade, pensar e construir um Direito para a libertação. Não há, aqui, distanciamento possível: somos parte definitiva deste projeto em construção.

Optamos, nestas considerações finais, por abrir a perspectiva para o debate em torno de algumas questões pontuais, a serem aprofundadas no decorrer do debate que apenas se inicia:

1) o Movimento de Juízes Alternativos no Rio Grande do Sul representa um embate ideológico, legítima "*guerra de posições*" (Gramsci) no seio do Estado-sociedade política (Poulantzas), mais especificamente no interior do Poder Judiciário, poder visto tradicionalmente como neutro e unívoco. Tal expressão de lutas ideológicas, parece dar-se em torno de questões jurídicas que, a rigor, implicam em um questionamento maior, social, da hegemonia da classe dominante sobre a totalidade da sociedade;

2) o juiz é um intelectual privilegiado na medida em que se situa num lugar onde precisamente a sociedade política desempenha importante papel educativo, ideológico, típico de sociedade civil. Sendo a hegemonia, no Judiciário, precisamente "encouraçada de coerção". Os juízes alternativos, ao procurarem vincular-se às classes dominadas, ideologicamente, desempenham papel de ruptura com os

intelectuais tradicionais, havendo a possibilidade de se constituírem enquanto "intelectuais orgânicos" do novo bloco histórico;

3) para haver uma legítima "guerra de posições" e para que o juiz se constitua efetivamente num "intelectual orgânico", é necessário, porém, articular-se uma organicidade dos operadores implicados no projeto de transformação social com os movimentos sociais, novos e velhos, em discussão com a comunidade em geral. Parece-nos que esta organicidade não está ainda presente no Movimento.

O vínculo entre os juízes alternativos e as classes dominadas, dá-se através de uma ideologia difusa que, a rigor, pauta-se por valores universais que não garantem compromissos políticos ou ideológicos mais profundos. A fim de melhor organizar o Movimento, pensamos que este deve buscar articulações, em primeiro lugar, (a) *interna corporis*, com outros membros do Poder Judiciário - ampliando as bases do Movimento internamente; (b) entre corporações de juristas - aglutinando Ministério Público, advogados e outros operadores jurídicos com os magistrados - um processo de inter-comunicação e troca de experiências do fazer jurídico, tendo por norte o ataque às concepções positivistas e comprometidas política e ideologicamente com as classes dominantes; (c) do Poder Judiciário com a comunidade, buscando maior diálogo com os movimentos sociais progressistas e; (d) operar uma articulação com nível mais geral de cidadania, na qual os movimentos sociais não devem ser vistos como sujeitos ontologicamente portadores de um universal.

4) o "novo Bloco Histórico" não pode ser antevisto senão em germe na realidade atual. O Direito futuro não se afirma, desta maneira, senão enquanto uma *negação* desde-já, o que caracteriza o Direito Alternativo duplamente como resistência e utopia. Ocorre, assim, uma manifestação do "instituinte" nas brechas de um poder estatal "instituído", mas nem por isto menos contraditório do que a Sociedade Civil.

5) há porém, necessidade do Movimento de Direito Alternativo buscar explicitar melhor a busca de uma nova racionalidade, enquanto *afirmação* de um projeto de legalidade (socialista?, democrático-popular?), a partir de princípios generalizáveis e aplicáveis no caso concreto. O papel da jurisprudência e da dogmática na organização/instituição destes princípios não pode ser subestimado.

Aqui entra em cena o jurista enquanto aglutinador de valores para a construção de uma nova legalidade, baseada em princípios que são conquista da humanidade em seu fazer-se histórico;

6) a atuação dos "alternativos" não deve passar por cima do "Estado de Direito" (na medida em que este é fruto de uma conquista que não se quer reverter, mas ampliar). Sua atuação tem por objeto, a contestação *política* da maneira tradicional de conceber e aplicar o Direito, não significando o abandono da racionalidade formal em troca do subjetivismo, mas a construção de uma *nova racionalidade jurídica*, que hoje não existe senão em estado embrionário;

7) para isto, deve-se, portanto, ir conquistando espaços, explicitando os avanços sociais já positivados e cumprindo para que os carecimentos das massas encontrem positividade. Enquanto esta positividade não for possível, trabalha-se desde já para atender estes carecimentos, recusando frontalmente a injustiça do sistema, *sob determinados limites formais*, a partir dos quais toda a criatividade alternativa é bem vinda.

O desprezo total à dogmática, as formas jurídicas e a legalidade é própria dos irracionalismos que pautam as políticas de uma direita em crise (vide nazismo). Parece-nos que uma visão alternativa deve levar em conta que o anti-formalismo e uma postura "flexível" diante da lei, que mesmo justa pode tornar-se injusta diante do caso concreto - e aí haverá sempre uma dicotomia -, representa uma "tolerância", a partir da qual temos que traçar os "limites do intolerável", no dizer de Eco;

8) combatendo o senso comum que distancia o jurista dos "homens mortais", não apenas no exercício de suas funções, mas em sua vida cotidiana; bem como lutando por melhores condições de trabalho e vida, contra a "alienação", estes operadores jurídicos buscam a satisfação de carecimentos próprios, o que acaba estreitando o vínculo com as massas, embora este indicativo de crise de "identidade" não signifique necessária identificação com as pautas dos movimentos de trabalhadores;

9) o Direito Alternativo, sob qualquer de suas manifestações é o reflexo de uma crise ideológica notada na atual fase do desenvolvimento do capitalismo em que os conflitos de classe tendem a diluir-se nos mais variados aspectos da vida social, da qual a atividade judiciária desenvolvida nos Tribunais é *apenas uma faceta*. Deve-se ter bem claro, portanto, que a instância jurídica não é a única, e nem mesmo a principal, mas é uma possibilidade aberta de transformação social, entre outras. É importante saber que tudo isto coloca a atuação transformadora dos operadores jurídicos apenas enquanto *possibilidade*.

O resultado destas iniciativas somente poderá ser avaliado no futuro. Dependerá, porém, do diálogo com os movimentos sociais (sob o risco de falta de organicidade, transformando o movimento num devaneio quixotesco) e do abandono de qualquer ilusão messiânica e vanguardista por parte dos juristas que sonham com uma sociedade radicalmente democrática.

B I B L I O G R A F I A

ABRAMOVICH, Víctor E. Átame!. No Hay Derecho. Buenos Aires, n. 6, p. 10-12, jun./1992.

_____. Todos los Jueces son Crustáceos. No Hay Derecho. Buenos Aires, n. 8, p. 2-3, dic./1992.

AGUIAR, Roberto A. R. de. Direito, Poder e Opressão. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. O Que é Justiça: uma abordagem dialética. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

_____. A Crise da Advocacia no Brasil - diagnóstico e perspectivas. São Paulo, Alfa-Ômega, 1991.

_____. Significação do Direito no Planejamento Estratégico Alternativo para o Brasil. Direito em Debate. Ijuí. v. 4, n. 4, p. 9-28. set./1994.

AGUIAR JR. Dyrceu Cintra Dias de. O Juiz Cidadão - esboço de uma crítica. Revista dos Tribunais. São Paulo. v. 2, n. 690. p. 267-71, abr./1993.

_____. Magistratura Democrática e o Direito Alternativo - em busca de uma nova ética de jurisdição. Revista dos Tribunais. São Paulo. v. 82, n. 691, p. 53-8, maio/1993.

AJURIS Lança Manifesto. Jornal da Ajuris. Porto Alegre, n. 15, p. 03, jul./1989.

ALMEIDA, João Ricardo. Direito Alternativo - desalinho apoteótico. Gazeta do Povo. Curitiba, 07 de dezembro de 1990. p. 4

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AMORIN, Edgar Carlos de. O Juiz e a Aplicação das Leis. Forense: Rio, 1989.

ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antonio Gramsci. Crítica Marxista - a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Jornês, v. 1, p. 7-74, 1986.

ANDRADE, Lédio Rosa de. Juiz Alternativo e Poder Judiciário. São Paulo: Acadêmica, 1992.

_____. Justiça de Poucos. O Estado. Florianópolis, 16 de junho de 1990, p. 4.

_____. Direito Alternativo. Diário Catarinense. Florianópolis, 17 de novembro de 1991. p. 6.

ARRUDA JR. Edmundo Lima de. Advogado e Mercado de Trabalho: um ensaio sobre a crise de identidade sócio-profissional dos bacharéis em direito no Brasil. Campinas: Julex, 1988.

_____. Ensino Jurídico e Sociedade. São Paulo: Acadêmica, 1980.

_____. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ARRUDA JR. Edmundo Lima de (organizador). Lições de Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1991. v. 1.

_____. _____. São Paulo: Acadêmica, 1992. v. 2.

_____. Lições de Direito Alternativo do Trabalho. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. Razão e Racionalidade Jurídica. São Paulo: Acadêmica, 1994.

AYDOS, Marco Aurélio Dutra. Utopia e Possibilidade - elementos para uma filosofia jurídica militante. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC, 1991.

BARBOSA, José Túlio. Do Direito Alternativo. Zero Hora. Porto Alegre, 09 de novembro de 1991. p. 6.

BARCELLONA, Pietro, COTURRI, Guiseppe. El Estado y los Juristas. Barcelona: Fontanella, 1976. (Libros de Confrontación, 6).

BELLUZO, Luis Gonzaga. Esfera Pública Eclipsada. Istoé. São Paulo, 24 de fevereiro de 1993. p. 15.

BERGER, Hartwig. O Dilema da Entrevista de Pesquisa. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, n. 6, p. 211-258, 1978.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BIRNFELD, Marco Antônio. Juiz não pode Ignorar a Lei a Pretexto de Resolver Graves Problemas Sociais. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 10 de dezembro de 1990. p. 12.

- BISOL, José Paulo. Discurso de Posse no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. RTJRGS. Porto Alegre. v. 12, n. 70, tomo II, p. 924-28, out./1978.
- BLOCH, Ernst. Derecho Natural y Dignidad Humana. Madrid: Aguilar, 1980.
- BOBBIO, Norberto (org.). Dicionário de Política. Brasília: UnB/Hamburg, 1986.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio C, VEIGA, Sandra Mayrink. Novo Vocabulário Político. Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1992. (v. I, Hegemonia e Pluralismo).
- BOOTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1983.
- O BRASIL é uma Favela. Istoé. São Paulo, 31 de março de 1993. p. 26-8.
- CALERA, Nicolás, LÓPEZ, Modesto, IBAÑEZ, Perfecto A. Sobre el Uso Alternativo del Derecho. Valencia: Fernando Torres, 1978.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. Acesso à Justiça e Formas Alternativas de Resolução de Conflitos: serviços legais em São Bernardo do Campo - Brasil. Texto Digitado. São Paulo. [c.a 1992] 35 p.
- CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1991.
- CARLET, Wianey. Viva os Juízes que Questionam as Leis. Correio do Povo. Porto Alegre, 25 de outubro de 1990. p. 16.
- _____. Direito e Justiça. Correio do Povo. Porto Alegre, 25 de abril de 1992. p. 16.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1986.
- CARVALHO, Amílton Bueno de. Direito Alternativo. O Onze de Agosto. São Paulo, p. 06, nov./1991.
- _____. Magistratura e Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1992.
- _____. Atuação dos Juízes Alternativos Gaúchos no Processo de Pós-Transição Democrática (ou uma práxis em busca de uma teoria). Texto Digitado. Porto Alegre, 1994.
- CARVALHO, Márcia Dometila Lima de. Em Defesa do Direito Alternativo. O Estado de São Paulo. 11 de outubro de 1991. p. 4.
- CASTEÑEDA, Germán Palacio. Administración de Justicia, los Jueces y la Crisis Institucional en Colombia: contradicciones y dilemas. Jurimprudências. Bogotá, v. 1. 1990. p. 33-45

CAVALCANTI, Pedro e PICCONE, Paulo. Convite à Leitura de Gramsci. Rio de Janeiro: Achaimé, [ca. 1980].

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia - o discurso competente e outras falas. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.

_____. O Que é Ideologia. 30ª ed. São paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Primeiros Passos, 13).

CLÈVE, Clémerson Merlin. O Direito e os Direitos - elementos para uma crítica do direito contemporâneo. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. Temas de Direito Constitucional. São Paulo: Acadêmica, 1993.

CODO, Wanderlei. O Que é Alienação. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos, 141).

COELHO, Luiz Fernando. Teoria Crítica do Direito. Curitiba: HDV, 1986.

_____. Do Direito Alternativo. Revista de Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, n. 1, p. 9-18, 1992.

CONFLITOS com Autonomia. Visão. São Paulo, 26 de setembro de 1990. p. 16-22.

CORREAS, Oscar. Kelsen y Gramsci o de la Eficacia como Signo de Hegemonia. Crítica Jurídica. Ciudad de México. n. 2, p. 37-93. 1992.

_____. Los Derechos Humanos Subversivos. Revista de Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, n. 2, p. 9-17, 1993.

COSARIN, Carlos. Mutis por el Foro. No Hay Derecho. Buenos Aires, n. 8, p. 4-5, dic./1992.

COSTA, José Maria da. Pela Aplicação da Lei. Folha de São Paulo. 27 de abril de 1991. p. 4. (Suplemento Nordeste).

COURTIS, Christian. Justicia Tomada. No Hay Derecho. Buenos Aires, n.06, p. 6-8, jun./1992

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. 2ª ed. amp. Rio de Janeiro: Salamandra, 1985.

_____. A Dualidade de Poderes. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- _____. Cidadão Brasileiro. Teoria e Debate. São Paulo, n. 9, p. 58-63, jan./1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio (organizadores). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COUTINHO, Jacinto Miranda. Direito Alternativo: têm razão os juízes gaúchos. Bonijuris. Curitiba. v. 3, n. 2, boletim 74, p. 844, jan./1991.
- CRESCI SOBRINHO, Elício. Justiça Alternativa. Porto Alegre, Sérgio Fábris, 1991.
- DANIELE, Leo. Dois Vizinhos, Dois Quintais e Dois Juízes. Catolicismo. São Paulo, v. 43, n. 514, p. 6-10, out./1993.
- DÍAZ, Elias. De la Maldad Estatal y la Soberania Popular. Madrid: Editorial Debate, 1984.
- O DIREITO ACHADO NA RUA. 1ª reimpressão. Brasília: UnB, 1988 (organizado por José Geraldo de Souza Jr.).
- DIREITO Alternativo. Jornal da Tarde. São Paulo, 31 de outubro de 1990. p. 4
- O DIREITO Alternativo dos Juízes Gaúchos. Jornal da USP. São Paulo, 01 a 07 de abril de 1991. p. 4 (Elisabeth Karam).
- DIREITO Alternativo em Busca da Justiça Social. O Estado. Florianópolis, 08 de setembro de 1991. p. 20. (Adriane Okada).
- DIREITO Alternativo é mais Justo - entrevista com Roberto Araújo dos Santos. A Província do Pará. Belém, 13 de outubro de 1991. p. 24.
- DIREITO ALTERNATIVO NA JURISPRUDÊNCIA. São Paulo: Acadêmica, 1993 (dirigido por Amílton Bueno de Carvalho).
- DURHAM, Eunice R. Movimentos Sociais - a construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. n. 10, p. 24-30, out./1984.
- ECO, Umberto. Viagem na Irrealidade Cotidiana. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
- _____. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1991 (Estudos, 85).
- EDITORIAL. O Jararaca. Porto Alegre, v.3, n. 18, p. 2, maio/1987.
- EDITORIAL. Jornal da Tarde. São Paulo, 25 de outubro de 1990. p. 2.
- EM NOME da Lei. Veja Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 05 de junho de 1990. p. 3-6 (Clarinha Glock).

ENGELS, Friederich, KAUTSKY, Karl. O Socialismo Jurídico. São Paulo: Ensaio, 1991. (Cadernos Ensaio, Série Pequeno Formato, 7).

EVERS, Tilmar. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11- 23, abr./1984.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder- formação do patronato político brasileiro. 6ª ed. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1984. .

FARIA, José Eduardo. Eficácia Jurídica e Violência Simbólica. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. Justiça e Conflito. São Paulo: RT, 1991.

_____. Direito e Economia na Democratização Brasileira. São Paulo: Malheiros, 1993.

FARIA, José Eduardo (org.). A Crise do Direito numa Sociedade em Mudança. Brasília: UnB, 1988.

_____. Direito e Justiça - a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1989.

FASSBENDER, João Régis. Justiça Alternativa: juiz em tênis, juíza de biquini. Gazeta do Povo. Curitiba, 11 nov. 1990. p. 26.

FERNANDES, Florestan. Nova República? 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Função Social da Dogmática Jurídica. São Paulo: RT, 1980.

FERREIRA, Nilo E. O Apostolado e o Lado Oposto. Tribuna de Santos. 19 de abril de 1991. p. 4.

FERREIRA, Oliveiros. S. Os 45 Cavaleiros Húngaros. São Paulo: Hucitec, 1986.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. Anatomia do Poder. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

GARCÍA, Germán Silva. Justicia, Jueces y Poder Político en Colombia. Jurimprudencias. Bogotá, n. 2, p. 59-9, fev. 1991.

GARGARELLA, Roberto. La Crisis de la Justicia como la Crisis de un Sistema de Gobierno. No Hay Derecho. Buenos Aires. n. 7, p. 42-44, sep-nov./1992.

GENRO FILHO, Adelmo. Marxismo, Filosofia Profana. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GENRO, Tarso. Pensar o Direito no Socialismo. In: GENRO, Tarso, OHLWEILER, Otto Alcides, WEIGERT, Sérgio et al. In: Quatro Ensaio Marxistas. Porto Alegre: Tchê!, 1986. p. 11-28.

_____. A Crise da Lei: a Real e a Imaginária. In: XIII CONAT - Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas. Salvador, 1990. p. 23-32 (Tese ao Congresso).

_____. Direito e Marxismo. Zero Hora. Porto Alegre, 14 maio 1994. p. 07 (segundo caderno).

_____. Nova Crise do Direito e do Estado. Direito em Debate. Ijuí, n. 4, p. 29-40. set./ 1994.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Concepção Dialética da História. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

_____. Maquiavel: A Política e o Estado Moderno. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREVE dos Juizes Pode Acabar Amanhã. Zero Hora. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1987. p. 42.

GUIMARÃES, Mário. O Juiz e a Função Jurisdicional. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

HABERMAS, Jürgen. A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HAGUETTE, Teresa. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARRINGTON, Michael. O Crepúsculo do Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. Para Mudar a Vida: liberdade, felicidade, democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Teoria de las Necesidades en Marx. Barcelona: Península, 1985.

- _____, FEHER, Ferenc. Anatomía de la Izquierda Occidental. Barcelona: Península, 1985.
- HENRIQUES, Luis S. Do PCI ao PDS: as incertezas de um novo início. Presença. Rio de Janeiro, n. 17, p. 41-51, nov. 1991
- HERKENHOFF, João Baptista. O Direito dos Códigos e o Direito da Vida. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: Horkheimer/Adorno. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores, 16).
- _____. Origens da Filosofia Burguesa da História. Lisboa: Presença, 1984.
- HURTADO, Fernando Rojas. Comparación entre las Tendencias de los Servicios Legales en Norteamérica, Europa y América Latina. El Otro Derecho. Bogotá: ILSA, n. 2, p. 5-57, jan./1989.
- IBAÑEZ, Perfecto Andres. Justicia/Conflicto. Madrid: Tecnos, 1988.
- INGRAO, Pietro. As Massas e o Poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JOSÉ Néri Adverte Juízes. Zero Hora. Porto Alegre, 31 de outubro de 1990. p. 42
- JUÍZES Alternativos. Editorial. Jornal da Tarde. São Paulo, 25 de outubro de 1990. p. 2.
- JUÍZES Criam Entidade para Combater Caos Jurídico. Folha de São Paulo. 10 de Junho de 1991 (Marcelo Mendonça).
- JUÍZES Criam Movimento Alternativo para Acabar com a Injustiça de Leis. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 01 de novembro de 1990. p. 20.
- JUÍZES Formam Grupo de Direito Alternativo. O Estado de São Paulo. 27 de outubro de 1990. p. 24
- JUÍZES Gaúchos colocam Direito Acima da Lei. Jornal da Tarde. São Paulo, 24 de outubro de 1990. p. 6 (Luis Maklouf).
- A JUSTIÇA que não é Cega. Zero Hora. Porto Alegre, 05 de julho de 1992. p. 8 (Revista da TV).
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- KONDER, Leandro. O Futuro da Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KRETZMANN, Paulo Antônio. Idéias e Idéias. Jornal da Ajuris. Porto Alegre, n. 36, p. 8, dez.-jan./1992.
- KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LACERDA FILHO, Fausto. Os Juízes Farroupilhas. Gazeta do Povo. Curitiba, 25 de agosto de 1991. p. 8.
- A LEI no Banco dos Réus. Visão. São Paulo. 17 de junho de 1992. p. 16-23. (Maurício Cintrão França).
- LENIN. O Estado e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1987.
- LLANOS, Alfredo. Introdução à Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LIMA LOPES, José Reinaldo. Juízes Alternativos e Incoerências Liberais. Jornal da Tarde. São Paulo, 08 dez. 1990 p.
- LÖWY, Michel. Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários - a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: LECH, 1979.
- _____. Redenção e Utopia - o judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- _____. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 5ª ed. Busca Vida: São Paulo, 1991.
- LYRA FILHO, Roberto. Direito do Capital e Direito do Trabalho. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1982.
- _____. Karl, Meu Amigo: diálogo com Marx sobre o direito. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1984.
- _____. O Que é Direito. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 62).
- MACHADO, Antônio. Para um Direito mais Democrático. Folha de São Paulo. 27 de abril de 1991. p. 4. (Suplemento Nordeste).
- MACHADO, Cordeiro. Às Favas a Justiça Alternativa. Gazeta do Povo. Curitiba, 02 de dezembro de 1990. p. 4.

- MACIEL, Cláudio Baldino. O Bem Comum e a Paz Social: tópica e retórica jurídica. Ajuris. Porto Alegre. v. 19, n. 55, p. 277-284, jul./1992.
- MANCINA, Cláudia. Um Grande Revisionista. Presença. Rio de Janeiro, n. 17, p. 64-9, nov. 1991.
- MARX, Karl, ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega. [c.a. 1980]. 3 v.
- MENDES, Antonio Celso. Considerações sobre o Direito Alternativo. Gazeta do Povo. Curitiba, 25 de abril de 1991. p. 8.
- MÉSZÁROS, István. A Necessidade do Controle Social. São Paulo: Ensaio, 1989. (Cadernos ensaio - Série Pequeno Formato, 2).
- _____. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Brasília: UnB, 1982. (Pensamento Político, 61).
- MOULIN, Jean Club. El Estado, y el Ciudadano. Madrid: Aguilar, 1967.
- MIAILLE, Michel. Introdução Crítica ao Direito. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1989 (Imprensa Universitária, 70).
- MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MOSMANN, Gilberto. Direito Alternativo. Zero Hora. Porto Alegre, 17 de maio de 1992. p. 5.
- MOVIMENTO de Juizes quer Direito Alternativo no País. Folha de São Paulo. 12 de abril de 1992. p. 4-4 (Ana Bonchristiano).
- MUÑOZ GOMES, Jesús Antônio. Reflexiones sobre el Uso Alternativo del Derecho. El Otro Derecho. Bogotá, n. 1. p. 58-9, ago./1988.
- MÜNSTER, Arno. Ernst Bloch - filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: UNESP, 1993.
- NALINI, José Renato. A Consciência Moral do Juiz. Ajuris. Porto Alegre, v. 21, n. 61, p. 149-174, jul./1994.
- NOVA Filosofia Jurídica quer Beneficiar os Pobres. A Notícia. 06 de setembro de 1992. p. 40 (Raquel Wandelli).

- OLIVEIRA, Luciano. Ilegalidade e Direito Alternativo - notas para evitar alguns equívocos. In: OAB - Ensino Jurídico: diagnósticos, perspectivas e propostas. Brasília: OAB, 1992. p. 191-200.
- PALÁCIO, Germán. Pluralismo Jurídico. Bogotá: UNC, 1993.
- PEREIRA, Sérgio Gischkow. Interpretação Jurídica e Aplicação do Direito. Ajuris. Porto Alegre. v. 10, n. 27, p. 180-196, mar./1983.
- PINTO, João Batista Moreira. A Cultura Instituinte dos Novos Movimentos Sociais frente à Cultura Jurídica. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito, 1991.
- PIRES, Gilberto Simões. Moda Perigosa. Zero Hora. Porto Alegre, 10 de março de 1992. p. 27.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1974. v. 6.
- PORTANOVA, Rui. Motivações Ideológicas da Sentença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.
- _____. Instrumental Alternativo: pequena contribuição. Ajuris. Porto Alegre. v. 20, n. 59, p.199-223, nov./1993.
- PORTELLI, Huges. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTUGAL, Celso Macedo. Oposição ao Direito Alternativo. Estado do Paraná. Curitiba, 03 de novembro de 1990. p. 6.
- _____. A Impossibilidade de um Direito Irracional. Bonijuris. Curitiba, 30 de maio de 1992. v. 4, n. 15, p. 1342.
- POULANTZAS, Nicos. El Exámen Marxista del Estado y del Derecho y la Questión de la "Alternativa". In: CAPELLA, Juan Ramón. (org.). Marx, el Derecho y el Estado. Barcelona: Oikos-Tau, 1969. p. 77-107.
- _____. O Estado, o Poder, o Socialismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- PRESIDENTE do STF Critica Juízes Gaúchos. Jornal da Tarde. São Paulo: 31 de outubro de 1990, p. 3.
- PUGGINA, Márcio Oliveira. Porque o Espanto? Jornal da Ajuris. Porto Alegre, março de 1989, p. 03.

- _____. Direito Alternativo: os Equívocos. Zero Hora. Porto Alegre, 02 de maio de 1992. p. 04.
- _____. Deontologia, Magistratura e Alienação. Ajuris. Porto Alegre, v. 20, n. 59, p. 169-198, nov. 1993 .
- REALE, Miguel. A Justiça Alternativa. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 de julho de 1991. p. 1-3.
- UM REBELDE com Causa - entrevista com Márcio de Oliveira Puggina. Jornal da Ajuris. v. 6, n. 35, p. 12, out.-nov./1992.
- RECASÉN SICHES, Luis. Nueva Filosofía de la Interpretación del Derecho. 2ª ed. México: Porrúa, 1973.
- RICO, José M. Crimen y Justicia en America Latina. 2ª ed. corregida y aumentada. México: Siglo XXI, 1981.
- O RIGOR do Traje é um Ultraje ao Rigor. Razões Finais. Sorocaba, v. 2, n. 5, p. 7, nov.-dez./1990.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A Crise do Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo: indo além do senso comum. Tese de Doutorado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC, 1992.
- ROENICK, Henrique Poeta. Da Necessidade de uma Visão Crítica do Direito. Ajuris. Porto Alegre. v. 15, n. 44. p. 150-165, nov./1988.
- SANCHES, Sydney. O Juiz e os Valores Dominantes. Revista dos Tribunais. São Paulo, v. 80, n. 669, p. 238-43, Jul./1991.
- SANTOS, Boaventura de Souza. O Direito e a Comunidade: transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados. In: Estado, Participação Política e Democracia. Brasília/São Paulo: CNPq/ANPOCS, 1985. p. 139-163 (Ciências Sociais Hoje, 3).
- _____. Estado, Derecho e Luchas Sociales. Bogotá: ILSA, 1991.
- SCHAFF, Adam. A Concepção Marxista de Indivíduo. In: Moral e Sociedade - atas do congresso promovido pelo Instituto Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. A Sociedade Informática. 4ª ed. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1993.
- SCHILLING, Paulo R. Brasil: a Pior Distribuição de Renda do Planeta - os excluídos. São Paulo: CEDI/Koinonia, 1994 (Séria Dívida Externa, 7).

- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial - a Suprema Corte da Bahia e seus juizes. São Paulo: Perspectiva, 1979 (Estudos, 50).
- SIMÕES, Carlos. A "Crise" do Direito e a Classe Operária. Temas de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, n. 10, p. 147-53, 1981.
- SOUTO, Cláudio, FALCÃO, Joaquim Arruda. Sociologia e Direito. São Paulo: Pioneira, 1980.
- TESCHEINER, José M. R. Poder Judiciário. Ajuris. Porto Alegre, v. 18 n. 51 p. 150-7 mar./1991.
- THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1980.
- THOMPSON, Edward P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TIGAR, Michel E., LEVY, Madeleine R. O Direito e a Ascensão do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VÁSQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Praxis. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VIANNA, Luis Werneck. Os Intelectuais e a Modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: SOARES, Marisa. Os Intelectuais e os Processos Políticos da América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985. p. 191-224.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo: RT, 1989.
- _____. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. São Paulo: Acadêmica, 1991.
- _____. Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas. Tese de Doutorado. Florianópolis, Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC, 1992. 2 v.
- ZANGHERI, Renato. Entre a Crise do Capitalismo e o Novo Socialismo no Ocidente. In: HOBBSBAWN, Eric (organizador). História do Marxismo. v. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 221-282 (o marxismo hoje - segunda parte).
- ZAFFARONI, Eugenio R. Em Busca das Penas Perdidas - a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.